



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CRISTINA TONDATO

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA NA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DE JALES-SP:
A PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE PRODUTORES
RURAIS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS**

Presidente Prudente
2019

CRISTINA TONDATO

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA NA MICRORREGIÃO
GEOGRÁFICA DE JALES-SP:
A PARTICIPAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE PRODUTORES
RURAIS EM MUNICÍPIOS SELECIONADOS**

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia - campus de Presidente Prudente -SP, como exigência para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente
2019

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na microrregião geográfica de Jales - SP:
a participação de associações e cooperativas de produtores rurais em municípios
selecionados

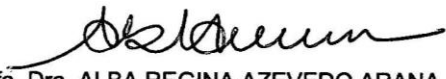
AUTORA: CRISTINA TONDATO

ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

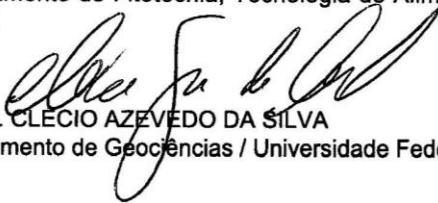
Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
FCT / UNESP/Presidente Prudente(SP)


Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente


Profa. Dra. ALBA REGINA AZEVEDO ARANA
Departamento de Geografia e Meio Ambiente / Universidade do Oeste Paulista


Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha
Solteira


Prof. Dr. CLECIO AZEVEDO DA SILVA
Departamento de Geociências / Universidade Federal de Santa Catarina

Presidente Prudente, 11 de abril de 2019

T663p Tondato, Cristina
O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA na Microrregião Geográfica de Jales - SP : A Participação de Associações e Cooperativas de Produtores Rurais Seleccionados / Cristina Tondato. -- Presidente Prudente, 2019
225 f. : tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Políticas Públicas. 2. Mercados Institucionais. 3. Agricultura Familiar. 4. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Para minha família, no sentido mais amplo possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Professora Doutora Rosângela Hespanhol pela oportunidade de tê-la como orientadora, pela paciência. Agradeço imensamente pelo acompanhamento da minha tese.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp de Presidente Prudente (em ordem alfabética): Carlos de Castro Neves Neto, Eduardo Paulon Girardi, Nécio Turra Neto, Marcelo Dornelis Carvalhal, Maria Encarnação Beltrão Spósito e Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol. Foi ótima a oportunidade que tive de tê-los como professores.

Aos professores que participaram da Banca de Exame de Qualificação: ao Professor Dr. Carlos de Castro Neves Neto e, em especial, ao Professor Dr. Antonio Lázaro Sant'Ana, cujas palavras de incentivo foram fundamentais para a continuidade e término da pesquisa.

Ao Professor Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, pois a ideia de estudar o Programa de Aquisição de Alimentos surgiu depois de ele ter ministrado uma palestra sobre o tema num Simpósio organizado pela Fatec de Jales.

Agradeço a todos que me concederam as entrevistas: produtores familiares, assentados, gestores públicos e representantes das organizações dos produtores rurais. As informações obtidas foram essenciais para a elaboração da pesquisa e término da tese.

Aos meus filhos Bruno e Leticia, que sempre me apoiaram nessa caminhada, juntos seguimos o mesmo caminho em busca do aprimoramento do conhecimento, visto que ambos estão no mestrado.

Não posso deixar de lembrar dos meus colegas de trabalho que sempre torceram por mim, pois sabiam da dificuldade em conciliar os estudos e o trabalho, sobretudo, na etapa final, período em que assumi uma Coordenação de Curso na Faculdade de Tecnologia de Jales. A caminhada conjunta foi árdua, mas valeu a pena.

Por fim, agradeço ao Programa de Qualificação para Estudos de Doutorado UNESP/CPS (Centro Paula Souza), que permitiu os meus estudos nesse programa de pós-graduação tão conceituado, essa parceria permitiu a ampliação dos meus conhecimentos. A minha visão de mundo se ampliou após o meu ingresso na UNESP e o Programa de Pós-Graduação em Geografia me proporcionou uma visão crítica e mudou a forma de eu fazer a leitura e ter uma nova compreensão do mundo, pois a minha formação em outra área, não “permitia” enxergar o mundo da forma como realmente é, por isso sinto-me privilegiada.

*O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada
que, em lugar de esclarecer, confunde” Milton Santos*

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho consistiu em analisar a participação das associações e cooperativas de produtores rurais, bem como dos agricultores, da MRG de Jales no Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Doação Simultânea, no período compreendido entre 2011 e 2016. Para tanto, foram selecionados nesta MRG, os municípios de: Aspásia, Jales, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Santa Fé do Sul, Santa Salete e Urânia. Em termos de procedimentos metodológicos, o desenvolvimento desta tese abarcou revisão bibliográfica, coleta de dados em fonte secundária e pesquisa de campo de natureza qualitativa, por meio de entrevistas junto aos agricultores familiares, agricultores assentados, representantes das organizações coletivas de produtores, agentes públicos municipais e com o antigo e o atual gestor da Conab-SP. O PAA foi criado em 2003, com o objetivo de adquirir os alimentos dos agricultores, os quais são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. A queda brusca dos recursos do PAA disponibilizados pelo MDS foi resultado do contingenciamento dos recursos a partir de 2016. No país, no período compreendido entre 2011 e 2016, foram atendidos 277.370 agricultores de todas as categorias, sendo que no Estado de São Paulo, durante o mesmo período, foram atendidos 58.055 agricultores. No total, cerca de 5,6 milhões de reais foram para a agricultura familiar dos municípios da MRG de Jales. O PAA se mostrou como uma política pública importante, pois foram elencados pelos agricultores familiares entrevistados os seguintes pontos positivos: preço recebido pelo produto vendido, garantia de recebimento, simplicidade do funcionamento do programa, preço fixo e garantia de venda da produção. Em se tratando dos pontos negativos, os agricultores familiares citaram três: a insegurança da não continuidade do programa, o limite da cota anual e a frequência da entrega. De acordo com os representantes das organizações de produtores rurais, houve fortalecimento de algumas organizações de produtores e reconhecimento da sua importância por parte dos agricultores, pois o PAA representou um divisor de águas, tendo trazido muitos benefícios para todos os que participaram do programa. O programa se mostrou um instrumento determinante para o estímulo à agricultura familiar e a sua reprodução social, além de ter elevado a autoestima dos agricultores. O PAA de fato cumpriu o seu papel no atendimento das demandas daqueles agricultores que mais precisavam de renda, pois proporcionava uma renda mínima anual, apesar de pequena na visão de alguns.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Mercados Institucionais. Programa de Aquisição de Alimentos. MRG de Jales.

ABSTRACT

The Food Acquisition Program - PAA in the Geographic Microregion of Jales - SP: The Participation of Associations and Cooperatives of Rural Producers in Selected Municipalities.

The main objective of this thesis is to analyze the participation of rural producers' associations and cooperatives, as well as the farmers, of MRG of Jales in the Food Acquisition Program, under the Simultaneous Donation modality, in the period between 2011 and 2016. For this purpose, the selected municipalities in this MRG were: Aspasia, Jales, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Santa Fé do Sul, Santa Salete and Urânia. In terms of methodological procedures, the development of this thesis included bibliographical revision, data collection in secondary source and qualitative field research, through interviews with family farmers, settled farmers, representatives of collective organizations of producers, municipal public agents and with the former and the current manager of Conab-SP. The PAA was created in 2003 with the objective of acquiring food from the farmers, which are intended for people in situations of food and nutrition insecurity. The sharp drop in the PAA resources made available by the MDS was a result of the contingency of resources from 2016. In the country, between 2011 and 2016, 277,370 farmers of all categories were served, and 58,055 farmers were served in the State of São Paulo during the same period. In total, around R \$ 5.6 million went to family farming in the MRG municipalities of Jales. The PAA proved to be an important policy, and the following positive aspects were mentioned by the interviewed family farms: price received for the product sold, guarantee of receipt, simplicity of program operation, fixed price and production sale guarantee. Regarding the negative points, the family farmers mentioned three: the insecurity of the non-continuity of the program, the annual limit and the regularity of the delivery. According to the representatives of farmers' organizations, there was a strengthening of some producer organizations and recognition of their importance on the part of farmers, the PAA represented a watershed and brought benefits to all who participated. The program proved to be a decisive instrument for stimulating family farming and its social reproduction, as well as raising the self-esteem of farmers. The PAA did indeed fulfill its role in meeting the demands of those farmers who needed the most income because it provided a minimum annual income, though little in the eyes of some.

Keywords: Family Farming. Public policy. Institutional Markets. Food Acquisition Program. Jales MRG

RESUMÉ

Le Programme d'Acquisition d'Aliments - PAA dans la Microrégion Géographique de Jales - SP : La participation d'Associations et de Coopératives de Producteurs Ruraux dans des Municipalités Sélectionnées.

L'objectif principal de cette thèse est d'analyser la participation des associations et des coopératives de producteurs ruraux, ainsi que des agriculteurs, de la MRG de Jales, dans le Programme d'Acquisition d'Aliments, dans la modalité Dotation Simultanée, sur la période comprise entre 2011 et 2016. Pour cela, les municipalités de: Aspásia, Jales, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Santa Fé do Sul, Santa Salete et Urânia ont été sélectionnées dans cette MRG. En termes de procédures méthodologiques, le développement de cette thèse a englobé une révision bibliographique, un relevé de données dans une source secondaire et une recherche sur le terrain de nature qualitative, au moyen d'entretiens avec des agriculteurs familiaux, des agriculteurs installés, des représentants des organisations collectives de producteurs, des agents publics municipaux et avec l'ancien et l'actuel gestionnaire de la Conab-SP. Le PAA a été créé en 2003 dans le but d'acquérir les aliments auprès des agriculteurs, lesquels sont destinés aux personnes dans une situation d'insécurité alimentaire et nutritionnelle. La chute brutale des fonds du PAA mis à disposition par le MDS est due au contingentement des fonds à partir de 2016. Dans le pays, sur la période comprise entre 2011 et 2016, 277.370 agriculteurs de toutes les catégories ont été bénéficiés, étant entendu que dans l'État de São Paulo, au cours de la même période, 58.055 agriculteurs ont été bénéficiés. Au total, environ 5,6 millions de reais ont été consacrés à l'agriculture familiale dans les municipalités de la MRG de Jales. Le PAA s'est révélé être une politique publique importante, les exploitants familiaux interrogés ayant mentionné les aspects positifs suivants : prix reçu pour le produit vendu, garantie de réception, simplicité de fonctionnement du programme, prix fixe et garantie de vente de la production. En ce qui concerne les points négatifs, les exploitants familiaux en ont cité trois : l'insécurité de la non-continuité du programme, la limite du quota annuel et la régularité de la livraison. Selon les représentants des organisations de producteurs ruraux, il y a eu un renforcement de certaines organisations de producteurs et la reconnaissance de son importance de la part des agriculteurs, car le PAA a représenté un tournant décisif, ayant apporté de nombreux avantages à tous ceux qui ont participé au programme. Le programme s'est révélé être un instrument déterminant pour stimuler la confiance en soi des agriculteurs. Le PAA a bien rempli son rôle en répondant aux demandes des agriculteurs qui avaient le plus besoin de revenus, car il leur procurait un revenu annuel minimum, bien que peu élevé aux yeux de certains.

Mots-clés: Agriculture Familiale. Politiques Publiques. Marchés Institutionnels. Programme d'Acquisition d'Aliments. MRG de Jales.

LISTA DE SIGLAS

AF	–	Agricultura Familiar
AMPRUSS	–	Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete
APRA	–	Associação dos Produtores Rurais de Aspásia
APRAB	–	Associação Produtores Rurais do Alto do Bacuri
APPRASR	–	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita
APRBT	–	Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho
ASCORJ	–	Associação de Criadores de Ovinos da Região de Jales
ATER	–	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	–	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIC	–	Companhia Agrícola de Imigração e Colonização
CAIs	–	Complexos Agroindustriais
AVIRJAL	–	Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales
CAMU	–	Central das Associações do Município de Urânia
CNPJ	–	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CDAF	–	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDS	–	Compra com Doação Simultânea
CATI	–	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDAF	–	Compra Direta da Agricultura Familiar
CPR	–	Cédula do Produto Rural
CONAB	–	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSADs	–	Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONTAG	–	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DAP	–	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EDR	–	Escritório de Desenvolvimento Rural
FAO	–	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FETRAF	–	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
GGPAA	–	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	–	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOSAN	–	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional

LUPA –	Levantamento Censitário das Unidades Produtivas Agropecuárias do Estado de São Paulo
MAPA –	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA –	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS –	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA –	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MRG –	Microrregião Geográfica
MST –	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB –	Organização das Cooperativas do Brasil
PAA –	Programa de Aquisição de Alimentos
PEMH –	Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PIB –	Produto Interno Bruto
PNAE –	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER –	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPAIS –	Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
PPGG –	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRONAF –	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT –	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDRS –	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAA –	Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SAGI –	Secretaria de Informação e Gestão
SAF –	Secretaria da Agricultura Familiar
SEADE –	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SESAN –	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN –	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNCR –	Sistema Nacional de Crédito Rural
UPAs –	Unidades de Produção Agrícolas

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Microrregião Geográfica de Jales	29
Figura 2 – Procedimentos metodológicos.....	30
Figura 3 – Municípios da Microrregião Geográfica de Jales-SP que tiveram organização coletiva de produtores participantes do PAA no período compreendido entre 2011 e 2016	33
Figura 4 – Brasil: Municípios com maior incidência de Agricultura Familiar.....	48
Figura 5 – Limites de glebas da fazenda da Alta Araraquarense	50
Figura 6 – Expansão ferroviária e regionalização no estado de São Paulo	52
Figura 7 – Estação Experimental da Embrapa em Jales	68
Figura 8 – Identificação da Vicinal Estrada da Uva no Bairro Jataí	68
Figura 9 – Propriedade pioneira da uva na região	69
Figura 10 – Propriedade de grande produtor de uva da década de 1990	69
Figura 11 – Organizações coletivas (associações e cooperativas) de produtores rurais presentes nos municípios da MRG de Jales	79
Figura 12 – PAA: Valores executados na modalidade Doação Simultânea no período de 2011 a 2016, na categoria assentado no Estado de São Paulo	114
Figura 13 – PAA: Valores totais executados na modalidade Doação Simultânea no período de 2011 a 2016, na categoria agricultura familiar no Estado de São Paulo	117
Figura 14 – Infraestrutura física da Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales	130
Figura 15 – Infraestrutura construída com recursos do Microbacias II para produtos minimamente processados.....	131
Figura 16 – Fluxos do PAA Doação Simultânea Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete (2011, 2012 e 2014).....	144
Figura 17 – Fluxos do PAA Doação Simultânea Associação Municipal dos Produtores Rurais de Aspásia (2011, 2012 e 2014).....	148
Figura 18 – Vista área da propriedade de um dos agricultores entrevistados no Assentamento Santa Rita no município de Turmalina	161
Figura 19 – Produção nas propriedades visitadas	162

Figura 20 – Caminhão da Prefeitura de Populina para o transporte dos produtos do PAA no Assentamento Santa Rita.....	184
Figura 21 – Produtos do PAA prontos para distribuir para as famílias cadastradas do município de Populina.....	184

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Evolução da execução financeira do Programa, por modalidade, no período de 2011 a 2016.....	97
Gráfico 2 –	Execução dos recursos do PAA no período de 2010 a 2017 – orçamentos MDS, MDA, MDA/Cestas e SEAD	104
Gráfico 3 –	Valores formalizados em milhões de reais pelo PAA na modalidade Doação Simultânea, no período de 2010 a 2016.....	105
Gráfico 4 –	Recursos aplicados na execução do PAA, por estado -2010 a 2016	108
Gráfico 5 –	Principais municípios beneficiados com o PAA na modalidade Doação Simultânea no ano de 2016 (em milhões de reais)	111
Gráfico 6 –	PAA Compra com Doação Simultânea: Número de atendimentos totais por município na MRG de Jales, no período de 2011 a 2016	123
Gráfico 7 –	Número de participantes no PAA por gênero na Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita (2011-2016)	127
Gráfico 8 –	Número de participantes no PAA por gênero na Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (2011-2014).....	132
Gráfico 9 –	Número de participantes no PAA por gênero na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul (2011-2014).....	137
Gráfico 10 –	Número de participantes no PAA por gênero na Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacurí (2011-2014)	140
Gráfico 11 –	Número participantes no PAA por gênero na Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete (2011, 2013 e 2014).....	142
Gráfico 12 –	Número participantes no PAA por gênero na Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Aspásia (2011-2013)	147
Gráfico 13 –	Número participantes no PAA por gênero na Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho Paranapuã (2011-2014).....	150
Gráfico 14 –	Número participantes no PAA por gênero na Central das Associações (CAMU) no Município de Urânia (2011-2014).....	153
Gráfico 15 –	Número participantes no PAA por gênero na Agruppo (2012 e 2015)	156
Gráfico 16 –	Tempo de trabalho com a atividade agropecuária	159
Gráfico 17 –	Origem da renda principal na agropecuária	160
Gráfico 18 –	Percepção dos preços pelos responsáveis das organizações dos produtores ..	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Municípios e entidades da MRG de Jales proponentes no Programa de Aquisição de Alimentos – 2011 a 2016	34
Quadro 2	Diferenças entre associação e cooperativa.....	76
Quadro 3	Organizações coletivas (associações e cooperativas) existentes na MRG de Jales.....	82
Quadro 4	Histórico do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003 – 2015).....	94
Quadro 5	Modalidades PAA, características, executores, forma de acesso e limites.....	98
Quadro 6	Termo de Adesão: nova forma de operar o PAA.....	100
Quadro 7	PAA/CDS 2017 - Critérios para a distribuição dos recursos	102
Quadro 8	Variedade de produtos comercializados no PAA pela Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita (2011-2016).....	127
Quadro 9	Variedade de produtos comercializados para PAA pela Associação dos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul (2011-2014).....	138
Quadro 10	Variedade de produtos comercializados com PAA pela Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacurí (2011-2014).....	141
Quadro 11	Variedade de produtos comercializados para PAA pela Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete (2011, 2012 e 2014).....	145
Quadro 12	Variedade de produtos comercializados para PAA pela Associação dos Produtores Rurais de Aspásia (2011, 2012 e 2013).....	149
Quadro 13	Variedade de produtos comercializados para PAA pela Associação dos Produtores Rurais de Paranapuã (2011, 2013 e 2014).....	151
Quadro 14	Variedade de produtos comercializados para o PAA Central das Associações no Município de Urânia - CAMU (2011-2014).....	154
Quadro 15	Variedade de produtos comercializados para PAA pela Agrupo (2012 e 2015)	157
Quadro 16	Canais de comercialização utilizados	166
Quadro 17	Organização de produtores participação no Programa de aquisição de alimentos no período de 2011 a 2016	179
Quadro 18	Organizações coletivas da MRG de Jales em que os produtores atingiram o limite da cota anual do PAA	183
Quadro 19	Pontos positivos e pontos negativos do PAA para as organizações de produtores	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População e amostra da pesquisa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Microrregião Geográfica de Jales – SP no período de 2011 a 2016...	35
Tabela 2 – Comparação da participação da agricultura familiar e não familiar no Brasil na variável número de estabelecimentos na produção de alimentos básicos (em %)	41
Tabela 3 – Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar, segundo grandes regiões e unidades da federação– 2006	46
Tabela 4 – Produção agropecuária (t) da MRG de Jales entre 1960 e 2006	54
Tabela 5 – Grau de urbanização nos municípios da Microrregião Geográfica de Jales (SP) – 1970 a 2010	56
Tabela 6 – Dados Populacionais da MRG de Jales – SP – 2010	57
Tabela 7 – Produto Interno Bruto da MRG de Jales no ano de 2015.....	59
Tabela 8 – Número de estabelecimentos agropecuários, área dos estabelecimentos e percentual de utilização das terras com agricultura familiar e não familiar na MRG de Jales – 2006	61
Tabela 9 – Empregos e estabelecimentos por grandes setores de atividade: remuneração média e quantidade na MRG de Jales -SP em 2015.....	62
Tabela 10 – MRG de Jales: Número de estabelecimentos agropecuários nos anos de 1960, 1995/6 e 2006	64
Tabela 11 – Culturas cultivadas na MRG de Jales nos anos 1990, 2000, 2010 e 2016 em hectares.....	70
Tabela 12 – Número e percentual de produtores organizados coletivamente na MRG de Jales	76
Tabela 13 – Valores executados por modalidades do PAA, 2011 a 2016	97
Tabela 14 – Categoria de fornecedores do PAA entre os anos de 2011 e 2016 no Brasil	106
Tabela 15 - Número de agricultores, volume de recursos e pessoas beneficiadas na modalidade Doação Simultânea – 2011 a 2016, no Brasil.....	107
Tabela 16 – Evolução dos recursos do PAA na modalidade Doação Simultânea de 2010 a 2016 (em mil reais)	110
Tabela 17 – Evolução dos recursos aplicados e agricultores participantes do PAA no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2017	112

Tabela 18 – Valores executados em reais por categoria de agricultores no Estado de São Paulo, no período de 2011 a 2016	113
Tabela 19 – Valores executados pelo PAA no Estado de São Paulo, no período de 2011 a 2016	115
Tabela 20 – Valores executados por município na Microrregião Geográfica de Jales, São Paulo, no período de 2011 a 2016	120
Tabela 21 – Número de itens e quantidades de quilos executados pelo PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea nos municípios da Microrregião Geográfica de Jales – SP, no período de 2011 a 2016	122
Tabela 22 – PAA: Número de atendimentos por município na MRG de Jales, no período de 2011 a 2016	124
Tabela 23 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita (2011-2016)	126
Tabela 24 – PAA: Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2016	129
Tabela 25 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (2011-2014).....	132
Tabela 26 – PAA: Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2014	133
Tabela 27 – Variedade de produtos comercializados para o PAA pela Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (2011-2016)	135
Tabela 28 – Valores do PAA e número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul (2011-2014).....	136
Tabela 29 – PAA: Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2014	137
Tabela 30 – Valores do PAA e número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacurí (2011-2014)	139
Tabela 31 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2014.....	140

Tabela 32 – Valores do PAA e número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete (2011, 2013 e 2014)	142
Tabela 33 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011, 2013 e 2014	143
Tabela 34 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Produtores Rurais de Aspásia (2011-2013)	146
Tabela 35 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2013	147
Tabela 36 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho Paranapuã (2011-2014)	150
Tabela 37 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2014	151
Tabela 38 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Central das Associações no Município de Urânia (CAMU) (2011-2014)	152
Tabela 39 – Central das Associações no Município de Urânia - CAMU (2011-2014)	153
Tabela 40 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Aprupo (2012 e 2015)	156
Tabela 41 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2012 e 2015	157
Tabela 42 – Origem da renda monetária não-rural da família	164
Tabela 43 – Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	166
Tabela 44 – Pontos positivos do PAA	169
Tabela 45 – Pontos negativos do PAA	171
Tabela 46 – Agricultores que declararam receber algum tipo de assistência técnica rural no período de 2011 a 2016	173
Tabela 47 – Contratação de mão de obra nas unidades de produção	177

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	22
1.1	OBJETIVOS	27
1.1.1	Objetivo Geral	27
1.1.2	Objetivos Específicos	27
1.2	ESTRUTURA DA TESE	27
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
3	AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA NO BRASIL	37
4	CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JALES	49
4.1	PROCESSO DE FORMAÇÃO DA MRG DE JALES	49
4.2	CRISE DA CAFEICULTURA, EXPANSÃO DA PECUÁRIA E INTRODUÇÃO DE NOVAS CULTURAS	53
4.3	BREVE HISTÓRICO DO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO.....	71
4.4	ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS NA MRG DE JALES	76
5	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA (CDS).....	89
5.1	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA (CDS)	99
5.2	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO	111
5.3	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JALES	118
5.4	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE POPULINA	125
5.5	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE JALES.....	129
5.6	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL	135
5.6.1	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul	135
5.6.2	Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacuri	138
5.7	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE SANTA SALETE	141
5.8	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE ASPÁSIA	145
5.9	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE PARANAPUÃ	149

5.10	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE URÂNIA	152
5.11	O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE PONTALINDA	155
6	OS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS NA MRG DE JALES	158
6.1	PERFIL DOS AGRICULTORES.....	158
6.2	DESTINO DA PRODUÇÃO	164
6.3	AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	166
6.3.1	Pontos Positivos e Negativos.....	167
6.3.2	Como Soube do PAA.....	172
6.3.3	Assistência Técnica	172
6.3.4	A Importância do PAA Para as Organizações e os Agricultores.....	173
6.3.5	Efeitos do PAA durante a sua vigência	174
7	ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS QUE PARTICIPARAM DO PAA	178
7.1	ANOS DE PARTICIPAÇÃO NO PAA.....	178
7.2	MUDANÇAS NAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES COM O PAA	179
7.2.1	Número de Associados	179
7.2.2	O Envolvimento dos Agricultores em Face das Atividades da Organização e o Fortalecimento da Organização de Produtores	180
7.2.3	O Nível de Conhecimento Sobre o PAA	181
7.2.4	Limite Anual	182
7.2.5	Logística de Distribuição dos Produtos	183
7.2.6	Percepções Sobre o PAA	185
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
	REFERÊNCIAS	197
	APÊNDICES	219
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA	220
	APÊNDICE B – RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PAA CONAB – SP	222
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES FAMILIARES	223

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas para o meio rural brasileiro até os anos 1980 eram centralizadas pelo Estado brasileiro e tinham perspectiva setorial. Para Silva (2012), a década de 1990 foi o marco da reflexão sobre a reforma administrativa do Estado brasileiro, pois havia a tendência da descentralização administrativa das políticas públicas, tendo como pano de fundo, dois fenômenos importantes:

O primeiro refere-se à tendência à descentralização administrativa das políticas públicas, no contexto do pacto federativo, com o município passando a exercer um papel mais estratégico. O segundo diz respeito à garantia de uma maior participação da população, seja no planejamento, implementação ou avaliação dessas políticas, tanto diretamente como por meio de suas organizações representativas. A participação social passou a ser considerada, por um lado, um dos elementos fundamentais do projeto de ressignificação do conceito de público, e por outro, um princípio político-administrativo, com vistas a um maior controle e eficácia dos serviços prestados (SILVA, 2012, p. 149).

Ainda, de acordo com Silva (2012), na União Europeia, parte das políticas públicas passou a ter viés territorial. Ferrão (2003) acrescenta que a visão de território passou a ser inserida durante o ordenamento da União Europeia, pois era necessário ter uma visão territorial comum. Para Hodge e Midmore (2008), a abordagem territorial reconhece as interações dentro da economia rural considerando as questões sociais, ambientais e econômicas, mas é necessário conhecer o espaço, no entanto, isso demanda muito mais informações e desenvolvimento institucional local.

No Brasil, apenas a partir dos anos 1990 houve diversas mudanças na concepção de políticas públicas para o espaço rural, que deixou de ter caráter setorial e assumiu um novo viés, com a incorporação em parte das políticas, sobretudo daquelas do Ministério do Desenvolvimento Agrário¹, da abordagem territorial (HESPANHOL, 2008).

Para redução da migração campo-cidade e o fortalecimento da agricultura familiar, as políticas públicas podem ser relevantes. A agricultura familiar no Brasil tem enfrentado diversos problemas, além de possuir especificidades inerentes à atividade agropecuária, isso faz com que essa categoria social demande de políticas públicas direcionadas para que se promova

¹ O Ministério do Desenvolvimento Social foi extinto com o Decreto Nº 8.865, de 29 de setembro de 2016, e a estrutura foi transferida para a Casa Civil da Presidência da República, com a criação da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2016b).

a fixação do agricultor no campo, que, conseqüentemente, implica na redução da migração campo-cidade (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

De acordo com dados dos Censos Demográficos (1960 a 2010), o número de habitantes residentes na área rural brasileira vem reduzindo. No ano de 1960, 54,9% da população vivia no campo; já em 2010, era apenas 15,6% (IBGE, 2010). Os jovens não têm vislumbrado no campo a possibilidade de ficar, em estudo realizado por Facioni (2013), os filhos dos agricultores não querem continuar na propriedade rural, evidenciando o problema da sucessão familiar. Isso pode estar relacionado também à falta de estrutura das propriedades, ao acesso limitado às políticas públicas voltadas à pequena produção rural e às dificuldades financeiras.

Vicente (2011) relata que os espaços rurais carecem de infraestrutura para que o jovem opte por morar no campo. Bordulis, Basso e Krempacki (2016) afirmam que no espaço rural é preciso oferecer condições mínimas de sobrevivência como a assistência médica e hospitalar, moradia e lazer. Oliveira (2006) destaca que a ausência de políticas pública direcionadas para o desenvolvimento rural tem influenciado o jovem a deixar o campo e buscar novos horizontes, pois é na juventude que há maior demanda por estudo, trabalho, relações pessoais, lazer etc. Para Menegati e Hespanhol (2006), é preciso reverter a ideia que a cidade é muito mais atrativa que o campo, pois as cidades se mostram sem condições de receber mais moradores, mas para isso é preciso pensar em atrativos para os jovens:

A continuidade da vida no campo como moradia e trabalho para esses jovens, se repensadas com o acréscimo: de crédito rural acessível; boas estradas; garantia de obtenção de preço justo na venda da produção; e acesso à moradia, à assistência médico-hospitalar, ao ensino de qualidade, com certeza trarão mais possibilidades de um futuro promissor do que nas cidades (MENEGATI; HESPANHOL, 2006, p. 10).

As políticas públicas podem afetar a vida das pessoas por meio de um conjunto de ações coordenadas pelo Estado, em suas distintas escalas (federal, estadual ou municipal), para se atingir algum objetivo. Além disso, desempenham papel fundamental na introdução de mudanças numa sociedade, sendo que a sua formulação deve ser contínua e por longos períodos, no entanto, sofrem influência do sistema econômico em que estão inseridas. De acordo com Dias e Matos (2012), existem diferentes tipos de políticas públicas que o governo pode adotar de acordo com o interesse, a finalidade e o resultado desejado. O abandono das atividades ligadas à terra tem sido bastante discutido atualmente, pois a saída das pessoas do campo tem trazido impactos negativos, pois enfraquece a agricultura, diminui a produção de alimentos e

contribui para a urbanização desordenada. Neste sentido, as diretrizes para a área rural podem ser importantes na atração ou manutenção da população no campo.

Para Junqueira e Lima (2008), as políticas públicas são capazes de amenizar as dificuldades de acesso ao crédito e aos mercados modernos pela adesão de novas tecnologias. Sousa Filho e Bonfim (2013) ressaltam que os mercados modernos são mais exigentes quando se leva em consideração as questões ambientais, sociais, étnicas e tecnológicas, considerando que os mercados podem contemplar exigências diferentes dependendo do atributo desejado para o produto comercializado. A Agricultura familiar para ter acesso aos mercados modernos deverão contemplar os seguintes aspectos: gestão da qualidade e gestão logística. Os mercados atuais estão bastante exigentes em relação aos atributos de qualidade, tais como: sabor, aparência, embalagem, textura, marca etc. Outro fator importante nos mercados atuais refere-se à questão logística, devido às particularidades dos produtos agrícolas, cada produto possui características específicas que influirá diretamente na adoção de um conjunto de atividades necessárias para que o produto chegue ao ponto de venda, sem perda de qualidade e de modo otimizado. No entanto, muitos agricultores de pequeno e médio porte não conseguem atender as exigências dos mercados modernos, pois a adoção de inovações na gestão, comercialização e produção agrícola tem representado um grande desafio.

O desempenho dos pequenos produtores quando inseridos em mercados modernos está estreitamente vinculado à sua experiência com as atividades de produção agropecuária. Entretanto, a experiência não basta para assegurar seu espaço nesses mercados. A capacidade de obter e processar informação e a habilidade no uso de novas técnicas agrícolas, métodos de gestão da produção e de comercialização, são cada vez mais importantes (SOUSA FILHO; BONFIM, 2013, p. 90).

As políticas públicas para os pequenos produtores rurais podem ajudar na inserção da categoria social que está fora do mercado, no entanto, precisam ser planejadas com foco temporal mais abrangente. Sousa Filho e Bonfim (2013) sugerem que a dificuldade de acesso aos mercados modernos pelos pequenos agricultores seja reconhecido como um problema socioeconômico que demandam estratégias de longo prazo, e não intervenções pontuais e de curto prazo, que essas não têm proporcionado transformações estruturais e nem incluído os pequenos agricultores nos mercados modernos.

Mattei (2010), por sua vez, lembra que as políticas agrícolas nas décadas de 1960 e 1970 privilegiaram os setores mais capitalizados e os grandes latifúndios para a produção de *commodities* para o mercado internacional. Essa política foi excludente, uma vez que a maioria

dos produtores familiares não foi beneficiada pelo crédito rural, os preços mínimos e o seguro da produção.

As principais políticas para a agricultura familiar surgiram a partir da década de 1990 (GRISA, 2012) e têm ajudado a fortalecer a produção de produtos agrícolas tradicionais como arroz, feijão, mandioca, desenvolvendo mercados locais e regionais (DIAS et al., 2013). Grisa e Schneider (2014) relatam que a Constituição Federal de 1988 estimulou a participação social e reconheceu direitos, podendo ser considerada um marco para o reconhecimento de um segmento social que estava à margem da política agrícola. No que tange às políticas públicas destinadas à agricultura familiar, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual, criado em 1995, marcou o reconhecimento do Estado para esse segmento social. O Pronaf é a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares. Para Grisa (2012, p. 20),

A criação do Pronaf em 1995 marcou o reconhecimento do Estado à categoria social agricultura familiar e legitimou a reivindicação dos movimentos sociais e sindicais por políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as suas especificidades. As ações do Programa concentraram-se em quatro grandes linhas: financiamento da produção (crédito de custeio e de investimento para as atividades produtivas rurais); financiamento de infraestruturas e de serviços básicos municipais por meio de apoio financeiro aos municípios; capacitação e profissionalização; e financiamento da pesquisa e da extensão rural.

A agricultura familiar que outrora foi muito carente em políticas públicas específicas, passou a ser beneficiada com vários programas. Dentre eles, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído no ano 2003, pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, constituindo-se numa das ações do Programa Fome Zero. De acordo com Hespanhol (2008), o PAA tem como objetivo estimular o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura familiar por meio da venda da produção agropecuária ao governo federal, sendo que os produtos são distribuídos a grupos de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional e que são atendidas pela rede socioassistencial, no caso da modalidade do PAA Compra com Doação Simultânea.

Tendo em vista essas características gerais do PAA e da sua importância em termos sociais e econômicos para a agricultura familiar, especialmente para os produtores de menor porte e menos capitalizados, selecionamos como recorte territorial da pesquisa, a Microrregião Geográfica de Jales, localizada no Noroeste do Estado de São Paulo.

A escolha dessa área para a pesquisa justifica-se em virtude de dois fatores: primeiro, a MRG de Jales, segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, possui um total 8.423 estabelecimentos agropecuários, dos quais 6.442 estão enquadrados como da agricultura familiar, conforme a Lei 11.326, o que representa 76,4 % dos estabelecimentos agropecuários. Entretanto, em termos de área, essa categoria de produtores ocupa apenas 122.322 hectares, representando 35,84 % do total da área dos estabelecimentos agropecuários. Na MRG de Jales há grande presença da agricultura familiar com produção agropecuária diversificada. Outra característica dessa região é a existência de várias organizações coletivas de produtores rurais, que nos últimos anos teve acesso a algumas políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – PEMH e Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado.

De acordo com o LUPA (2007/08), aproximadamente 95% das Unidades de Produção Agrícolas – UPAs da MRG de Jales possuíam área inferior a 50 há (SÃO PAULO, 2008). De acordo com Nardoque (2007), o extremo noroeste paulista passou por intensa colonização após a crise de 1929, mas, foi após a década de 40, que houve intensa venda de terras em pequenos lotes, esse modelo favoreceu o retalho em glebas menores e a pequena produção acabou sendo predominante em alguns municípios da MRG de Jales.

Dessa forma, a presente pesquisa pretendeu responder as seguintes questões; quais são os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA na Microrregião Geográfica de Jales, particularmente para aquelas organizações coletivas de produtores rurais que participaram do Programa? Qual a percepção dos agricultores convencionais e assentados da MRG de Jales que participaram do Programa?

Foram formuladas duas hipóteses de pesquisa sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA na MRG de Jales:

- a) O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na modalidade Doação Simultânea tem papel relevante na organização coletiva e fortalecimento do agricultor familiar no espaço rural.
- b) Os atores envolvidos em todo o processo de comercialização do PAA têm a percepção dessa política pública como um fator que contribui na melhoria das condições socioeconômicas da agricultura familiar.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Esta tese tem como objetivo principal analisar a participação de associações e cooperativas de produtores rurais, bem como dos agricultores familiares, no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, na Modalidade Doação Simultânea (MDS), na Microrregião Geográfica de Jales.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Contextualizar a evolução do PAA em termos de recursos, agricultores participantes, volume de alimentos e pessoas da rede socioassistencial beneficiadas;
- b) Verificar a evolução do PAA em todos os municípios da MRG de Jales com organizações coletivas que participaram desse programa;
- c) Contextualizar a percepção dos diferentes agentes locais (órgãos públicos, agricultores e gestores do programa) sobre o PAA; e
- d) Identificar o papel dessa política para a organização e fortalecimento dos agricultores familiares.

1.2 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese se divide em oito capítulos, em que o capítulo 1 traz uma sucinta introdução sobre o problema de pesquisa, a hipótese de pesquisa e especifica os objetivos geral e específicos que delimitaram a proposta de estudo e, por fim, a estrutura da tese. O capítulo 2 aborda os procedimentos metodológicos para a construção da tese, o recorte territorial do estudo e o processo da pesquisa. O capítulo 3 trata a revisão teórica, o conceito de agricultura familiar e a importância desta para o país. Por sua vez, o capítulo 4 refere-se à caracterização da região do estudo, onde se apresenta, brevemente, o processo de formação e de transformação do espaço na Microrregião Geográfica de Jales. Evidencia-se o processo de territorialidade da agricultura na localidade, responsável por mudanças na paisagem produtiva na área rural demonstrando as principais culturas agropecuárias no período de 1960 a 2006 e sua importância econômica para os municípios da MRG de Jales. Além de informações sobre as organizações de produtores rurais existentes na região. O capítulo 5 discorre acerca do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil reportando a respeito de conceitos, funcionamento e estatísticas. Tendo,

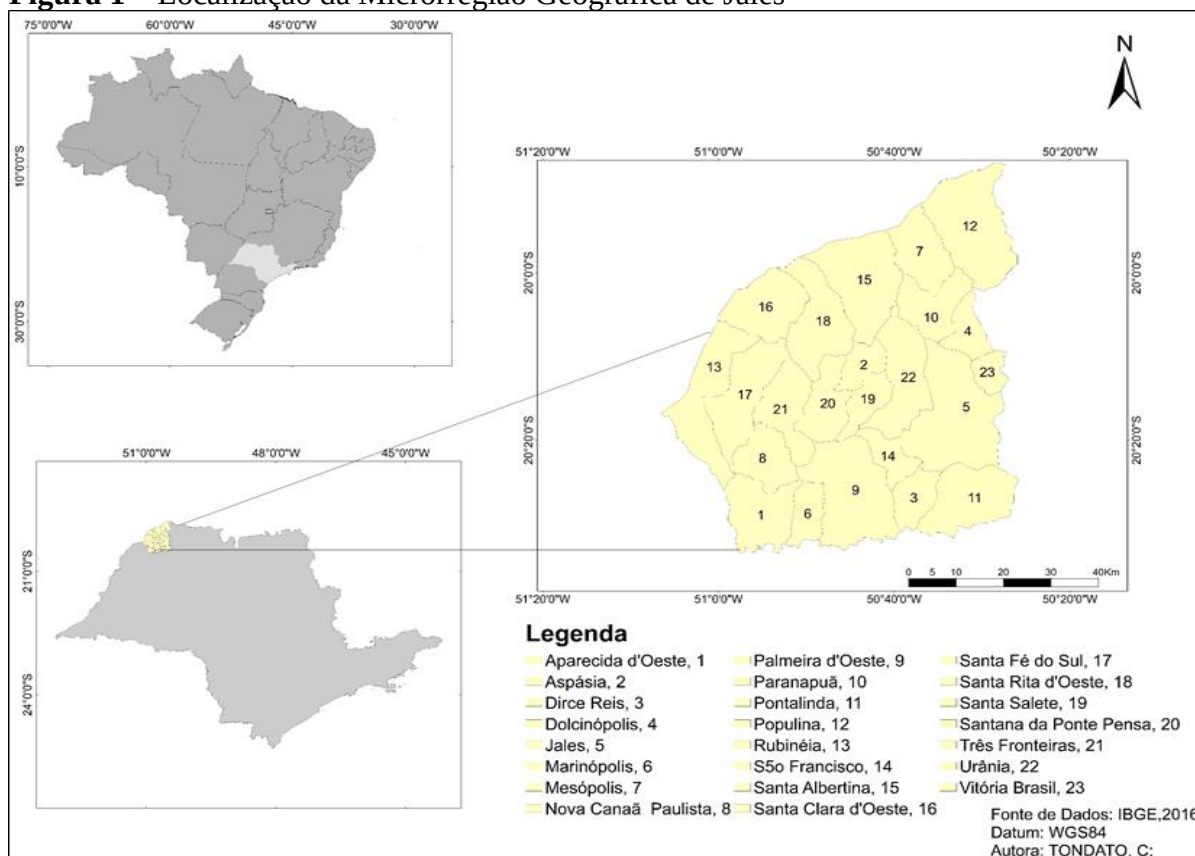
posteriormente, apresentado dados sobre o Programa no Estado de São Paulo e na MRG de Jales, na modalidade Doação Simultânea.

O capítulo 6 compreende as informações obtidas junto aos produtores que participaram do Programa, busca-se, desse modo, apresentar o perfil dos agricultores e a avaliação destes em relação ao PAA. Enquanto que o capítulo 7 demonstra a percepção dos gestores das organizações dos produtores rurais em relação ao Programa. Por fim, o capítulo 8 expõe as considerações finais sobre o PAA na MRG de Jales e os limites desta pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi escolhido como recorte espacial da pesquisa a Microrregião Geográfica de Jales², que está dividida em 23 municípios e situa-se no extremo noroeste do Estado de São Paulo (Figura 1). Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população era de 149.197 habitantes (IBGE, 2010); deste total, 19.124 habitantes (12,81%) vivem na área rural.

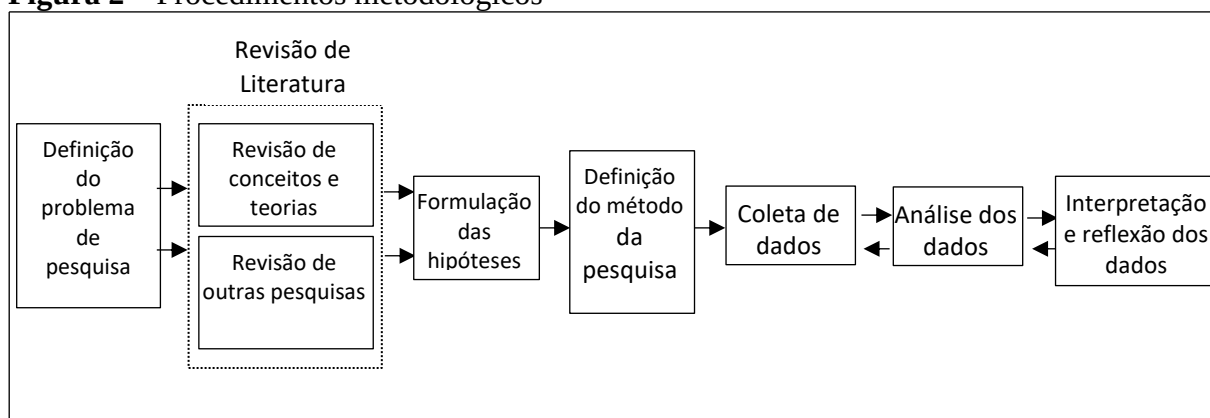
Figura 1 – Localização da Microrregião Geográfica de Jales



Fonte: Elaborada pela autora.

Prodanov e Freitas (2013) alertam que se faz necessário conhecer o caminho da pesquisa científica desde o início até a finalização. Para Kothari (2004), a pesquisa deve seguir várias atividades que estão diretamente relacionadas (Figura 2). Os passos da pesquisa devem ser seguidos de forma coerente, pois o primeiro passo é que influenciará o último.

² A Microrregião Geográfica de Jales abrange 23 municípios, sendo eles: Aparecida d'Oeste, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d'Oeste, São Francisco, Três Fronteiras, Dirce Reis, Pontalinda, Vitória Brasil, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Aspásia, Santa Salete e Urânia.

Figura 2 – Procedimentos metodológicos

Fonte: Adaptada de KOTHARI, 2004.

Para esta pesquisa foi adotado o modelo sugerido por Kothari (2004) que sugere os passos a serem seguidos, conforme mencionados.

Definição do problema de pesquisa: O problema se constitui no primeiro passo da pesquisa científica. O pesquisador deve examinar toda a literatura disponível para se familiarizar com o tema, tanto a literatura conceitual assim como a empírica. Prodanov e Freitas (2013) complementam que o contato com material bibliográfico disponível permite a organização e a formulação de um resumo para leitura. Dessa forma, o problema de pesquisa deste estudo são os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA na Modalidade Doação Simultânea (MDS) na Microrregião Geográfica de Jales, no período de 2011 a 2016.

Revisão de literatura: pode-se dizer que é uma tarefa contínua ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Nesta etapa, é importante encontrar materiais relevantes para o assunto que está sendo explorado. Rankin (1998 apud KRUSE, 2017, p. 3) relata:

Que há quatro objetivos na revisão de literatura; a revisão de literatura ajuda o escritor das credibilidades, o escritor define o seu próprio trabalho nos contextos de outros, é possível por meio do referenciamento trazer uma grande variedade de autores, por fim, a revisão de literatura fornece um norte teórico”. Nesta fase considerou-se documentos de domínio público e a revisão de literatura.

Formulação de hipótese: a hipótese deve ser clara, específica e limitada ao trabalho pesquisado. As hipóteses irão orientar o planejamento dos procedimentos metodológicos que respaldarão na execução da pesquisa, vale ressaltar ainda que a hipótese de pesquisa é uma suposição que fazemos com objetivo de explicar o que não sabemos, sendo que essa suposição é provisória. A pesquisa pode confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas (KOTHARI, 2004; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Definição do método de pesquisa: Andery et al. (2004) relatam que os métodos de pesquisa são considerados um conjunto de procedimentos metodológicos e métodos aceitos pela comunidade acadêmica. A definição do método é de fundamental importância e se relaciona com o objetivo da pesquisa, pois são os objetivos que irão direcionar qual método deverá ser adotado (WAZLAWICK, 2009). Para Freitas et al. (2000) os métodos podem ser quantitativos ou qualitativos. Esta pesquisa utilizou a abordagem quali-quantitativa. A abordagem quantitativa foi adotada nesta pesquisa para identificar o número de produtores atendidos, valores executados, quantidade de produtos entregues, número de atendimentos e entidades atendidas. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa quantitativa utiliza a informação numérica por meio de quadros e tabelas. Yin (2011) afirma que a pesquisa qualitativa permite o aprofundamento sobre um tema específico. A pesquisa qualitativa é ideal quando precisa estudar um grupo ou população para compreender de forma detalhada a questão.

Yin (2011, p. 135) define o estudo de caso como “uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro do seu contexto de vida-real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são usadas”.

Para Gill et al. (2008), estudo de caso se enquadra como método de coleta de dados. O estudo de caso foi definido como estratégia de pesquisa, pois foram selecionados diversos atores que atuam no PAA (entidades proponentes, entidades beneficiadas, produtores rurais e gestores do programa).

Coleta de dados: Estabeleceu-se um recorte temporal para a coleta de dados e informações secundárias sobre o PAA, considerando-se o período de 2011 a 2016, pois, é a partir desse ano (2011), que se têm dados disponíveis.

A pesquisa foi dividida em dois momentos. Foram realizados levantamentos em diversas fontes secundárias: livros, dissertações, teses, artigos nacionais e internacionais e nos bancos de dados do IBGE, Seade, LUPA e Conab (ANDRADE, 2001; GIL, 1999).

O método de coleta de dados em pesquisa qualitativa geralmente envolve a interação direta com os entrevistados. Já a pesquisa quantitativa visa quantificar dados. A observação qualitativa também fez parte da coleta de dados, Marconi e Lakatos (2011) ressaltam que esta técnica de coleta de dados tem como um dos objetivos conhecer o ambiente em que os sujeitos estão inseridos. A observação de campo pode detectar o que a entrevista pode ocultar. Minayo (1993) alerta que para se obter bons resultados da pesquisa de campo é preciso ter bem definida a sua programação, e ainda procurar estabelecer laços de amizade com a população a ser

investigada, sempre que possível. Assim, é mais provável que sejam melhores os resultados alcançados.

Gill et al. (2008) ressaltam que uma variedade de métodos de coleta de dados é utilizada na pesquisa qualitativa (questionários, entrevistas, observação direta, análise documental e grupos focais). Esses autores afirmam que há três tipos de entrevistas que podem ser utilizadas na pesquisa: estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas. É nesse tópico que será detalhado como foi realizada a coleta de dados. Para esta pesquisa adotou-se um roteiro de entrevista semiestruturada (apêndices A, B, C e D) específico para cada ator participante do PAA. Para Gill et al. (2008), as entrevistas semiestruturadas consistem em várias questões-chave que auxiliam a definir os assuntos a serem explorados, entretanto, permitem que entrevistado e entrevistador que divergem de alguma ideia continuar à procura de uma resposta com mais detalhes, o que acarreta a possibilidade de descobertas de questões importantes que antes não tinham sido consideradas pertinentes ao tema de pesquisa pelo pesquisador. Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa não se preocupa com a quantidade de entrevistados, mas sim com o aprofundamento para compreender a questão.

Para melhor organização dos procedimentos metodológicos da pesquisa, os participantes foram organizados em três (3) grupos, a saber:

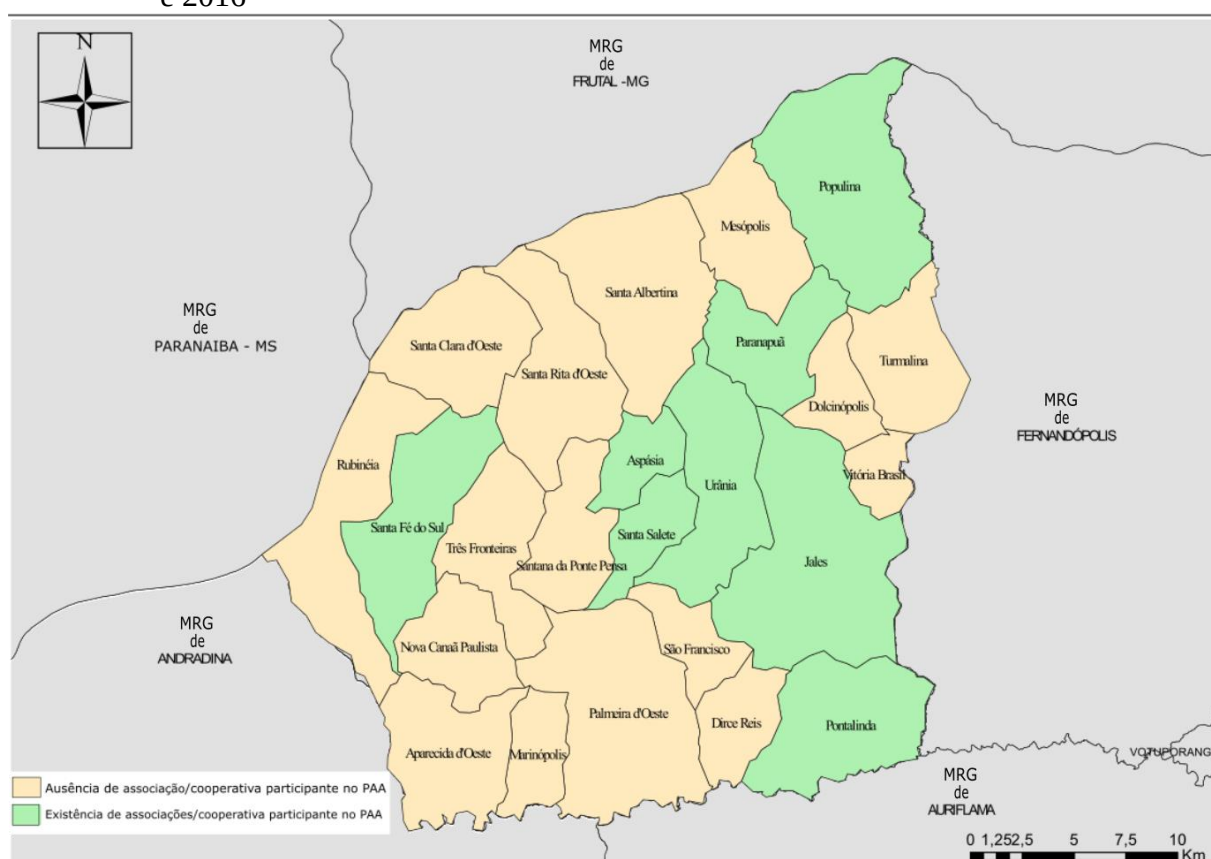
- a) Representantes das entidades proponentes que são as associações e cooperativas de produtores rurais;
- b) Produtores rurais que comercializaram por meio das associações e cooperativas;
- c) Representantes dos órgãos públicos (Conab, Cati ou Prefeitura).

Delimitou-se a análise do Programa de Aquisição de Alimentos à Modalidade Doação Simultânea, devido à presença dessa política na MRG de Jales, considerou-se o período de 2011 a 2016, conforme mencionado anteriormente. As entrevistas foram realizadas nos meses de julho e agosto de 2017 e maio e novembro de 2018. Os três grupos de participantes tiveram roteiros de entrevista com perguntas abertas e específicas a cada sujeito da pesquisa. Primeiramente, contatou-se a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que é uma das organizações governamentais que operacionaliza o Programa, estando encarregada de gerir esta política pública.

As atividades de campo tiveram início com a realização da entrevista na Conab, sediada em São Paulo, com o intuito de se ter uma visão mais ampla do PAA, posteriormente foi realizada entrevista com o antigo gestor da Conab. No sítio eletrônico da Conab foi possível verificar as associações e cooperativas, o número de produtores rurais que comercializaram por meio do PAA, as instituições da rede socioassistencial que receberam os itens entregues. No

período compreendido entre os anos 2011 e 2016, identificou-se na MRG de Jales que 498 produtores participaram do PAA, eles estão distribuídos por oito municípios e fazem parte de uma das nove organizações coletivas de produtores contempladas com o programa em pelo menos um ano entre 2011 e 2016. A Figura 3 mostra a distribuição geográfica das organizações de produtores que comercializaram com o PAA, em relação aos municípios em que estão situadas as sedes destas.

Figura 3 – Municípios da Microrregião Geográfica de Jales-SP que tiveram organização coletiva de produtores participantes do PAA no período compreendido entre 2011 e 2016



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

No Quadro 1 se apresenta as organizações de produtores rurais que participaram da coleta de dados da pesquisa. Dos 23 municípios da Microrregião Geográfica de Jales, apenas oito (8) tiveram associações e/ou cooperativas que participaram de um ou mais anos do PAA no período compreendido entre 2011 e 2016. Apenas o município de Populina, por meio da Associação dos Produtores Rurais Assentados Santa Rita, participou de todos os anos; os demais municípios participaram em anos consecutivos ou alternados, sendo que a partir de 2015, houve redução drástica de projetos aprovados.

Quadro 1 – Municípios e entidades da MRG de Jales proponentes no Programa de Aquisição de Alimentos – 2011 a 2016

MUNICÍPIO	ENTIDADE PROPONENTE	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Aspásia	Associação dos Produtores Rurais de Aspásia	X	X	X	-	-	-
Jales	Cooperativa Agrícola dos Produtores da Região de Jales	X	X	X	X	-	-
Paranapuã	Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho	X	-	X	X	-	-
Pontalinda	Associação dos Produtores Rurais de Pontalinda	-	X	-	-	X	-
Populina	Associação dos Produtores Rurais Assentados Santa Rita	X	X	X	X	X	X
Santa Fé do Sul	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul	X	X	-	X	-	-
	Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacuri	X	X	-	X	-	-
Santa Salete	Associação Municipal dos Produtores de Santa Salete – AMPRUSS	X	-	X	X	-	-
Urânia	Central das Associações do Município de Urânia - CAMU	-	-	X	X	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Na pesquisa qualitativa é um grande dilema saber a quantidade de entrevistas necessárias para atender os objetivos da pesquisa. Qual seria a quantidade de entrevistas necessárias? De acordo com Baker e Edwards (2017), a quantidade de entrevistas depende dos recursos, tempo disponível e da população que está se pesquisando. No entanto, o tamanho da amostra deve ser suficiente para obter resposta da maioria das percepções. Os pesquisadores normalmente usam a saturação como princípio orientador durante a coleta de dados, entretanto é possível perceber a saturação quando não são percebidas informações adicionais, se a amostra é muito grande, os dados se tornam repetitivos e, eventualmente, são supérfluos (MASON, 2010). É importante ressaltar que a pesquisa não teve como objetivo realizar a análise estatística dos participantes da pesquisa, mas sim uma análise qualitativa dos dados obtidos.

A Tabela 1 mostra a população e a amostra da pesquisa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Microrregião Geográfica de Jales – SP no período de 2011 a 2016. Foi realizada a quantificação dos produtores que comercializaram por meio do PAA e, posteriormente, se identificou quais Entidades receberam as doações. Na MRG de Jales, há oito

organizações coletivas formais de produtores rurais e foram entrevistados os representantes de cada uma destas, mesmo aquelas que deixaram de comercializar com o Programa. Vale destacar, que dentre os 498 produtores que participaram da entrega no período citado, apenas uma parcela deles participou ativamente todos os anos. No sítio eletrônico do PAA DATA encontram-se disponibilizados os nomes dos agricultores que entregaram para o PAA. A partir desta lista, selecionou-se aqueles que tiveram mais participação no Programa de cada Entidade Proponente, sendo que, ao total foram entrevistados 11 produtores assentados e 19 agricultores convencionais³. No período analisado, o PAA beneficiou várias entidades socioassistenciais, totalizando 45. Em alguns municípios, a doação era direcionada apenas para o Fundo Social que ficava a cargo de redistribuir os alimentos, já em outros municípios, os produtos eram direcionados para as próprias Entidades, que redistribuíam os alimentos. Posteriormente, essas informações serão detalhadas.

A pesquisa de campo foi organizada de forma que a logística das entrevistas fosse otimizada, pois são oito (8) associações e uma (1) cooperativa que estão distribuídas em oito (8) municípios. A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita (APRASR), sediada no município de Populina, foi a primeira a ser visitada, foram quatro dias não consecutivos de entrevistas, ainda foi possível acompanhar a entrega dos alimentos.

Tabela 1 – População e amostra da pesquisa do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Microrregião Geográfica de Jales – SP no período de 2011 a 2016

População	População Alvo Estimada		Descrição	Tamanho da Amostra
<i>Entidades Proponentes</i>	Aspásia	1	Cooperativas/ Associações ou chamada de Entidade Proponente.	As entrevistas foram feitas nos municípios de: Paranapuã, Populina/Turmalina e Pontalinda, Santa Fé do Sul, Urânia, Santa Salete, Aspásia e Jales.
	Jales	1		
	Paranapuã	1		
	Pontalinda	1		
	Populina/Turmalina	1		
	Santa Fé do Sul	2		
	Santa Salete	1		
	Urânia	1		
	TOTAL	9		
<i>Produtores Rurais Participantes por Município</i>	Aspásia	37	Produtores rurais que comercializaram para o PAA	2
	Jales	94		6
	Paranapuã	32		2
	Pontalinda	52		3
	Populina/Turmalina	101		7

continua...

³ Foram considerados como convencionais os agricultores familiares em que as propriedades não foram obtidas por meio de programas de reforma agrária e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf). Já aqueles que obtiveram o lote por meio de programa de reforma agrária e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf), foram considerados como produtores rurais assentados.

Tabela 1 – continuação

	Santa Fé do Sul	61		4
	Santa Salete	63		4
	Urânia	42		2
	TOTAL	498		30
População	População Alvo Estimada		Descrição	Tamanho da Amostra
Órgãos Públicos	Aspásia		Representante do órgão público	1
	Jales			1
	Paranapuã			1
	Pontalinda			1
	Santa Fé do Sul			1
	Urânia			1
	TOTAL			06

Fonte: Elaborada pela autora.

Análise dos dados: Após o término da etapa de coleta de dados de fonte primária e secundária, é preciso escolher o método ou técnica para analisar os dados coletados. A análise qualitativa de dados tem viés indutivo, pois tem como foco a fidelidade. Para Minayo (1993), após a fase coleta de dados de campo é preciso fazer o confronto entre abordagem teórica e a contribuição da pesquisa de campo. Minayo (2009) sugere a divisão da análise de dados em três etapas: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise propriamente dita. A pesquisa qualitativa não tem a finalidade de contar opiniões pessoais, mas sim explorar o conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema, no entanto, é necessário considerar que poderá haver diversidade de opiniões dentro do mesmo segmento social e toda a análise deve considerar essa variável (GOMES, 2009). Os dados coletados foram tratados pela técnica de análise de conteúdo. De acordo com Vergara (2008), nesse método o tratamento dos dados procura identificar o que está sendo dito a respeito de um determinado tema. Bardin (2011) acrescenta que esse método permite que o pesquisador interprete as informações obtidas.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA NO BRASIL

Nesta seção, aborda-se o conceito da agricultura familiar e sua importância para a produção agropecuária brasileira. Destacou-se o papel do Estado na formulação das políticas públicas para a agricultura familiar. De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, o Brasil possui 5.072.152 estabelecimentos agropecuários, sendo que no Censo Agropecuário de 2006 eram 5.175.636 tendo havido, portanto, a redução de 2% (103.484 unidades) no número de estabelecimentos. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 demonstram que agricultura familiar possuía 4.366.267 estabelecimentos agropecuários, o que representava 84,36% do número total de estabelecimentos. Os estudos do Banco Mundial e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) mostram que agricultura familiar desempenha um papel crucial na economia brasileira, pois o setor faturou \$55,2 bilhões, ocupando o oitavo lugar no mundo na produção de alimentos quando se considera apenas os agricultores familiares (BRASIL, 2018).

Segundo Mitidiero Junior, Barbosa e Sá (2017), as estatísticas do Censo Agropecuário do IBGE referentes à Agricultura Familiar revelaram a grande importância que essa categoria social tem para o país, seja do ponto de vista econômico e social.

É bom enfatizar: agora é oficial que a pequena produção familiar produz parte significativa dos alimentos [...] foi disseminada em diversos meios a média de que a agricultura familiar era responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Esta informação foi vista com olhos raivosos pelos ruralistas/agronegócio, o que levou uma parte da intelectualidade aliada a esse segmento, a produzir estudos que combatessem as conclusões apontadas no Volume Especial da Agricultura Familiar (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017, p. 8).

Embora a importância da agricultura familiar não seja recente, esta só passou a ter sua inserção nas estatísticas oficiais e respaldar as políticas públicas após a promulgação da Lei nº 11.326 sancionada em 24 de julho de 2006. De acordo com Baiardi (2014), a agricultura familiar sempre esteve presente, mas, no decorrer dos anos, a agricultura familiar se transformou e passou a ser mais integrada às cadeias agroindustriais, enquanto outras atividades passaram a ser exercidas no meio rural como as atividades não agrícolas e houve maior diversificação das atividades.

No passado, o termo agricultura familiar não era utilizado. Altafin (2005) destaca duas vertentes da delimitação do conceito de agricultura familiar: a primeira que considera que a atual agricultura familiar é uma nova categoria social que surgiu a partir das transformações da

sociedade capitalista. Já a outra, diz que a agricultura familiar nacional passou por evolução, mas possui raízes históricas ligadas à forma de ocupação do meio rural brasileiro. Martins (1986) afirma que as palavras camponês e campesinato são recentes no vocabulário brasileiro, antes tinha outras denominações que se diferenciavam em cada região do Brasil. Em São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, era conhecido como caipira. Já no litoral paulista era denominado caiçara. No Nordeste, chamado de tamboréu. Nas mais diversas regiões do país era denominado de caboclo. Hespanhol e Costa (2002) afirmam que até meados da década de 1990, a categoria social agricultura familiar era encontrada sob diversas perspectivas teóricas, como campesinato, pequena produção, agricultura de baixa renda, agricultura de subsistência, e outras mais.

Segundo Wanderley (1999), agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem corresponde a uma categoria analítica nova. No entanto, é apresentada como se fosse um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que passou assumir a condição de produtor moderno. Para essa autora, a agricultura atualmente assume racionalidade diferente do passado, o agricultor procurou a modernização da produção agrícola e das relações sociais de produção, antes esse sujeito era portador de agricultura rústica ou tradicional.

Wanderley (1999) salienta também que essa agricultura familiar sempre ocupou espaço secundário na sociedade brasileira, o que impossibilitou o desenvolvimento de suas potencialidades. Grisa e Schneider (2014) afirmam que a agricultura familiar esteve fora das ações implementadas pelo Estado brasileiro, no entanto, no final dos anos 1980, o país passou por diversas mudanças político-econômicas, abrindo novas possibilidades de criação de políticas para essa categoria social. Para Picolotto (2011), o reconhecimento da agricultura familiar possui três formatos distintos, porém complementares. Primeiro, essa categoria social passou a ter maior importância política, e seus atores passaram a ter representantes com a constituição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e também houve a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Segundo, foi a partir da década de 1990 que passou a ser reconhecida como categoria social, no entanto, o reconhecimento por parte do Estado não foi espontâneo. Schneider (2003) relata que durante a década de 1990 vários movimentos sociais do campo orientados pelo sindicalismo rural ligado à Contag pressionaram para que houvesse democratização das políticas públicas. Hespanhol e Costa (2002) ressaltam que as políticas públicas deveriam ser específicas para agricultura familiar. Por fim, a agricultura familiar passou por um processo de reversão de valores, pois era conhecida como atrasada, ineficiente e inadequada. Vários setores da sociedade (sindicalismo, acadêmicos e o Estado) realizaram

uma luta simbólica para associar adjetivos positivos, como: moderna, eficiente e sustentável, solidária e produtora de alimentos.

A Constituição Federal de 1988 teve papel importante na introdução de algumas políticas sociais. Foi a partir daí que a agricultura familiar mudou sua postura perante o Estado, uma vez que a constituinte proporcionou abertura democrática e trouxe mudanças político-institucionais (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Os autores destacam que a Constituição de 1988 proporcionou a participação social e reconheceu direitos, destacando-se pontos importantes, tais como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no ano de 1995. Essa foi a mais importante política pública destinada à agricultura familiar no país. Mattei (2010) lembra que o Pronaf, foi criado para atender antigas demandas das organizações dos trabalhadores rurais.

Souza e Hespanhol (2016) afirmam que as políticas públicas sempre privilegiaram uma parcela restrita de produtores rurais, destacando-se a política de modernização da agricultura, que na década de 1970 concedeu crédito altamente subsidiado para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos modernos aos médios e grandes produtores rurais. Depois de longos anos de marginalização da agricultura familiar, a criação do Pronaf foi um marco importante. Cazella, Mattei e Schneider (2016) afirmam que o Pronaf foi uma resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, pois desde a década de 1970, o pequeno produtor esteve excluído das políticas públicas de crédito rural. Até então, não havia política específica de crédito, dessa maneira, os produtores rurais encontravam dificuldades de se manter no campo. Esses autores citam que o Pronaf tinha quatro objetivos específicos:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) proporcionar a infraestrutura mínima para os produtores rurais; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 24).

De acordo com Hentz, Aristides e Hespanhol (2015), para ter acesso à política de crédito do Pronaf, é preciso atender alguns requisitos para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e, ainda, ter que elaborar o Projeto Técnico de Financiamento. Certamente, o Pronaf é o marco inicial do reconhecimento da agricultura familiar como categoria social, foi a partir de meados da década de 1990 e no decorrer dos anos 2000, que esse segmento passou a ser beneficiado com várias políticas públicas, uma delas é o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), no ano de 2003, tema que será tratado posteriormente.

Posteriormente, outras políticas públicas foram implementadas para o campo, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); e em 2006, foi regulamentada, a Lei da Agricultura Familiar, quando a agricultura familiar passou a ter o respaldo legal do Estado como categoria social e passou a usufruir de políticas públicas. Foi nesse período que essa categoria de produtores rurais passou a ter reconhecimento da sua importância nacional. Antes esquecida, e a margem da sociedade, passa a ter papel relevante, várias publicações passaram a mostrar a importância econômica da agricultura familiar e seu papel na produção de alimentos (PICOLOTTO, 2011).

De acordo com o MDA, tornou-se possível a delimitação conceitual dos estabelecimentos agropecuários deste segmento social a partir dos critérios previstos na Lei 11.326/2006, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006 (BRASIL, 2006). De acordo com a legislação em vigor, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividade no meio rural, simultaneamente, atendendo aos seguintes critérios:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais⁴;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Pelos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 é possível observar a força e a importância da agricultura familiar. De acordo com essa publicação, em 2006, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil eram considerados familiares, o que representava 4.367.902 estabelecimentos rurais, totalizando 80,102 milhões de hectares (IBGE, 2006). No entanto, essa categoria social detém apenas 24,3% da área total utilizada pelos estabelecimentos agropecuários.

A análise dos dados da Tabela 2 mostra que agricultura familiar é a principal produtora de alimentos básicos. O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 revelou que a agricultura

⁴ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (EMBRAPA, 2018).

familiar é responsável pela produção de 83% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do arroz, 58% do leite de vaca e 59% da carne suína (IBGE, 2006). É inegável a importância da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil. Uma parte da produção da agricultura familiar tem como destino majoritariamente o mercado interno, sendo a restante destinada ao mercado internacional, uma vez que alguns produtos listados na Tabela 1 são considerados *commodities* internacionais. O café é um dos produtos provenientes da agricultura familiar que tem sido exportado, sendo que o associativismo e o cooperativismo têm sido decisivos para que se tenha volume de produção para atender o mercado internacional.

Tabela 2 – Comparação da participação da agricultura familiar e não familiar no Brasil na variável número de estabelecimentos na produção de alimentos básicos (em %)

Variável	Agricultura familiar - Lei nº 11.326 (%)	Não Familiar (%)
Produção Vegetal		
Arroz em casca		
Estabelecimentos.....	89	11
Quantidade Produzida (kg).....	33	67
Área Colhida (ha).....	48	52
Valor de Produção.....	52	48
Feijão Preto		
Estabelecimentos	90	10
Quantidade Produzida (kg).....	70	30
Área Colhida (ha).....	81	19
Valor de Produção.....	69	31
Mandioca		
Estabelecimentos.....	91	9
Quantidade Produzida (kg).....	83	17
Área Colhida (ha).....	86	14
Valor de Produção.....	87	13
Milho em grãos		
Estabelecimentos.....	88	12
Quantidade Produzida (kg).....	46	54
Área Colhida (ha).....	55	45
Valor de Produção.....	46	54
Soja		
Estabelecimentos.....	76	24
Quantidade Produzida (kg).....	14	86
Área Colhida (ha).....	15	85
Valor de Produção.....	15	85

continua...

Tabela 2 – Continuação

Variável	Agricultura familiar - Lei nº 11.326 (%)	Não Familiar (%)
Trigo		
Estabelecimentos.....	69	31
Quantidade Produzida (kg).....	21	79
Área Colhida (ha).....	25	75
Valor de Produção.....	21	79
Café		
Estabelecimentos.....	82	18
Quantidade Produzida (kg).....	38	62
Área Colhida (ha).....	45	55
Valor de Produção.....	33	67
Produção Animal		
Bovinos		
Estabelecimentos.....	80	20
Número de cabeças em 31/12.....	30	70
Leite de vaca		
Estabelecimentos.....	81	19
Quantidade produzida (litros).....	58	42
Valor de produção (R\$).....	56	44
Leite de cabra		
Estabelecimentos.....	85	15
Quantidade produzida (litros).....	67	33
Valor de produção (R\$).....	65	35
Aves		
Estabelecimentos.....	86	14
Número de cabeças em 31/12.....	51	49
Ovos de galinha (dz)	16	84
Valor de produção (R\$).....	17	83
Suínos		
Estabelecimentos.....	86	14
Número de cabeças em 31/12.....	59	41
Valor de produção (R\$).....	51	49

Fonte: Elaborada pela autora com dados de IBGE, 2006.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 no Brasil mostram que a agricultura familiar é predominante em números de estabelecimentos, o que representa cerca de 84,40%, no entanto, quando se trata de área, a agricultura familiar fica com apenas 24,3% do total (Tabela 2). As estatísticas demonstram acentuada concentração fundiária, sendo que a terra não cumpre a função social. Leite (2018) afirma que isso decorre do processo de ocupação que privilegiou o latifúndio monocultor e a base trabalhista escravocrata.

A Região Nordeste possui o maior número de estabelecimentos classificados como familiar, com 2,1 milhões do total de estabelecimentos, o que corresponde um pouco mais de 50% do total do Brasil. No entanto, em alguns estados da Região Nordeste, o agronegócio tem alcançado intenso crescimento, sendo consolidado como nova fronteira agrícola. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que, nessa região, quase 90% dos estabelecimentos são

representados pelos agricultores familiares, mas quando se trata de proprietário da área, essa categoria social fica com apenas 10,87%, isso mostra significativa concentração fundiária na Região Nordeste. Santos, Neves e Leão (2009), França e Medeiros (2002) e Aguiar, Pires e Cássia (2006) esclarecem que a estrutura fundiária nos estados nordestinos praticamente não se alterou ao longo do tempo, visto que extensa parcela de terras está nas mãos de uma minoria. Neste sentido, Castro elucida que:

A agricultura praticada na região nordestina é muito variada, seja quanto às culturas plantadas, seja em relação ao nível da tecnologia empregada na produção agrícola. A cana-de-açúcar é o principal produto agrícola da região, com lavouras concentradas principalmente em Alagoas, Pernambuco e Paraíba (nessa ordem), sendo também importantes os plantios de algodão (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte), de soja (Bahia, Maranhão), milho, tabaco (Bahia), caju, uva, manga, melão e outros frutos para consumo interno e exportação. Nos vales do rio São Francisco (Bahia) e do Açú (Rio Grande do Norte) existe o cultivo irrigado de frutas para exportação (CASTRO, 2012, p. 8).

Em se tratando do perfil produtivo, a agricultura familiar nordestina tem cultivado banana, café laranja, uva, milho, mandioca, abóbora, feijão, arroz, caprinos e ovinos. Vale destacar que alguns dos cultivos citados são produzidos pela agricultura familiar mais capitalizada, contudo, a maioria dos agricultores familiares produz para o autoconsumo (GUANZIROLI; SABBATO; VIDAL, 2014).

Para Castro (2014), analisando os dados do Censo Agropecuário de 2006, destaca que a agricultura familiar possui grande contribuição em número de estabelecimentos, no entanto, a sua participação no valor de produção é muito baixa, representando apenas 15,71% do total. No Estado Maranhão, a agricultura familiar representa uma parcela de 91,31% do total de estabelecimentos, em se tratando de área, apenas 34,79% pertencem a estes. Levando em consideração o número de estabelecimentos, é alta a presença dessa categoria social nos demais estados nordestinos, mas a disparidade acontece quando se trata da participação na quantidade de terra, sendo que Alagoas fica com apenas 32,38%, Sergipe se destaca com quase metade (48,02%) das terras que pertencem à agricultura familiar. Vale lembrar que a Região Nordeste possui limitações no desenvolvimento da agricultura. Na visão de Castro (2012), as condições edafoclimáticas acabam limitando o desenvolvimento da agricultura da região, a falta de chuva impacta diretamente e milhares de hectares se tornam improdutivos. Silva (2003) acrescenta que essa situação acarreta atraso econômico e disparidades regionais, pois o semiárido brasileiro é o maior do mundo quando se leva em consideração a sua extensão e a densidade demográfica, o que corresponde a 86% da Região Nordeste.

Os estados da Região Sul tiveram maciça influência da colonização europeia, o que certamente contribuiu para formação das pequenas e médias propriedades rurais (SWAIN, 1988). De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 3), todos os estados da Região Sul possuem vigorosa presença da agricultura familiar, sendo que o Estado de Santa Catarina conta com 87,03% dos estabelecimentos familiares, seguidos por Rio Grande do Sul com 85,75% e Paraná com 81,63%. Contudo, em relação à área dos estabelecimentos, há concentração de terras nas mãos da agricultura não familiar, essa realidade não é diferente das demais regiões. O Estado de Santa Catarina possui 43,79% das terras nas mãos da AF, seguido dos estados do Rio Grande do Sul com 30,55% e Paraná com 27,80%. Devido ao fato da colonização por colonos europeus, a Região Sul teve a agricultura familiar em sua formação (WAIBEL, 1949), os três estados apresentam características quanto à formação do espaço, à estrutura agrária e às atividades desenvolvidas (STOFFEL, 2012).

No ano de 2006, em média, os estados pertencentes à Região Sudeste possuíam 79,91% dos estabelecimentos ocupados por agricultores familiares (IBGE, 2017). Em se tratando de área, na Região Sudeste, em média, os agricultores não familiares ficam com 76,42% de toda área disponível, sendo que 65,94% para o Espírito Santo e 84,99% no Estado de São Paulo (Tabela 3). Os principais produtos agropecuários da região considerando o valor de produção são: cana-de-açúcar, café arábica, leite de vaca e laranja. As produções de cana-de-açúcar e laranja localizam-se no Estado de São Paulo, já o café arábica está concentrado, principalmente, em Minas Gerais e o leite de vaca está presente em toda a região.

A Região Norte possui 475.775 estabelecimentos agropecuários, sendo que 413.101 de agricultura familiar, representando, aproximadamente, 86,83% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar do Brasil, como apresentado pelo Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 3). Entretanto, a agricultura familiar condiz com apenas 30,39% da área total.

Na Região Norte do país, o Estado do Amazonas se destaca com 92,60% dos estabelecimentos considerados familiares, seguido do Pará (88,34%), Rondônia (86,42%), Roraima (86,40%), Acre (85,43%), Amapá (81,17%) e Tocantins (75,84%). Assim, como as demais regiões, a estrutura fundiária é bastante concentrada, o Estado do Amapá se sobressai, pois 85% do total da área são destinados à agricultura não familiar, já o estado do Acre possui a menor concentração fundiária da Região Norte, em que a agricultura não familiar fica com 57,20% do total da área (Tabela 3).

Na Amazônia Legal é permitido somente o desmatamento de 20% da área total, dessa forma, a disponibilidade de terras para as atividades agropecuárias torna-se menor. Santos et al. (2017) relatam que a maior parte dos agricultores familiares da região possui renda baixa, há

diversidade nos cultivos e nos sistemas de produção, além disso, a região vive diversos conflitos entre ambientalistas e o segmento de interesses econômicos.

Segundo dados do IBGE (2018), os principais produtos oriundos do Norte são a castanha-do-brasil, que contribui com uma produção de 96% do total do Brasil, açaí (93%), dendê (85%), pimenta-do-reino (71%), cacau (39%), mandioca (35%), abacaxi (26%) melancia (21%) e banana (14%).

Em contrapartida, a Região Centro-Oeste possui a menor concentração de estabelecimentos familiares, representando apenas 4,98% do total. Em se tratando de área pertencente à agricultura familiar, o Estado de Goiás possui, segundo o Censo Agropecuário de 2006, 12,69%, seguidos dos estados de Mato Grosso (9,94%) e Mato Grosso do Sul (3,91%). No entanto, quando se trata do número de estabelecimentos, 75,95% estão nas mãos da agricultura familiar, seguido de Goiás (65,09) e Mato Grosso do Sul (63,30%) (IBGE, 2006). Os números mostram que há grande concentração fundiária na região Centro-Oeste, onde imensas áreas estão nas mãos de poucas pessoas. Essa região possui sua base produtiva concentrada em poucas culturas, sendo que os cinco principais produtos da agropecuária regional são, em se tratando de valor de produção, soja, carne bovina, cana-de-açúcar, algodão e milho. O latifúndio é estimulado principalmente pelo agronegócio de exportação. O Estado do Mato Grosso é um exemplo na concentração de terras, pois, no passado, muitas terras públicas tiveram facilitação no acesso por meio de incentivos fiscais e empréstimos, um dos fatores responsáveis pela criação de imensos latifúndios (JOSEPH; SILVA, 2008). Na Figura 3 são representados os municípios brasileiros com maior incidência de Agricultura Familiar. É possível detectar pelas “manchas de municípios” que a maior concentração da agricultura familiar encontra-se presente, sobretudo, nas regiões Nordeste, Norte e Sul do país. Guanzirolli, Buainain e Sabbato (2012) pontuam que essas regiões tiveram aumento da presença da agricultura familiar ao longo dos anos, cujas políticas públicas impulsionaram a agricultura familiar. É na Região Centro-Oeste, por sua vez, a presença da agricultura familiar revela-se pouca expressiva, visto que essa categoria social fica com apenas 9% da área.

Tabela 3 – Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar, segundo grandes regiões e unidades da federação– 2006

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura Familiar Lei nº 11.326				Não Familiar			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Brasil	4 367 902	84,40	80 250 453	24,32	807 587	15,60	249 690 940	75,68
Nordeste	2 187 295	89,13	28 332 599	37,48	266 711	10,87	47 261 842	62,52
Maranhão	262 089	91,31	4 519 305	34,79	24 948	8,69	8 472 143	65,21
Piauí	220 757	89,97	3 761 306	39,57	24 621	10,03	5 745 291	60,43
Ceará	341 510	89,63	3 492 848	44,09	39 504	10,37	4 429 366	55,91
Rio Grande do Norte	71 210	85,74	1 046 131	32,82	11 842	14,26	2 141 771	67,18
Paraíba	148 077	88,52	1 596 273	42,20	19 195	11,48	2 186 605	57,80
Pernambuco	275 740	90,47	2 567 070	47,24	29 048	9,53	2 866 999	52,76
Alagoas	111 751	90,61	682 616	32,38	11 580	9,39	1 425 745	67,62
Sergipe	90 330	89,79	711 488	48,06	10 276	10,21	768 925	51,94
Bahia	665 831	87,43	9 955 563	34,12	95 697	12,57	19 224 996	65,88
Sul	849 997	84,48	13 066 591	31,47	156 184	15,52	28 459 566	68,53
Paraná	302 907	81,63	4 249 882	27,80	68 144	18,37	11 036 652	72,20
Santa Catarina	168 544	87,03	2 645 088	43,79	25 119	12,97	3 395 047	56,21
Rio Grande do Sul	378 546	85,75	6 171 622	30,55	62 921	14,25	14 027 867	69,45
Sudeste	699.978	75,92	12.789.019	23,58	222.071	24,08	41.447.150	76,42
Minas Gerais	437.415	79,30	8.845.883	27,10	114.202	20,70	23.801.664	72,90
Espírito Santo	67.403	79,90	966.797	34,06	16.953	20,10	1.871.381	65,94
Rio de Janeiro	44.145	75,49	470.221	22,98	14.335	24,51	1.575.646	77,02
São Paulo	151.015	66,35	2.506.118	15,01	76.579	33,65	14.195.353	84,99

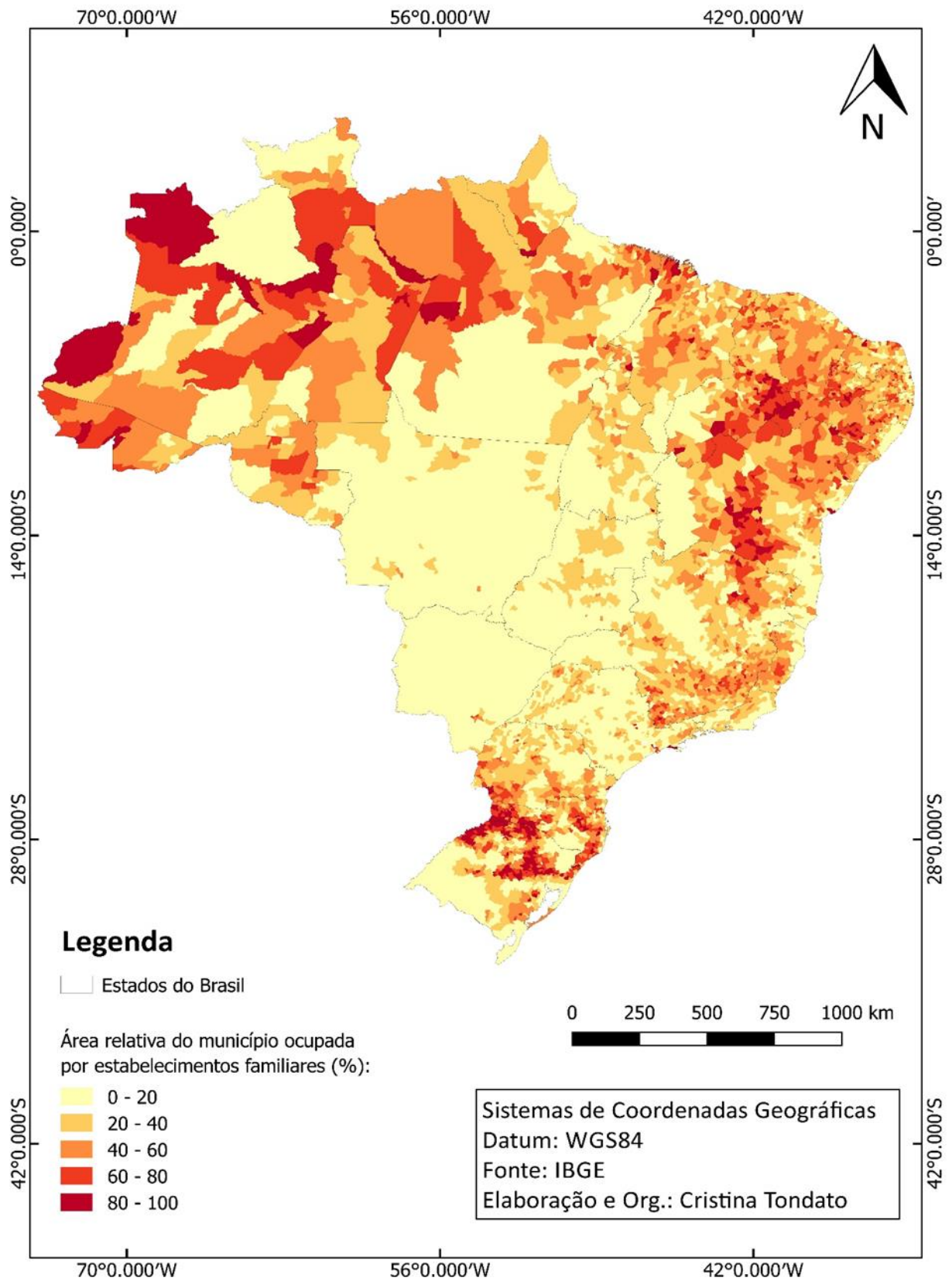
continua...

Tabela 3 – continuação

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura Familiar Lei nº 11.326				Não Familiar			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Norte	413.101	86,83	16.647.328	30,39	62.674	13,17	38.139.968	69,61
Rondônia	75.251	86,42	3.302.769	39,65	11.826	13,58	5.026.364	60,35
Acre	25.187	85,43	1.494.424	42,80	4.295	14,57	1.996.859	57,20
Amazonas	61.843	92,60	1.477.045	40,64	4.941	7,40	2.157.265	59,36
Roraima	8.908	86,40	637.963	37,53	1.402	13,60	1.061.871	62,47
Pará	196.150	88,34	6.909.156	30,75	25.878	11,66	15.556.870	69,25
Amapá	2.863	81,17	130.770	14,97	664	18,83	743.018	85,03
Tocantins	42.899	75,84	2.695.201	18,86	13.668	24,16	11.597.721	81,14
Centro-Oeste	217.531	68,52	9.414.915	9,07	99.947	31,48	94 382 413	90,93
Mato.Grosso.do Sul	41.104	63,37	1.190.206	3,96	23.758	31,48	28.866.741	96,04
Mato Grosso	86.167	76,27	4.884.212	10,22	26.811	36,63	42.921.302	89,78
Goiás	88.436	65,18	3.329.630	12,96	47.247	23,73	22.353.918	87,04
Distrito Federal	1.824	46,12	10.867	4,32	2.131	34,82	240.453	95,68

Fonte: Elaborada pela autora com dados de IBGE, 2006.

Figura 4 – Brasil: Municípios com maior incidência de Agricultura Familiar



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2006.

4 CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JALES

Esta seção apresenta o processo de formação da MRG de Jales, além dos vários aspectos relacionados a essa região: mudanças demográficas, estrutura fundiária, principais produtos produzidos ao longo dos anos e importância econômica. Serão trazidos ainda outros dados relevantes a fim de contextualizar o perfil da região onde foi realizada a presente pesquisa.

4.1 PROCESSO DE FORMAÇÃO DA MRG DE JALES

A Microrregião de Jales pertence à Mesorregião de São José do Rio Preto, localizada no Noroeste do Estado de São Paulo. Historicamente todos os municípios da MRG de Jales pertenceram à chamada Fazenda Ponte Pensa. Nardoque (2016) afirma que a Fazenda Ponte Pensa teve sua ocupação por meio de posses, pelos mineiros, no início do século XIX; passou pelo processo de grilagem, privatização e aumento do preço da terra – muitas delas com documentos falsificados – e, ainda, ocorreram vários projetos de implantação de cidades com intenção de facilitar as vendas dos terrenos.

A Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC) e uma subsidiária da Companhia Paulista de Estrada de Ferro adquiriram parte da fazenda e, posteriormente, dividiram-na em glebas.

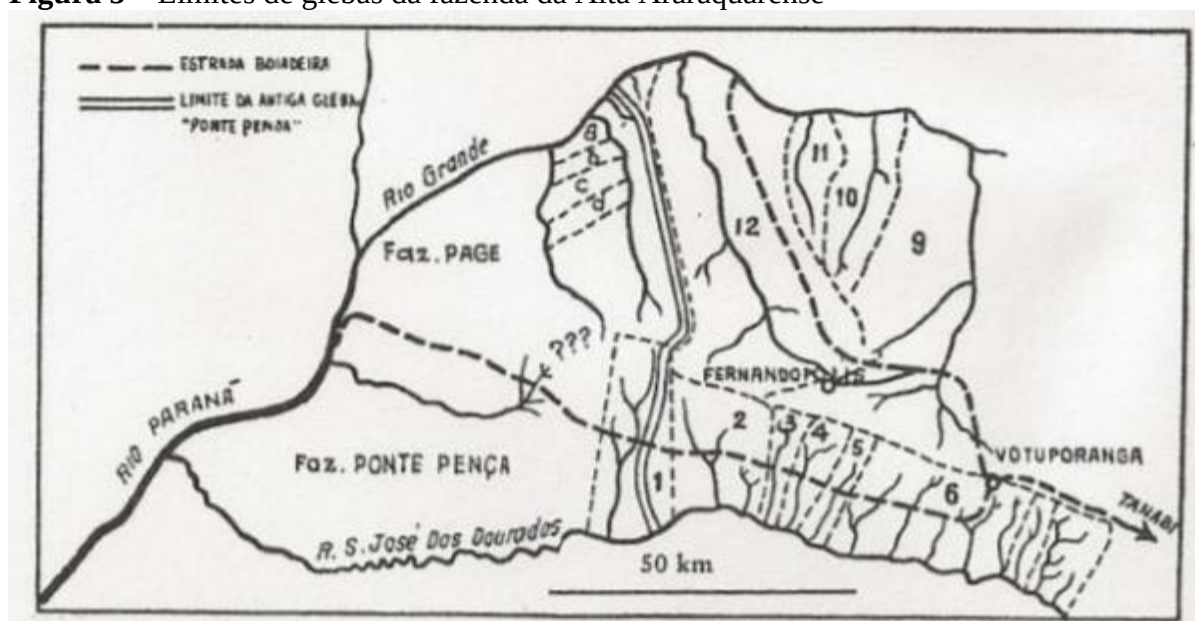
Ao contrário de outras glebas da Fazenda Ponte Pensa, retalhadas por grandes companhias como a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC), a Almeida Prado e a Shimidt, Jales teve um processo de colonização diferente das áreas de atuação destas empresas, efetuado por um empreendimento peculiar. A área deste município corresponde a porções de terras da 1ª Gleba da Fazenda Ponte Pensa, denominada Fazenda Marimbondo ou Coqueiros, que sofreu uma ação demarcatória no final da década de 1920 (NARDOQUE, 2007, p. 9).

Melo (2012) relata que toda a MRG de Jales está inserida na Fazenda Ponte Pensa (Figura 5) e na Fazenda Pajé, que tinha área total de 500.940 hectares e era de propriedade de Patrício Lopes de Souza.

Para Locatel (2002), a MRG de Jales teve mais de um século de expansão, o que provocou significativas mudanças na sua organização espacial, tendo a sua primeira etapa na ocupação capitalista do século XIX, com a chegada de população, principalmente de Minas Gerais. Até 1920, na área ocupada produzia-se somente para a subsistência dos agregados e pequenos posseiros. Esse autor ainda lembra que o processo de ocupação da região foi

extremamente violento, sendo que vários grupos indígenas presentes na área foram praticamente extintos mediante confronto com o “colonizador”.

Figura 5 – Limites de glebas da fazenda da Alta Araraquarense



Fonte: MONBEIG, 1984, p. 217.

Reis (1990) relata que, a partir da década de 1940, praticamente toda região já havia sido retalhada – eram muitas escrituras, e muitas delas estavam duplicadas, consequência de um longo e complicado esquema de grilagem. A região tinha fama pela qualidade do solo e a grande quantidade de madeiras para extração despertou interesse e cobiça pelos afortunados da época.

Nardoque (2007) lembra que a maioria dos municípios da MRG de Jales foi fundada entre as décadas de 1940 e 1960, o que desencadeou um aumento nos valores das terras, devido à formação de vilas e construção de outras infraestruturas. Essa região atraiu muitos migrantes de outras regiões brasileiras, principalmente nordestinos e imigrantes estrangeiros.

A ferrovia teve papel importante na formação dos núcleos urbanos, pois muitos agricultores adquiriram as suas terras próximas aos trilhos dos trens com o objetivo de diminuição dos custos de escoamento da produção (MELO; SILVA, 2011). Monbeig (1984) relata que o avanço da ferrovia era desejo dos fazendeiros e, ao mesmo tempo, auxiliava no povoamento das regiões mais distantes. As ferrovias assumiram papel determinante no crescimento das cidades e tornaram-se importantes elementos direcionadores na localização e expansão física. Sposito (1991) salienta que as cidades no estado de São Paulo foram fundadas a partir da expansão da agricultura, principalmente a partir do avanço do complexo cafeeiro.

A região Noroeste do Estado de São Paulo era pouco explorada, pois foi a última região a ser inserida no complexo cafeeiro (CAMPOS, 2004). Pela Figura 6, é possível observar que as linhas férreas a partir do município de São José do Rio Preto foram implantadas após a década de 1941. Foi em 1951 que a Ferrovia Araraquarense chegou em Jales e em 1952 atingiu a cidade de Santa Fé do Sul (PUPIM, 2008).

No período de 1950 a 1960, houve intensa negociação das terras da Fazenda Ponte Pensa que possuía 500.940 hectares, que haviam sido parcelados por meio de grilagem e projetos imobiliários, implantados a partir da década de 1940 (NARDOQUE, 2007). Para Marques, Moal e Andrade (2014), a ferrovia favoreceu o desenvolvimento de atividades econômicas e a ocupação urbana, uma vez que incentivou a migração para as regiões pouca ou nada adensadas da região Noroeste paulista.

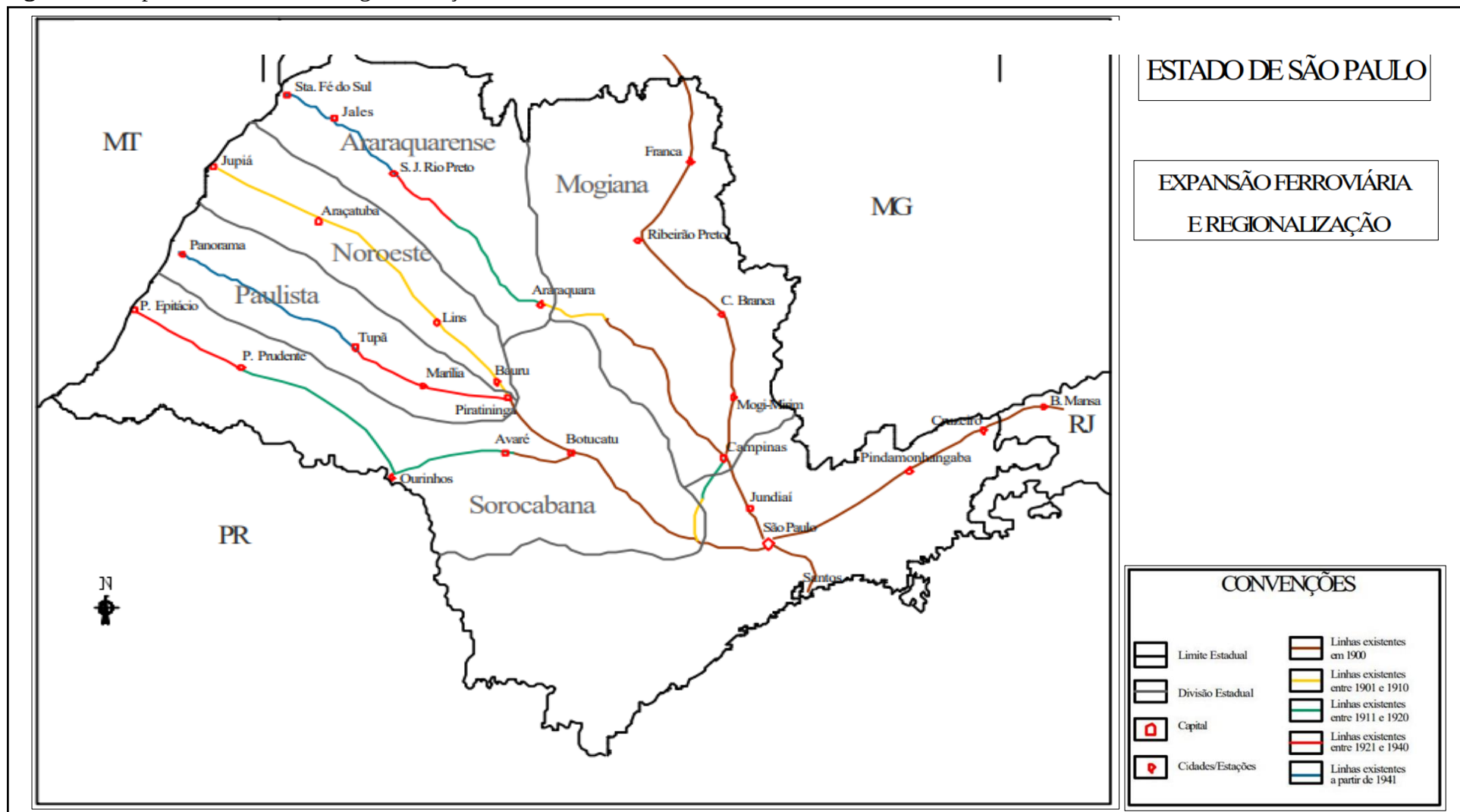
Na década de 1940, a terra era a principal mercadoria comercializada na Microrregião de Jales, que foi vendida a pequenos agricultores, o que acarretou em uma estrutura fundiária menos concentrada – característica marcante nessa região –, se destacando frente as demais regiões do estado de São Paulo (LOCATEL, 2004). Para Nardoque (2002), a origem das pequenas propriedades rurais está relacionada com a forma de ocupação da região, que foi por meio da especulação imobiliária. De acordo com Melo e Silva (2011, p. 11):

Entre as décadas de 50 e 60 todas as terras da fazenda Ponte Pensa haviam sido vendidas. Entre os anos de 1946-56, a CAIC venderia 1546 lotes rurais entre 5 e 30 alqueires. Poucos foram os lotes vendidos acima de 50 alqueires. O projeto colonizador, segundo enfatizou Murumatsu, “nasce na mesa dos dirigentes dessas companhias”. Através de cálculos que estabeleciam o tamanho dos lotes em função da rentabilidade esperada, da disponibilidade de mão-de-obra e das possibilidades de aquisição do pequeno agricultor, é que se definia as extensões dos lotes a serem vendidos.

No período de 1920 a 1960, as cidades não eram atrativas devido à precariedade das atividades urbanas, sendo que o setor terciário ainda era incipiente e o secundário se limitava ao beneficiamento de alguns produtos agrícolas e oferta de insumos para a construção civil (VASCONCELOS, 1992). Vasconcelos⁵ também afirma que foi aproximadamente na década de 1950 que as sub-regiões de Votuporanga, Fernandópolis e Jales, na Região Administrativa de São José do Rio Preto, encerraram o processo de ocupação e passaram por um processo de industrialização regional nos municípios maiores, fazendo com que houvesse o deslocamento da população rural para urbana.

⁵ A Região Administrativa de São José do Rio Preto, composta por 96 municípios, a população que se aproxima a 1,4 milhão de habitantes e a taxa de urbanização é de 92%.

Figura 6 – Expansão ferroviária e regionalização no estado de São Paulo



Fonte: NARDOQUE, 2002.

4.2 CRISE DA CAFEICULTURA, EXPANSÃO DA PECUÁRIA E INTRODUÇÃO DE NOVAS CULTURAS

No período pós-colonização, duas grandes crises afetaram a área rural na MRG de Jales: a primeira, no ano de 1975, foi quando uma forte geada dizimou os cafezais da região; e, posteriormente, em 1980, a crise dos baixos preços do café, que até então era uma cultura muito importante na região e que foi perdendo espaço para outras (NARDOQUE, 2007).

Locatel (2004) divide a territorialização da agricultura moderna na MRG de Jales em dois momentos: até o início da década de 1980, a ocupação do espaço pela agricultura moderna na região de Jales foi lenta e incipiente, predominando as relações de trabalho não monitorizadas; após 1980, foram observadas alterações mais expressivas, pois houve a implantação de uma agroindústria sulcroalcooleira, frigoríficos, expansão da citricultura em alguns municípios e implantação da fruticultura irrigada.

Ao longo dos anos, a região foi mudando a sua paisagem produtiva. A cafeicultura era a principal atividade econômica até a década 1980 e, posteriormente entrou em declínio. A citricultura e a produção canavieira começam a se expandir, principalmente, com a implantação de uma agroindústria canavieira na região (LOCATEL, 2004). Para Vasconcelos (1992), o dinamismo da citricultura e da cana-de-açúcar, na década de 1980, esteve ancorado na expansão do mercado internacional de suco de laranja concentrado, e a cana-de-açúcar recebeu fortes incentivos do Proálcool.

A Tabela 4 traz a produção dos principais produtos agropecuários na MRG de Jales no período entre 1960 e 2006. A pecuária, desde a década de 1960, estava bastante presente na região, mas o Censo Agropecuário de 1980 aponta que havia 375 mil cabeças de bovinos, triplicando a quantidade de cabeças em duas décadas. A quantidade de suínos também chama atenção: na década de 1980, esses animais tinham como objetivo principal a produção de banha, e também a população tinha plantel pensando no autoconsumo, e vendia o excedente. A laranja e a banana têm sua produção aumentada na década de 1980, já o algodão tem sua produção bastante reduzida. O que se observa na região é a mudança do perfil produtivo, tendo em vista que algumas lavouras reduziram drasticamente e outras surgiram e se consolidaram, como o caso da cana-de-açúcar.

Tabela 4 – Produção agropecuária (t) da MRG de Jales entre 1960 e 2006

Ano/Produção Agropecuária	1960	1970	1980	1995/96	2006
Algodão em caroço	12.445	23.742	5.366	9.383	7.342
Amendoim em casca	93	6.009	9.713	7	41
Arroz	52.821	4.839	10.846	1.138	158.845
Milho	19.486	9.888	36.452	36.417	25.575
Soja	-	122	3.085	1.324	1.273
Tomate	38	75	974	4.667	8.083
Banana (cachos)	10.740	9.568	34.000	293.493	*11.151
Café	15.553	7.951	33.579	4.658	2.679
Cana-de-açúcar	2	534.075	1.677	90.548	456.049
Feijão	2.078	31	1.855	1.326	410
Laranja (mil frutos)	39.159	946	79.748	684.034	*211.736
Bovinos (cabeças)	124.318	252.555	375.259	397.804	433.110
Ovinos (cabeças)	318	465	1.773	9.400	13.737
Suínos (cabeças)	87.407	36.982	65.926	34.753	28.214

*A partir do Censo Agropecuário de 2006 a banana passou a ser contabilizada por tonelada. A laranja passou a ser contabilizada por tonelada a partir do Censo Agropecuário de 1995/96.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 1960; 2006.

Na década de 1970, a região experimentou as crises de produção agrícola causadas principalmente pela forte geada de 1975 e pelas quedas das rendas agrícolas. Esses dois fatores trouxeram como resultado a migração campo-cidade (MELO, 2012).

Na década seguinte, de 1960 a 1970, esgotado o processo de ocupação das novas áreas, consolidados os novos centros urbanos sub-regionais de Votuporanga, Fernandópolis e Jales e intensificado o ritmo do processo de industrialização, concentrado nos maiores centros urbanos regionais, assistiu-se a afirmação de uma tendência que se estenderia até hoje, que expressou-se na ocorrência simultânea de elevadas taxas de crescimento da população urbana e quedas significativas do contingente populacional no campo, inclusive nas áreas rurais ocupadas recentemente (VASCONCELOS, 1992, p. 88).

Na década de 1970, o município de Santa Fé do Sul tinha 77% da população morando na área urbana, enquanto os demais municípios tinham sua maioria vivendo no campo. Os dados do Censo Demográfico de 1980 mostram que a população assumiu novas características, isto é, a população rural diminuiu e houve transformações no meio agrícola. Após algumas décadas, a MRG de Jales torna-se quase que totalmente urbanizada, seguindo a mesma trajetória de urbanização do Brasil. Para Ugeda Junior e Amorim (2011), o crescimento das cidades foi uma

das causas da migração campo-cidade, pois houve o aumento das oportunidades de trabalho, decorrente do processo de industrialização e do crescimento do comércio, e também pela melhoria no acesso à educação e saúde. Alves, Souza e Marra (2011) complementam que essas pessoas estavam na perspectiva de melhorar as condições de vida.

Para Teixeira e Hespanhol (2006), o processo de modernização da agricultura brasileira teve início na década de 1950, mas foi a partir de meados de 1960 que ela se tornou mais efetiva, com a implementação de políticas específicas de apoio, no entanto, elas acabaram beneficiando apenas uma pequena parcela de produtores rurais. Veloso e Hespanhol (2012) relatam que essa política deixou de lado uma grande parcela de produtores que ocupam lugar subalterno, trazendo muitos problemas sociais e, como consequência, a descapitalização com ampliação da miséria e intensificação da migração campo-cidade. Locatel (2004) complementa que a política de modernização não foi suficiente para promover o desenvolvimento rural, ou seja, é fato que a modernização propiciou um aumento da produção e da produtividade em algumas regiões e categorias de produtores, mas não reduziu os problemas sociais no campo. A modernização agrícola estimulou a expansão fundiária (GUEDES; FLEURY, 2016), e ao modernizar-se, parte da agricultura familiar ficou sem emprego, restando apenas a opção de buscar emprego nas cidades, e muitos foram inseridos na economia urbana de forma precária (CARVALHO, 2012).

A região de Jales, na década de 1970, sentiu os efeitos das políticas de modernização agrícola, fazendo com que houvesse a migração campo-cidade (RODRIGUES, 2005). Locatel (2004) afirma que grande parte dos produtores e trabalhadores rurais não teve benefício com o processo de modernização. Considerando as duas microrregiões (Jales e Fernandópolis), foram eliminados 58.410 postos de trabalho no campo.

Os dados da Tabela 5 mostram a taxa de urbanização dos municípios da MRG de Jales no período compreendido entre 1970 e 2010. Na década de 1970, o município de Santa Fé do Sul já tinha 77% da sua população morando na área urbana. Os demais municípios tiveram o deslocamento do campo para a cidade a partir da década de 1990. Já em 2010, apenas os municípios de Nova Canaã Paulista e Santa Salete, possuem, respectivamente, 42% e 56% da população morando na área urbana, sendo que a média nessa região é de apenas 78%. Considerando o Estado de São Paulo e a Região Administrativa de São José do Rio Preto, a população está localizada praticamente toda na área urbana, 96% e 92%, respectivamente.

De acordo com Clemente e Hespanhol (2001), o processo de modernização da agricultura nacional ocorreu principalmente entre os anos de 1960 a 1970. Demétrio (2013) esclarece que, na região de Jales, a formação capitalista foi tardia. Clemente (2013) ressaltam

que as cidades desta região são de pequeno porte e com baixa importância industrial, com prevalência do setor de serviços e do comércio. O baixo grau de urbanização até a década de 70 é consequência da precariedade das atividades urbanas com um setor terciário bastante incipiente, no entanto, com o aumento do ritmo da industrialização, houve elevação das taxas de crescimento da população urbana.

Tabela 5 – Grau de urbanização nos municípios da Microrregião Geográfica de Jales (SP) – 1970 a 2010

Localidades	Taxa de Urbanização (%)				
	1970	1980	1991	2000	2010
Aparecida d'Oeste	37	55	67	74	82
Aspásia	-	-	54	63	69
Dirce Reis	-	-	49	66	75
Dolcinópolis	25	41	49	79	93
Jales	69	79	85	91	94
Marinópolis	29	44	65	75	79
Mesópolis	-	-	53	63	78
Nova Canaã Paulista	-	-	26	33	42
Palmeira d'Oeste	34	48	60	69	76
Paranapuã	29	54	77	83	89
Pontalinda	-	-	65	76	83
Populina	36	61	71	77	81
Rubinéia	37	49	58	73	82
Santa Albertina	40	54	69	79	85
Santa Clara d'Oeste	27	45	58	69	75
Santa Fé do Sul	77	85	90	94	96
Santana da Ponte Pensa	18	31	45	58	67
Santa Rita d'Oeste	19	34	49	58	77
Santa Salete	-	-	29	39	56
São Francisco	22	43	57	72	77
Três Fronteiras	25	41	49	79	85
Urânia	31	48	72	80	84
Vitória Brasil	-	-	69	71	82
Média MRG de Jales	34	50	59	70	78
Região Administrativa de São José do Rio Preto	-	-	83	89	92
Estado de São Paulo	80	89	93	93	96
Brasil	56	68	76	81	84

Fonte: Elaborada pela autora com dados de IBGE, 2017.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, sistematizados na Tabela 6, a MRG de Jales possui 154.390 habitantes, sendo que 78,07% vivem nas áreas urbanas e 21,92% nas áreas rurais. O município de Nova Canaã Paulista e Santa Salete se destacam frente aos demais, sendo que, respectivamente, 42,3% e 43,4% viviam na área rural. Em média, na região Sudeste do país, apenas 7,05% residiam na área rural. Esses municípios não seguiram a forte tendência migratória do campo para a cidade. Nas cidades menores, com população inferior a 5 mil habitantes, os atrativos não são muitos, destacando as poucas oportunidades de empregos disponíveis (IBGE, 2010). Nesse contexto, a migração para a área urbana passa a ser menos atrativa. Especificamente, no município de Santa Salete, os dados do IBGE mostravam que, no ano de 1996, em se tratando de valor de produção, a fruticultura era a principal atividade do município e a sua importância aumentou de forma muito expressiva nos dados de 2016.

Tabela 6 – Dados Populacionais da MRG de Jales – SP – 2010

Municípios	População	Homens	Mulheres	Urbana %	Rural %
Aparecida d'Oeste	4.450	2.177	2.273	94,10	5,90
Aspásia	1 809	907	902	81,91	18,09
Dirce Reis	1 689	875	814	69,49	30,51
Dolcinópolis	2.096	1.091	1.005	75,73	24,27
Jales	47.012	22.986	24.026	92,99	7,01
Marinópolis	2.113	1.063	1.050	79,08	20,92
Mesópolis	1.886	957	929	77,84	22,16
Nova Canaã Paulista	2.114	1.076	1.038	41,63	58,37
Palmeira d'Oeste	9.584	4.805	4.779	75,80	24,20
Paranapuã	3.815	1.950	1.865	88,96	11,04
Pontalinda	4.074	2.160	1.914	82,99	17,01
Populina	4.223	2.139	2.084	80,80	19,20
Rubinéia	2.862	1.415	1.447	82,29	17,71
Santa Albertina	5.723	2.905	2.818	85,46	14,54
Santa Clara d'Oeste	2.084	1.073	1.011	75,38	24,62
Santa Fé do Sul	29.239	14.084	15.155	96,06	3,94
Santa Rita d'Oeste	2.543	1.264	1.279	69,72	30,28
Santa Salete	1.447	743	704	56,60	43,40
Santana da Ponte Pensa	1.641	841	800	66,85	33,15
São Francisco	2.793	1.400	1.393	77,59	22,41
Três Fronteiras	5.427	2.718	2.709	84,72	15,28
Turmalina	1.978	982	996	71,13	28,87
Urânia	8.836	4.395	4.441	84,16	15,84
Vitória Brasil	1.737	891	846	82,61	17,39
MRG de Jales	154.390	78.018	79.456	78,07	21,92

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE, 2010.

A Tabela 7 mostra o PIB da Microrregião de Jales no ano de 2015 por município. Conforme podemos observar, a riqueza contabilizada pelo PIB somou R\$ 3,2 bilhões em 2014. O setor com maior participação no PIB foi o de Serviços, com R\$ 2,3 bilhões, sendo quase metade do valor total do PIB, seguido da Indústria, com R\$ 528,2 milhões, e Agropecuária, com R\$ 437,3 milhões. Os municípios de Jales e Santa Fé do Sul possuem os maiores PIBs da Microrregião, com R\$ 1,1 bilhão e R\$ 853 milhões, respectivamente. No entanto, o PIB da Agropecuária nesses municípios representou apenas 4,1% e 3,3% do PIB total, respectivamente, além de somente 7% da população residir na área rural. O município de Santa Fé do Sul, na década de 1970, tinha 77% da população vivendo na área urbana, e em 2010, atingiu 96% de urbanização. O município de Jales, de acordo com o PIB, se configura um município pouco agrícola, pois o PIB agropecuário representou apenas 4,18% do PIB total, muito abaixo da média regional, que foi de 13,32%. Pode-se afirmar que os dois municípios da microrregião com os maiores PIBs são pouco dependentes da receita proveniente da Agropecuária. Em se tratando do PIB *per capita*, alguns municípios possuem valores muito superior à média da MRG: Aparecida d'Oeste (19.885), Dirce Reis (R\$25.894), Jales (R\$24.682), Mesópolis (23.324), Santa Albertina (27.073) e Santa Fé do Sul (29.755). Os municípios de Jales, Santa Albertina e Santa Fé do Sul se sobressaem frente aos demais pelo seu PIB industrial, vale destacar que o município de Santa Albertina tem como referência a Usina de produção de açúcar e álcool.

Tabela 7 – Produto Interno Bruto da MRG de Jales no ano de 2015

Municípios	Agropecuária (R\$ mil)	Participação (%)	Indústria (R\$ mil)	Participação (%)	Serviços (R\$ mil)	Participação (%)	PIB per capita	PIB TOTAL
Aparecida d'Oeste	21.829	26,72	15.171	18,57	46.166	33,25	19.855	83.167
Aspásia	2.570	12,87	1.395	6,99	16.004	29,72	11.133	19.971
Dirce Reis	5.574	13,59	13.482	32,87	21.965	26,69	25.894	41.022
Dolcinópolis	7.425	22,78	2.617	8,03	22.556	33,05	15.606	32.598
Jales	46.807	4,18	190.166	16,98	882.704	64,57	24.682	1.119.677
Marinópolis	6.301	54,18	1.563	13,44	19.571	68,30	13.030	27.435
Mesópolis	21.809	49,18	2.206	4,97	20.332	20,82	23.324	44.347
Nova Canaã Paulista	9.603	32,43	1.778	6,01	18.229	23,29	14.887	29.610
Palmeira d'Oeste	39.335	25,79	10.497	6,88	102.658	45,18	16.407	152.490
Paranapuã	24.756	38,61	3.319	5,18	36.049	30,08	17.246	64.124
Pontalinda	17.016	25,29	13.783	20,49	36.481	27,35	13.535	67.280
Populina	24.942	34,95	3.830	5,37	42.595	31,08	17.046	71.367
Rubinéia	17.291	30,49	3.786	6,68	35.640	29,73	19.085	56.717
Santa Albertina	17.429	11,72	49.132	33,04	82.151	37,81	27.073	148.712
Santa Clara d'Oeste	11.903	28,4	2.700	6,44	27.304	32,08	20.211	41.907
Santa Fé do Sul	28.305	3,32	163.453	19,15	661.578	61,10	29.755	853.336
Santa Rita d'Oeste	6.221	14,22	1.360	3,11	31.235	39,45	19.392	38.816
Santa Salete	6.839	29,84	1.327	5,79	14.751	24,50	15.016	22.917
Santana da Ponte Pensa	7.343	28,48	1.491	5,78	16.944	26,92	16.478	25.778
São Francisco	11.479	30,2	2.272	5,98	24.254	28,01	13.619	38.005
Três Fronteiras	22.828	27,53	7.808	9,42	52.287	36,39	15.049	82.923
Urânia	39.855	26,91	17.547	11,85	90.686	41,15	17.054	148.088
Vitória Brasil	39.855	33,68	17.547	14,83	15.150,77	51,49	15.150	72.552
MRG de Jales	437.317	13,32	528.232	16,09	2.317.300	70,58	17.877	3.282.849

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do IBGE, 2015.

Os dados da Tabela 8 demonstram grande representatividade da agricultura familiar. Na MRG de Jales, o número de estabelecimentos de agricultura familiar representa 76,48% (6.442) do total de estabelecimentos (8.423). Quantitativamente, a estrutura fundiária está calcada na agricultura familiar, entretanto, essa categoria social fica com 36,90% (128.038) da área dos estabelecimentos agropecuários dessa região. O município de Nova Canãa Paulista se destaca dos demais, pois o número de estabelecimentos familiares representa 89,71%, seguidos pelos municípios de Santa Salete (84,75%), Santana da Ponte Pensa (84,31%), Palmeira d'Oeste (83,45%), já o município de Mesópolis possui a menor participação, cerca de 62,08%. Em se tratando de área ocupada na MRG de Jales, a agricultura familiar se sobressai nos municípios de Santa da Ponte Pensa, Urânia, Aspásia e Santa Salete (60,49%, 51,53%, 51,46% e 50%, respectivamente). Os demais municípios possuem menos da metade da área ocupada pela agricultura familiar, com destaque para Rubineia, Populina, Pontalinda e Mesópolis (12,53%, 14,62%, 15,45% e 20,84%, respectivamente), essas localidades são propícias para o cultivo da monocultura, como a cana-de-açúcar, cultura bastante presente na MRG de Jales, pois existem duas grandes Usinas de Açúcar e Alcool (Colombo III e Bunge) na região. De acordo Daniel, Tarsitano e Zanon (2010), como houve uma expansão muito expressiva entre os anos de 2005 e 2008, o aumento foi de 1.516%, em que o município de Santana da Ponte Pensa teve um crescimento de 523% no período.

Tabela 8 – Número de estabelecimentos agropecuários, área dos estabelecimentos e percentual de utilização das terras com agricultura familiar e não familiar na MRG de Jales – 2006

Municípios	Número de estabelecimentos agropecuários				Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)			
	Agricultura Familiar – Lei 11.326	Participação da Agricultura Familiar (%)	Agricultura Não Familiar	TOTAL	Agricultura Familiar – Lei 11.326	Participação da Agricultura Familiar (%)	Agricultura Não Familiar	TOTAL
Aparecida d' Oeste	305	80,26	75	380	6.000	36,62	10.386	16.386
Aspásia	172	71,07	70	242	3.740	51,46	3.528	7.268
Dirce Reis	120	73,61	43	163	2.289	30,14	5.305	7.594
Dolcinópolis	118	71,08	48	166	3.270	46,47	3.767	7.037
Jales	819	73,58	294	1.113	14.336	42,29	19.560	33.896
Marinópolis	118	80,27	29	147	2.749	36,86	4.709	7.458
Mesópolis	131	62,08	80	211	2.292	20,84	8.706	10.998
Nova Canaã Paulista	375	89,71	43	418	6.638	48,81	6.962	13.600
Palmeira d'Oeste	807	83,45	160	967	13.745	45,13	16.714	30.459
Paranapuã	138	65,71	72	210	3.356	27,79	8.721	12.077
Pontalinda	169	66,27	86	255	2.978	15,45	16.301	19.279
Populina	188	62,66	112	300	4.092	14,62	23.898	27.990
Rubinéia	119	69,18	53	172	1.472	12,53	10.277	11.749
Santa Albertina	348	72,19	134	482	8.041	36,15	14.205	22.246
Santa Clara d'Oeste	158	76,69	48	206	3.755	25,28	11.096	14.851
Santa Fé do Sul	428	76,97	128	556	6.526	38,51	10.419	16.945
Santa Rita d'Oeste	351	79,95	88	439	5.340	44,83	6.572	11.912
Santa Salete	228	84,75	41	269	13.779	50,00	13.779	27.558
Santana da Ponte Pensa	258	84,31	48	306	4.645	60,49	3.034	7.679
São Francisco	257	76,71	78	335	3.510	49,27	3.614	7.124
Três Fronteiras	314	78,10	88	402	5.764	43,17	7.587	13.351
Urânia	461	77,87	131	592	7.958	51,53	7.484	15.442
Vitória Brasil	60	65,21	32	92	1.763	43,17	2.321	4.084
MRG de Jales	6.442	76,48	1.981	8.423	128.038	36,90	218.945	346.983

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do IBGE, 2006; 2017.

A Tabela 9 demonstra que o comércio empregou mais de 71% dos empregos formais da MRG de Jales, no entanto foi o setor que ofereceu a menor remuneração, sendo que o valor médio recebido pelo trabalhador foi de R\$ 1.685,16 (FUNDAÇÃO SEADE, 2017). Vale ressaltar que, nos dados disponibilizados, os serviços voltados ao campo estão contabilizados apenas no setor de comércio. É feita uma separação espacial na contabilização dos dados por setores, haja vista que há atividades relacionadas à agropecuária que estão localizadas nas cidades, como: lojas de produtos agropecuários, empresas de prestação de serviços agrônômicos, bancos que ofertam crédito, revendas de máquinas e equipamentos, etc., mas elas não são contabilizadas no setor agropecuário. Diante disso, caso as atividades relacionadas ao setor agropecuário fossem contabilizadas como tal, o peso, tanto na empregabilidade quanto no PIB, seria muito maior.

De acordo com Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), a indústria ocupa a segunda colocação em importância na quantidade de pessoas ocupadas, tendo também a segunda maior remuneração, sendo que o valor médio foi de R\$2.078,30. Apenas 13,55% do PIB é proveniente da indústria, o que demonstra que a região não possui perfil industrial.

Já o setor agropecuário, possui 3.122 postos de trabalho, representando apenas 10,36% dos empregos da região, porém tem a maior média salarial entre todos os setores, sendo cerca de R\$ 2.153,79. Os melhores setores para se trabalhar, em termos de remuneração, em ordem decrescente foram: agropecuária, indústria, construção, comércio. Essas atividades possuem remuneração média de R\$ 1.952,66, ou seja, um valor abaixo da remuneração média do estado de São Paulo, que foi de R\$ 2.678,56, porém a agropecuária regional possui remuneração 20% superior à média estadual (FUNDAÇÃO SEADE, 2018).

Tabela 9 – Empregos e estabelecimentos por grandes setores de atividade: remuneração média e quantidade na MRG de Jales -SP em 2015

Grande Setor	Empregos Formais		Remuneração Média
	Quantidade	%	
Agropecuária	3.122	10,36	R\$ 2.153,79
Indústria	5.007	16,61	R\$ 2.078,30
Construção	539	1,79	R\$ 1.893,39
Comércio	21.475	71,24	R\$ 1.685,16
Total	30.143	100	R\$ 1.952,66

Fonte: FUNDAÇÃO SEADE, 2017.

Como já mencionado, a fruticultura e a cana-de-açúcar tiveram sua expansão no período em que o café entrava em declínio, na década de 1980. O café foi de fundamental importância econômica e social para os agricultores da época, ainda é possível ver que até hoje

algumas propriedades mantêm algumas construções da época, como a tulha e o terreiro que era utilizado para secar o café.

A cafeicultura manteve-se como principal atividade econômica na região até meados da década de 1980. A partir daí, vários fatores contribuíram para a sua decadência, como a retração no consumo mundial, baixa qualidade do café brasileiro, grande quantidade do produto estocado, variações climáticas que afetaram sua produtividade. Esse conjunto de fatores implicaram em outros, como o processo de descapitalização dos agricultores e a consequente diminuição dos investimentos essenciais para a manutenção das lavouras, como adubação química e orgânica e tratamentos fitossanitários, que levaram à queda da produtividade (LOCATEL, 2004, p. 25).

O ciclo do café na região passou. Vieram outras atividades econômicas mais rentáveis e promissoras do que a cafeicultura. Houve aumento em área plantada da fruticultura e da cana-de-açúcar, entretanto, as duas possuem características diferentes: a fruticultura normalmente tem o cultivo em pequenas e médias propriedades rurais, e a cana-de-açúcar tem predominância do cultivo em grandes áreas. A região possui estrutura fundiária com predominância de pequenas propriedades, mas para a cana-de-açúcar isso não era interessante. Com a implantação da agroindústria de cana, nos municípios de Ouroeste, Santa Albertina e Fernandópolis, passou-se a ocupar grandes áreas por meio do arrendamento e, como consequência, vários agricultores preferiram arrendar suas propriedades e se mudarem para as cidades. Como a declividade do relevo da região é baixa, a colheita mecanizada é favorecida eliminando grande parte da colheita manual e as formas degradantes de trabalho.

Como já relatado, a estrutura fundiária da MRG de Jales é bastante desconcentrada, sendo uma das principais características da região. A Tabela 10 mostra que o número de estabelecimentos agropecuários com até 100 hectares representavam 98% do total de estabelecimentos da MRG de Jales no ano de 1960, entretanto, em área representa apenas 51%, e mesmo após 46 anos, em 2006, tem-se 93% dos estabelecimentos com até 100 hectares, ficando com 46% da área total. É fato que houve aumento do número de estabelecimentos entre 100 e 500 hectares: em 1960 eram 236 estabelecimentos, passando para 526 em 2006. Os estratos de 500 a 1.000 ha tiveram um crescimento expressivo de 1995/6 a 2006, passando de 18 estabelecimentos para 52 estabelecimentos, que demonstra incorporação de áreas.

Tabela 10 – MRG de Jales: Número de estabelecimentos agropecuários nos anos de 1960, 1995/6 e 2006

Grupos de área/ano		1960	1995/6	2006
Até 100 ha	Número	13.901	4.308	7.798
	%	98	95	93
	Área	160.538	167.210	157.028
	%	51	48	46
100 a 500 ha	Número	236	201	526
	%	1,6	4,4	6,2
	Área	48.192	103.946	101.393
	%	15,4	29,9	29,9
500 a 1.000 ha	Número	36	18	52
	%	0,2	0,3	0,6
	Área	26.826	32.122	33.434
	%	8,5	9,2	9,8
Acima de 1.000 ha	Número	27	10	26
	%	0,19	0,22	0,30
	Área	77.091	44.031	47.172
	%	24,6	12,6	13,9
Número Total		14.100	4.537	8.402
Área Total		312.647	347.309	339.027

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 1960; 2006.

A estrutura fundiária desconcentrada favorece o cultivo da fruticultura, pois a mesma pode ser muito rentável e pode ser indicada para pequenas áreas. A uva é uma das frutas mais cultivadas na região, e também é considerada uma cultura muito lucrativa. A videira, por meio da cultivar Niágara Rosada, apresenta-se como uma alternativa interessante para a produção de uvas em Jales, devido à rusticidade e ao menor número de tratos culturais se comparada as uvas finas, além do baixo custo de produção. A produção da uva de mesa na região tem as seguintes características: a) trata-se de atividade predominantemente ligada à agricultura familiar; b) o tamanho médio da área destinada ao cultivo da uva de mesa situa-se entre dois a três hectares; c) a tecnologia adotada nas fases de plantio, tratos culturais e colheita é similar às utilizadas pelas grandes empresas. No entanto, a fase de pós-colheita adota pouca tecnologia moderna, sobretudo no que tange ao armazenamento. A viticultura na região de Jales tem sido cultivada pelos agricultores familiares, e a lucratividade pode chegar a R\$ 50.000,00 por hectare (TONDATO, 2006).

Como já salientado, a fruticultura tornou-se uma alternativa ao café, que veio ganhando espaço nas pequenas e médias propriedades. Esta atividade tem proporcionado bons ganhos para os agricultores familiares, uma vez que a rentabilidade por hectare tem sido atrativa, como é o caso da uva, citado anteriormente. Outra característica da fruticultura é o uso

intensivo de mão de obra. Para FAO (2004 citado por NASCENTE; ROSA NETO, 2005) é uma das atividades que possuem uma das relações mais altas de emprego por investimento.

Para Petinari, Tereso e Bergamasco (2008), a diversificação produtiva nas pequenas propriedades rurais mostra-se muito relevante em termos de estratégia de reprodução social, pois através dela os agricultores diminuem os riscos com a dependência econômica de uma única fonte de renda. Na região de Jales, muitos agricultores que não diversificaram a sua produção, tiveram sérias dificuldades financeiras e vários abandonaram o campo, mas aqueles que tinham duas ou mais fontes de renda, conseguiram sobreviver às crises na fruticultura, principalmente da laranja e da uva. No entanto, para alguns produtores, a laranja era a maior fonte de renda.

O ano de 2013 foi um ano crítico para a citricultura. Os pequenos agricultores começaram a enfrentar uma séria crise, que durou praticamente três anos consecutivos, com baixos preços pagos pelas agroindústrias processadoras de sucos. Outro fator complicador foi o aumento dos custos de produção devido à incidência de doenças, como o Greening⁶.

O suco de laranja concentrado e congelado é uma commodity importante para o Brasil e tem seus preços influenciados pelo mercado internacional, devido a isso os agricultores de pequeno e médio porte ficam à mercê do mercado. Fernandes (2010), afirma que na década de 1960 ocorreu rápido processo de concentração do setor, esse processo resultou no oligopólio do setor citrícola. Neves (1995) informa que na década de 1990 no Brasil havia um pequeno número de empresas que atuam no setor. Castilho (2006) ressalta que em 1970 a Citrosuco e a Sucocítrico Cutrale tinham a participação de 60% da capacidade de processamento da fábrica de suco do Brasil. Os cinco Cs (Citrosuco, Cutrale, Cargill, Coimbra e Citrovita) em 2002, representaram 82,6% do processamento de suco de laranja (VIEIRA, 2003). O setor da citrocultura no Brasil passou por várias fusões e aquisições de suas fábricas, sendo que essas mudanças ocorreram desde os anos de 1970 e 1980 (FERNANDES, 2010). No entanto, no ano de 2010, com a formação da *joint venture* entre a Citrosuco e a Citrovita, surgiu a maior empresa de suco de laranja do mundo (PACHECO, 2010). Certamente, a fusão destas empresas trouxe muitas consequências negativas aos produtores de laranja, principalmente aos de menor porte, pois passou a haver menor concorrência na compra de laranja para indústria, fazendo com que os agricultores recebam menos pelo seu produto. Outro fator relevante é a verticalização da produção, na qual as indústrias estão produzindo sua própria matéria-prima (laranja), deixando de depender da produção dos citricultores de menor porte.

⁶ O *Greening* (*Huanglongbing/HLB*) é a mais destrutiva doença dos citros no Brasil. Não há variedade comercial de copa ou porta-enxerto resistente à doença e as plantas contaminadas não podem ser curadas.

A participação do produtor em relação ao preço final da laranja veio diminuindo ao longo dos anos, isto é, o que no ano de 2010 era de 41%, em 2014 passou a ser de 22% (TONDATO; VILA, 2016). Dessa forma, os dados explicam um dos motivos da erradicação da laranja na região de Jales. O problema está nas relações de produção com a agroindústria, pois os agricultores vendem praticamente toda sua produção para a agroindústria processadora, que a cada ano vem aumentando a sua participação em relação ao preço final – por exemplo, em 2014, chegou a ficar com 70% do preço final. Certamente, a atuação da agroindústria foi um dos principais responsáveis pela erradicação da laranja na região, pois os baixos preços praticados inviabilizaram a produção realizada pelos agricultores. No entanto, a agroindústria não se importou com a redução da produção, pois passou a plantar milhares de hectares em outras regiões – somente Citrosuco e Citrovita possuem juntas 64.000 hectares. Nesse contexto, a citricultura na região de Jales veio perdendo espaço, cedendo área para outras atividades agrícolas.

A uva é outra cultura de grande importância econômica para os agricultores, e também passou por algumas crises. A viticultura foi implantada na região na década de 1990. Nessa época, a MRG de Jales possuía 74 hectares, passando para 923 hectares em 2016 (IBGE, 2016), representando um crescimento de 1.179%. A cultura expandiu rapidamente devido à alta rentabilidade em pequenas áreas, a uva se mostrou bastante promissora e substituta ao café. Foram os descendentes de japoneses que iniciaram o cultivo, sendo que a família Nagata, residente no município de Jales que foi a percussora da cultura (TERRA; PIRES; NOGUEIRA, 1998). A partir daí vários agricultores iniciaram a atividade, muitos deles não conheciam as técnicas de manejos, e o aprendizado foi sendo adquirido durante o processo produtivo.

De acordo com o Jornal de Jales (DOCUMENTO..., 1999), no ano de 1992 foi colhida a maior safra da região, no entanto, os agricultores tiveram sérios problemas com a comercialização em virtude da baixa qualidade da uva, que foi ocasionada por um longo período de chuvas. Foi nessa época que alguns agricultores vislumbravam a possibilidade de atender o mercado internacional, mas para isso era necessário ter uma infraestrutura adequada para preparação da fruta para o mercado externo. Eles fundaram, então, a Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales Ltda, instalada em Jales, que adquiriu dívidas com o BNDES, tendo em vista o alto valor investido no negócio, com a aquisição de câmaras e túneis de resfriamento e estruturas de *packing house* (FIGUEIREDO NETO et al., 2009). No entanto, a política cambial da época inviabilizou as exportações, fazendo com que todo investimento feito fosse “perdido”. Em virtude do financiamento adquirido, os agricultores ficaram endividados, cuja dívida tem sido paga até os dias atuais.

Novamente, nos anos de 1997 e 1998, a região teve longos períodos de chuva, fazendo com que a fruta perdesse qualidade devido ao apodrecimento. Nessa situação, os agricultores recebiam baixos preços pelo produto, e muitas vezes não era suficiente para cobrir as despesas com o frete e a embalagem. Em alguns casos, a fruta era devolvida e ainda era necessário pagar o frete de retorno. Diante dos problemas com a produção e comercialização, a consequência foi a inadimplência junto aos bancos, pois muitos agricultores contraíram dívidas para fazer o investimento em novas áreas e custeio.

No entanto, devido às perdas e baixos preços, a produção não foi suficiente para sua quitação, muitos arrolaram tais dívidas, porém a juros altíssimos, fazendo com que vendessem suas propriedades para o pagamento das mesmas.

Apesar de tudo isso, muitos sobreviveram à crise da uva, principalmente aqueles que tiveram mais receio em buscar recurso nos bancos para realizar o aumento da área plantada. A diversificação de renda também contribuiu para “salvar” aqueles agricultores que não tinham somente a viticultura como única fonte de renda. Vale lembrar que a uva é uma cultura, em que o investimento inicial é muito alto. Somente com a infraestrutura de implantação, o custo pode chegar a R\$ 100.000,00 por hectare. Dessa forma, os produtores dependiam, muitas vezes, de financiamentos para aumentar a área plantada.

A uva foi tão importante para a região, que a Estação Experimental de Viticultura Tropical (EVT) instalou-se no município de Jales. Essa Estação Experimental (Figura 7) conta com uma área de 16 hectares, eram 8 são ocupados com parreirais, mas teve que erradicar todos os parreirais devido um problema sanitário. Possui boa infraestrutura: prédio administrativo, auditório, Fitopatologia e Biometria Vegetal, e as salas de pesquisadores, casas-de-vegetação e um banco ativo de germoplasma (NAVES, 2012).

A EVT de Jales possui as seguintes linhas de pesquisa: o melhoramento genético da videira, com o objetivo de criar novos cultivares de uvas adaptadas às condições de clima tropical, o manejo de doenças, o manejo de plantas, a tecnologia de aplicação de defensivos, o manejo da irrigação e a caracterização climática da videira, tendo em vista a sustentabilidade da vitivinicultura no Brasil. Convém ressaltar que a equipe é formada por quatro pesquisadores e onze funcionários de apoio (NAVES, 2012).

Figura 7 – Estação Experimental da Embrapa em Jales



Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa de campo (dezembro/2017).

Outra obra relevante foi a Vicinal Estrada da Uva (Figura 8) que liga duas rodovias (SP-320 a SP-561), passando pelo bairro do Jataí, que na década de 1990 era a referência na produção de uvas.

Figura 8 – Identificação da Vicinal Estrada da Uva no Bairro Jataí



Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa de campo (dezembro/2017).

No bairro do Jataí estavam as principais famílias pioneiras da uva na região (Nagata, Higa, Nishimoto, Fação e outras). No entanto, atualmente, a Vicinal não faz jus ao nome, pois poucos cultivam uva nesse bairro. Antes a infraestrutura estava ligada à produção da uva, mas algumas atualmente encontram-se abandonadas. As Figuras 9 e 10 demonstram um pouco da realidade do bairro do Jataí atualmente, que antes era referência devido à quantidade de propriedades de pequenos agricultores que tinham a uva como principal fonte de renda. Passando pela Vicinal, é possível observar a mudança de paisagem, que antes era composta de propriedades com praticamente todas as casas ocupadas e, após as crises vividas pelos agricultores, muitos deixaram a atividade, deixando alguns imóveis abandonados, e em algumas propriedades as pastagens tomaram espaço da uva. O bairro tinha potencial para o agroturismo,

mas a crise da uva mudou a realidade do bairro. Em alguns locais às margens da Vicinal, a aparência é de um local desabitado, tendo várias casas abandonadas.

Figura 9 – Propriedade pioneira da uva na região



Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa de campo (dezembro/2017).

Figura 10 – Propriedade de grande produtor de uva da década de 1990



Fonte: Elaborada pela autora com dados da pesquisa de campo (dezembro/2017).

A Tabela 11 exhibe as culturas cultivadas na região no período de 1990 a 2016. É possível observar que embora algumas culturas tenham deixado de ser cultivadas, outras passaram a ser. As culturas do algodão, arroz, feijão e milho tiveram suas áreas plantadas reduzidas ou até mesmo deixaram de ser cultivadas, como o algodão. Outras tiveram suas áreas aumentadas, principalmente a fruticultura, – a banana, em 1980, tinha 3 hectares em produção, passando para 2.831 em 2016 (IBGE, 2016). A justificativa está na boa rentabilidade que essa cultura traz, no entanto, na região existem produtores que se especializaram na produção de banana-maçã, mas nem sempre possuem terra própria. Esses produtores arrendam terras de terceiros, pois a cultura necessita de áreas novas para cultivo em virtude dos problemas fitossanitários (fungos), além de mudar de lugar a cada novo plantio. A região se tornou uma

das maiores produtoras do Estado de São Paulo. Já a cultura do limão teve sua área aumentada em 641% de 1990 a 2000, a área plantada era de 362 ha passando para 2.683 hectares. Na região existe um grande produtor de citrus, que se especializou na produção de limão na entressafra. Devido a uma tecnologia adotada, no ano de 2017 chegou a vender uma caixa de limão por R\$130,00, embora na época de safra o valor não passe de R\$25,00 a caixa.

Tabela 11 – Culturas cultivadas na MRG de Jales nos anos 1990, 2000, 2010 e 2016 em hectares

	Ano/Produto	1990	2000	2010	2016
Cultura Temporária	Abacate	35	46	-	-
	Abacaxi	-	-	50	7
	Algodão (em caroço)	15.178	4.238	-	-
	Alho	30	-	-	-
	Arroz (em casca)	4.685	1.610	93	3
	Amendoim (em casca)	990	106	6	486
	Cana-de-açúcar	806	480	31.125	61.428
	Cebola				
	Feijão (em grão)	5.570	3.382	10	324
	Milho	19.750	13.495	6.002	4.209
	Soja (em grão)	1.200	690	542	973
	Tomate	313	121	132	178
Cultura Permanente	Banana (em cacho)	3	2.672	2.546	2.831
	Borracha (látex coagulado)	48	867	1.387	2.438
	Café (em grão)	30.051	2.997	900	61
	Laranja	6.254	11.425	13.430	7.787
	Limão	362	2.683	1.281	1.364
	Mamão	49	31	17	67
	Mandioca	403	428	124	200
	Manga	835	1.787	439	224
	Tangerina	313	121	132	178
	Urucum (semente)	-	-	-	160
	Uva	74	903	1.002	923

Fonte: Elaborada pela autora com dados de IBGE, 2016.

4.3 BREVE HISTÓRICO DO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Ao estudar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA se faz necessário uma discussão sobre as organizações coletivas, tendo em vista que a pesquisa se refere à participação de várias associações e uma cooperativa de produtores rurais neste programa na MRG de Jales. Do ponto de vista histórico, o registro mais antigo de uma cooperativa foi em Fenwick, na Escócia, em 1761, quando quinze tecelões compraram um saco de aveia e venderam-no com desconto, com o objetivo de melhorar a qualidade do tecido (MCFADZEAN, 2008), outros afirmam que os tecelões reuniram-se para comprarem suprimentos para a tecelagem (MAYO, 2017). De acordo a International Cooperative Alliance (COOP, 2018), há registros de cooperativas de pequeno porte na Europa Ocidental, América do Norte e Japão desde meados do século XIX, além disso os primeiros negócios cooperativos surgiram na Europa durante o período de grande convulsão social. Nesse contexto, em 1844, um grupo de 28 artesões de uma fábrica de algodão da cidade de Rochdale, no norte da Inglaterra, estabeleceu o primeiro empreendimento cooperativo moderno, modelo existente até os dias atuais.

De acordo com Santos (1998), no Brasil, o movimento cooperativista chegou em 1847, por intermédio de um francês chamado Jean Maurice Faivre que veio com outros imigrantes europeus e fundaram a Colônia Thereza, situada no interior do Paraná, local em que o movimento cooperativista teve início. Em 1906, nasceram as primeiras cooperativas no meio rural, cuja propagação ocorreu em vários estados com a participação das comunidades alemães, holandesas, italianas, polonesas e japonesas (FIGUEIREDO, 2007). As primeiras cooperativas foram criadas mediante incentivo do governo, como aconteceu em Minas Gerais, em que, o então governador João Pinheiro, lançou o projeto cooperativismo com a finalidade de eliminar os intermediários na comercialização da produção. Essa iniciativa ocorreu somente após 1907 (BRASIL, 2006). Brasil (2006) ressalta que, até os anos 1930, as cooperativas foram criadas e instaladas sem amparo governamental. A regulamentação só aconteceu com o Decreto Federal nº. 22.239, em 19 de dezembro de 1932, que constitui a base legal do cooperativismo no Brasil.

Delgado (1985) afirma que as cooperativas no país se modernizaram juntamente com a agricultura brasileira, enquanto que Reis e Wizniewsky (2018) relatam que a formação dos Complexos Agroindustriais impulsionou o desenvolvimento do cooperativismo empresarial. Com a modernização da agricultura apoiada pelo governo federal se criou o cenário favorável para que as cooperativas também com o aporte institucional se transformassem nas multicooperativas, as quais foram fortalecidas e seguiram o modelo das grandes empresas. A multicooperativa se constitui numa “entidade que se assemelha com uma empresa controladora

de um grupo empresarial pela diversificação setorial e espacial de operação econômica” (DELGADO, 1985, p. 165). Diante do exposto, Teixeira explica a diferença entre multicooperativa e cooperativa simples:

A diferença entre uma multicooperativa com relações complexas e uma cooperativa de pequena escala é aferida pela medida de suas estruturas físicas e administrativas. A cooperativa simples é realmente de pequena escala comercial produtiva e de mercado, com relativa produção, baixa diversificação, nenhuma verticalização e reduzidas interligações com outras cooperativas. Na multicooperativa ocorre justamente o oposto, a exemplo das cooperativas empresariais que agregam em conglomerado diversas cooperativas singulares e/ou grandes cooperativas singulares, que para tanto se especializam na verticalização industrial da produção, inclusive podendo ser comparadas a uma *holding* (TEIXEIRA, 2002, p. 244).

Para Reis e Wizniewsky (2018), o cooperativismo empresarial/multicooperativas se consolidou no Brasil a partir da década de 1970, sendo que a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) exerceu um papel importante no desenvolvimento desse modelo de cooperativismo agrícola. Delgado (1985) afirma que até a década de 1970 as cooperativas visavam apenas à comercialização da produção agropecuária. As cooperativas agropecuárias paranaenses merecem destaque, pois, a partir dos anos 1980, voltam-se também para a industrialização, com a criação de unidades processadoras da produção, deixando de ser apenas uma comercializadora para se tornarem agroindústrias, responsáveis pelo processamento dos produtos. A título de exemplo, cita-se a Cocamar que passou por todas as fases do cooperativismo: função de recebimento e repasses de matérias-primas, ao industrializar os produtos passou a agregar valor a estes, isso fez com que adotasse os mesmos moldes de uma empresa capitalista com atuação nos mercados nacional e internacional (SERRA, 2005).

Bialoskorski Neto (2000) ressalta que o cooperativismo representa uma forma importante de organização de produtores rurais e facilita sua relação com o mercado oligopolizado, uma vez que possibilita tanto a agregação de valor como o equilíbrio de poder em relação ao mercado. Para Mazzarol (2009), ao longo da história, a cooperativa desempenhou o papel de preencher as falhas do mercado ou até mesmo a falta de intervenção do governo, enquanto que, no mundo todo, as cooperativas procuraram atender as demandas dos produtores rurais por meio do acesso ao mercado e, assim, propiciou melhores preços aos agricultores, seja em relação aos bens produzidos e comercializados ou adquiridos, como insumos e máquinas, para garantir a produção, algo difícil de se conseguir no nível individual.

A crise econômica na década de 1980 fez com que as cooperativas pioneiras no país, reduzissem aos poucos o número de cooperados até serem extintas, como, por exemplo, as

Cooperativas Agrícola de Cotia (CAC) e a Sul Brasil. A partir do final da referida década, vários estímulos governamentais intensificaram o número de associações por meio de políticas públicas (FAGOTTI, 2017a). No Estado do Paraná, a cooperativa Cocamar usufruiu da política de créditos fartos e altamente subsidiados (SERRA, 2005), assim como a Comigo que também recebeu incentivos do governo, o Estado disponibilizou recursos com juros subsidiados com objetivo de viabilizar o crescimento da estrutura da cooperativa (PRADO, 2017). Oportuno lembrar que as duas cooperativas mencionadas se expandiram a partir do processo de modernização da agricultura.

Para Fagotti (2017b), o surgimento das organizações de produtores tornou-se bastante visível à medida que o Estado brasileiro condiciona as políticas públicas à participação nessas organizações. Na ótica de Ortega e Almeida Filho (2007), passaram a substituir às *top-down* no início dos anos 1990 durante o período de redemocratização do país. Por sua vez, Clemente (2013) esclarece que a sociedade civil passou a participar do processo e das discussões das políticas de desenvolvimento local. Memic, Aguiar e Livramento (2015) afirmam ter sido na década de 1980 que o associativismo se robusteceu no Brasil.

De acordo com Hespanhol (2006) no Estado de São Paulo, nos anos 1980, foram criadas as primeiras associações de produtores rurais, as quais receberam incentivo técnico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio das Casas de Agricultura. Ou seja, a maior parte da criação dessas associações de produtores rurais não se originou a partir da demanda dos agricultores, mas do mencionado estímulo governamental que estava atrelado às orientações do Banco Mundial. Hespanhol (2006) relata que após experiências malsucedidas, o Estado deixou de fomentar a organização de produtores rurais.

Neste sentido, a Constituição de 1988 consistiu em um marco importante, pois foi incentivado pela legislação por meio do artigo 172, §2º “A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo” (BRASIL, 2016a). Ganança (2006) salienta que, a partir de 1988, o Estado deu início ao incentivo para a organização de associações civis e demais organizações da sociedade civil e reconheceu as novas atribuições dentro do sistema político brasileiro. Oliveira e Hespanhol (2011) acrescentam que, no caso dos agricultores, sobretudo os pequenos e familiares, a oferta de crédito e recursos está vinculada à participação em organizações coletivas como associações e cooperativas.

Na década de 1990, o modelo de organização por meio das associações passou a ser bastante adotado, uma vez que as associações comportavam menores implicações econômicas aos seus associados em caso de quebra ou falência e, assim, muitas organizações, num primeiro momento, iniciaram suas atividades como uma associação e, posteriormente, constituir-se-iam

em uma cooperativa, sendo considerada uma espécie de “estágio probatório” (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2011). Oportuno lembrar que a associação exerce atividade social, ao passo que as cooperativas desenvolvem atividade comercial. De acordo com o Hespanhol (2006):

As associações de produtores rurais são definidas como sociedades civis, sem fins lucrativos, que podem desempenhar funções tanto de representação de interesses dos agricultores junto a outras instâncias de poder, como de prestação de assistência social e serviços aos seus associados (HESPANHOL, 2006, p. 7).

Sangalli et al. (2015) relatam que o associativismo busca atender aos objetivos comuns entre grupos de indivíduos, podendo ser benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais. De acordo com Scherer-Warren e Chaves (2004), o associativismo civil engloba as ações organizadas e coletivas em torno de um objetivo comum, podendo ser a melhoria da qualidade de vida, a defesa dos direitos de cidadania ou a reivindicação referente aos interesses comunitários.

A organização coletiva no Brasil vem a cada ano ocupando mais espaço nos meios rural e urbano, pois tem sido uma alternativa aos produtores rurais e empresários que buscam a viabilização de interesses comuns (SANTOS; LIMA, 2001). Colnago e Hespanhol (2015) entendem que a prática coletiva cria maneiras de superar as dificuldades e ainda permite que os agricultores tenham acesso a insumos e implementos agrícolas, deste modo as dificuldades são superadas com mais facilidade.

Algumas políticas públicas foram implementadas para o fortalecimento do associativismo, a exemplo do Programa de Microbacias, executado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, cujo fito residiu, dentre outros objetivos, no incentivo ao associativismo. Segundo Pedro e Hespanhol (2013) e Neves Neto e Clemente (2014), os Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I – PEMH⁷ e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Microbacias II⁸ - Acesso ao Mercado) tinham, dentre seus objetivos, o

⁷ O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (PEMH) trata-se de um programa de desenvolvimento sustentável local. Este programa foi elaborado e implementado pelo Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial, definido pelo acordo de empréstimo número 4238-BR, datado de 7 de 1999, entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) (RASCHIATORE; MOREIRA, 2006).

⁸ O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS) é uma iniciativa realizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SMA), por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), com financiamento do Banco Mundial e do Governo do Estado de São Paulo. Tem por objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em todo o Estado de São Paulo, bem como organizações de produtores de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. O Projeto pretende aumentar as

estímulo à formação de organizações de produtores rurais nas respectivas microbacias. Souza (2012) explicita que essas políticas públicas impulsionam o aumento da participação em organizações coletivas, visto que o produtor precisa estar organizado para receber os incentivos coletivos.

O Sebrae (2009, p. 22) define que “as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, seu principal objetivo é o de viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado”. Para Holloway et al. (2000), as cooperativas de produtores rurais podem ser úteis para aqueles agricultores que individualmente não têm acesso a ativos, informações, serviços, mercados e ainda fornecem empréstimos aos seus cooperados. De acordo com a FAO (1994), as cooperativas têm sido adotadas pelos governos com uma das ferramentas importantes para o desenvolvimento econômico.

No Brasil, várias políticas públicas têm sido formuladas e implantadas para estimular a organização coletiva dos produtores rurais, com o objetivo de combater a pobreza rural. Rocha et al. (2018) relatam que a ineficiência do Estado e a existência de políticas públicas para a propriedade de pequeno porte fazem com que os pequenos produtores busquem formas de cooperação a fim de criar alternativas para a resolução dos problemas comuns. Costa, Amorim Júnior e Silva (2015, p. 4) referendam que “a constituição de associações e cooperativas se mostra como uma importante ferramenta de organização social, política e econômica”. Existem diferenças importantes entre o cooperativismo e o associativismo, que são algumas formas de organização coletiva dos produtores rurais. O Quadro 2 demonstra as diferenças entre associação e cooperativa. A principal diferença reside na finalidade, as associações não possuem interesse econômico, cujo objetivo é defender os interesses dos associados definidos no estatuto, já as cooperativas tem finalidade econômica. As associações possuem gerenciamento mais simplificado, além do baixo custo de manutenção, os diretores não podem ser remunerados; ao passo que nas cooperativas isso não acontece, pois é possível a retirada *pró-labore*. Há maior facilidade para se formar uma associação, por serem necessárias, no mínimo, duas pessoas, enquanto que as cooperativas necessitam para a sua fundação, ao menos, vinte pessoas.

Quadro 2 – Diferenças entre associação e cooperativa

	Associação	Cooperativa
Objetivos	Objetivos. Amplos e pouco definidos. Promove a melhoria técnica, profissional e cultural dos associados.	Sociais e econômicos. Desenvolve atividades produtivas, integrando pessoas na busca de uma vida melhor.
Formação	Mínimo de duas pessoas	Mínimo de vinte pessoas
Patrimônio	Não possui capital social. O patrimônio é integralmente da associação. Quando um associado se afasta, não recebe a sua parte. Em caso de dissolução, todo o patrimônio deve ser destinado à outra associação semelhante.	Possui capital social. Cada cooperado é dono de parte do patrimônio. Quando se afasta da cooperativa, recebe as duas quotas-partes corrigidas. Em caso de dissolução da cooperativa, parte do capital pode ser devolvida para o associado.
Remuneração dos Diretores	Os diretores não podem ser remunerados. Na prática, os diretores têm suas despesas decorrentes do cargo, pagas pela associação.	Os diretores podem ser remunerados, com retirada <i>pró-labore</i> , desde que conste no estatuto aprovado em assembleia geral. As retiradas são controladas pelo conselho fiscal da cooperativa.
Destino das Sobras	Não podem ser distribuídas aos associados, caso ocorram, têm de ser inteiramente aplicadas nos objetivos da associação. Em geral, são usadas no atendimento das necessidades coletivas.	Podem ser distribuídas aos associados, na proporção das quotas-partes. Isto após o desconto de todos os fundos e destinações obrigatórias, conforme o estatuto. Em geral, as sobras são incorporadas ao capital da cooperativa
Tributação	Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de imposto de renda.	Não paga impostos de renda sobre suas operações com os associados deve recolher o imposto de renda na fonte sobre operações com terceiros. Paga as taxas e os impostos decorrentes das ações comerciais.

Fonte: ABRANTES, 2004.

4.4 ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS NA MRG DE JALES

Em todos os municípios da MRG de Jales, há produtores rurais organizados em associações e/ou cooperativa. Do total de unidades agropecuárias (UPAs), identificadas pelo LUPA no ano de 2007/2008 na MRG de Jales, cerca de 29,3% dos proprietários encontram-se vinculados à alguma associação e 8,7% fazem parte de cooperativas (Tabela 12). Para Brasil (2016b), a organização coletiva tem sido uma alternativa para a viabilização das atividades econômicas e a possibilidade de participar do mercado em melhores condições de concorrência.

Tabela 12 – Número e percentual de produtores organizados coletivamente na MRG de Jales

ITEM	N.º UPAs	(%)
Produtor faz parte de cooperativa de produtores	821	8,7
Produtor faz parte de associação de produtores	2.774	29,3

Fonte: SÃO PAULO, 2008.

Muitas associações se formaram através do Programa Estadual de Microbacias no Estado de São Paulo (PEMH I) (1998-2008), com o objetivo de usufruírem dos incentivos financeiros dados por meio da aquisição de: abastecedouros comunitários, esparramadores de calcário, roçadeiras, além de vislumbrarem a possibilidade de participarem de capacitações e treinamentos (HESPANHOL, 2010). De acordo com Hespanhol, o PEMH I proporcionou às associações de produtores rurais a doação de equipamentos de informática, os quais foram pleiteados pelas organizações de produtores rurais (HESPANHOL, 2010). Uma das finalidades do programa consistia em amenizar a degradação ambiental e incentivar o desenvolvimento rural, além disso, foi impulsionada a formação ou a retomada das atividades de associações de produtores rurais. Esses autores relatam que a baixa participação dos produtores rurais em organizações coletivas ocorreu em virtude do individualismo e da baixa tradição participativa. Explicam que muitos produtores tiveram problemas devido à falência de cooperativas, os produtores cooperados tiveram de arcar com as dívidas, a exemplo da Cooperativa dos Cafeicultores da Alta Araraquarense - Cafealta e Ceruja, ambas, na época estavam instaladas em Jales.

Petinari (2007), em sua pesquisa realizada na região de Jales, constatou que os agricultores têm resistência em participarem de organizações coletivas de produtores, pois as experiências anteriores os levam a pensar que onde tem muitas pessoas não dá certo, o oportunismo acaba atrapalhando, exemplo disso seria a Avirjal⁹ de Jales, uma organização que teria fracassado por causa da falta de união dos cooperados. Assim, os produtores que participavam dessa cooperativa estão endividados até os dias atuais (2018), sendo que estas dívidas foram parceladas em vários anos com pagamento anual.

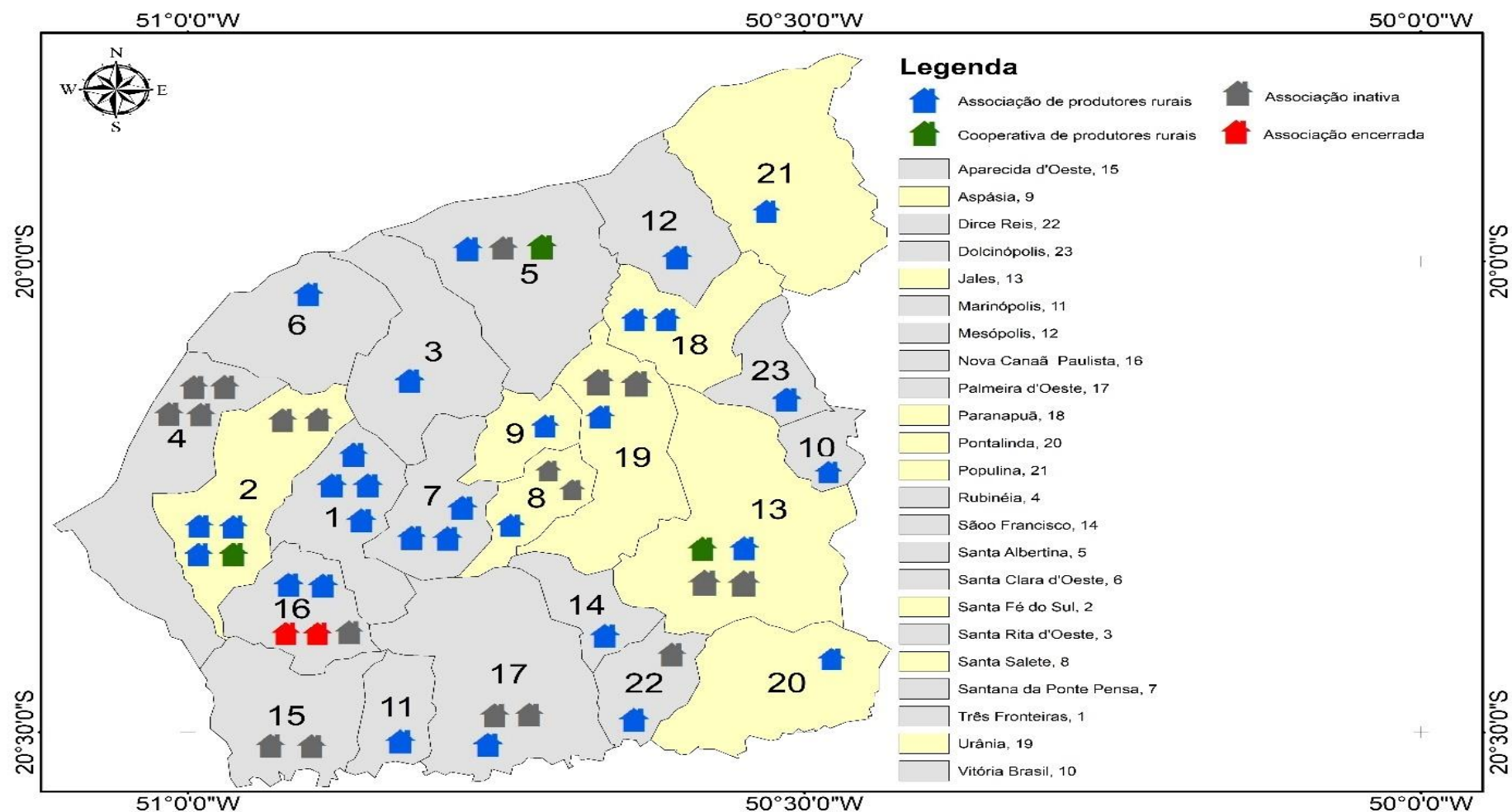
A MRG de Jales possui 23 municípios, sendo possível observar na Figura 10 a presença de organizações de produtores rurais em todos as localidades. Os oito municípios que participaram do PAA no período compreendido entre 2011 e 2016, representados na cor amarela na Figura 9, têm 53 organizações coletivas (associações e cooperativas) de produtores

⁹ Essa cooperativa abrangia boa parte dos produtores de uva da região de Jales, ainda hoje existe o prédio com as instalações dessa cooperativa no município de Jales. A estrutura dessa cooperativa tem desde equipamentos de classificação, padronização, embarque e desembarque de cargas, como também câmaras frias para resfriamento das uvas que eram destinadas à exportação, pois o foco principal era o mercado exterior. Provavelmente, em virtude dos problemas como o início do plano Real em 1994, em que ocorreu uma desvalorização do dólar, as exportações tornaram-se inviáveis e toda aquela estrutura montada na cooperativa para o mercado interno não seria necessária, com isto os lucros da cooperativa eram quase nulos e os empréstimos feitos para aquisição, principalmente, das câmaras frias, deixaram de ser pagos e a cooperativa entrou numa dívida sem fim, consequentemente afetando os produtores cooperados, e que está até hoje (2018). Hoje a cooperativa ainda está em funcionamento, mas são poucos os produtores que, mesmo sendo cooperados ainda, comercializam sua uva através dela, é como dizem muitos produtores “fica lá aquele elefante branco parado” (PETINARI, 2007).

rurais, entretanto, várias destas encontram-se inativas, e apenas 16% tiveram participação no PAA em algum ano no período de 2011 a 2016.

Existem apenas três cooperativas e as demais são associações (Figura 11). Estão localizadas nos municípios de Jales, de Santa Fé do Sul, e de Santa Albertina. Alguns municípios da MRG de Jales se destacam quando se considera o número de organizações de produtores rurais, como Três Fronteiras que possui quatro associações de produtores rurais, mas há casos como em Rubinéia que todas as organizações de produtores estão inativas. Talvez seja necessário desenvolver ações que conduzam à reativação das associações inativas. Gnap (2013) relatou a mesma situação em um município no Estado do Paraná, várias associações estavam inativas, apesar de formalmente terem presidente e diretoria, as associações estavam inoperantes devido aos problemas políticos internos e/ou às dificuldades estruturais.

Figura 11 – Organizações coletivas (associações e cooperativas) de produtores rurais presentes nos municípios da MRG de Jales



Fonte: Elaborada pela autora com dados de TÉCNICO DA CATI JALES, 2018; BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Hespanhol (2005) ressalta que as primeiras organizações de produtores rurais tiveram início na década de 1980, tendo sido incentivadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio das Casas de Agricultura. O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I, criado oficialmente em 1998, foi implantado em alguns municípios da MRG de Jales (PETINARI; TERESO; BERGAMASCO, 2004). O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – “Acesso ao Mercado” foi outro importante programa de incentivo ao desenvolvimento rural e extensão rural, pois buscou inserir os agricultores familiares no mercado. Essa política iniciada em 2010 foi responsável por fomentar a criação de mais de 450 associações de produtores rurais no Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2010a).

As primeiras organizações de agricultores na MRG de Jales surgiram apenas em 1988, ano em que a Constituição Federal foi promulgada, sendo um marco para o cooperativismo, uma vez que permitiu a autogestão do cooperativismo sem a interferência do Estado. Entre 1988 e 1990, foram criadas nove organizações coletivas; entre 1991 e 2000, no total foram fundadas 21 organizações; após 2001 foram criadas outras 25; e a última organização de produtor, a Associação de Criadores de Ovinos da Região de Jales (Ascorj), foi instituída no ano de 2011. Como já salientado anteriormente, as organizações de agricultores foram criadas a partir de algum estímulo governamental.

De acordo com o Quadro 3, na MRG de Jales há 54 organizações de agricultores, entretanto, foi relatado por um técnico da extensão rural (CATI) de Jales que a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Pebá e a Associação dos Pequenos Proprietários e Produtores Rurais do Córrego do Cervo, localizadas no município de Nova Canaã Paulista, os produtores rurais encerraram suas atividades, restando 52 organizações coletivas (associações e cooperativas), com total de 3.239 associados.

Segundo informações obtidas junto a CATI de Jales, desse total de 3.239 associados, 850 produtores estão cadastrados em 19 associações que são consideradas inativas, ou seja, embora existam legalmente, não realizam nenhuma atividade em prol de seus associados. O encerramento das atividades dessas associações não foi realizado devido a problemas burocráticos e a inatividade das atividades faz com que não haja o cumprimento das normas legais, isto impede o encerramento e, conseqüentemente, os associados encontraram empecilhos burocráticos na extinção das associações. As organizações de produtores que atualmente estão inativas, no passado foram criadas para receberem máquinas e equipamentos por meio de repasses dos governos estadual e federal, sendo que várias delas tinham como objetivo a prestação de serviços de patrulha agrícola. Muitos agricultores se associaram para

obterem o benefício da utilização de máquinas e implementos agrícolas a um preço inferior ao praticado no mercado.

A maior parte das associações ativas possui atividades relacionadas à comercialização de leite, frutas, legumes e de prestação de serviços de maquinaria agrícola. Apenas nove organizações de agricultores participaram, em algum momento, do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, como informado. Essas não cessaram as suas atividades, pois o programa contribuiu para o fortalecimento e manutenção da organização social.

Quadro 3 – Organizações coletivas (associações e cooperativas) existentes na MRG de Jales

Município	Nome da Organização	Data de Fundação	Número de Associados	Objetivos	Ativa	Inativa
Aparecida d'Oeste	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de Aparecida d'Oeste	1999	49	Atuava na compra conjunta de insumos.		X
	Associação dos Produtores de Leite de Aparecida d'Oeste	2004	50	Atuava na comercialização do leite.		X
Aspásia	Associação dos Produtores Rurais de Aspásia (APRA)	2006	126	Atua na prestação de serviços de maquinaria agrícola, aquisição de insumos e participa de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (Doação Simultânea).	X	
Dirce Reis	Associação dos Produtores Rurais de Dirce Reis	1994	112	Realizava aquisição de insumos em grupo e presta serviços de patrulha agrícola.		X
	Associação dos Produtores de Leite de Dirce Reis	2002	47	Atua principalmente na comercialização do leite de seus associados.	X	
Dolcinópolis	Associação dos Produtores Rurais de Dolcinópolis (APRUD)	1990	35	Na associação se organiza também o Grupo da Cadeia do Leite do município (com quinze produtores). A atuação da associação está voltada para a prestação de serviços de patrulha agrícola, a disposição de implementos agrícolas aos produtores e a utilização do tanque de resfriamento do leite.	X	
Jales	Associação dos Produtores de Leite da Região de Jales	2004	60	Venda conjunta		X
	Associação Comunitária de Desenvolvimento do Bairro do Jataí	1989	17	Para eventos	X	

continua...

Quadro 3 – continuação

Município	Nome da Organização	Data de Fundação	Número de Associados	Objetivos	Ativa	Inativa
Jales	Associação de Criadores de Ovinos da Região de Jales (Ascorj)	2011	8	Compra, venda e melhoramento genético.		X
	Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales	1993	56	Comercializa os produtos dos cooperados (frutas, legumes e verduras). Já participou do PAA. Vem participando do PNAE.	X	
Marinópolis	Associação dos Produtores Rurais de Marinópolis (Apruma)	1988	61	Atua na disponibilização de implementos agrícolas (aluguel).	X	
Mesópolis	Associação dos Produtores Rurais de Mesópolis	1999	94	Na associação o grupo da Cadeia do Leite atua na comercialização conjunta. Possui maquinaria agrícola e implementos disponíveis para os associados. Promove cursos, palestras e excursões para os produtores.	X	
Nova Canaã Paulista	Associação dos Produtores de Leite de Nova Canaã Paulista	2000	85	Faz parte desta Associação, o Grupo de Mulheres do Campo, que atua na fabricação e comercialização de produtos como polpa de frutas, macarrão, salgados. A Associação também comercializa o leite dos associados.		X
	Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Loro	1996	45	Prestação de serviços de patrulha agrícola aos associados e produtores rurais.	X	
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego do Peba	1993	23	Associação de Bairro para prestação de serviços.		Encerrada

continua...

Quadro 3 – continuação

Município	Nome da Organização	Data de Fundação	Número de Associados	Objetivos	Ativa	Inativa
Nova Canaã Paulista	Associação dos Pequenos Trabalhadores Rurais do Povoado de Socimbra	1995	36	Associação de Bairro para prestação de serviços.	X	
	Associação dos Pequenos Proprietários e Produtores Rurais do Córrego do Cervo	2003	15	Associação de Bairro para prestação de serviços.		Encerrada
Palmeira d'Oeste	Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Botelho	1988	50	Prestação de Serviços Agrícolas.		X
	Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Bairro Cavaco	2000	52	Promove palestras, cursos e excursões para os associados.		X
	Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Sucuri	1988	55	Promove palestras, cursos e excursões para os associados.	X	
Paranapuã	Associação de Pequenos Produtores Rurais do Município de Paranapuã (Aspror)	2001	49	É formada principalmente por produtores da Cadeia do Leite. Atuam na comercialização do leite, na aquisição de insumos, palestras e cursos.	X	
	Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho	2002	18	É formada principalmente por produtores da Cadeia do Leite. Atuam na comercialização do leite, na aquisição de insumos, palestras e cursos.	X	
Pontalinda	Associação de Produtores Rurais de Pontalinda	1991	97	A Associação atua no serviço de maquinaria agrícola, aquisição de insumos, beneficiamento de arroz e café, resfriamento do leite, pesagem da produção.	X	

continua...

Quadro 3 – continuação

Municípios	Nome da Organização	Data de Fundação	Número de Associados	Objetivos	Ativa	Inativa
Rubineia	Associação de Produtores de Leite do Bacuri (Aplub)	2003	30	A Aplub presta serviços de resfriamento do leite de seus associados.		X
	Associação de Produtores de Leite de Rubineia (Aproler)	2004	31	Atua na prestação de serviços de resfriamento do leite.		X
	Associação de Produtores de Leite de Esmeralda (Aproleite)	2005	26	Presta serviços de resfriamento do leite de seus associados.		X
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Rubineia (APPRR)	1990	70	Atua na prestação de serviços de maquinário agrícola, como preparo do solo, plantio, terraceamento, ensilagem.		X
Santa Albertina	Associação de Produtores Rurais de Santa Albertina (Aprusa)	1993	180	Atua na prestação de serviços de máquinas e implementos e na compra conjunta de insumos.		X
	Associação de Pescadores de Santa Albertina (SAAP)	2006	60	Através da Associação foi aprovado um convênio com o Ministério da Pesca e Aquicultura para instalação de uma Unidade Demonstrativa de Aquicultura com a instalação de vinte tanques redes para capacitar sessenta pescadores e pequenos produtores na produção e comercialização de peixes no sistema de tanque rede.	X	
	Cooperativa Agropecuária de Santa Albertina (Coasa)	2007	54	Atua na comercialização de insumos agrícolas (ração para animais), prestação de serviços de inseminação artificial e resfriamento e comercialização de leite dos cooperados e terceiros.	X	

continua...

Quadro 3 – continuação

Município	Nome da Organização	Data de Fundação	Número de Associados	Objetivos	Ativa	Inativa
Santa Clara d'Oeste	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Clara d'Oeste	1997	176	Prestação de serviços.	X	
Santa Fé do Sul	Associação dos Produtores Rurais Dr. Hélio de Oliveira	1998	113	Atua nos serviços de mecanização agrícola em geral; compra conjunta de calcário; compra conjunta de sementes (milho e sorgo); compra conjunta de vacinas; convênios com lojas; locação de terraços.	X	
	Associação Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul	2001	22	Presta serviços a seus associados referentes a palestras, cursos, excursões, comercialização dos produtos e representação junto às autoridades.	X	
	Associação dos Produtores Rurais dos Bairros Unidos ao Bonito	1992	35	Não possui sede própria, e obteve trator e implementos por concessão. Presta serviços a seus associados referentes a palestras, cursos, excursões, aquisição de insumos e serviços de máquinas.		X
	Associação Produtores Rurais do Alto do Bacuri	2002	26	Presta serviços a seus associados referentes a palestras, cursos, excursões, aquisição de insumos e serviços de máquinas. Não possui sede própria. Possui trator, implementos e pulverizador motomecanizado por concessão.	X	
	Associação de Fruticultores da Estância Turística de Santa Fé e região	2009	12	Objetivo organizar e fortalecer a fruticultura no município		X
	Cooperativa de Piscicultores de Santa Fé do Sul e Região	2007	65	Presta serviços referentes a palestras, cursos, excursões, comercialização dos produtos, representação junto as autoridades e aquisição de insumos.	X	
Santa Rita d'Oeste	Associação dos Produtores Rurais e Trabalhadores na Cadeia Produtiva da Piscicultura de Santa Rita d'Oeste	1996	28	A atuação da associação constitui-se na recepção do leite dos associados e compra conjunta de insumos, como sal mineral.	X	

continua...

Quadro 3 – continuação

Município	Nome da Organização	Data de Fundação	Número de Associados	Objetivos	Ativa	Inativa
Santa Salete	Associação dos Produtores de Leite de Santa Salete	2004	34	A Associação presta os seguintes serviços: transporte do leite das propriedades até armazém, coleta de leite para análise, medição e transferência do latão para os refrigeradores e lavagem dos latões e do armazém e comercialização.		X
	Associação Municipal dos Produtores Rurais Santa Salete (Ampruss)	1990	120	Presta serviços de maquinaria agrícola, aquisição de insumos.	X	
	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Córrego do Poção e do Pocinho	1993	20	Associação de bairro		X
Santana da Ponte Pensa	Associação dos Produtores Rurais de Santana da Ponte Pensa	2005	285	Realiza prestação de serviços desde o plantio à colheita, aquisição de novos equipamentos: distribuidor de calcário, pulverizador de herbicida (barra) e um trator (convênio com PM).	X	
	Associação dos Produtores de Leite de Santana da Ponte Pensa	2003	30	Capacitação dos produtores em manejo de pastagens, em qualidade do leite, planejamento da alimentação do rebanho durante o ano e arração adequado, criação de bezerras e novilhas.	X	
	Associação dos Produtores de Borracha Natural (Aprobon)	2004	32	Atividades desenvolvidas: capacitação técnica no sistema de sangria e condução do seringal; controle de pragas e doenças em seringueira; análise do DRC e qualidade do látex e representação dos associados na comercialização.	X	
São Francisco	Associação de Produtores e Trabalhadores Rurais do Município de São Francisco	1990	181	Atividades desenvolvidas: prestação de serviços com implementos e máquinas agrícolas, serviços de elaboração de contratos de parceria.	X	

continua...

Quadro 3 – continuação

Município	Nome da Organização	Data de Fundação	Número de Associados	Objetivos	Ativa	Inativa
Três Fronteiras	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Três Fronteiras Valter Teodoro Lemes	2001	59	Serviços de mecanização agrícola em geral, locação de implementos.	X	
	Associação de Produtores de Leite de Três Fronteiras (Aproleite)	2006	50	Coleta do leite compra comunitária de insumos, transporte e comercialização do leite.	X	
	Associação de Pequenos Produtores Rurais de Três Fronteiras Valter Teodoro Lemes	2001	59	Atividades desenvolvidas: serviços de mecanização agrícola em geral, locação de implementos.	X	
	Associação de Produtores de Leite de Três Fronteiras (Aproleite)	2006	50	Coleta do leite compra comunitária de insumos, transporte e comercialização do leite.	X	
Urânia	Central das Associações do Município de Urânia (CAMU)	1991	70	Atividades desenvolvidas: prestação de serviços através da patrulha agrícola aos Associados e não Associados, Convênio com o Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes da CATI para vendas de sementes, palestras e cursos. Possui sede própria com sala de reuniões e galpão.	X	
	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Córrego Comprido	1989	70	Prestação de serviços através da patrulha agrícola aos Associados e não Associados, Convênio com o Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes da CATI para vendas de sementes, palestras e cursos.		X
	Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Três Córregos	1992	11	Associação de Bairro.		X
Vitória Brasil	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vitória Brasil.	1997	38	Prestação de serviços através da patrulha agrícola aos Associados e não Associados.	X	

Fonte: TÉCNICO DA CATI JALES, 2018.

5 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA (CDS)

Foi a partir de meados da década de 90 que as políticas públicas para a agricultura familiar passaram por importantes mudanças no Brasil. A Lei da Agricultura Familiar foi criada em 2006 com a finalidade de atender as diferentes categorias de produtores, pois, até então, a agricultura familiar estava “abandonada”, em se tratando de políticas públicas, visto que essas sempre privilegiavam a agricultura empresarial. Concomitantemente, foi deflagrado o processo de globalização dos mercados, trazendo importantes mudanças no comportamento da agricultura familiar e sua relação com o setor econômico e com a sociedade.

Pereira, Galvão e Pimenta (2007) dizem que a globalização promoveu o avanço tecnológico e os produtos passaram a ter circulação mundial, principalmente devido à concentração de riqueza, trazendo mudanças significativas nas dinâmicas dos espaços. Santos (2001) diz que a globalização aprofundou as diferenças, tornando os espaços cada vez mais heterogêneos. Nesse sentido, a globalização impôs um novo modelo ao campo: a agricultura corporativa, formada por empresas capitalistas de grande porte, que foi fortemente incentivada e houve a mudança para cultivos comerciais, com o objetivo de vender para o mercado internacional. Para Castilho (2007), desde a década de 1990, o Estado brasileiro vem oferecendo condições para que a iniciativa privada tome decisões estratégicas no país.

Os investimentos em infraestruturas no território brasileiro, incluindo energia elétrica, telecomunicações, abastecimento de água, saneamento básico e transportes, através de privatizações, concessões de serviços públicos a empresas privadas e parcerias público-privadas, estão se tornando, gradativamente, um grande negócio para poucas empresas (CASTILHO, 2007, p.41).

A globalização trouxe ao Brasil forte reestruturação na agropecuária, influenciando o processo de “globalização dos sistemas agroalimentares” (MANTOVANI, 2015). A formação dos complexos agroindustriais (CAIs) ocorreu no período de expressivo crescimento do PIB, o chamado “milagre econômico”, Neves Neto e Hespanhol (2009) afirmam que a formação dos CAIs foi primordial no processo de acumulação capitalista. Nesse contexto, a pequena produção dificilmente será competitiva diante das grandes corporações que foram instaladas no campo, pelo contrário, cada vez mais estas “expulsam” os pequenos agricultores do seu espaço. Hentz, Aristides e Hespanhol (2015) afirmam que a agricultura familiar ficou na dependência da agricultura globalizada, e eles colocam as políticas públicas como alternativa para uma possível manutenção dessa categoria social no campo.

Tendo em vista a importância da década de 1990 para a agricultura familiar, Souza e Hespanhol (2016) afirmam que em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo considerado, como se informou anteriormente, um marco importante para o reconhecimento do agricultor familiar como categoria social. Picolotto (2014) afirma que, em 1999, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de cuidar dos interesses relacionados à agricultura familiar, passando a concentrar boa parte das ações para esse público. Até então, as políticas públicas tinham enfoque setorial, passando a ter abordagem territorial a partir da década de 1990, além de incentivar a participação dos beneficiários em organizações coletivas (HESPANHOL, 2008).

As políticas de abordagem territorial devem levar em consideração a diversidade e dinâmica socioeconômica do local. Com isso, é possível que haja maior participação dos atores do território, passando a assumir maior dinâmica entre os agentes econômicos e sociais, podendo impulsionar a competitividade do espaço. No Brasil, várias políticas públicas foram implementadas vislumbrando-se impulsionar o desenvolvimento territorial. Rojas-Caldelas et al. (2010) lembram que a abordagem territorial é direcionada às questões sociais, ambientais e, ainda, procura promover a integração dos sistemas produtivos e a inclusão de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade.

Como já relatado, passou-se a adotar o viés territorial para implementação de políticas públicas no Brasil. De acordo com Hespanhol (2010, p. 3),

Desde meados dos anos 1990, as políticas públicas direcionadas ao meio rural brasileiro têm passado por mudanças, tanto em termos de concepção, como de normatização e operacionalização. Essa tentativa de mudança no enfoque das políticas públicas foi, de certa forma, um dos reflexos das alterações que ocorreram nos debates sobre as transformações que se processaram nas economias capitalistas avançadas a partir dos anos 1970 e seus desdobramentos na agricultura.

Hespanhol (2010) afirma que essa mudança de perspectiva teve origem na Europa, pois era preciso pensar no desenvolvimento rural a partir dos territórios. Segundo Hespanhol (2010), entre 2003 e 2009, o governo federal reconheceu 164 territórios rurais, esses foram propostos em virtude de dois fatores:

a) das várias críticas realizadas ao PRONAF Infraestrutura e Serviços, sobretudo em termos do seu recorte espacial de atuação, que era municipal – embora, como vimos, no final do mandato do governo FHC, no ano de 2002, já havia se introduzido a perspectiva de se considerar a escala intermunicipal por meio dos consórcios e associações de municípios, recorte que foi desconsiderado pela gestão do governo Lula iniciada em 2003 numa

demonstração de “rompimento” com as políticas concebidas pelo governo anterior - e considerava as demandas individuais dos municípios, pulverizando dessa forma os recursos obtidos; e, b) como uma forma de concentrar os recursos nos territórios rurais, de caráter intermunicipal, e que apresentavam condições socioeconômicas mais desfavoráveis. Esse aspecto relacionado à pobreza rural fica evidenciado quando se verifica que na identificação dos territórios rurais, foram considerados como critérios: a agregação de municípios contíguos, situados em áreas com densidade demográfica inferior a 80 habitantes por km², com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo e com a presença predominante de agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária e beneficiários do Programa Bolsa Família.

Foram criados programas como: o Pronat (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais), PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável), Territórios da Cidadania, Consads (Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), entre outros, com objetivo de gerar oportunidades à população dos territórios rurais (MENDES; SOUSA; MATTOS JUNIOR, 2017).

Foi nesse contexto que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surge a partir das políticas estruturantes do Governo Federal, para incrementar as ações das políticas de fortalecimento da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, atender aqueles que vivem em situação de insegurança alimentar. O Programa foi criado em 2003¹⁰, iniciado a partir de uma das linhas estruturantes das ações do Programa Fome Zero, sendo reconhecido como um programa diferenciado, pois integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola, voltada para a pequena produção, além de ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (DELGADO, 2013). De acordo com o antigo gestor da Conab, o PAA foi criado com objetivo de atender as pessoas que estavam em situação de insegurança alimentar, o benefício para o agricultor familiar foi um efeito secundário.

O governo quando assumiu em 2003 recompôs o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e como havia uma responsabilidade do governo de prover alimentos as pessoas que estavam em situação de risco, o governo pensou em alterar a forma de comprar os alimentos, a prática anterior era comprar no atacado e fazia uma cesta básica e fornecia para as famílias, e o que eles tomaram decisão naquela época, já que vamos ter que dar comida para quem está passando fome e porque não comprar de quem precisa? Então a ótica do PAA, o elemento importante de quem dava o dinheiro para o PAA, era na verdade as pessoas que estavam em situação de insegurança alimentar, não havia um orçamento para comprar da agricultura

¹⁰ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, Lei 12.512, de 2011, e Decreto 7.775, pela Lei de 2012.

familiar, e sim um orçamento para prover assistência social de alimentos (ENTREVISTA, N.M, 13/12/2018).

No ano de 2010 foi lançado o Programa Brasil sem Miséria, considerado um marco importante: o “PAA adquiriu *status* estratégico e incorporou a incumbência de promover a inclusão produtiva de pequenos produtores rurais em situação de extrema pobreza” (VALADARES; SOUZA, 2015, p. 2). A modalidade de doação simultânea, operada pela Conab, foi, então, considerada o principal instrumento de realização desse objetivo, e, entre 2011 e 2012, teve crescimento compatível com tal expectativa.

Vários autores trouxeram à tona a discussão da importância da criação do PAA, e pode-se dizer que a sociedade passou a enxergar a agricultura familiar de outra forma:

A criação do PAA representa um marco na política agrícola brasileira e revela a presença do Estado junto à pequena produção familiar. Inserido em um amplo debate sobre desenvolvimento e distribuição de renda, as ações do programa envolvem a União, os estados e os municípios, parceria esta que permitiu a aproximação do poder local com a produção familiar rural. As ações do programa viabilizam a articulação entre a produção, a comercialização e o consumo, favorecendo a inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais (HENTZ, NEVES NETO, 2016, p. 10).

Para Grisa et al. (2011), o PAA veio ao encontro de dois grandes debates importantes na década de 1990:

O primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Essa discussão intensificou-se a partir do final da década de 1980, ganhou impulso nos anos 1990 e encontrou maior espaço no Governo Lula, envolvendo um amplo leque de atores sociais. O segundo debate foi dirigido ao reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais (GRISA et al., 2011, p. 34).

Hespanhol (2013b) afirma também que, no âmbito das discussões sobre as políticas direcionadas ao campo, duas temáticas ganharam espaço em meados de 1990: o Estado brasileiro reconheceu a importância econômica e social da agricultura familiar para o País e a temática segurança alimentar e nutricional passaram a ser incorporadas nas ações governamentais.

Após 2003, diferentes instrumentos de política pública foram implantados, especificamente para agricultura familiar. Grisa et al. (2011) exemplificam dois: o Seguro da Agricultura Familiar, da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o PAA. Essas e outras conquistas foram resultado das mobilizações de organizações sociais

de representatividade dessa categoria social. As décadas de 1990 e 2000 foram importantes para a agricultura familiar, pois várias ações foram direcionadas a essa categoria. Em se tratando de política pública de segurança alimentar, o Fome Zero foi o principal programa do governo Lula (2003-2006) que tinha como objetivo a erradicação da miséria e da fome no país (HESPANHOL, 2013b).

A Fazenda Itamarati, localizada no estado de Mato Grosso do Sul, foi transformada em um dos maiores projetos de assentamento agrário do país. Foi de lá que foram feitas as primeiras aquisições de alimentos do PAA nas modalidades Compra Direta, Compra Antecipada e PAA-Leite (WORLD WITHOUT POVERTY, 2016). Schmitt (2005) relata que as primeiras compras ocorreram no ano de 2003, quando foram adquiridos 233.340 kg de feijão, operação realizada diretamente com a Associação Estadual de Cooperação Agrícola; e o produto foi doado para 25.930 famílias de acampados e quilombolas. No primeiro ano de atividade, o orçamento foi de R\$ 400 milhões. No entanto, no ano seguinte, as operações do PAA foram retomadas apenas no mês de abril, quando foi oficializado o Convênio 001/2004, estabelecido com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

De acordo com MDS (BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possui as seguintes finalidades:

- a) incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- b) incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- c) promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- d) promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- e) constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- f) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- g) fortalecer redes de comercialização e circuitos locais e regionais.

O Quadro 4 traz as principais informações relacionadas ao PAA no decorrer dos anos.

Quadro 4 – Histórico do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (2003 – 2015)

ANO	DATAS IMPORTANTES
2003	O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto 4.772, ambos de dois de julho de 2003, tendo como objetivo incentivar a agricultura familiar.
2004	Foi extinto o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA), responsável pela criação e operacionalização do PAA, cabendo ao recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) assumir essas atribuições. As operações na modalidade Compra Antecipada foram suspensas devido a alguns problemas.
2006	Publicação de duas leis: “Lei da Agricultura Familiar” (Lei nº 11.326/06), que define o público beneficiário do PAA; “Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (Losan)” (Lei nº 11.346/06), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), estrutura em que o PAA está inserido. Nesse ano, foi criada a dotação orçamentária no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para operações nas modalidades Formação de Estoques e Compra Direta operacionalizada pela Conab.
2008	Foi criada modalidade voltada à aquisição de alimentos para alimentação escolar. Entretanto, essa modalidade não chegou a ser operacionalizada, em face da mudança da legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no ano seguinte (Lei 11.947/2009), que determinou a aquisição mínima de 30% dos gêneros da agricultura familiar.
2010	Foi incluído o direito à alimentação como direito fundamental na Constituição Federal. No mesmo ano, um decreto regulamentou a Lei Orgânica de 2006, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecendo os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
2011	Aconteceram mudanças importantes no PAA, com aprimoramentos no seu modo de operação, estabelecendo a sistemática de adesão e pagamento direto aos fornecedores. O programa passou a ser um importante componente da estratégia de inclusão produtiva rural prevista no Plano Brasil sem Miséria.
2012	Houve a ampliação das finalidades do Programa e a alteração da concepção de algumas modalidades, abertura da possibilidade de aquisição de sementes, além da introdução de alterações no processo de gestão do PAA (por meio de decreto). Nesse mesmo ano, ocorreram as primeiras adesões de estados e municípios, com as primeiras operações da modalidade Compra com Doação Simultânea, pactuadas a partir da celebração dos Termos de Adesão. Também foi criada a modalidade Compra Institucional. Foram iniciados os pagamentos diretos aos agricultores pelo Ministério do Desenvolvimento Social, por meio de cartão bancário próprio.
2013	Foi deflagrada uma operação da Polícia Federal Brasileira, denominada Agro-Fantasma, que investigou supostas irregularidades e desvios nas operações da Conab em determinadas localidades. A operação impactou a execução do Programa naquele ano e implicou a revisão de alguns procedimentos operacionais e de mecanismos de controle.
2014	Foi realizado o encontro comemorativo de 10 anos do PAA e foi lançada a modalidade Aquisição de Sementes, ao mesmo tempo em que algumas definições adicionais foram adotadas para a Compra Institucional, visando ampliar o seu alcance. Devido às situações de irregularidades identificadas, ainda nesse ano foram definidas novas exigências na destinação de alimentos adquiridos pelo PAA, a Conab reformulou seu Manual de Operações, disciplinando vários aspectos da execução da modalidade Compra com Doação Simultânea e foram modificadas as regras das modalidades Formação de Estoques e Aquisição de Sementes, ampliando requisitos para a execução de ambas.

continua...

Quadro 4 – continuação

ANO	DATAS IMPORTANTES
2015	Um decreto presidencial tornou obrigatório que órgãos da administração pública federal comprem, no mínimo, 30% dos gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, ampliando ainda mais as potencialidades desse público. Esta aquisição pode ser feita diretamente da agricultura familiar utilizando a modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos Compra Institucional (PAA-CI).

Fonte: WORLD WITHOUT POVERTY, 2016.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a Lei que instituiu o PAA fez com que houvesse menos burocracia no processo de aquisição dos produtos, sendo dispensável seguir as regras de licitação previstas na Lei 8.666/93, com os preços sendo definidos em relação à média dos preços praticados nos mercados regionais.

Para comercializarem com o PAA, os agricultores devem ter a DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf) e, a depender da modalidade, deverão estar vinculados a uma cooperativa ou associação, e os elencáveis são: assentados da reforma agrária, acampados, quilombolas, famílias atingidas por barragens, comunidades indígenas, pescadores, ribeirinhos e agroextrativistas (OLIVEIRA; BACCARIN, 2016).

O PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite e Compra Institucional e Aquisição de Sementes. Os dados do Gráfico 1 e da Tabela 12 demonstram o melhor desempenho do PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS). No período de 2010 a 2016, foram aplicados 1,9 bilhão de reais; modalidade com maior valor executado. A Conab explica que o maior desempenho ante as demais modalidades se deve as suas características, pois possibilita a comercialização de produtos da agricultura familiar, tais como: hortaliças, frutas, doces, biscoitos caseiros e outros, que são compradas de organizações fornecedoras e entregues às unidades receptoras¹¹.

A modalidade Doação Simultânea é a mais frequente, realiza a compra da agricultura familiar e a distribui às famílias que estão em situação de insegurança alimentar. Entre as modalidades do PAA, a Doação Simultânea é a mais expressiva em relação aos valores executados, tendo sido um pouco mais de 1,6 bilhão de reais no período de 2011 a 2016, sendo que o ano de 2012 teve o maior valor executado, cerca de 395 milhões de reais, entretanto, no ano de 2016, o valor reduziu significativamente.

¹¹ De acordo com o artigo 2º, inciso III da Resolução nº 72, de 9 de outubro de 2015, é considerada unidade receptora a “organização formalmente constituída, definida nos incisos IV e V deste artigo, contemplada na proposta de participação [da unidade executora], que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores diretamente ou, em casos específicos, por meio de entidades por ela credenciadas” (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015).

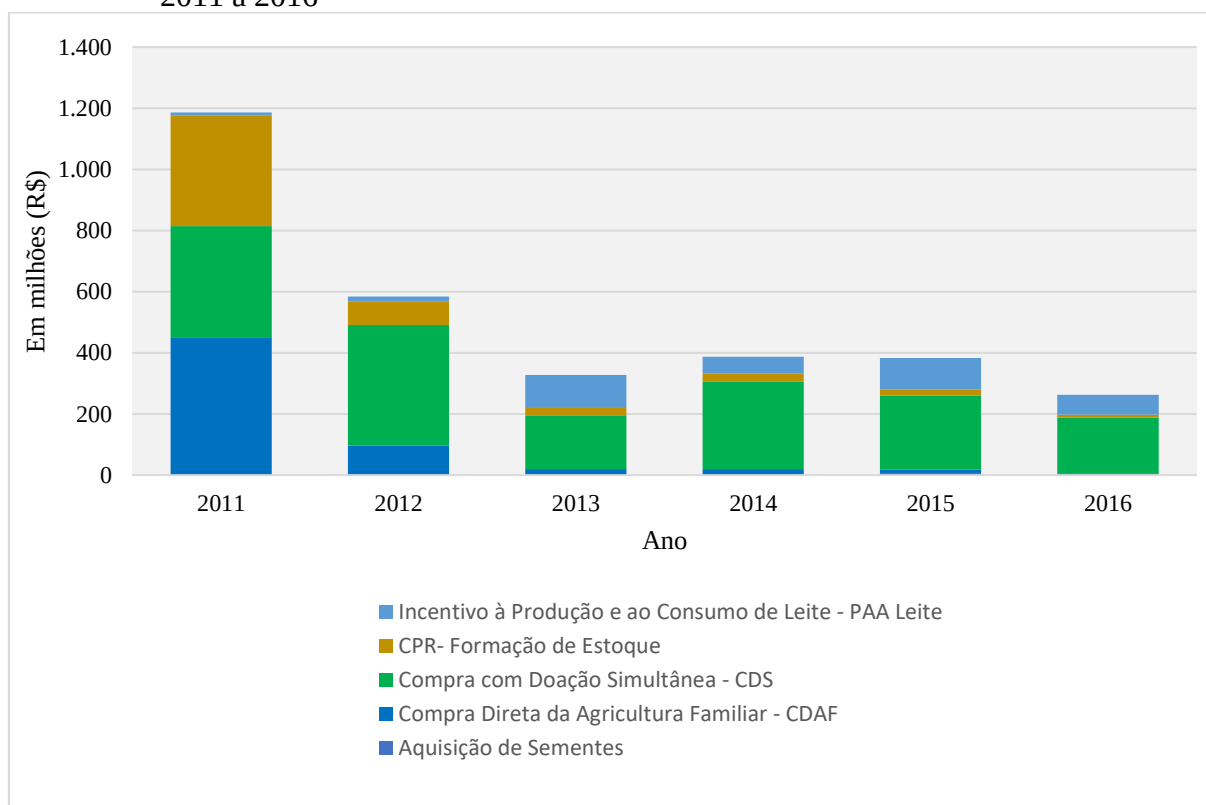
A **Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF** permite a compra de produtos para sustentar os preços, desse modo, os seguintes produtos são comprados: arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral, castanha de caju e castanha-do-brasil. A modalidade teve o maior recurso executado no ano de 2011, o valor foi de 451 milhões de reais, sendo que nos anos seguintes houve acentuada queda, sendo que em 2016 o valor foi de 11 milhões de reais.

A modalidade de **Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque)** recebe apoio financeiro para a formação de estoques de alimentos que, posteriormente, serão comercializados. A partir do ano de 2013, essa modalidade passou a ser gerida por recursos vindos da SEAD. A modalidade, no ano de 2011, teve maior quantidade de recursos disponibilizados, que foram cerca de 362 milhões de reais, no entanto, a partir de 2012, houve uma forte diminuição dos valores executados, no ano de 2016, foram apenas 9,5 milhões de reais.

O **programa de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite** atende apenas nos estados do Nordeste e nos municípios do Norte de Minas Gerais. O Programa tem como objetivo atender as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social por meio da distribuição de leite, também incentiva a produção de leite pelos agricultores familiares, além disso, há o fortalecimento do segmento produtivo local e da agricultura familiar (BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015). Os beneficiários são apenas aqueles registrados no Cadastro Único, com prioridade para famílias com perfil do Bolsa Família e indivíduos atendidos pela rede de assistência social, equipamentos públicos de alimentação e nutrição. O maior valor executado foi no de 2013, foram cerca de 107 milhões de reais, passando para 64 milhões em 2016.

Por fim, a modalidade **aquisição de sementes**, passou a receber recursos a partir do ano de 2015, o valor foi de 7,4 milhões de reais, reduzindo para 4 milhões no ano seguinte. Ribeiro (2014) afirma que, antes dessa data, a aquisição de sementes e mudas da agricultura familiar já era praticada em algumas modalidades do PAA. Assim como as demais modalidades, o PAA Sementes, sofreu redução dos recursos ao longo dos anos, embora seja importante para agricultura familiar, pois possibilita o comércio de sementes convencionais e criolas, permitindo o aumento de renda das famílias, sendo que as sementes poderão destinadas para as famílias de agricultores familiares inscritos no Cadastro Único, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.

Gráfico 1 – Evolução da execução financeira do Programa, por modalidade, no período de 2011 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Tabela 13 – Valores executados por modalidades do PAA, 2011 a 2016

Modalidade	2011 R\$ Mil	2012 R\$ Mil	2013 R\$ Mil	2014 R\$ Mil	2015 R\$ Mil	2016 R\$ Mil
Aquisição de Sementes	-	-	-	-	7.456,08	4.011,69
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	451.036,20	96.452,56	19.479,70	19.757,36	11.108,73	-
Compra com Doação Simultânea - CDS	362.993,39	395.009,41	176.410,32	286.446,70	241.263,31	183.992,76
CPR- Formação de Estoque	50.716,96	95.105,15	28.627,09	31.800,87	20.799,21	9.572,26
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA Leite	9.494,77	15.954,39	107.044,29	55.643,56	102.466,60	64.948,12

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

As modalidades possuem limites de participação por agricultores que estão entre R\$ 5.500,00 a R\$ 16.000,00 ao ano, já o limite de participação por organização vai até 6 milhões de reais (Quadro 5).

Quadro 5 – Modalidades PAA, características, executores, forma de acesso e limites

Modalidades	Características	Executores	Formas de Acesso	Limites de participação por agricultor ao ano	Limite de participação por organização (cooperativas e associações) ao ano
Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF	É um instrumento do Programa da Aquisição de Alimentos (PAA), tendo por finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários dos participantes agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	Conab	Individual, grupos informais, cooperativas e associações	R\$ 8.000,00	R\$ 500.000,00
Compra para Doação Simultânea - (CPR Doação)	Atendimento direto às demandas de alimentação dos programas sociais e o desenvolvimento da economia local.	Estados e Municípios	Individual	Até R\$ 5.500,00	Não se aplica
		Conab	Cooperativa e associação	De R\$ 6.500,00 a R\$ 8.000,00	R\$ 2.000.000,00
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Constitui-se como apoio financeiro para a formação de estoques de alimentos por parte das Organizações Fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público	Conab	Cooperativa e associação	Até R\$ 8.000,00	R\$ 1.500.000,00, sendo a primeira operação limitada à R\$ 300.000,00
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite*	Compra de leite que, após processamento, é doado aos beneficiários consumidores com o objetivo de atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	Conab, Governos Estaduais e Prefeituras	Individual ou via cooperativa e associação	Até R\$ 4.000,00 por semestre	Não se aplica
Aquisição de Sementes	As sementes adquiridas pelo governo serão doadas a famílias que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física), com prioridade para aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.	Conab	Associação e Cooperativa	Até R\$ 16.000,00	R\$ 6.000.000,00

Fonte: Adaptado de WORLD WITHOUT POVERTY – WWP, 2017, com base no Decreto nº 7.775/2012 e no Decreto 8.026/2013.

* Atende apenas nos estados do Nordeste e nos municípios do Norte de Minas Gerais.

5.1 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA MODALIDADE COMPRA COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA (CDS)

A Conab operacionaliza o PAA por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). De acordo com a (BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2018), a modalidade Compra com Doação Simultânea tem recursos provenientes do MDSA, sendo distribuídos de acordo com a nova metodologia aprovada pelo Grupo Gestão do PAA (GGPAA). As regras são definidas pelo GGPAA, de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes ministérios:

- Ministério do Desenvolvimento Social;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério da Fazenda;
- Ministério da Educação.

A modalidade objeto desse estudo, ou seja, a CPR Doação busca adquirir alimentos *in natura* ou processados, de origem animal ou vegetal, provenientes da agricultura familiar, com o objetivo de doação simultânea às pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar, atendidas por entidades e programas de caráter governamental ou não-governamental.

A modalidade Compra com Doação Simultânea permite a articulação entre a produção familiar e o atendimento das demandas locais da população que vive em situação de insegurança alimentar. O Programa passou por mudanças depois da aprovação da Lei 12.512 de 14 de outubro de 2011 e do Decreto nº 7.775 de 4 de julho de 2012, que permitiu ao poder executivo federal atuar em parceria com estados, municípios e consórcios públicos sem a necessidade de realização de convênio. O instrumento utilizado é o Termo de Adesão. Isto propiciou a redução da burocracia, pois os municípios e estados se tornaram mais responsáveis pela execução do Programa, além de possibilitar a realização do pagamento pela União, por meio do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que o recebe por meio de um cartão bancário específico para o recebimento dos recursos do PAA (Quadro 6).

Quadro 6 – Termo de Adesão: nova forma de operar o PAA

Adesão	Não envolve aporte de recursos, consiste apenas na assinatura do documento que estabelece os compromissos entre o MDS e as Unidades Executoras para a implantação do Programa. A Adesão tem vigência de cinco anos.
Pactuação de Valores e Metas	É realizada por meio de um sistema informatizado: o Sistema de Informação do PAA (Sispaa). Consiste na inserção de entidades (CNPJ obrigatório) aptas a receberem alimentos e de beneficiários fornecedores de alimentos (ou organizações de fornecedores); envio para a geração dos cartões de pagamento; inserção de produtos, suas quantidades e preços; vinculação em uma “Proposta de Participação” e assinatura de termo de compromisso com os fornecedores.
Pactuação Local	Nesta etapa do processo, as Unidades Executoras selecionam os beneficiários fornecedores do Programa; as entidades a serem atendidas com alimentos; os produtos a serem adquiridos e definem os preços a serem adotados nas operações de compra. Para a elaboração da Proposta de Participação é preciso que haja a compatibilização entre a demanda de alimentos das entidades e a oferta de alimentos pela agricultura familiar local. Dessa etapa, resulta o cadastramento de uma Proposta de Participação no Sispaa, a qual é posteriormente submetida à equipe do MDS para aprovação.
Aquisição e distribuição de alimentos	A partir da aprovação da proposta no Sispaa e da emissão dos cartões bancários dos agricultores (beneficiários fornecedores) cadastrados, as Unidades Executoras ficam autorizadas a adquirir produtos desses e a destiná-los às organizações cadastradas (beneficiários consumidores).
Pagamento de beneficiários fornecedores	Com base nos dados das notas fiscais cadastradas e, atestadas no Sistema, o MDS providencia o pagamento direto aos beneficiários fornecedores, por meio de crédito no cartão bancário específico do PAA, disponibilizado ao beneficiário fornecedor no Programa.
Apoio financeiro às Unidades Executoras	Para contribuir com a operação do PAA, o MDS previu realizar repasses financeiros para as Unidades Executoras, mediante o cumprimento de metas

Fonte: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014.

O PAA atravessou por mudanças ao longo dos anos, uma destas residiu na regulamentação quanto à venda de produtos industrializados no âmbito do Programa. No dia 12 de julho de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 13.465/17, que permite ao agricultor familiar, por intermédio de associações ou cooperativas, buscar por contratação de serviços e ou aquisição de insumos de terceiros para beneficiar, processar e industrializar os alimentos a serem adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Por sua vez, a Conab publicou a Resolução nº 78, de 8 de setembro de 2017, a qual estabelece as condições para a aquisição de produtos processados, beneficiados ou industrializados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (CONAB, 2017b). Por meio do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPAA, firmou as regras e os procedimentos para essa aquisição nas diferentes modalidades do PAA (Quadro 7):

- a) É permitido a aquisição de insumos, matérias-primas adicionais, embalagens e contratação de serviços de terceiros para o processamento, beneficiamento ou industrialização dos produtos a serem fornecidos a uma das diferentes modalidades do PAA, inclusive de pessoas físicas e jurídicas não enquadradas como beneficiárias do Programa;
- b) Os agricultores poderão adquirir insumos industriais, podem ser matérias-primas adicionais e de embalagens para fabricação, conservação, armazenamento e distribuição dos produtos, inclusive os fornecedores que não forem beneficiários do Programa. No entanto, é necessário, ao menos, um produto da matéria-prima ser de produção própria do agricultor fornecedor;
- c) São considerados produção própria os produtos *in natura*, processados, beneficiados ou industrializados, resultantes das atividades dos beneficiários fornecedores;
- d) Quando o produto for entregue por meio de associações e/ou cooperativas, caso haja desconto no valor a ser pago ao produtor referente à aquisição de insumos ou contratação de serviços de terceiros (deverá ter contrato assinado), o desconto deverá ser registrado em Ata de reunião, a qual será assinada pelos participantes da venda, esse documento deverá ser mantido arquivado pelo prazo mínimo de cinco anos.

O Programa pode ser acessado coletivamente pelas entidades proponentes que são as associações ou cooperativas. O MDS disponibiliza recursos para a Conab que é a gestora; a qual repassa os recursos para todos os estados da federação. Para apoiar o produtor, a Conab criou o PAAnet¹². Cada organização fornecedora pode apresentar sua proposta com valor máximo de R\$ 320.000,00 ou R\$ 8.000,00 por agricultor (BRASIL. MINISTÉRIO DA

¹² É um aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Compra com Doação Simultânea – CDS. A plataforma PAAnet está disponível em: <http://www.conab.gov.br/produtosServicos-PAANET-proposta.php>.

CIDADANIA, 2014). Os agricultores e as entidades fornecedoras interessadas têm de cadastrar e transmitir o projeto por meio do PAAnet. Contudo, é obrigatória a postagem de toda documentação. Os recursos disponibilizados foram reduzidos no decorrer dos anos; tendo sido necessário estipular critérios de pontuação para a classificação e a definição da aprovação do projeto (CONAB, 2017a).

Quadro 7 – PAA/CDS 2017 - Critérios para a distribuição dos recursos

Crítérios Estabelecidos	Percentagem de Participação nos Projetos	Pontuação
Participação das Mulheres	Propostas com 100% de mulheres	10 pontos
	Propostas entre 60% a 99% de mulheres	8 pontos
	Propostas abaixo de 60% de mulheres	6 pontos
Participação de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e Assentados	Propostas com 100% de PCTs ou Assentados	10 pontos
	Propostas de 60% a 99% de PCTs ou Assentados	8 pontos
	Propostas abaixo de 60% de PCTs ou Assentados	6 pontos
Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional	Mapa de Insegurança Alimentar e Nutricional	10 pontos
	Proposta em município de alta vulnerabilidade	8 pontos
	Proposta em município de média vulnerabilidade	6 pontos
Valores dos Projetos	Projetos com valor até R\$ 50 mil reais	6 pontos
	Projetos com valor entre R\$ 51 mil a R\$ 100 mil reais	8 pontos
	Projetos com valor entre R\$ 101 mil a R\$ 200 mil reais	6 pontos
	Projetos acima de R\$ 201 mil reais	4 pontos
Logística - Unidade Recebedora	Projetos que entregam para uma Unidade Recebedora	10 pontos
	Projetos que entregam para duas Unidades Recebedoras	8 pontos
	Projetos que entregam para três Unidades Recebedoras	6 pontos
	Projetos que entregam para mais de quatro Unidades Recebedoras	4 pontos
Produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos:	Propostas com 100% de Orgânicos	10 pontos

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da CONAB, 2017a.

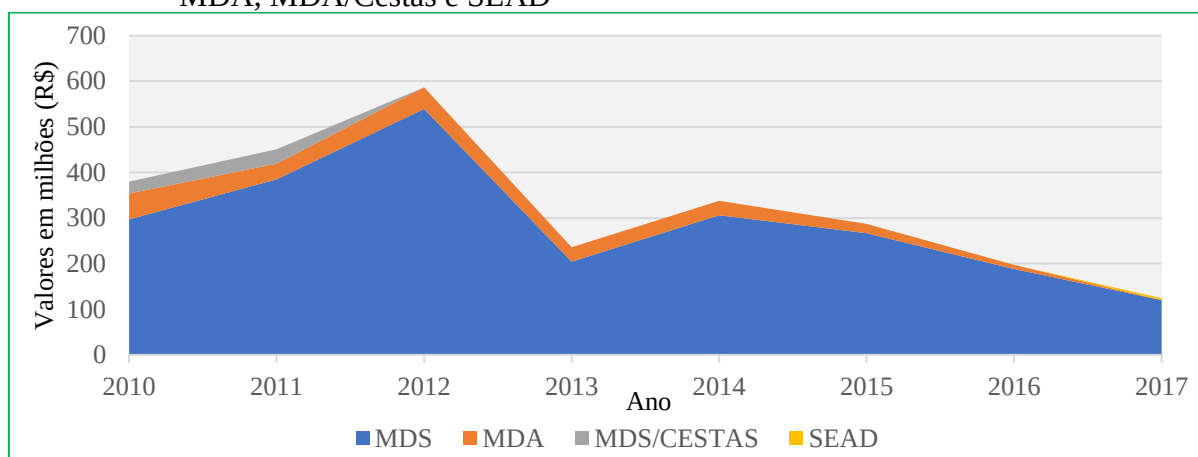
Anteriormente, os recursos eram disponibilizados de acordo com as demandas e necessidades de cada estado. Os critérios levam em consideração a participação nos projetos de: mulheres rurais; povos, comunidades tradicionais e assentados; produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos; agricultores de municípios em situação de insegurança alimentar; valores do projeto; e logística de entregas dos produtos, conforme demonstrado no Quadro 5. De acordo com a Conab (2017a), para pontuação são considerados os critérios tais como: a

situação de vulnerabilidade alimentar dos municípios, o valor dos projetos e o fornecimento de alimentos orgânicos ou agroecológicos.

O Gráfico 2 mostra a execução dos recursos do PAA no período de 2010 a 2017. O Programa de Aquisição de Alimentos recebe recursos do MDS, MDA, MDS/Cestas e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD. A maior parte dos recursos do PAA é proveniente do MDS. No período citado foi disponibilizado cerca de 2,3 bilhões de reais, sendo que o maior valor foi no ano de 2012, cuja execução total foi de 539 milhões de reais. Já o MDA sempre teve pouca participação na disponibilização dos recursos para o Programa, o valor total disponibilizado no período foi de 232 milhões de reais, no entanto, em 2017 não foi repassado nenhum valor ao Programa. O MDS/Cestas disponibilizou recursos durante poucos anos, enquanto o SEAD (ex-Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)), passou a disponibilizar recursos a partir de 2017, mas o valor disponibilizado ainda é considerado irrisório, tendo sido de 4,8 milhões de reais.

A verba destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos vem sendo reduzida com o passar do tempo, como pode-se verificar pelo Gráfico 2. A queda brusca dos recursos disponibilizados pelo MDS foi resultado do contingenciamento dos recursos a partir do ano de 2016. No ano de 2012, o valor disponibilizado foi de 539 milhões de reais, diminuiu para 119 milhões em 2017, portanto a redução foi de 77,77%. No período analisado, é possível observar a variação do recurso executado entre os anos de 2010 até 2014. Após 2014, os valores executados foram reduzidos ano a ano, praticamente em todas as fontes de origem. Os autores Valadares e Souza (2015) ressaltam que o ano de 2010 representou um marco importante, pois foi a partir daí que o PAA passou a ser estratégico como política de redução da fome e de inclusão dos agricultores familiares; os números mostram que os recursos aumentaram até 2012. Após isso, iniciou-se o período de cortes nos recursos executados.

Gráfico 2 – Execução dos recursos do PAA no período de 2010 a 2017 – orçamentos MDS, MDA, MDA/Cestas e SEAD



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

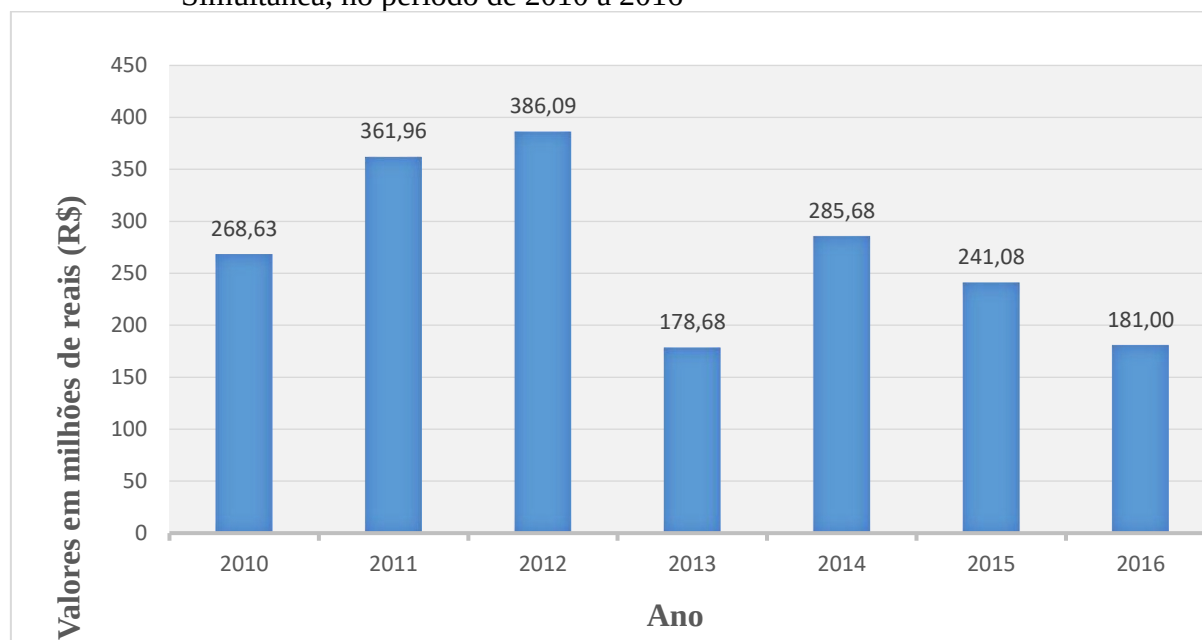
No ano de 2012, foi aplicado cerca de R\$ 386 milhões na modalidade Compra com Doação Simultânea. Conforme se vê no Gráfico 3, o volume de recursos teve aumento expressivo de 2010 a 2012, que representou 44% de incremento. No entanto, no ano de 2013, em comparação com 2012, houve acentuada redução de 53%. Valadares e Souza (2015) explicam a Conab publicou um relatório executivo contendo as ações do PAA. Esse documento traz alguns elementos explicativos sobre a diminuição dos recursos no âmbito do Programa, entretanto nesse relatório não traz nenhuma informação sobre a queda vertiginosa dos recursos para o PAA-CDS.

Surpreende, por outro lado, que não conste no relatório uma notícia específica sobre a redução da “doação simultânea”, justamente a modalidade que agrupa o maior número de beneficiários fornecedores. A rigor, mesmo a referência à seca no Nordeste, como uma das causas gerais dos baixos resultados, não é plenamente respaldada nos dados: considerando as três modalidades do PAA Conab, observa-se que em todas as regiões do país o programa registrou avassaladora diminuição, em termos de número de produtores participantes e de recursos investidos, entre os anos de 2012 e 2013. No Sul, o total de agricultores que fornecem alimentos ao PAA caiu, no período, 82%; no Nordeste, a queda foi de 63%; no Sudeste, de 60%. Mesmo no Norte e no Centro-Oeste, regiões onde o programa conta com menor número de participantes, registraram-se reduções de 47% e 52%, respectivamente. Em conjunto, tais informações fazem crer que as causas relativas à redução do PAA Conab decorrem menos de questões de queda de demanda de fornecedores ou de dificuldades pontuais de execução que de um processo de adaptação às mudanças de estratégia do Programa, em sua concepção e operacionalização (VALADARES; SOUZA, 2015, p. 6).

Certamente, tal queda trouxe prejuízos àqueles que dependiam da renda obtida por meio da venda para o Programa e às pessoas que dependiam dos recebimentos dos alimentos

para a sua subsistência. Lembrando que, quando o PAA foi criado, em 2003, tinha por finalidade promover a segurança alimentar, no entanto, o contingenciamento dos recursos realizado já vem trazendo efeitos negativos por todo o Brasil. Valadares e Souza (2015) relatam que do ponto de vista da segurança alimentar a retração trouxe sérios problemas, em se tratando de número de atendimentos, a queda foi de 56% no número de beneficiários consumidores – de 18,2 milhões para 7,9 milhões. Veloso (2017) relata que as associações de agricultores rurais e agricultores já demonstravam a preocupação com a queda dos recursos e a eminente possibilidade de ficar sem a venda institucional.

Gráfico 3 – Valores formalizados em milhões de reais pelo PAA na modalidade Doação Simultânea, no período de 2010 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da CONAB, 2017c.

A redução dos valores impactou diretamente nas vendas de produtos pelos agricultores familiares por todo país. Essa categoria social desejava o aumento no teto de venda, ou seja, no valor da cota anual de cada produtor. No caso do Programa de Aquisição de Alimentos, na Modalidade Compra com Doação Simultânea, o valor de venda anual por produtor era de R\$ 8.000,00/ano, mas a resposta dada pelo governo consistiu no corte dos recursos disponíveis para um segmento social que dependia muito de políticas contra a pobreza e a fome.

Os participantes do PAA como fornecedores, com base no PAANet, passaram a ser identificados por categoria (ou tipo) do fornecedor, a mudança foi a partir de 2008. As categorias dessa classificação são: agricultor familiar, assentado, agroextrativista, acampamento, atingidos por barragem, pescador artesanal, quilombola, comunidade indígena,

agricultor especial e trabalhador sem-terra (BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018).

De acordo com a Tabela 14, o número de agricultores fornecedores na modalidade Compra com Doação Simultânea reduziu-se drasticamente a partir do ano de 2013, eram 65,3 mil e, em 2013, passaram para 38,6 mil fornecedores, o que representou a diminuição de 40%. No período de 2011 até 2016, a retração atingiu 57%. É extremamente preocupante a redução do número de agricultores que comercializa para o Governo Federal, pois a Conab atendia a categoria social que dependia dos recursos desse Programa, evidenciando o fato de que o governo federal está em processo de extinção do Programa, pois, gradualmente, a cada ano, estabelece cortes no volume de recursos destinados ao PAA.

Tabela 14 – Categoria de fornecedores do PAA entre os anos de 2011 e 2016 no Brasil

Categoria de Fornecedores	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Agricultor familiar	53.598	39.295	24.030	31.028	22.192	17.636
Agroextrativista	362	472	532	1.767	2.796	3.961
Assentado	7.382	21.682	11.922	11.469	6.552	4.132
Atingido por barragem	231	167	49	39	81	63
Comunidade indígena	360	378	220	192	185	340
Pescador artesanal	2.173	1.571	1.442	1.002	757	755
Quilombola	802	1.485	430	1.130	833	939
Trabalhador sem terra	414	483	-	41	-	-
Total	65.322	65.533	38.625	46.668	33.396	27.826

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Os números demonstram que a categoria de agricultora familiar foi a que mais se beneficiou com o Programa. Foram atendidos 189.931 agricultores, ou seja, 68% do total. No entanto, o número de agricultores familiares atendido pelo Programa diminuiu no transcorrer do período, em 2011, o número de pessoas atendidas foi de 53.598 para 17.712 em 2016, o que significou uma redução de 67%. Logo em seguida, a categoria assentada, no período representou 63.139 agricultores, sendo no ano 2012 teve seu maior número (21.682), nos anos seguintes as quedas foram constantes, tendo no ano de 2016 apenas 4.324 agricultores atendidos. Já as categorias de agroextrativista, atingidos por barragem, comunidade indígena, pescador artesanal, quilombolas e trabalhador sem terra têm pouca representatividade entre os fornecedores do PAA no Brasil.

No período de 2011 a 2016, foram atendidos 277.370 agricultores entre todas as categorias (Tabela 14). No entanto, no período apresentado houve variação de atendimento

entre os anos. O ano de 2013 chama bastante atenção pela expressiva redução do número de agricultores atendidos, a retração foi de 41%, voltando a aumentar no ano seguinte. Entretanto, no período, a redução de atendimento aos agricultores foi de 43%.

Em pesquisa conduzida por Hespanhol (2013b), os produtores pesquisados relataram que a incerteza quanto à continuidade do Programa gera insegurança quando se trata de novos investimentos nas atividades agropecuárias. A variação entre os anos tem impacto na perspectiva de continuidade e participação na política pública de comercialização, tornando os agricultores receosos de aumentarem a produção para atenderem o PAA. Consequentemente, ao se analisar a Tabela 15, se verifica que os valores executados também passaram por oscilações, tendo seu maior valor no ano de 2012 (362 milhões de reais). No ano de 2013, com redução de 54%, o valor executado foi de 178,7 milhões de reais. O número de pessoas atendidas também diminuiu de 16,6 milhões para 9,3 milhões, houve redução de 44% no número de pessoas alcançadas. A oscilação no período deixou vulneráveis àqueles que dependiam do programa. Grando e Ferreira (2013) relatam que as oscilações podem estar relacionadas com as restrições orçamentárias, redução da oferta de alimentos devido aos problemas climáticos ou ainda em virtude das situações em que os preços de mercado se elevam acima dos preços de referência.

Tabela 15 - Número de agricultores, volume de recursos e pessoas beneficiadas na modalidade Doação Simultânea – 2011 a 2016, no Brasil

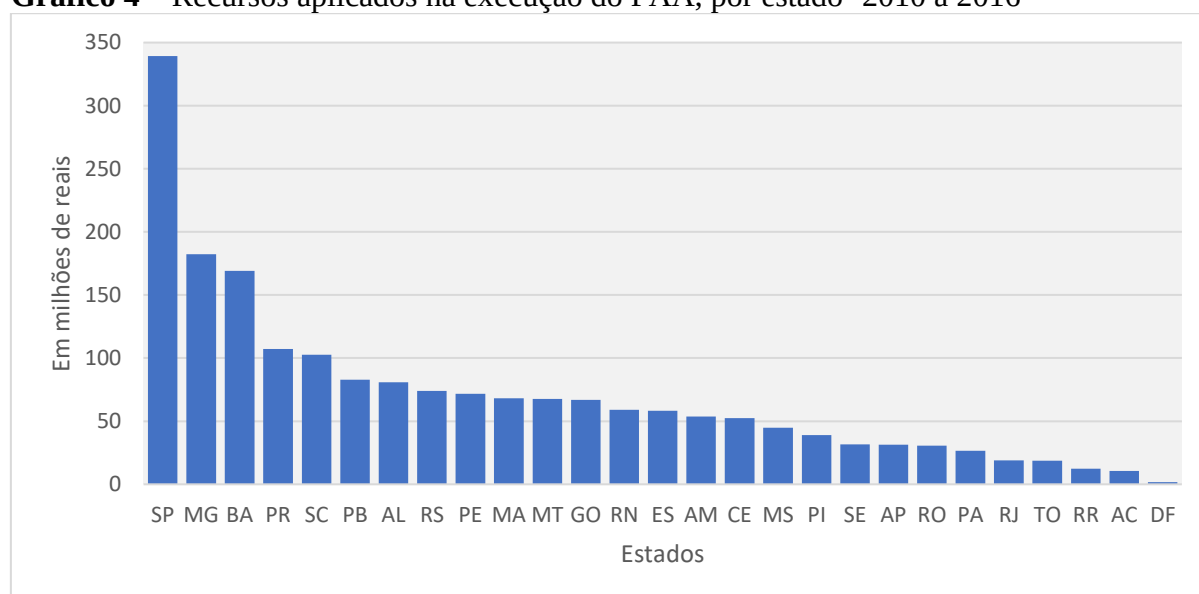
Ano	Agricultores participantes	Variação (%)	Valores (Milhões de R\$)	Variação (%)	Pessoas Atendidas	Variação (%)
2011	65.322	-	362,0	-	16.656.514	-
2012	65.533	0,32	386,1	7	18.202.041	9
2013	38.625	-41	178,7	-54	7.954.265	-56
2014	46.668	21	285,7	60	11.460.634	44
2015	36.015	-23	241,1	-16	10.960.664	-4
2016	28.094	-22	181,0	-25	9.306.016	-15
Total	277.370	-43	1.634.600	-50	74.540.134	-44

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

O Estado de São Paulo aparece na primeira colocação em alocação em termos de recursos para o PAA, sendo que o valor no período foi de R\$ 339,4 milhões. O valor é muito superior ao segundo colocado do *ranking*, o Estado de Minas Gerais, representando R\$ 182,2 milhões. Já a Bahia ocupa a terceira colocação no *ranking* com R\$ 169,1 milhões, sendo que

nesse Estado que a agricultura familiar mais pobre está presente e onde se encontram os maiores números absolutos de pobreza e insegurança alimentar. O Distrito Federal (R\$ 1,7 milhões) e Acre (R\$10,6 milhões), Roraima (R\$ 12,8 milhões), Tocantins e Rio de Janeiro (R\$ 18,8 milhões), Pará (R\$ 26,6 milhões), Rondônia (R\$30,7 milhões), Amapá (R\$31,5 milhões) e Sergipe (R\$ 31,6 milhões) foram os estados com a menor participação no recebimento de recursos (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Recursos aplicados na execução do PAA, por estado -2010 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

De acordo com Paula, Kamimura e Silva (2014), a Região Norte tradicionalmente vem tendo baixa participação nos recursos dos mercados institucionais, em virtude das características territoriais, a distribuição dos produtos é prejudicada, principalmente as organizações e as comunidades mais distantes.

A Tabela 16 mostra a evolução dos recursos, por regiões, no período de 2010 a 2016. De acordo com os dados, as regiões Nordeste e Sudeste, juntas, correspondem a 66% dos recursos recebidos, seguidas das regiões Sul (284,4 milhões de reais) e Centro-Oeste (181,4 milhões de reais) e, por fim, a Região Norte (184,9 milhões de reais). Hespanhol (2013b) ressalta que a abrangência do PAA no país é bastante limitada e concentrada, por isso, é diminuta a participação de agricultores nessa política.

A Região Nordeste se destacou com os maiores valores de recursos no período, foram 655 milhões de reais, segundo os dados do IBGE (2017). A região possui marcante presença da agricultura familiar e atende os pré-requisitos para a participação no PAA. Para o Censo Agropecuário, o Nordeste concentra cerca de 50% dos estabelecimentos da agricultura familiar

no Brasil (IBGE, 2006). Nos anos de 2011 e 2012, essa região foi a mais beneficiada pelas ações do PAA. Oliveira e Baccarin (2016) afirmam que o PAA sempre procurou priorizar suas ações considerando o perfil socioeconômico, e é na Região Nordeste, que se encontra a maior parte da população em situação de insegurança alimentar e nutricional. No entanto, alguns estados da região não recebem repasses de recursos de acordo com a proporção de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar (GRISA, et al., 2011).

Por sua vez, a Região Sudeste ocupa a segunda maior participação no quesito recursos repassados, foram 599 milhões de reais no período de 2010 a 2016. Possui também a segunda colocação em número de propriedades consideradas familiares, de acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), essa região representa 16% das propriedades familiares do Brasil. Os valores alteraram bastante no período de 2010 a 2016, e, no ano de 2014, atingiu o seu maior valor, cerca de 125,5 milhões de reais, reduzindo para 40,4 milhões de reais no ano de 2016.

A Região Sul encontra-se na terceira colocação no *ranking* de recursos totais recebidos. O que chama atenção nessa região é a variação de recursos ao longo do período, no ano de 2012 foram executados R\$ 81,6 milhões de reais; enquanto que, no ano seguinte, o valor reduziu para R\$ 13,5 milhões, uma redução de 83% em relação ao ano anterior.

O Norte do país se situa na penúltima posição no *ranking* de recursos disponibilizados. Entretanto, os valores executados não oscilaram muito ao longo dos anos, o menor valor foi no ano de 2013, R\$ 20,1 milhões de reais, tendo o maior valor no ano de 2014, com R\$ 31,8 milhões de reais. Valnier e Ricci (2013) esclarecem que o Programa na Região Norte demanda maior divulgação para os interessados, pois os valores executados ainda são baixos em relação às outras regiões do país. Mesmo em tempos fartos de recursos disponíveis, a Região Norte não acessou o Programa da maneira que necessitava. Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA, 2013), essa região possui vários municípios entre os piores IDHM do país, sendo que um dos objetivos dessa política é atender as pessoas que estão em situação de insegurança alimentar. Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) relataram em sua pesquisa que, em muitos casos, os agricultores desconhecem ou tem pouca informação acerca do PAA.

Por fim, a Região Centro-Oeste está na última colocação do *ranking*. Os valores executados variaram no decorrer dos anos, tendo seu maior valor no ano de 2012, com R\$ 37,5 milhões de reais, e o menor valor em 2016, com 14,9 milhões de reais. Na média, essa região representou apenas 9,7% dos recursos executados no Brasil, a distribuição geográfica dos recursos negligenciou, portanto, as necessidades locais. O PAA significa novas possibilidades de ingressar no mercado e, ao mesmo tempo, em particular para as famílias do Sul e Centro-Oeste do Brasil, oportunidades para distanciarem-se dos mercados de *commodities* agrícolas

que se mostram inadequados às especificidades dessa categoria social, principalmente no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico (GRISA, et al. 2011).

Tabela 16 – Evolução dos recursos do PAA na modalidade Doação Simultânea de 2010 a 2016 (em mil reais)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2010	25.089.75	98.200.24	71.928.83	55.410.81	18.003.05
2011	24.396.92	134.448.94	103.629.72	70.679.61	28.801.61
2012	28.546.66	124.727.77	113.583.37	81.697.44	37.538.22
2013	20.156.98	54.897.29	66.481.15	13.575.90	23.564.95
2014	31.882.48	77.054.59	125.542.06	21.115.94	30.088.50
2015	28.674.22	80.046.05	77.077.40	27.200.94	28.080.78
2016	25.820.09	85.458.96	40.494.81	14.261.49	14.962.80
TOTAL	R\$184.973,00	R\$655.214,00	R\$599.068,00	R\$284.450,00	R\$181.427,00

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Alguns municípios no Brasil se destacaram no volume de recursos formalizados com o PAA (Gráfico 5). Um deles é o Município de Santana do Mundaú, no qual foram investidos 5,91 milhões de reais no PAA. O município foi fundado em 1960, está localizado no Estado do Alagoas, inserida no Território da Mata Alagoana, possui área de 224,81 Km². De acordo com o último Censo Demográfico, a população do município no ano de 2010 era de 10.961 habitantes, sendo que 5.303 vivem na área rural, a renda *per capita* do município era de R\$ 34.978,67 (IBGE, 2017). Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, no município haviam 1.434 estabelecimentos considerados como agricultura familiar, representando 92% das propriedades. Outro município que se destaca é Promissão, em São Paulo, o bom desempenho no PAA se deve à vigorosa articulação entre os atores sociais, a qual tem sido fator determinante nos municípios atendidos pelo Programa. Na análise do Censo Agropecuário de 2006, aproximadamente, 90% dos estabelecimentos são considerados familiares (IBGE, 2017). Convém lembrar que em Promissão se localiza o maior assentamento do Estado de São Paulo, ou seja, o Assentamento Reunidas, que possui 637 famílias, distribuídas numa área de 17.138 hectares (SANTOS, 2007).

Gráfico 5 – Principais municípios beneficiados com o PAA na modalidade Doação Simultânea no ano de 2016 (em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017c.

5.2 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

O PAA na Modalidade Doação Simultânea no Estado de São Paulo, no período de 2011 a 2017, liberou cerca de 1,7 bilhão de reais. Sendo que, no ano de 2014, atingiu a cifra de R\$ 95.484.966,71, e o seu menor valor foi no ano de 2017, com R\$ 2.749.947,06, apresentando redução de 97%. Como já relatado anteriormente, a retração dos recursos se deve à desconsideração da importância do Programa como política pública para a agricultura familiar, isso demonstra que o Estado está reduzindo o seu papel ao deixar os pequenos agricultores na dependência do mercado com a presença dos intermediários, por meio do mercado tradicional.

São Paulo esteve entre os estados da federação que mais obteve recursos repassados para a operacionalização do PAA. Os bons resultados do PAA é a consequência da articulação precisa dos gestores do Programa nesse estado. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, a agricultura familiar paulista tem apenas 3,5% dos estabelecimentos familiares do Brasil, no entanto, os recursos executados pelo PAA teve representatividade muito maior do que a quantidade de estabelecimentos familiares (Tabela 17).

Tabela 17 – Evolução dos recursos aplicados e agricultores participantes do PAA no Estado de São Paulo no período de 2011 a 2017

Ano	Estado de São Paulo	Brasil	Participação de São Paulo (%)	Agricultores Atendidos
2011	46.923.450,76	361.956.818,70	12,96	11.798
2012	57.611.810,91	386.093.480,60	14,92	13.495
2013	51.235.172,46	178.676.296,62	28,67	8.440
2014	95.484.966,71	285.683.595,08	33,42	14.067
2015	50.445.050,18	241.079.416,96	20,92	6.324
2016	21.636.635,72	181.733.034,58	11,90	2.839
2017	2.749.947,06	68.153.218,60	4,03	1.092
Total	326.087.033,80	1.703.375.861,14	18,11	58.055

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A participação do PAA no estado de São Paulo esteve entre 11,9% e 33,42% entre os anos de 2012 a 2017, entretanto, no ano de 2017, o percentual foi de apenas 4% do valor total executado no país. O ano de 2014 teve destaque na quantidade de recursos disponibilizados e número de produtores atendidos, foram 95,4 milhões de reais e atendeu 14.067 agricultores no Estado de São Paulo. No entanto, a partir de 2015, os valores executados e o número de agricultores atendidos foram reduzidos drasticamente. O Estado de São Paulo possui 645 municípios. No período de 2011 a 2016, foram executados cerca de R\$ 340,8 milhões, no entanto, apenas 217 municípios participaram em um ou mais anos no período estudado do PAA, ou seja, o Programa atendeu apenas 33,64% dos municípios paulistas.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), o Estado de São Paulo possuía apenas 3,5% dos estabelecimentos familiares do Brasil, representando 151.015 unidades de 4.367.902, com 328.170 pessoas ocupadas. No Estado de São Paulo, os recursos destinados ao Programa, no período de 2011 a 2016, tiveram apenas dois anos a merecerem destaque: 2011 e 2014, cujos valores executados foram os maiores, 65,6 milhões de reais e 95,6 milhões de reais, respectivamente, já nos demais anos houve redução substancial nos valores executados. No período de 2011 a 2016, foram atendidas seis categorias, sendo que a agricultura familiar foi a categoria com mais recursos executados que foram de 196,5 milhões de reais, que representou 57,6% dos recursos totais. Essa categoria social foi a maior beneficiada no período estudado com o PAA, da qual o governo mais adquiriu gêneros alimentícios para à modalidade do PAA compra com doação simultânea. Ao passo que o assentado ocupou a segunda colocação considerando valores executados, totalizando 135,1 milhões de reais no período, representando

39,6%. Esses agricultores assentados, geralmente, estão fora do mercado, portanto, os recursos disponibilizados por meio do PAA são imprescindíveis. Marques, Moal e Andrade (2014) enfatizam a importância do PAA para o estabelecimento de relações entre os assentados, considerando que a comercialização para o Programa estimula o associativismo e a diversificação da produção. Já os agricultores quilombolas, no Estado de São Paulo, passaram a ser incorporados pelo Programa a partir de 2014, pois o PAA sempre priorizou atender os agricultores familiares e agricultores assentados, sendo a participação dos quilombolas ainda bastante tímida, uma vez que os valores disponibilizados foram de R\$ 7,9 milhões, representando apenas 2,34% do valor total. As demais categorias com menor participação são: agricultor especial, tendo sido executado no período apenas R\$ 486,4 mil (0,14%), agroextrativista R\$ 386,9 mil (0,11%), pescador artesanal R\$ 299,6 mil (0,08%), Indígena e Atingidos por barragem, ambos R\$ 12,4 mil (0,003%) (Tabela 18).

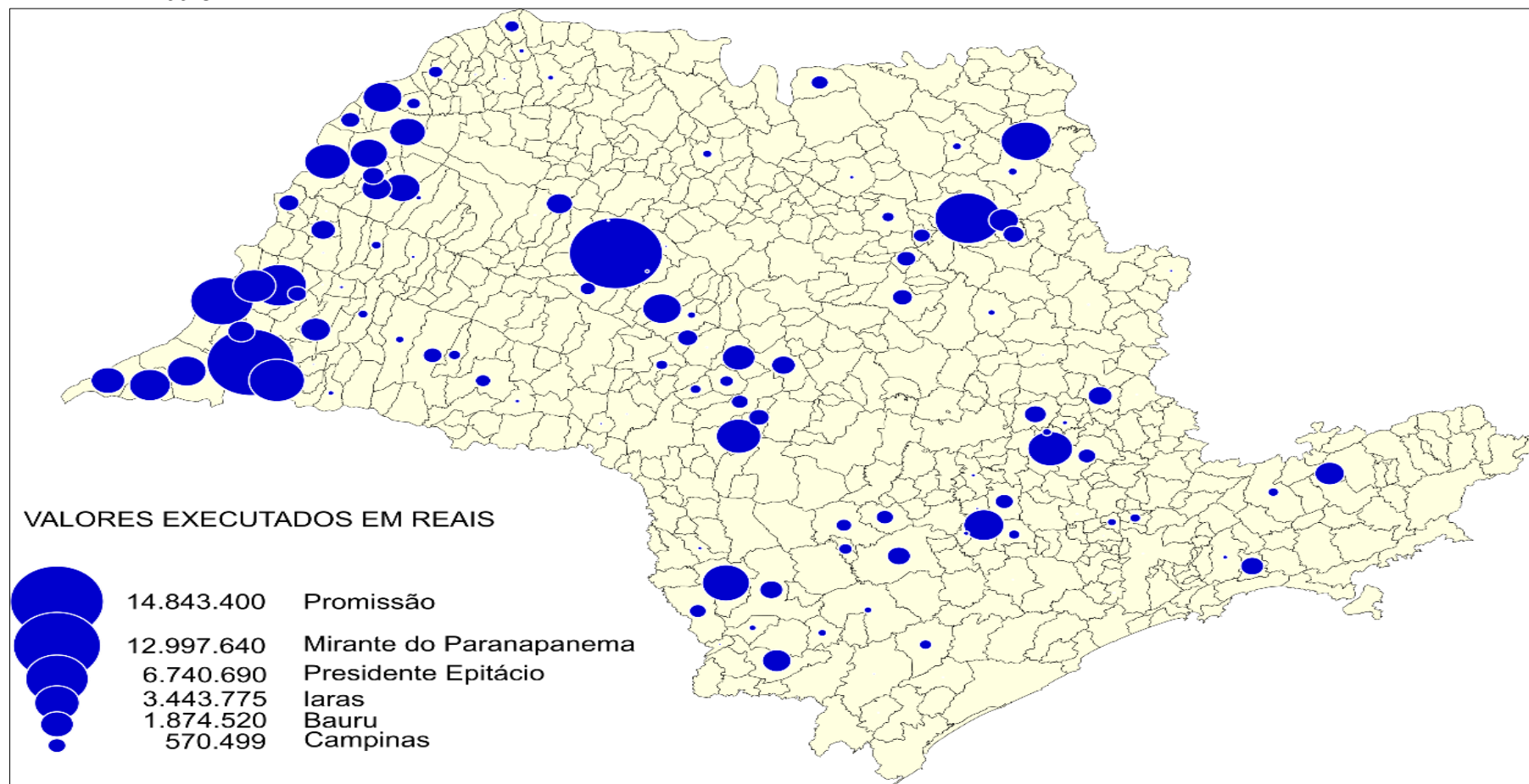
Tabela 18 – Valores executados em reais por categoria de agricultores no Estado de São Paulo, no período de 2011 a 2016

Categoria	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Agricultura Familiar	46.923.450,76	28.712.087,42	26.974.861,17	52.547.304,85	31.984.886,62	9.379.691,10	196.522.281,92
Assentado	18.206.731,46	27.388.224,87	24.126.227	39.780.598,77	15.708.489,76	9.927.026,99	135.137.298,85
Quilombola	-	-	-	2.947.666,69	2.567.998,90	2.463.998,20	7.979.663,79
Agricultor Especial	486.448,90	-	-	-	-	-	486.448,90
Agroextrativista	12.660,00	33.839,00	-	111.998	127.989,90	100.496,30	386.983,20
Pescador artesanal	-	-	24.784,26	227.196	47.685,00	-	299.665,26
Indígena	-	-	12.400,00	-	-	-	12.400,00
Atingidos por barragem	-	-	12.400,00	-	-	-	12.400,00

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Em se tratando de valores executados, na categoria assentado, dois municípios chamam a atenção, a saber: o Município de Promissão que foi beneficiado com R\$ 14.843.400,00 e Mirante do Paranapanema, com R\$ 12.997.640,00, ambos possuem o cooperativismo e associativismo atuantes, e também a grande presença de assentamentos rurais. No primeiro existem dois assentamentos: o Dandara e Reunidas (LIMA, 2011). Conforme o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), em Mirante do Paranapanema, são 31 assentamentos divididos sob os domínios estadual e federal. Nessa categoria, a distribuição geográfica se encontra concentrada em algumas regiões do estado, pois os produtos são comercializados apenas em municípios onde há a presença de agricultor assentado (Figura 12).

Figura 12 – PAA: Valores executados na modalidade Doação Simultânea no período de 2011 a 2016, na categoria assentado no Estado de São Paulo



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017c.

A partir de 2017, o MDS passou a distribuir os recursos em consonância com a nova metodologia aprovada pelo Grupo Gestor do PAA (GGPAA), antes disso, os recursos eram distribuídos em função da demanda dos estados.

Essa metodologia propôs uma distribuição geográfica dos recursos para as unidades da federação sendo definida após estudos estatísticos com base em dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA/PNAD) e dos números de integrantes de unidades familiares detentoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), utilizando também o histórico de execução do Programa nas Superintendências Regionais (Suregs) para a construção da base de dados (VIEGAS, 2018).

A Tabela 19 mostra os dez principais municípios do Estado de São Paulo em valores executados no período de 2011 a 2016, na categoria agricultura familiar. O Município de Promissão se sobressai tendo em vista que, no período, foram executados 8,9 milhões de reais, seguido do Município de Capão Bonito, cujos valores também são representativos, cerca de 8,1 milhões de reais. Os municípios que se destacam em volume de recursos no PAA possuem forte presença de pequenas propriedades rurais, a exemplo deste último que cerca de 70% dos 1.275 imóveis rurais possui área inferior a 50 hectares (SÃO PAULO, 2008).

Tabela 19 – Valores executados pelo PAA no Estado de São Paulo, no período de 2011 a 2016

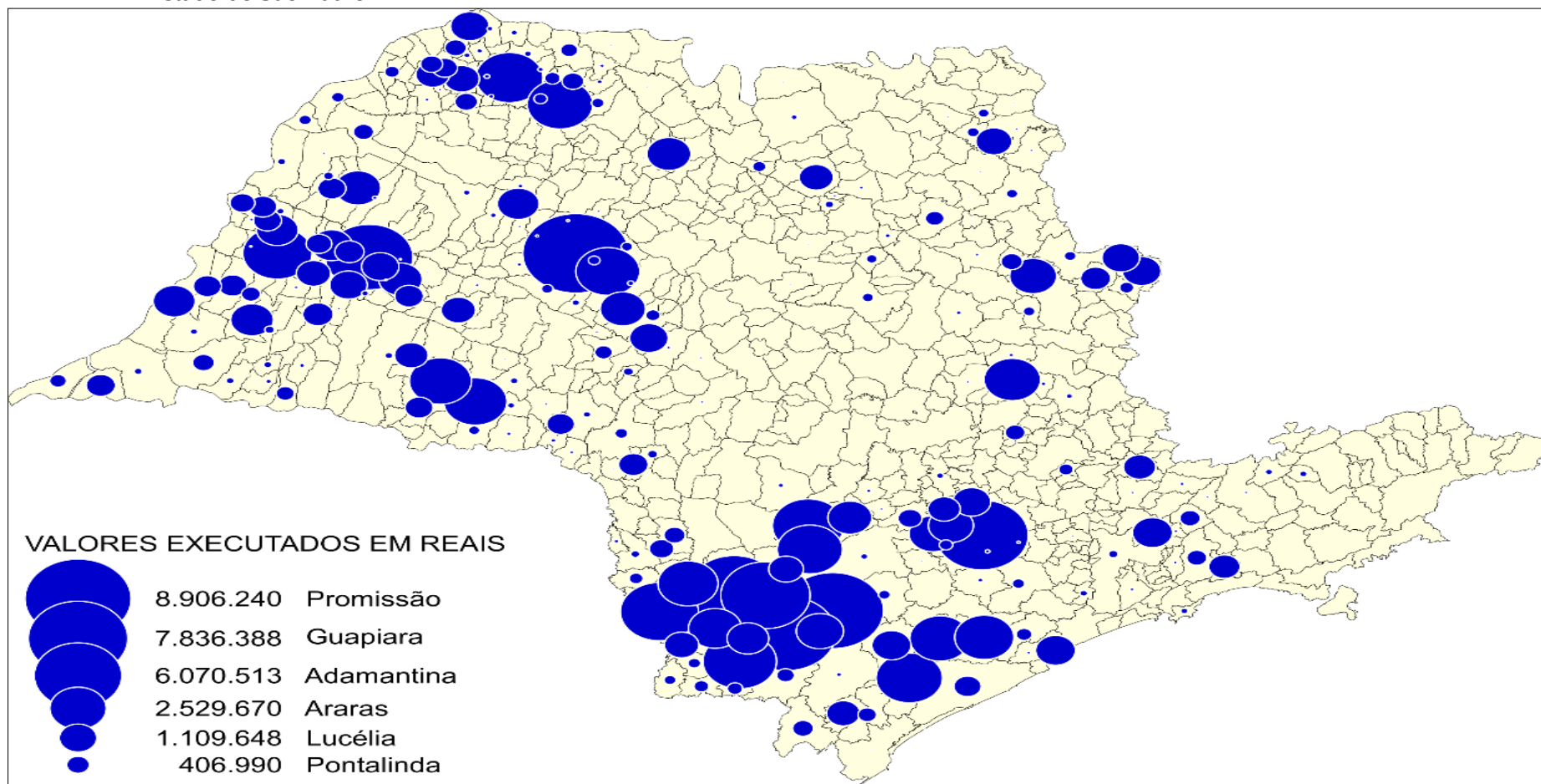
Municípios	Valores Executados (R\$)
Promissão	8.906.240,00
Capão Bonito	8.160.004,10
Guapiara	7.836.387,51
Sorocaba	6.872.940,79
Itapeva	6.801.701,34
Taquarivaí	6.320.049,55
Adamantina	6.070.512,60
Itararé	4.807.865,06
Apiaí	4.290.680,00
Angatuba	4.066.460,00

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A Figura 13 mostra que a distribuição dos recursos executados no período de 2011 a 2016, se encontra bastante concentrado em algumas regiões do Estado de São Paulo. O Programa está presente em 258 municípios, o que representa 40% dos municípios paulistas.

Lembrando que nesse período ainda não se levava em consideração a nova metodologia de distribuição dos recursos, pois a demanda que era considerada. É possível observar que o Programa está concentrado em algumas Regiões Administrativas do estado, tais como: Itapeva, Registro, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.

Figura 13 – PAA: Valores totais executados na modalidade Doação Simultânea no período de 2011 a 2016, na categoria agricultura familiar no Estado de São Paulo



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

5.3 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE JALES

A região passou por reorganização do espaço agrário regional que, após a crise de 1929, teve uma expansão das pastagens. A partir da década de 1960, aconteceu um processo relevante de expansão da cafeicultura, mas, em meados da década de 1980, a cultura colapsou tendo sido substituída por pastagens e a fruticultura (CLEMENTE; HESPANHOL, 2001). Ao se analisar o banco de dados do IBGE, a cana-de-açúcar cresce exponencialmente na MRG de Jales, no ano de 2000 havia uma área de 480 hectares, já em 2016 chegou a 61.428 hectares.

Nas palavras de Nardoque (2002; 2007), a região de Jales possui estrutura fundiária desconcentrada, com a presença da pequena propriedade composta por agricultores camponeses. Neste sentido, Melo (2012) sugere que essa estrutura fundiária resulta não só do movimento de expansão e retração do tamanho das famílias, assim como do processo de partilha de heranças no decorrer dos anos. Há forte presença da monocultura, muitos agricultores arrendaram ou venderam suas terras para as Usinas, principalmente nos municípios de Santa Albertina e Mesópolis. Essas localidades possuem área média de 56,6 ha e 71 ha, respectivamente, a estrutura fundiária maior das propriedades favoreceu a instalação e o arrendamento das terras, vale destacar que o município de Jales possui área média de 24,53 ha, muito inferior aos municípios citados.

Devido às características da estrutura fundiária na região, a presença de políticas públicas se torna propícia para a pequena produção familiar. Mesmo a Microrregião tendo a estrutura fundiária com marcante presença da agricultura familiar, são poucos os municípios que acessaram o PAA, dentre os 23 municípios da região, a participação ficou restrita a oito municípios. Em pesquisa realizada por Leite (2012), as principais causas para a baixa utilização de políticas públicas no país são: dificuldades na operacionalização, desconhecimento sobre os programas, pouca divulgação do Programa, seleção de beneficiários, ausência de conhecimentos dos técnicos e exigência de contrapartida da organização social. Neves Neto (2015) complementa que a baixa adesão está relacionada à falta de disseminação da política pública, fato que dificulta a sua execução.

Um representante da CATI de Jales, por meio de uma entrevista, relatou que em 2009 o Programa teve início na MRG de Jales. Mas foi em 2006 que é um representante da Conab veio para a região fazer a divulgação do Programa, quando foram disponibilizados recursos para duas associações, uma de Aspásia e outra de Santa Fé do Sul. Contudo, o recurso ficou parado no banco até 2009, pois os agricultores não sabiam como elaborar o projeto, foi quando um técnico da CATI entrou em contato com a Conab para saber como utilizar o dinheiro que

estava parado em uma conta no banco, foi a partir daí que os produtores conseguiram utilizar o recurso, isso ocorreu apenas em 2009, ressalta-se que o PAA foi criado em 2003, mas os dados públicos estão disponíveis apenas a partir de 2011. A Tabela 20 apresenta os municípios que participaram do PAA na modalidade Doação Simultânea no período de 2011 a 2016 e com seus respectivos valores. No total, foram 5,6 milhões de reais no período estudado, sendo que o Município de Populina teve a maior participação, com cerca de 1,6 milhão de reais (29%), e participou de todos os anos, o que justifica essa representatividade. Na segunda colocação está o Município de Jales, onde foram executados um pouco mais de 1 milhão de reais (19%), tendo participado no período de 2011 a 2014. O Município de Santa Salete ocupa a terceira colocação, teve participação no período de 2011 a 2014, o volume executado foi de 925 mil reais (16%). Os demais foram: Santa Fé do Sul, 630 mil reais (11,2%), Urânia 464 mil reais (8,2%), Pontalinda, 406 mil reais (7,2%), Aspásia, 276 mil (4,8%) e, por fim, Paranapuã, 196 mil reais (3,4%).

Em pesquisa realizada por Santos (2016) em três municípios de Sergipe: Estância, Indiaroba e Lagarto, a autora destaca que o PAA não estimulou a criação de novas associações, embora tenha sido o indutor da regularização destas para que atendessem o Programa, além de ter sido fundamental para o aumento do número de associados, uma vez que o PAA permite a venda apenas para aqueles que estão organizados. Todas as organizações estudadas por Santos (2016) tiveram fundação anterior ao Programa, no entanto, o seu fortalecimento e aumento do número de associados ocorreu após a participação no Programa. A falta de participação ativa em todos os anos se deve à problemas burocráticos, pois a documentação da organização deve estar regularizada durante o processo de comercialização institucional. Os autores Chmielewska, Souza e Lourete (2010) complementam que, em muitos casos, a participação no PAA proporcionou a regularização das associações, pois muitas estavam com documentação irregular, ademais houve o aumento do número de associados e envolvimento nas atividades e muitas destas realizaram investimentos nas próprias organizações coletivas.

Tabela 20 – Valores executados por município na Microrregião Geográfica de Jales, São Paulo, no período de 2011 a 2016

Município	Entidade	Anos	Valores Executados (R\$)
Populina	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita (APRASR)	2010 a 2016	1.640.172,66
Jales	Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales	2011 a 2014	1.085.858,00
Santa Salete	Associação Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (AMPRUSS)	2010, 2011, 2013 e 2014	925.990,00
Santa Fé do Sul	Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacuri	2011, 2012 e 2014	246.170,00
	Associação dos Pequenos Produtores de Santa Fé do Sul	2011, 2012 e 2014	384.420,00
Urânia	Central das Associações do Município de Urânia	2010, 2013 e 2014	464.520,00
Pontalinda	Associação dos Pequenos Produtores de Pontalinda	2012 e 2015	406.990,00
Aspásia	Associação dos Produtores Rurais de Aspásia	2011, 2012 e 2013	274.830,00
Paranapuã	Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho	2011, 2013 e 2014	196.394,05
Total			5.625.344,71

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A Tabela 21 exibe a quantidade de produtos adquiridos e o número de itens adquiridos por município que participou do PAA na MRG de Jales. Nota-se diferença entre os municípios em se tratando da quantidade de itens ao longo dos anos estudados. A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita (APRASR) de Populina foi a única que participou ativamente todos os anos, tendo sido adquiridas 927.385 toneladas de alimentos, vale ressaltar que a participação efetiva em todos os anos acarretou valores superiores as das demais. No ano de 2011, essa associação forneceu 51 itens diferentes, totalizando 119 toneladas de produtos. No ano de 2015 o quesito variedade de produtos foi menor, pois os agricultores deixaram de produzir alguns tipos de produtos, ao total 19, mas foram entregues 206 toneladas. Já no ano de 2016 houve significativa redução da quantidade executada, de 206 toneladas para 35 toneladas; essa diminuição foi reflexo dos cortes dos recursos disponibilizados para os agricultores pelo governo federal. No período de 2011 a 2016 foram adquiridas 927.385 toneladas. Além da APRASR de Populina, a Central das Associações do Município de Urânia e a Associação dos Produtores Rurais de Aspásia apresentaram expressiva diversificação nos produtos entregue, já as demais ficaram concentradas em poucos produtos entregues, tais como: laranja, banana, mandioca, melancia, limão, coco, tomate, tangerina, goiaba e mamão.

Como apontado, a Associação de Populina se destacou no quesito quilogramas entregues, seguida por: Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (647.089 kg), Associação Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (AMPRUSS) - Santa Salete (598.501 Kg), Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacuri - Santa Fé do Sul (310.305), Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho – Paranapuã (295.000 Kg), Associação dos Produtores Rurais de Aspásia (259.137 kg), Central das Associações do Município de Urânia (253.968 kg), Associação dos Pequenos Produtores de Santa Fé do Sul - Santa Fé do Sul (250.898 kg) e, finalmente, a Associação dos Pequenos Produtores de Pontalinda (254.083 kg).

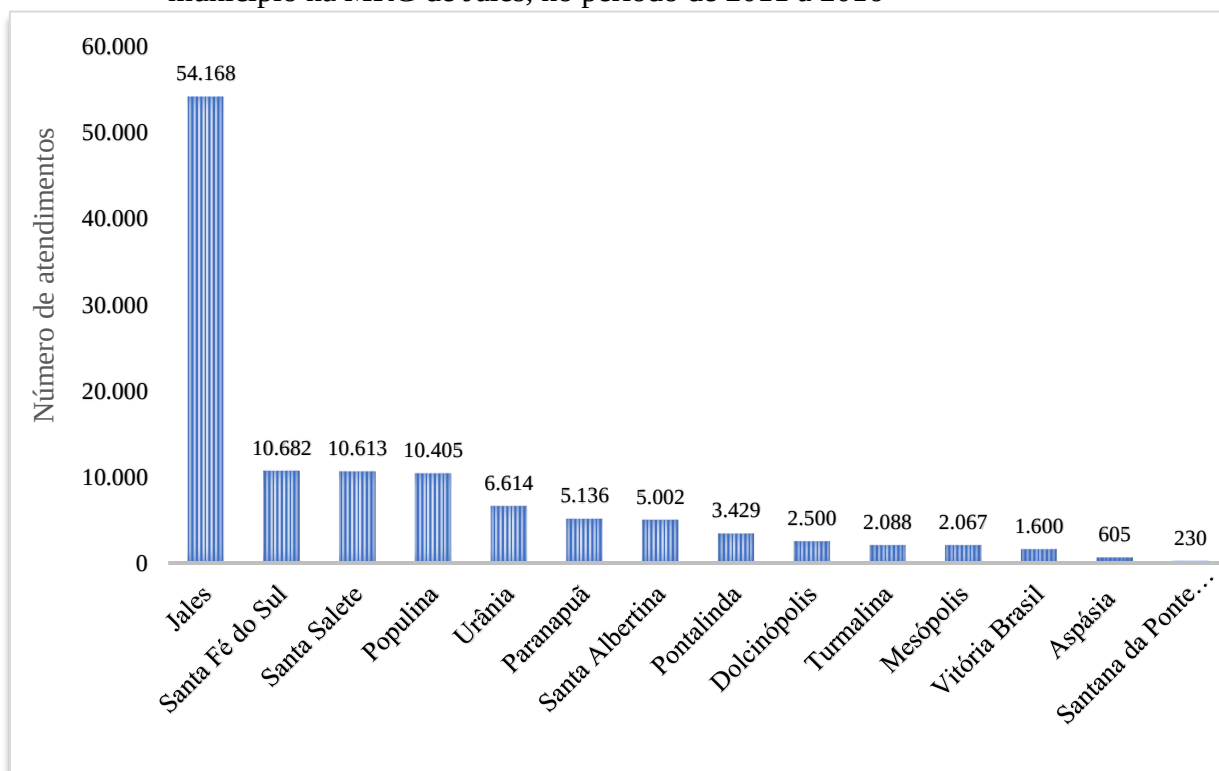
Tabela 21 – Número de itens e quantidades de quilos executados pelo PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea nos municípios da Microrregião Geográfica de Jales – SP, no período de 2011 a 2016

Organização/Município	2011		2012		2013		2014		2015		2016		Total (Kg)
	Itens	Kg	Itens	Kg	Itens	Kg	Itens	Kg	Itens	Kg	Itens	Kg	
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita (Aprasr) - Populina	51	84.287	56	110.708	55	201.740	49	288.372	19	206.984	34	35.294	927.385
Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales - Jales	17	119.488	17	11.2800	17	169.972	17	244.829	-	-	-	-	647.089
Associação Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (Ampruss) - Santa Salete	25	91.450	-	-	37	231.957	42	275.094	-	-	-	-	598.501
Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacuri - Santa Fé do Sul	24	65.190	16	169.972	-	-	19	75.143	-	-	-	-	310.305
Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho - Paranapuã	9	67.134	10	70.055	14	74.593	15	83.218	-	-	-	-	295.000
Associação dos Produtores Rurais de Aspásia - Aspásia	44	64.250	46	88.930	36	105.957	-	-	-	-	-	-	259.137
Central das Associações do Município de Urânia - Urânia	49	63.277	-	-	37	72.865	52	117.826	-	-	-	-	254.968
Associação dos Pequenos Produtores de Pontalinda - Pontalinda	-	-	18	48.100	-	-	-	-	19	205.983	-	-	254.083
Associação dos Pequenos Produtores de Santa Fé do Sul - Santa Fé do Sul	20	55.175	14	88.287	-	-	20	107.436	-	-	-	-	250.898

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Por meio das entidades socioassistenciais, foram atendidas milhares de pessoas em condição de vulnerabilidade social, entre essas entidades se podem citar: APAEs, associações beneficentes, associações comunitárias, creches, escolas, hospitais, albergues, amparo à crianças e a idosos, entre outros. No período de 2011 a 2016 foram 115.139 atendimentos na MRG de Jales. O município com maior número de atendimentos de pessoas foi Jales, com 54.168, representando 47% do total (Gráfico 6). O PAA, sem dúvida, compreendeu uma política de grande importância na redução da quantidade de pessoas que vive em situação de insegurança alimentar. Os demais municípios tiveram menor expressão em se tratando de atendimentos à pessoas ou famílias, provavelmente seja devido ao baixo envolvimento dos diferentes atores, pois há a necessidade de cooperação entre estes para o melhor funcionamento do PAA nos municípios, tendo o Estado o papel centralizador dessa política pública. Foram atendidas entidades socioassistenciais de 14 municípios, verifica-se que o PAA atendeu pessoas fora do município em que a organização dos produtores está localizada.

Gráfico 6 – PAA Compra com Doação Simultânea: Número de atendimentos totais por município na MRG de Jales, no período de 2011 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Em alguns municípios, o PAA exerce um papel essencial, pois o número de atendimentos é bastante expressivo quando se compara à população total do município

atendido. Os municípios de Urânia, Populina, Jales e Paranapuã foram os que tiveram maiores percentuais de atendimentos, representando respectivamente 46,34%, 41,01%, 39,98% e 32,26% da população do município.

Observa-se que, ao longo dos anos, o Programa oscilou entre os municípios, em alguns deles houve caso de suspensão dos atendimentos, sendo que o único município que atendeu todos os anos foi Populina (Tabela 22), conforme mencionado anteriormente. A regularidade nos atendimentos revela-se crucial tendo em vista a população que se encontra em situação de insegurança alimentar e, portanto, depende precipuamente da entrega e sofre com a incerteza de continuidade do atendimento.

Tabela 22 – PAA: Número de atendimentos por município na MRG de Jales, no período de 2011 a 2016

Municípios/Anos	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Jales	15.257	10.650	8.622	19.639	-	-
Santa Fé do Sul	3.272	3.774	-	3.636	-	-
Urânia	2.274	72	2.134	2.134	-	-
Populina	1.747	1.717	1.712	1.757	1.714	1.758
Paranapuã	1.261	1.261	1.307	1.307	-	-
Santa Salete	331	-	3.861	6.421	-	-
Santana da Ponte Pensa	230	-	-	-	-	-
Turmalina	118	170	480	600	720	-
Santa Albertina	44	48	2.126	1.340	1.444	-
Aspásia	22	448	135	-	-	-
Dolcinópolis	-	700	600	600	600	-
Mesópolis	-	544	535	494	494	-
Pontalinda	-	311	-	-	3.118	-
Vitória Brasil	-	-	520	540	540	-

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

O PAA na MRG de Jales teve números expressivos de atendimentos, consequentemente, criou-se uma demanda para compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para atender o Programa. As pessoas atendidas pelo PAA têm acesso a alimentos frescos, uma vez que a produção vai direto para o consumidor final e os agricultores familiares tem a possibilidade de vender seus produtos sem a presença do atravessador.

5.4 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE POPULINA

A Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita (APPRASR) tem sua sede localizada no município de Populina. A Fazenda Santa Rita foi desapropriada em 1987, possuía área de 309,13 hectares divididos em 18 lotes, tendo a sede da APPRASR situada no Município de Populina. De acordo com Malacrida (2005), os moradores dos municípios de Turmalina e Populina rejeitavam a vinda dos sem-terra, por considerarem-nos violentos, assassinos e vagabundos. Essa autora complementa que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Fé do Sul tentou fazer a intermediação da ocupação no local, mas o Incra não aceitou a forma como havia sido feita. Em face disso, o Sindicato de Populina juntamente com um funcionário do Incra assumiu a tarefa de realizar o cadastro dos interessados. A Associação teve sua fundação no ano de 1989 e manteve seu funcionamento por pouco tempo. Saron (2014) ressalta que a vinda de um técnico do Itesp com a intenção de prestar assistência técnica e extensão rural ajudou a regularizar a Associação para participar das políticas públicas de comercialização. A retomada aconteceu, em 2009, com 14 assentados. Já em 2010, Associação passou a aceitar em seu quadro de associados os agricultores familiares convencionais, mais tarde foram incluídos novos associados, passando para 24, 36, 46, chegando a 71 associados. No entanto, a partir de 2017, houve uma redução para 65 associados, sendo 14 assentados.

Em Populina, o PAA na modalidade Doação Simultânea passou a ser executado no ano de 2011, por meio da APPRASR, cuja sede se localiza no Assentamento Santa Rita. Naquele ano, houve a participação de 16 agricultores, sendo seis familiares e dez assentados, o valor do projeto executado foi de R\$ 63.450,00. A partir do ano seguinte, o número de agricultores fornecedores cresceu de forma expressiva, no ano de 2012, praticamente dobrou o número de fornecedores, assim como o valor executado. Em 2015, o Programa atendeu o maior número de agricultores, cerca de 77 e o valor executado foi de R\$ 568.000,00 (Tabela 23). Embora a associação tenha sido criada para atender as necessidades dos assentados, os números mostram maior participação de agricultores familiares convencionais. É possível observar que o número de agricultores assentados não aumentou ao longo dos anos, pois eram 18 lotes, e, em 2013, teve a maior adesão, com 15. Os recursos reduziram-se drasticamente no ano de 2016, quando passou de R\$ 568.000,00 para R\$ 40.000,00, e foram atendidos apenas cinco agricultores assentados.

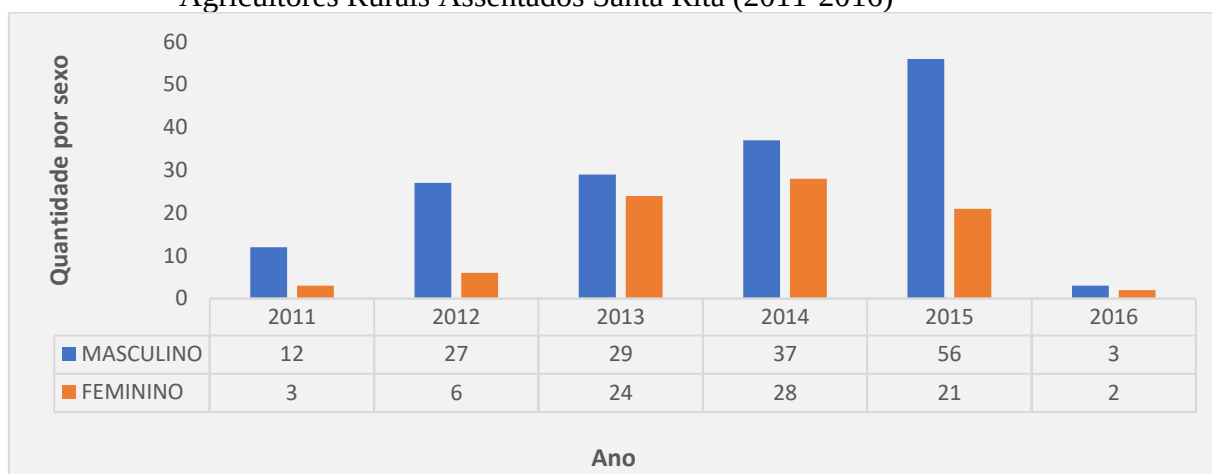
Tabela 23 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita (2011-2016)

Ano	Total de Agricultores Fornecedores	Valor (R\$)	Agricultores Familiares	Assentados
2011	15	59.219,48	6	9
2012	33	139.587,32	19	14
2013	53	328.595,14	38	15
2014	65	422.470,20	55	10
2015	77	568.000,00	71	6
2016	5	40.000,00	0	5

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

O PAA tem incentivado a participação de mulheres como forma de inserção no mercado institucional. O Gráfico 7 mostra o crescimento expressivo desta participação, pois em 2011 compreendia três mulheres, passando para 24 em 2013, representando 45% do total dos agricultores. Rui (2017) frisa que essa participação pode mudar a realidade da mulher no campo, fortalecendo suas lutas em seus espaços. O Programa já vinha buscando alternativas para aumentar o número de mulheres participantes, para isso foi estabelecida a Resolução nº. 44 de 2011, cujo artigo 4º a que “nas operações da modalidade CDS deve ser respeitado o percentual mínimo de quarenta por cento de mulheres do total de beneficiários fornecedores, [...]” (BRASIL, 2011, p. 2). É fato que a resolução estimulou o aumento da participação das mulheres na Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita, pois, em 2012, as mulheres representavam apenas 20%, passando para 40% em 2016, atendendo o mínimo exigido.

Gráfico 7 – Número de participantes no PAA por gênero na Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita (2011-2016)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita no período de 2011 a 2016 comercializou um pouco mais de 1 milhão de toneladas de alimentos. O PAA no município de Populina e Turmalina se mostrou um importante Programa para escoamento dos produtos produzidos pela agricultura familiar e pelos assentados.

O Quadro 8 ilustra as variedades de produtos comercializados no período de 2011 a 2016. Destaca-se que essa associação adquiriu uma grande diversidade de produtos distribuídos entre frutas, legumes e verduras. Em 2011, foram 51 tipos de produtos entregues, chegando a 57 em 2013, reduzindo para 34 em 2016. Diante das características dessa política pública, a comercialização se torna bastante atrativa, pois há garantia de venda de tudo que se produz, desde que se respeite o limite por produtor.

Quadro 8 – Variedade de produtos comercializados no PAA pela Associação dos Pequenos Agricultores Rurais Assentados Santa Rita (2011-2016)

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quant. de Itens
2011	abacate breia, abacate fortuna, abóbora japonesa, abóbora moranga, abóbora paulista, abóbora seca, abobrinha brasileira, abobrinha italiana, alface americana, almeirão, banana-maçã, banana nanica, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, chuchu, coco seco, coco verde, couve, couve-flor, feijão comum tipo 1 e 2, graviola, jiló redondo, laranja pera, mamão formosa, manga hadem, manga palmer, maracujá azedo, maxixe, melancia, milho verde em espiga, mostarda, pepino caipira, pepino japonês, pimentão verde, pimenta verde americana, pinha, quiabo, rabanete, raiz de mandioca com casca, repolho, rúcula, salsa, tangerina ponkan, tomate, caqui, tomate, vagem feijão corado, vagem macarrão.	84.287	51

continua...

Quadro 8 – continuação

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quant. de Itens
2012	abacate, abacaxi, abóbora/jerimum, abobrinha, acerola, alface, almeirão, banana, berinjela, beterraba, brócolis, carambola, cebolinha, cenoura, chuchu, couve, couve flor, feijão comum, feijão verde/vagem, goiaba, graviola, jiló, laranja, mamão, mandioca/macaxeira/aipim, manga, maracujá, maxixe, melancia, milho verde espiga, mostarda, pepino, pimentão verde, pinha/fruta do conde, quiabo, rabanete, rúcula, salsa, batata-doce, tangerina/mexerica/bergamota, tomate, vagem, coco seco e coco verde.	110.708	56
2013	abacate, abacaxi, abóbora/jerimum, abobrinha, abacate, acerola, alface, almeirão, banana, banana, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, carambola, cebolinha, cenoura, chuchu, couve, couve flor, feijão comum/ <i>phaseolus vulgaris</i> , feijão verde/vagem, goiaba, graviola, jiló, laranja, limão, mamão, mandioca/macaxeira/aipim, manga, manga, maracujá, maxixe, melancia, milho verde espiga, mostarda, pepino, pepino, pimenta verde, pimentão verde, pinha/fruta-de-conde, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa, tangerina/mexerica/bergamota, tomate, tomate cereja, vagem, coco seco e coco verde.	201.287	57
2014	abacate, abóbora/jerimum, abacaxi, abobrinha, acelga, acerola, alface americana, alface crespa, almeirão, banana-maçã, banana nanica, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, cebolinha, cenoura, chuchu, coco seco, coco verde, manga, mamão, laranja, maracujá, maxixe, melancia, milho verde espiga, abacate, pepino, pimenta, verde, pimentão verde, quiabo, rabanete, repolho, rúcula, salsa, tangerina/mexerica/bergamota, tomate, tomate cereja, vagem feijão corado e vagem macarrão.	289.003	50
2015	alface, almeirão, banana maçã, banana nanica, batata-doce, berinjela, brócolis, cebolinha, chicória, chuchu, coco seco, coco verde, couve, couve-flor, jiló redondo, laranja pera, limão, mamão formosa, manga hadem, manga keity, manga palmer, manga tommy, maracujá azedo, maxixe, melancia, milho em espiga, milho verde, pepino caipira, pepino japonês, pimentão verde, pimenta verde americana, pinha, quiabo, rabanete, raiz de mandioca com casca, repolho, rúcula, salsa, tangerina ponkan, tomate, vagem feijão corado e vagem macarrão.	345.397	48
2016	acelga, acerola, alface, abacate, abobrinha brasileira, abóbora paulista, abóbora seca abóbora moranga, almeirão pão de açúcar, banana-maçã, chuchu, laranja pera, cenoura, couve-flor, brócolis, beterraba, salsa, tangerina ponkan, berinjela, coco seco, mamão formosa, pepino caipira, pimentão verde, raiz de mandioca com casca, manga tommy Atkins, batata-doce, coco verde, couve, maxixe, melancia, quiabo, rúcula, tomate, pimenta verde americana, feijão comum, vagem feijão corado, tomate cereja, manga hadem, manga keity, manga palmer, rabanete, repolho, milho verde em espiga com palha, maracujá azedo, jiló redondo, cebolinha e pepino japonês.	41.321	34

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

A Tabela 24 exibe as entidades socioassistenciais atendidas pelo PAA no período estudado: Associação Beneficente Anésio Siqueira, Prefeitura Municipal de Populina, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Populina, Centro Espírita Anjo Ismael Deus Cristo e Caridade e Centro Espírita Anjo Ismael Deus Cristo e Caridade. A Prefeitura Municipal de Populina merece destaque, pois teve o maior número de atendimentos. Foram realizados 10.405 atendimentos no período de 2011 a 2016, sendo em média de 1.734 atendimentos por ano. Os números demonstram que não houve oscilação no número de atendimentos, mas os valores executados aumentaram bastante conforme apresentado na Tabela 24, conclui-se, assim, que as famílias beneficiadas passaram a receber maior variedade e quantidades de produtos. O PAA, na associação pesquisada, mostra-se com razoável articulação entre as entidades, a organização e os agricultores familiares, desse modo, todos os envolvidos são beneficiados, pois sem interrupções, há o fortalecimento do Programa tanto na cidade como no campo.

Tabela 24 – PAA: Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2016

Ano	Nome da Entidade	Pessoas Atendidas
2011	Prefeitura Municipal de Populina	1.420
	Centro Espírita Anjo Ismael Deus Cristo e Caridade	280
	A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Populina	30
	Associação Beneficente Anésio Siqueira	17
	Subtotal	1.747
2012	Prefeitura Municipal de Populina	1.420
	Centro Espírita Anjo Ismael Deus Cristo e Caridade	280
	Associação Beneficente Anésio Siqueira	17
	Subtotal	1.717
2013	Prefeitura Municipal de Populina	1.712
2014	Prefeitura Municipal de Populina	1.757
2015	Fundo Municipal de Assistência Social de Populina	1.714
2016	Fundo Municipal de Assistência Social de Populina	1.758
TOTAL		10.405

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

5.5 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE JALES

Atualmente, a Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (Figura 14) conta, no quadro de cooperados, com mais de 130 produtores rurais. Foi fundada em 1994, na cidade de mesmo nome, época em que a produção de uvas na região estava a todo vapor e com perspectiva de exportação; diante disso, os produtores rurais investiram numa estrutura

para atender ao mercado internacional. Figueiredo Neto et al. (2009) relatam que o Plano Real valorizou o câmbio e acarretou o prejuízo das vendas para o mercado internacional, pois o preço para exportação ficou desfavorável. Segundo os autores, a cooperativa endividou-se com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma vez que o investimento de 2 milhões de dólares havia sido muito alto para adquirir câmaras e túneis de resfriamento e estruturas de *packing house*, compostos por câmaras frias para armazenar 100 mil caixas de 6kg de uvas por três meses. De acordo com Melo (2012), os sitiantes ficaram com suas propriedades penhoradas devido ao financiamento adquirido, impossibilitados de venderem seus imóveis enquanto perdurasse a dívida, com o pagamento de parcela anual, a previsão de término é em 2025.

Figura 14 – Infraestrutura física da Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales



Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo em 2018.

Cordeiro (2010) menciona que a cooperativa foi fundada com o intento de atender apenas os produtores de uvas. A Cooperativa atravessou várias dificuldades, inclusive, não conseguiu honrar a dívida feita anteriormente. Com o decorrer dos anos, a cooperativa passou a diversificar na comercialização de produtos, assumiu um papel relevante na comercialização regional, passou a atender redes de supermercados de outras cidades, tais como: Palmeira D'Oeste, Aparecida do Taboado, Presidente Prudente e dentre outras. Outro fator que colaborou com a manutenção da cooperativa consistiu na participação de programas governamentais de apoio à comercialização da agricultura familiar (PAA e PNAE). A Cooperativa participou da 1ª Chamada Pública do Projeto Microbacias II - Acesso ao Mercado, sendo beneficiada com 70% de apoio em seus investimentos. Foi, então, comprado um caminhão, uma motocicleta, caixas plásticas e uma roçadeira que foi destinada a um produtor rural que participou da proposta (GOVERNADOR..., 2015).

Este primeiro Plano de Negócios no valor de R\$106.000,00 já está concluso e a Cooperativa apresentou um 2º Plano de Negócios – que foi aprovado e está em fase inicial (GOVERNADOR..., 2015).

A Cooperativa de Jales (Figura 15) passou a comercializar produtos descascados, picados, higienizados e polpas de frutas, com isso, a entidade buscou a agregar valor aos seus produtos e, ainda, conquistou novas fatias de mercado, uma delas foi a venda para a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, visando fornecer alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atendendo aproximadamente 180 escolas da região (JALES, 2018).

Figura 15 – Infraestrutura construída com recursos do Microbacias II para produtos minimamente processados



Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo em 2018.

Em se tratando do PAA, a Cooperativa participou nos anos de 2011 a 2014, mas, a partir de 2015, a entidade não alcançou êxito no Programa, pois os critérios impostos pelo governo impediram-na de permanecer no PAA.

O número de agricultores familiares participantes do PAA cresceu ao longo dos anos, quando passou de 29, em 2011, para 67 agricultores, em 2013, e reduzindo, em 2014, quando contava com apenas 26 agricultores atendidos pelo Programa. Diferentemente da Associação de Populina, todos os agricultores que entregaram alimentos eram da categoria familiar, e isso se deve ao fato de não ter nenhum assentamento no entorno do município de Jales (Tabela 25).

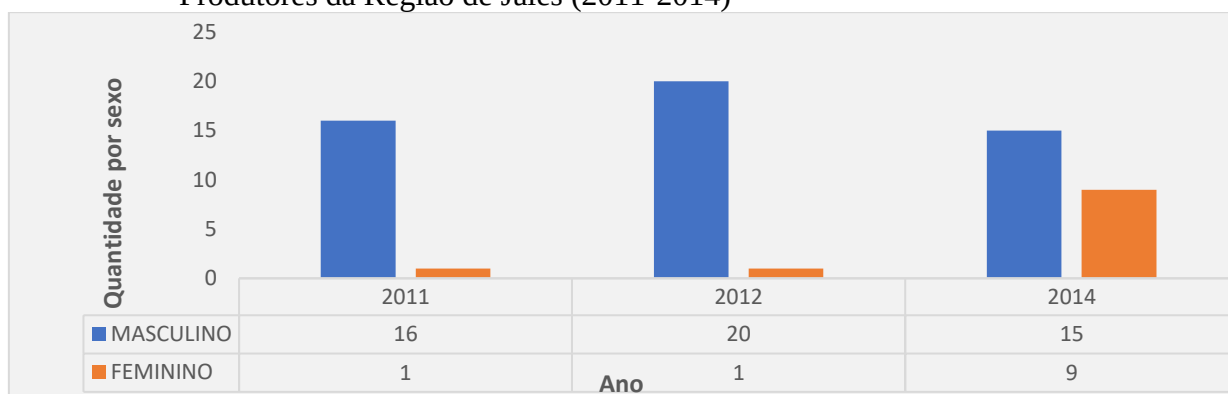
Tabela 25 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (2011-2014)

Ano	Total de Agricultores Fornecedores	Valor (R\$)	Agricultores Familiares
2011	10	43.300,00	10
2012	35	149.688,00	35
2013	67	301.500,00	67
2014	26	208.000,00	26

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

O Gráfico 8 mostra que a participação revelou-se majoritariamente masculina, tendo havido um pequeno acréscimo da participação da mulher a partir de 2014, devido, provavelmente, às mudanças apresentadas pela Resolução nº. 44 de 2011. Em 2014, a participação da mulher representou 47% do total, o objetivo foi incluir a mulher na produção, além de buscar a equidade de gênero. A participação da mulher no período foi, em média, de 19%, considerada muito baixa em comparação à média nacional.

Gráfico 8 – Número de participantes no PAA por gênero na Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (2011-2014)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Conforme Siliprandi e Cintrão (2011), a média nacional da participação da mulher no PAA era de 28%. As autoras afirmam que, apesar de as mulheres participarem diretamente da produção, a comercialização ainda dá-se no cadastro do homem, houve casos, por exemplo, de produtos tradicionalmente elaborados por mulheres, como bolos, doces e conservas, e que a mulher, também, não foi maioria.

A Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales não participou todos os anos do PAA, essa que ocorreu somente nos anos de 2011 a 2014, a organização aproveitou o período em que a disponibilidade de recursos era farta, pois não havia restrições

orçamentárias, e a participação dependia basicamente do atendimento das regras do Programa. A falta de frequência na participação do Programa pode contribuir para a não manutenção da organização social em rede, visto que as pontes são estabelecidas quando o Programa está em andamento. Sob essa premissa, Veloso (2017) explica que a estruturação das redes mostra-se fundamental para o bom funcionamento do PAA, portanto, a não participação contínua causa prejuízos econômicos e sociais para todos os envolvidos com o Programa.

O PAA tem importância inequívoca em relação ao número de atendimentos; no período em que o Programa existiu, foram feitos 47.135 atendimentos, o ano de 2014 foi o ano mais expressivo em se tratando de número de atendimentos, foram 19.639. De forma geral, as instituições religiosas foram as que mais tiveram participação quanto ao número de entidades (Tabela 26).

Tabela 26 – PAA: Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2014

Ano	Nome da Entidade	Pessoas Atendidas
2011	Sociedade Assistencial e Cultural da Região da Alta Araraquarense - Sacra	3.890
	Associação dos Deficientes Físicos da Região de Jales	1.014
	Instituição Beneficente Benedita Fernandes - Casa da Sopa	760
	Primeira Igreja Batista em Jales	520
	Associação Comunitária Moriah	400
	Conselho Central de Jales - Sociedade São Vicente de Paulo	340
	Casa da Criança de Jales	320
	Santa Casa de Misericórdia de Jales	285
	Associação Espírita Chico Xavier	200
	Associação Assistencial Sempre Amigos de Jales - Asaja	168
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jales - APAE	164
	Grupo Espírita Casa do Caminho	160
	Grupo União Espírita Caminho da Esperança	120
	Grupo Espírita beneficente Maria Dolores	88
	Associação de Voluntários de Combate ao Câncer - Região de Jales	80
	Lar Transitório São Francisco de Assis	74
	Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Jales - Aacaj	72
	Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo	62
	Prefeitura Municipal de Jales/Casa de Apoio ao Migrante	35
	Núcleo de Formação Profissional Anísio Martins Ferreira	27
	Consórcio Intermunicipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Noroeste Paulista - Coreca	20
	Subtotal	8.799

continua...

Tabela 26 – continuação

Ano	Nome da Entidade	Pessoas Atendidas
2012	Casa da Criança de Jales	400
	Associação dos Deficientes Físicos da Região de Jales	156
	Santa Casa de Misericórdia de Jales	146
	Grupo Espírita Casa do Caminho	114
	Instituição Beneficente Benedita Fernandes - Casa da Sopa	100
	Grupo Espírita Beneficente Maria Dolores	80
	Sociedade Assistencial e Cultural da Região da Alta Araraquarense - Sacra	55
	Associação Comunitária Moriah	40
	Primeira Igreja Batista em Jales	40
	Conselho Central de Jales - Sociedade São Vicente de Paulo	39
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jales - APAE	37
	Associação Assistencial Sempre Amigos de Jales - Asaja	27
	Lar Transitório São Francisco de Assis	18
	Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Jales - Aacaj	14
	Grupo União Espírita Caminho da Esperança	10
	Subtotal	10.075
2013	Fundo Municipal de Assistência Social	8.622
2014	Fundo Municipal de Assistência Social	19.639
	Subtotal	28.261
Total		47.135

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

No período de 2011 a 2014, a Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales recebeu 647.095 toneladas de produtos da agricultura familiar distribuídas entre 15 e 16 diferentes itens. De acordo com a Tabela 26, o volume comercializado em 2014 aumentou 51% em relação a 2011, entretanto, o que chama atenção é que não houve aumento no número de itens, pois a Cooperativa concentrou a entrega ao PAA em apenas 17 itens e não foi encontrada nenhuma hortaliça do grupo de folhas que foi comercializado, já a realidade é bem diferente quando se trata de um assentamento, pois esses procuram a diversificação da produção. Entre os produtos estão as frutas e os legumes, contudo, os legumes têm uma participação maior em se tratando de variedades. Os produtos de origem animal¹³ não são comercializados, pois a legislação sanitária proíbe que os agricultores vendam sem que o

¹³ A legislação sanitária é aplicada aos produtos da agricultura familiar “para produtos de origem animal, como animais destinados à matança, seus produtos e subprodutos e matérias-primas; o pescado e seus derivados; o ovo e seus derivados; o mel e a cera de abelhas e seus derivados; e o leite e seus derivados, como doce de leite, iogurte, bebida láctea, manteiga e queijo. O estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA). Portanto, deve ser exigida obrigatoriamente a cópia do registro desse estabelecimento, sendo que durante a execução do projeto deve ser exigida a cópia da renovação do registro, caso expire a validade desse documento recebido anteriormente à formalização da proposta de participação” (BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2016).

estabelecimento esteja de acordo com as regras sanitárias. Os produtores familiares da MRG de Jales ainda não estão preparados para atender ao PAA com produtos de origem animal porque é necessário investimento para obtenção da autorização de venda.

Tabela 27 – Variedade de produtos comercializados para o PAA pela Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales (2011-2016)

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quantidade de Itens
2011	Abobrinha, banana, batata-inglesa, jiló, limão, mamão, mandioca/macaxeira/aipim, abóbora/jerimum, tangerina/mexerica/bergamota, tomate, vagem, goiaba, quiabo, laranja, melancia, pimentão.	119.448	16
2012	Abóbora/jerimum, batata-doce, goiaba, jiló, laranja, limão, abobrinha, mamão, mandioca/macaxeira/aipim, melancia, pimentão verde, quiabo, tangerina/mexerica/bergamota, tomate, vagem.	112.800	15
2013	abóbora/jerimum, abobrinha, banana, chuchu, goiaba, jiló, laranja, limão, mamão, mandioca/macaxeira/aipim, melancia, pimentão verde, quiabo, tangerina/mexerica/bergamota, tomate, vagem.	170.018	16
2014	Goiaba, abóbora/jerimum, abobrinha, banana, chuchu, jiló, laranja, limão, mamão, mandioca/macaxeira/aipim, melancia, pimentão verde, quiabo, tangerina/mexerica/bergamota, tomate, vagem.	244.829	16
Total		647.095	

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

5.6 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ DO SUL

5.6.1 Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul

Os agricultores da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul, em 2002, por meio do crédito fundiário (Banco da Terra), adquiriram as glebas situadas na estrada 7, localizada no Córrego da Cabeceira Comprida. Esse Programa oferece condições aos trabalhadores e trabalhadoras que não possuem terra ou que têm pouca terra para adquirir imóvel rural pelo financiamento do crédito fundiário. Os produtores desse assentamento enfrentaram várias dificuldades ao longo dos anos. De acordo com os relatos nas entrevistas, na época, a compra deu-se por meio de um financiamento com pagamento no prazo de 20 anos, no entanto, as famílias tiveram problemas com o pagamento das parcelas, pois os juros cobrados eram altos e a dívida tornou-se impagável, sendo necessária uma intervenção judicial para redução dos juros cobrados e, também, deu-se a necessidade de um desconto do valor total da dívida. O resultado das demandas judiciais foi a redução dos juros da dívida, chegando a ser

pago juros de 35% ao ano, após a renegociação o juro passou a ser de 2% ao ano, outro ganho foi a redução da dívida de um pouco mais de 25%.

Camargo, Mussoi e Cazella (2005) referem que o Banco da Terra foi implantado em 1998, com o objetivo de fornecer crédito aos agricultores que tinham interesse em adquirir suas terras, no entanto, o Programa manteve-se ativo até o ano de 2003, quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva suspendeu o Programa, então, implementando outro Programa bastante parecido, mas com outra nomenclatura, o chamado Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais surgiu da necessidade da compra da terra, e possuía 23 associados, distribuídos entre agricultores familiares e assentados. No ano de 2011, eram 17 agricultores que forneciam alimentos para o PAA, passando para 23 no ano de 2014, entretanto, este foi o último ano de participação no Programa (Tabela 28).

Num primeiro momento eram apenas os agricultores assentados que participavam, apenas no ano de 2014 é que 7 agricultores familiares convencionais passaram a interessar-se em participar do PAA, foi neste ano que o valor executado praticamente dobrou. No entanto, a última participação desta Associação no PAA foi em 2014, ocorrendo por três anos. É fato que a não participação dessa entidade nos demais anos foi reflexo dos cortes dos recursos destinados a essa política pública pelo governo federal.

No ano de 2013 não houve execução do projeto do PAA, e a ausência de participação no Programa teve reflexo negativo para os agricultores, visto que esses contavam com uma renda da venda dos produtos. Muitos faziam pequenos investimentos em irrigação, melhoria na horta, compra de sementes e outros itens, mas, nessa situação, eles acabaram sendo obrigados a procurar outras formas de venda que, muitas das vezes, não cobrem nem os custos mínimos. Por conseguinte, a população que recebia alimentos semanalmente deixou de consumi-los, sendo que parte dessa população não dispõe de recursos para adquirir os produtos que lhe eram doados.

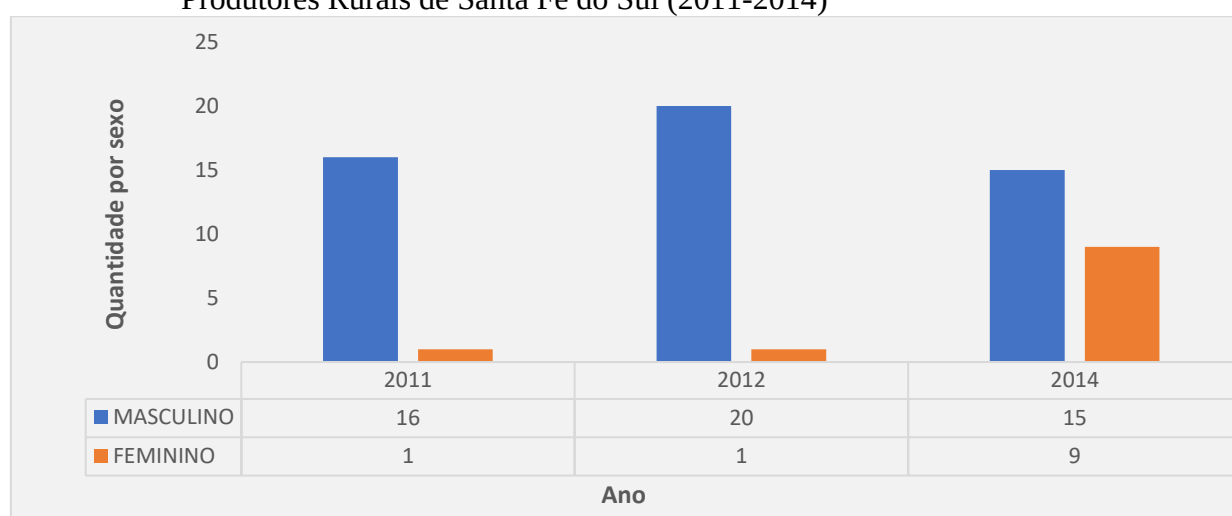
Tabela 28 – Valores do PAA e número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul (2011-2014)

Ano	Total de Agricultores Fornecedores	Valor (R\$)	Agricultores Familiares	Assentados
2011	17	71.910,00	0	17
2012	21	88.830,00	0	21
2013	-	-	-	-
2014	23	156.000,00	7	16

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Ao analisar o Gráfico 9, é possível observar que a mulher passou a ter maior participação somente no ano de 2014, pois, até então, era, praticamente, somente o homem que participava no PAA; em 2011, eram 16 homens; passando para 20 no ano seguinte; já em 2014, houve redução para 15 do sexo masculino, em contrapartida, contava-se com 9 mulheres. Nota-se que foi o incentivo à participação da mulher que fez com que aumentasse a sua presença no Programa, sendo fato que a mulher no campo tem importante contribuição na produção, desse modo, tais mudanças proporcionaram o reconhecimento do gênero feminino.

Gráfico 9 – Número de participantes no PAA por gênero na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul (2011-2014)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

O Fundo de Assistência Social do município de Santa Fé do Sul foi o receptor dos alimentos adquiridos da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul, o projeto atendeu 8.537 pessoas, nos anos 2011, 2012 e 2014 (Tabela 29).

Tabela 29 – PAA: Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2014

Ano	Nome da Entidade	Número de Atendidas
2011	Fundo de Assistência Social de Santa Fé do Sul	3.084
2012	Fundo de Assistência Social de Santa Fé do Sul	3.635
2014	Fundo de Assistência Social de Santa Fé do Sul	1.818
Total		8.537

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A Associação dos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul foi constituída basicamente de produtores que adquiriam a área por meio do crédito do Banco da Terra. No banco de dados das estatísticas do PAA, esses produtores são considerados como assentados. Foram entregues

aproximadamente 250.886 toneladas de alimentos para o Fundo Social de Santa Fé do Sul. Os produtos, basicamente, estão divididos entre frutas e legumes, a categoria hortaliças do tipo folhas não foi adquirida, foram de 15 a 20 tipos diferentes de produtos entregues (Quadro 9).

Quadro 9 – Variedade de produtos comercializados para PAA pela Associação dos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul (2011-2014)

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quantidade de Itens
2011	abóbora paulista, banana-maçã, berinjela, cenoura, coco-verde, jiló-redondo, laranja-lima, laranja-pera, mamão-formosa, melancia, melão-amarelo, pimentão verde, queijo de minas frescal, quiabo, raiz de mandioca com casca, tomate, uva-itália, uva-niágara rosa, uva-rubi e vagem-macarrão	55.175	20
2012	abóbora paulista, banana-maçã, berinjela-japonesa, laranja-pera, laranja-lima, limão-taiti, mamão-formosa, melancia, pepino-caipira, raiz de mandioca com casca, tangerina, poncã, tomate, uva-niágara rosa e vagem-macarrão.	88.287	15
2014	abóbora paulista, acelga, almeirão, banana-maçã, banana-nanica, berinjela-japonesa, coco-verde, laranja-lima, laranja-pera, mamão-formosa, maracujá-azedo, melancia, palmito de pupunha haste, pepino-caipira, raiz de mandioca, repolho, tangerina-poncã, tomate, uva-niágara rosa e vagem-macarrão.	107.424	20

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

5.6.2 Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacuri

A Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacuri foi fundada em 10 de janeiro de 2002, eram 26 produtores rurais associados; não possui sede própria, mas dispõe alguns implementos que foram concedidos para uso coletivo. De acordo com Saron e Hespanhol (2012), a maioria das associações da região de Jales foi criada para o atendimento das necessidades dos agricultores, como a realização de todas as atividades relacionadas à produção desde a preparação do solo até a colheita, compra conjunta de insumos e a realização da capacitação dos agricultores por meio de palestras e cursos, além do interesse em receber recursos a fundo perdido.

De acordo com a Tabela 30, no ano de 2011, foram atendidos 15 agricultores familiares, sendo que o valor executado foi de R\$63.450,00. De acordo com o banco de dados do PAA DATA, no ano de 2012 não houve execução do Programa por essa associação, apenas, foram formalizados os valores, mas não foi entregue nenhum produto para o PAA, já em 2013, não houve projeto. A Associação voltou a participar do Programa depois de dois anos de ausência, e 2014 foi um ano bastante importante, pois o valor executado foi de R\$123.500,00,

contando com a participação de 19 agricultores, sendo 13 assentados e 6 agricultores familiares, no entanto foi o último ano de participação.

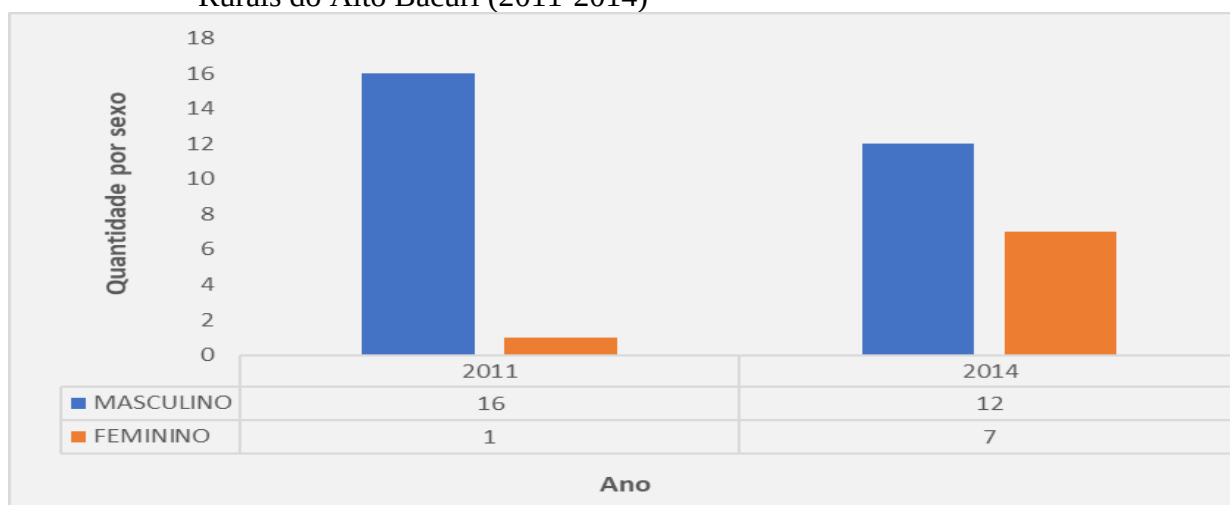
Tabela 30 – Valores do PAA e número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacurí (2011-2014)

Ano	Total de Agricultores Fornecedores	Valor (R\$)	Agricultores Familiares	Assentados
2011	15	63.450,00	15	-
2012	14	59.220,00	14	-
2013	-	-	-	-
2014	19	123.500,00	6	13

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A participação da mulher só passou a ser relevante no ano de 2014, dos 19 participantes do PAA, 7 eram mulheres (36,84%) (Gráfico 10). A mulher sempre teve importância na produção agropecuária, mas as vendas sempre foram registradas no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do homem, isso ficou constado em pesquisa realizada por Siliprandi e Cintrão (2011). A maior participação da mulher no PAA mostrou que essa política pública permite a inclusão da mulher de forma mais igualitária no meio rural. O aumento que ocorreu na Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacurí seguiu a tendência nacional, mas ainda ficou abaixo da média, pois, no Brasil, a presença das mulheres chegou a 52%, contra 36,84% na associação. Conforme salientado anteriormente, esse resultado é reflexo da Resolução nº. 44 do Grupo Gestor do Programa, implementada a partir de agosto de 2011. Nem sempre a participação foi igualitária, foi necessária a implementação de uma resolução para que a mulher fosse reconhecida como participante do Programa, esse é um dos papéis das políticas públicas, às vezes, é preciso criar dispositivos para reconhecer a importância da mulher.

Gráfico 10 – Número de participantes no PAA por gênero na Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacurí (2011-2014)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

Entre os anos de 2011 e 2014 foram atendidas 4.445 pessoas; os alimentos foram distribuídos pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Fé do Sul. Foi no ano de 2012 que o Programa atingiu o maior número de pessoas, foram atendidas 1.966 pessoas sem limitação de idade, houve redução de 38% no ano de 2014 (Tabela 31).

Tabela 31 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2014

Ano	Nome da Entidade	Número de Atendimentos
2011	Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Fé do Sul	1.261
2012	Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Fé do Sul	1.966
2014	Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Fé do Sul	1.218
Total		4.445

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacurí tem produção bastante diversificada, já no primeiro ano do Programa foram entregues 24 itens divididos entre os FLVs (Frutas, Legumes e Verduras). No ano de 2011, foram entregues 65 toneladas, sendo que a laranja representou 15 toneladas, em torno de 23% do total. Os números demonstram que o Programa buscou a diversificação da produção, consequentemente, os agricultores destinam parte do que produzem para o autoconsumo, com isso, melhorando significativamente a segurança alimentar e nutricional da família.

É fato que aqueles que receberam os alimentos passaram também a usufruir de maiores variedades de produtos, dessa forma, podendo ter uma alimentação bastante nutritiva e diversificada. No ano de 2012, houve redução da quantidade comercializada e no número de

itens, pois as condições climáticas podem atrapalhar a produção de certos produtos ou até mesmo causar dificuldade em vender tudo que se produz, pois o Programa possui limite anual. O fato do agricultor não estar inserido em outros canais de comercialização faz com que a dependência de venda para o governo seja maior. Já em 2014, foram 75 toneladas divididas entre 17 produtos, sendo que a laranja ficou com a maior parcela, com um pouco mais de 15 toneladas.

Quadro 10 – Variedade de produtos comercializados com PAA pela Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacurí (2011-2014)

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quantidade de Itens
2011	abóbora paulista, alface-americana, alface-crespa, alface-lisa, almeirão, banana-maçã, banana-nanica, berinjela, beterraba, cenoura, cheiro-verde, chuchu, coco-verde, laranja-baía, laranja-lima, laranja-pera, limão-taiti, maxixe, melancia, milho-verde, pepino-caipira, quiabo, raiz de mandioca e rúcula.	65.190	24
2012	abóbora paulista, alface-crespa, banana-maçã, berinjela-japonesa, chicória, coco-verde, laranja-pera, limão-taiti, manga-hadem, melancia, milho-verde, quiabo, raiz de mandioca, rúcula, tangerina, poncã e tomate.	57.858	17
2014	abóbora paulista, alface-crespa, banana-maçã, berinjela-japonesa, chicória, coco-verde, laranja-pera, limão-taiti, manga-hadem, melancia, milho-verde, quiabo, raiz de mandioca, rúcula, tangerina, poncã e tomate.	75.152	17

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

5.7 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE SANTA SALETE

A Associação Municipal dos Produtores Rurais Santa Salete (Ampruss) teve a sua fundação em 11 de outubro de 1990 com 120 associados. De acordo com Saron (2014), as políticas públicas de comercialização desempenharam um papel decisivo na sua regularização e reativação. A regularização aconteceu no ano de 2006, no entanto, a entidade começou a participar do PAA apenas em 2010

As informações na Tabela 32 mostram que o Programa cresceu em volume total de recursos e número de agricultores atendidos. No ano de 2011, foram atendidos 33 produtores familiares com execução total de R\$139.590,00. O PAA teve aumento nos anos seguintes e passou atender mais produtores, chegando a 52 em 2013, já em 2014 eram 58 no total. Em se tratando de valores dos recursos, estes mais que triplicaram, porém foi o último ano que a entidade participou. Nos três anos, o PAA movimentou R\$ 925.990,00, cujos valores permitem afirmar que esse Programa foi bem-sucedido enquanto esteve presente, pois trouxe retornos

financeiros aos agricultores e ainda desenvolveu um papel fundamental no fortalecimento da associação, uma vez que se encontrava desativada antes da participação no PAA.

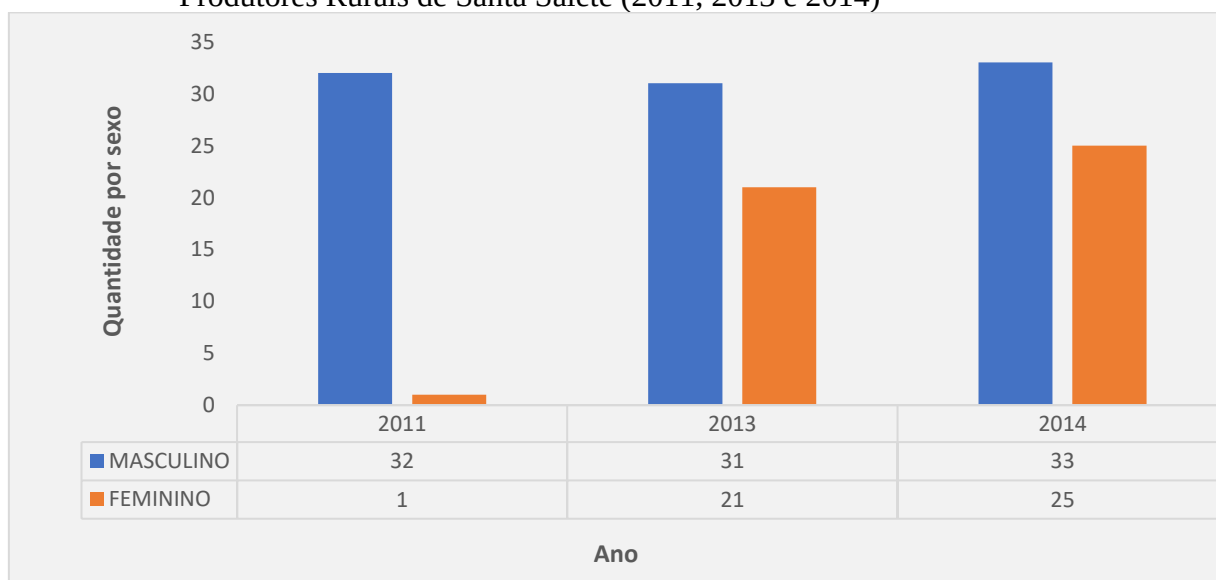
Tabela 32 – Valores do PAA e número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete (2011, 2013 e 2014)

Ano	Total de Agricultores Fornecedores	Valor (R\$)	Agricultores Familiares	Assentados
2011	33	139.590,00	33	0
2013	52	322.400,00	51	1
2014	58	464.000,00	57	1

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

As mulheres praticamente não participavam do PAA, tendo sido somente em 2013 que a participação feminina passou ser expressiva, cerca de 40% das vendas para o Programa tinham a presença da mulher, já em 2014 passou para 43%, cujo resultado é reflexo da Resolução nº. 44 do Grupo Gestor do PAA. O aumento da participação da mulher mostra-se relevante visto que estas, normalmente, já trabalham em quase todas as atividades da produção.

Gráfico 11 – Número participantes no PAA por gênero na Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete (2011, 2013 e 2014)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

De acordo com os dados disponíveis no PAA DATA, foram realizados no total 10.613 atendimentos, vale ressaltar que algumas Entidades atendidas não disponibilizaram a quantidade de atendimento. O Município de Santa Salete possui 1.447 habitantes, o número de atendimentos no ano de 2014 foi 6.421, a saída foi buscar novos locais para entrega dos

alimentos, desse modo, a Associação passou a atender os municípios de Jales e Santa Fé do Sul. Em 2011, o Programa poderia ter atendido outros municípios onde o PAA não estava presente, uma vez que atendeu os municípios onde já havia organizações participantes do Programa.

Tabela 33 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011, 2013 e 2014

Ano	Nome da Entidade	Número de Atendimentos
2011	Prefeitura Municipal de Santa Salete	1.721
	Igreja Pentecostal do Avivamento Missionário - Jales	
	Associação Comunitária Moriah - Jales	
	Associação Espírita Chico Xavier - Jales	
	Lar Beneficente Joanna de Ângelis – Santa Fé do Sul	
	Fundo Social de Solidariedade de Santana da Ponte Pensa – Santana da Ponte Pensa	
	Igreja Pentecostal do Avivamento Missionário – Santa Salete	
	Subtotal	1.721
2013	Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Salete	3.861
2014	Fundo Municipal de Assistência Social de Santa Salete	6.421
Total		10.613

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete alcançou entidades de outros municípios. Os municípios de Santa Fé do Sul e de Jales também possuem organizações de produtores, contudo recebe alimentos do município de Santa Salete. A Associação de Santa Salete precisou buscar mais Entidades em outros municípios, com o propósito de aumentar a quantidade de atendimentos, pois no próprio município não havia mais possibilidade de atender pessoas e Entidades. Já o município de Santana da Ponte Pensa não possui organização de produtores que participam do PAA.

Figura 16 – Fluxos do PAA Doação Simultânea Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete (2011, 2012 e 2014)



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete possui características semelhantes às demais organizações, diversidade de produtos, sendo distribuídos entre frutas, legumes e verduras. Foi adquirido, em três anos, cerca de 576.606 toneladas de alimentos da agricultura familiar, os dados mostram que o interesse pelo Programa aumentou no decorrer dos anos, de 2011 para 2013, o aumento foi 126%, passando de 26 para 38 tipos de produtos, no último ano foram entregues em torno de 275 toneladas divididas entre 42 itens. O PAA na associação de Santa Salete é recente, foi implantado em 2011, em vista disso, alguns produtos não foram plantados especificamente para atender o PAA, como, por exemplo, frutas, pois demanda certo tempo para obter a produção, pode-se citar: banana, fruta-de-conde, laranja, manga, tangerina, uva etc. Há probabilidade de que muitos desses agricultores já estivessem inseridos na comercialização, embora isso não possa ser dito em relação às culturas de ciclo curto, ou seja, os legumes e as hortaliças. No Quadro 11 é possível observar a diversificação dos produtos, destaca-se a importância da diversidade para aqueles que recebem esses alimentos, em especial as crianças e os idosos, dessa maneira, as famílias beneficiárias conseguem reduzir o problema da pobreza e insegurança alimentar. Em pesquisa realizada por

Oliveira e Paes (2017), mostra-se que o PAA beneficia também o próprio produtor, pois devido à diversificação da produção, este passa a se alimentar melhor.

Quadro 11 – Variedade de produtos comercializados para PAA pela Associação Municipal dos Produtores Rurais de Santa Salete (2011, 2012 e 2014)

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quantidade de Itens
2011	abóbora paulista, abóbora seca, acerola, alface americana, almeirão, banana-maçã, banana-nanica, berinjela, caju, coco verde, couve, fruta-de-conde, jabuticaba, jiló redondo, laranja lima, laranja pera, manga palmer, milho verde em espiga, pimenta cambuci, quiabo, raiz de mandioca com casca, tangerina, tangerina <i>ponkan</i> , uva <i>benitaka</i> , uva niagara rosada.	91.450	26
2013	abóbora paulista, abóbora seca, acerola, alface americana, almeirão, banana-maçã, banana-nanica, banana prata, berinjela, caju, coco verde, couve, fruta-de-conde, jabuticaba, jiló redondo, laranja lima, laranja pera, limão Taiti, manga <i>palmer</i> , maracujá doce, maxixe, melancia, milho verde em espiga, pepino caipira, pepino japonês, pimenta cambuci, pimentão verde, pimenta verde americana, quiabo, raiz de mandioca com casca, tangerina cravo, tangerina <i>ponkan</i> , tomate caqui, uva <i>benitaka</i> , uva Itália, uva niagara rosada, uva rubi.	209.724	38
2014	abóbora paulista, abóbora seca, acerola, alface americana, almeirão, banana-maçã, banana-nanica, banana prata, batata-doce, berinjela, caju, coco verde, couve, fruta-de-conde, jabuticaba, jiló redondo, laranja lima, laranja pera, limão Taiti, manga <i>palmer</i> , maracujá doce, maxixe, melancia, milho em espiga com palha verde, pepino caipira, pepino japonês, pimenta cambuci, pimentão verde, pimenta verde americana, quiabo, raiz de mandioca com casca, repolho branco, rúcula, tangerina cravo, tangerina <i>ponkan</i> , tomate, uva <i>benitaka</i> , uva Brasil, uva Itália, uva Niágara rosada, uva <i>red globe</i> , uva rubi.	275.432	42

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

5.8 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE ASPÁSIA

A Associação Municipal dos Produtores Rurais de Aspásia foi criada no ano 1996, tendo sido transferida para área urbana em 2006, a Casa de Agricultura cedeu um espaço para a instalação, contudo, após 11 anos a associação permanece no mesmo local. A associação possui um galpão coberto com área de 200 m² (20m x 10m), no entanto, está sendo utilizado para armazenar resíduos de pneus, sendo, mensalmente, recolhidos pela Associação Nacional

da Indústria de Pneumáticos (ANIP). A constituição de uma associação passa pelo apoio dos órgãos públicos e, não raras vezes, o próprio município financia a construção do espaço, além de ceder funcionários e equipamentos a fim de atender os associados. O PAA residiu em um instrumento válido para a organização dos produtores, haja vista que muitas organizações obtiveram uma elevação do número de associados em virtude dessa política pública. Foram apenas três anos de participação no PAA, em 2011, foram atendidos 22 agricultores familiares, com um montante de R\$ 88.830,00. Em 2013 consistiu no ano em que a organização participou pela última vez, cerca de 30 agricultores entregaram alimentos para o Programa, sendo que o valor executado praticamente dobrou; o valor total comercializado foi R\$ 186.000,00.

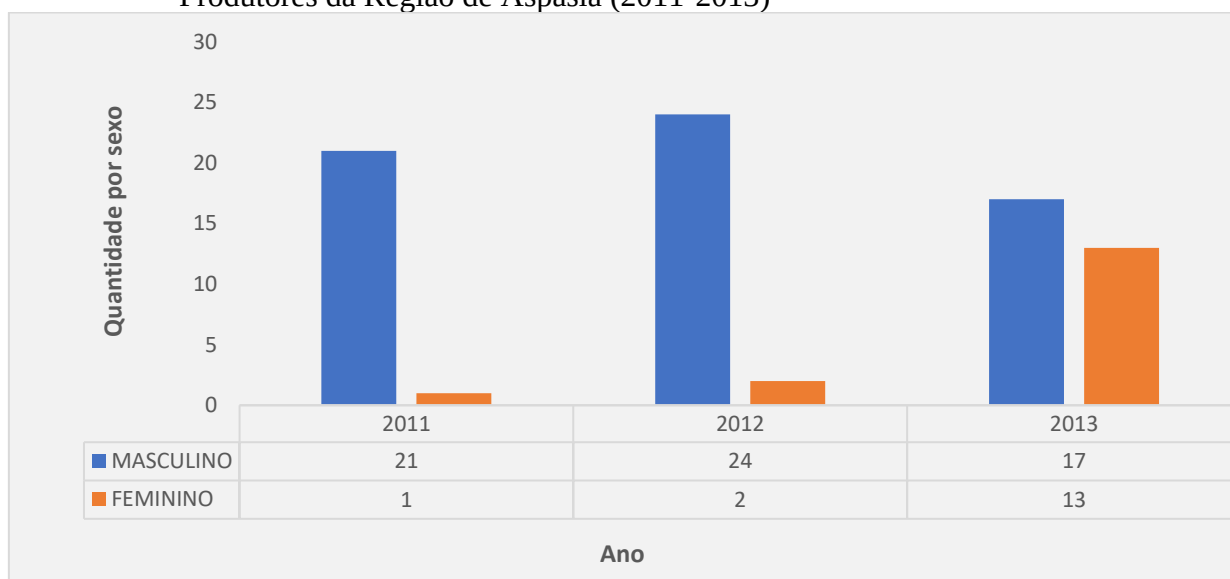
Tabela 34 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Produtores Rurais de Aspásia (2011-2013)

Ano	Total de Agricultores Fornecedores	Valor (R\$)	Agricultores Familiares	Assentados
2011	22	88.830,00	22	0
2012	26	109.980,00	26	0
2013	30	186.000,00	30	0

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Um fato comum observado até o momento corresponde à baixa participação da mulher antes do ano de 2013 (Gráfico 12). Com o advento da alteração na resolução do PAA todas as organizações, de forma geral, adequaram-se com o intuito de participarem da política pública de comercialização. Em 2011, apenas uma mulher participava do Programa contra 22 homens, passando para 13 mulheres no ano de 2014, isso representou 43%. No entanto, a participação feminina nas organizações da MRG de Jales manteve-se próxima do mínimo exigido de 40%. Essa maior participação promove a emancipação da mulher no campo, uma vez que, na maioria dos casos, esta tem sido subjugada e considerada secundária.

Gráfico 12 – Número participantes no PAA por gênero na Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Aspásia (2011-2013)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A Associação atendeu apenas entidades do próprio município, no período de três anos realizou-se 605 atendimentos, em 2011 foram apenas 22 atendimentos, já no ano de 2012 aumentou drasticamente com 424 no total. Como anteriormente mencionado, em 2013 as entidades participaram pela última vez, ao contrário de 2012, os números de atendimentos caíram para 135. O PAA atende um público em situação de insegurança alimentar e nutricional, esse serviço é feito por meio de instituições que atuam no amparo dessas pessoas, conforme Tabela 35, em Aspásia, a Associação dos Moradores e Amigos de Aspásia, a Prefeitura Municipal e o Fundo Municipal de Assistência Social de Aspásia.

Tabela 35 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2013

Ano	Nome da Entidade	Número de atendimentos
2011	Associação dos Moradores os Amigos de Aspásia	22
	Prefeitura Municipal de Aspásia	424
2012	Associação dos Moradores os Amigos de Aspásia	24
	Subtotal	448
2013	Fundo Municipal de Assistência Social de Aspásia	135
Total		605

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

A Associação Municipal dos Produtores Rurais de Aspásia atendeu outros municípios da MRG de Jales: Urânia, Jales, Santa Rita d'Oeste e Santa Albertina. A justificava em atender

entidades de outros municípios se deve ao esgotamento na quantidade de atendimento no município de Aspásia.

Figura 17 – Fluxos do PAA Doação Simultânea Associação Municipal dos Produtores Rurais de Aspásia (2011, 2012 e 2014)



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

O Quadro 12 demonstra a boa diversificação dos produtos comercializados pela Associação de Aspásia, ao total foram entregues 259,1 toneladas de alimentos distribuídos entre frutas, verduras e legumes. Foram comprados, em três anos, cerca de 259.129 toneladas de alimentos da agricultura familiar, houve aumento de 64% no decorrer dos anos, de 2011 para 2013. No mesmo período houve redução da quantidade de itens entregues, no último ano foram entregues em torno de 105.949 toneladas divididas entre 36 itens.

Quadro 12 – Variedade de produtos comercializados para PAA pela Associação dos Produtores Rurais de Aspásia (2011, 2012 e 2013)

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quantidade de Itens
2011	Abóbora paulista, abóbora seca, alface americana, alho poró, amendoim, banana-maçã, berinjela, beterraba, caju, cebolinha, cenoura, coco verde, couve, hortelã, jabuticaba, jaca, jiló redondo, laranja-baía, lima, laranja pera, limão Taiti, mamão formosa, mamão Havaí, manga palmer, manga tommy atkins, maracujá azedo, melancia, melão amarelo, pepino caipira, pimentão verde, pimenta verde americana, quiabo, raiz de mandioca, repolho, rúcula, salsa, tangerina ponkan, tomate cereja, tomate, uva benitaka, uva Brasil, uva Itália, uva rubi, vagem macarrão.	64.250	44
2012	Abóbora paulista, abóbora seca, abobrinha brasileira, alface americana, alho poró, amendoim em casca, banana-maçã, berinjela, beterraba, caju, cebolinha, cenoura, coco seco, coco verde, couve, feijão, jabuticaba, jaca, jiló redondo, laranja-baía, lima, laranja pera rio, limão Taiti, mamão formosa, mamão Havaí, manga palmer, manga tommy atkins, maracujá azedo, melancia, melão amarelo, milho verde em espiga, pepino caipira, pimentão verde, quiabo, raiz de mandioca, repolho, rúcula, salsa, tangerina ponkan, tomate cereja, tomate, uva benitaka, uva Brasil, uva Itália, uva rubi, vagem macarrão.	88.930	46
2013	Abóbora paulista, abóbora seca, abobrinha brasileira, alface americana, amendoim em casca, banana-maçã, berinjela, caju, cenoura, coco seco, coco verde, feijão comum, jaca, jiló redondo, laranja-baía, lima, laranja pera, limão Taiti, mamão formosa, mamão Havaí, manga palmer, manga tommy atkins, maracujá azedo, melancia, melão amarelo, milho em espiga, pepino caipira, pimentão verde, quiabo, raiz de mandioca com casca, tangerina ponkan, tomate cereja, uva benitaka, uva Brasil, uva Itália, uva rubi.	105.949	36

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

5.9 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE PARANAPUÃ

A Associação tem sua sede na área rural, tendo sido fundada no ano de 2002, é composta de 18 associados. Essa associação executou projetos em quatro anos consecutivos, no entanto, o número de AF pouco variou no período em que participou, no ano de 2011 foram 18 AF, já em 2014 foram 21 AF. A primeira participação no Programa foi no ano de 2011, quando foram executados R\$ 76.136,15 e os valores gradualmente aumentaram no decorrer dos anos, houve um incremento de R\$ 52.581,75, que representa um aumento de 69% no valor executado. Contudo, o número de AF apoiados cresceu apenas 16%, isso mostra que os agricultores passaram a fornecer uma quantidade maior de produtos que, por conseguinte, aumentou o valor anual total da Associação. Um fato interessante é que na Associação de

Paranapuã, entre os associados, muitos são membros da mesma família. Portanto, é comum encontrar mais de uma pessoa da mesma família entregando produtos agrícolas para o PAA, vale ressaltar que essa situação ocorre em outras localidades. Em estudo realizado por Veloso e Hespanhol (2012) apresentam-se alguns problemas na gestão do Programa pelas organizações, um deles é a preocupação com o aumento da cota anual, por isso, acabam por incluir vários membros da família.

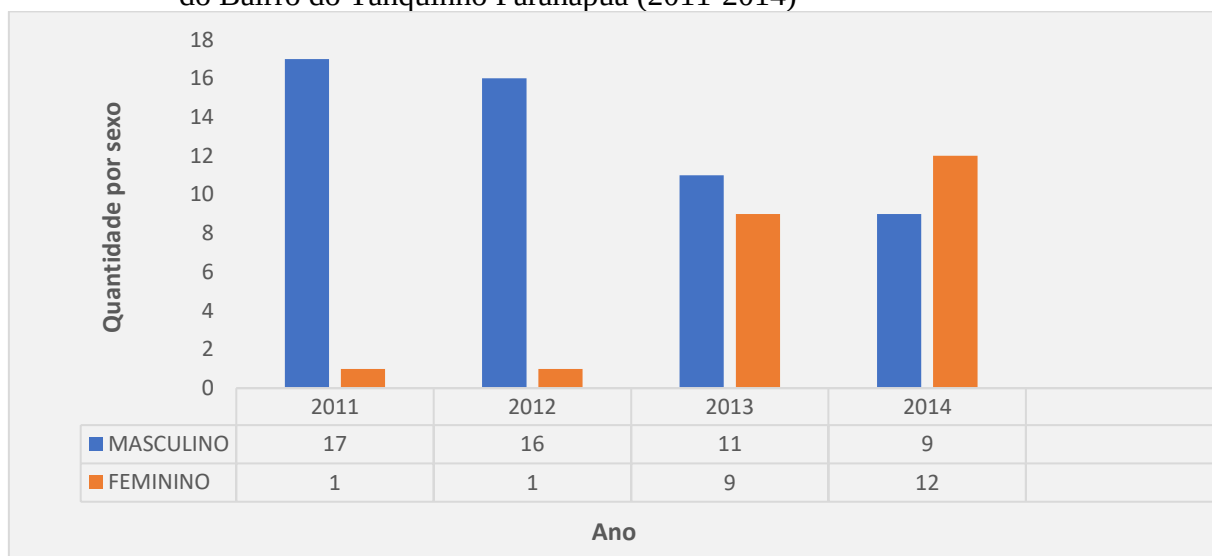
Tabela 36 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho Paranapuã (2011-2014)

Ano	Total de Agricultores Fornecedores	Valor (R\$)	Agricultores Familiares	Assentados
2011	18	76.136,15	18	0
2012	17	71.904,44	17	0
2013	20	89.551,45	20	0
2014	21	128.717,90	21	0

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Assim como nas demais organizações estudadas, a participação da mulher nos primeiros anos mostrou-se bastante inexpressiva, apenas uma em 2011 e uma em 2012, no entanto, em 2013 passou para nove (55%), já em 2014 o número de mulheres chegou a 12 (57%), tendo superado a participação masculina. Essa Associação foi a única na MRG de Jales a ter mais mulheres do que homens, fato ocorrido no ano de 2014.

Gráfico 13 – Número participantes no PAA por gênero na Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho Paranapuã (2011-2014)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

No período de 2011 a 2014 foram realizados 5.136 atendimentos, no período não houve variação significativa no número de atendimentos, praticamente se manteve ao longo dos anos, já os valores executados tiveram incremento de 69% no período de 2011 a 2014. Em todo o período, a Prefeitura Municipal de Paranapuã foi a única unidade recebedora dos alimentos.

Tabela 37 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2011 a 2014

Ano	Nome da Entidade	Número de atendimentos
2011	Prefeitura Municipal de Paranapuã	1.261
2012	Prefeitura Municipal de Paranapuã	1.261
2013	Prefeitura Municipal de Paranapuã	1.307
2014	Prefeitura Municipal de Paranapuã	1.307
Total		5.136

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

O Quadro 13 demonstra que há pouca diversificação na quantidade dos produtos comercializados pela Associação dos Produtores Rurais de Paranapuã, ao total foram entregues de 9 a 15 itens diferentes, os dados demonstram que no período não foi entregue nenhum tipo de verdura. Foram comprados, em três anos, cerca de 224.631 toneladas de alimentos da agricultura familiar, houve pouco aumento de 25,7%. no decorrer dos anos, de 2011 para 2013.

Quadro 13 – Variedade de produtos comercializados para PAA pela Associação dos Produtores Rurais de Paranapuã (2011, 2013 e 2014)

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quantidade de Itens
2011	Abóbora paulista, cenoura, laranja lima, limão Taiti, pepino japonês, raiz de mandioca com casca, repolho, tomate e vagem manteiga.	67.134	9
2013	Abóbora paulista, berinjela, cenoura, laranja pera, limão Taiti, mamão formosa, maracujá azedo, pepino japonês, raiz de mandioca com casca, repolho, tomate cravo, tomate, uva <i>benitaka</i> e vagem manteiga.	74.592	14
2014	Abóbora paulista, batata-doce, berinjela, cenoura, chuchu, laranja pera, limão Taiti, mamão formosa, maracujá azedo, pepino japonês, quiabo, raiz de mandioca com casca, repolho, tomate e vagem macarrão.	82.905	15

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

5.10 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE URÂNIA

A Central das Associações no Município de Urânia (CAMU) foi fundada no ano 1991. Segundo Clemente e Hespanhol (2001), a CAMU reúne outras três associações de proprietários rurais do município: Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego Comprido e Santa Terezinha, Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural do Córrego do Manoel Baiano, Associação do Desenvolvimento Comunitário do Bairro Rural Três Córregos. De acordo com Saron (2010), a CAMU realiza prestação de serviços para associados ou não.

No período de três anos foram executados R\$ 464.520,00. No ano de 2011, cerca de 24 AF forneceu alimentos para o PAA e envolveu um montante de R\$101.520,00. Os valores oscilaram ao longo dos anos, aumentou em 2013 e em 2014; em relação a 2011, o incremento foi de 52,69%, totalizando R\$ 208.000,00, o valor mais do que dobrou (Tabela 38). Vale salientar que durante 2011, 2013 e 2014 houve um aumento inexpressivo do número de agricultores familiares, 24, 25 e 26, respectivamente, considerando que essa categoria social é bastante presente no município.

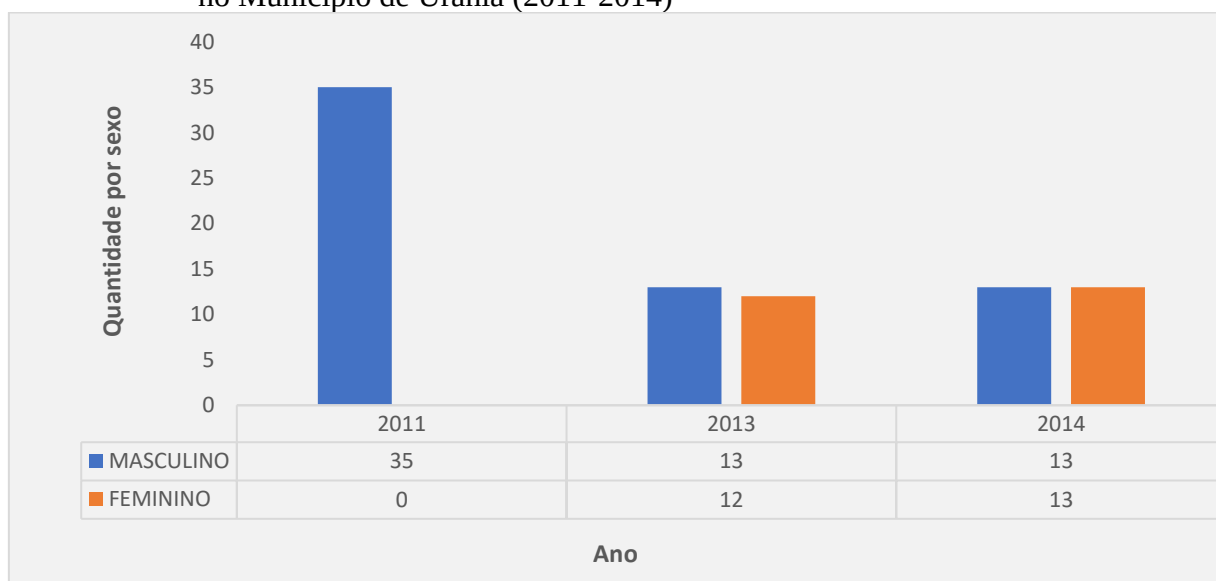
Tabela 38 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Central das Associações no Município de Urânia (CAMU) (2011-2014)

Ano	Total de Agricultores Fornecedores	Valor (R\$)	Agricultores Familiares	Assentados
2011	24	101.520,00	24	0
2013	25	155.000,00	25	0
2014	26	208.000,00	26	0

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

A CAMU nos anos de 2011 e 2012 teve participação maciça masculina, foi apenas em 2013 que a presença da mulher aparece, dos 25 AF, 12 (48%) são mulheres, passando 13 (50%) mulheres em 2014 (Gráfico 14). A mudança na quantidade de mulheres participantes já era esperada, pois a mudança num dispositivo do PAA que foi implementado no ano de 2011, mas o reflexo aconteceu em 2013, isso fez com que as organizações incluíssem mais mulheres para participar nas operações do PAA.

Gráfico 14 – Número participantes no PAA por gênero na Central das Associações (CAMU) no Município de Urânia (2011-2014)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

O Programa atendeu apenas as entidades no próprio município, foram 6.614 atendimentos em 2011, 2013 e 2014. O maior número de atendimentos em 2011 ficou a cargo do Fundo Social de Solidariedade do Município de Urânia, que totalizou 2.093 atendimentos, nesse mesmo ano atendeu o Lar dos Velhinhos, com apenas 21 atendimentos e a Santa Casa com 160 atendimentos, totalizando 2.274.

Nos anos seguintes, reduziu um pouco o número de atendimentos, a única mudança residiu no direcionamento de controle e distribuição dos alimentos para o Fundo de Assistência Social, visto que antes os alimentos poderiam ser remetidos diretamente na entidade.

Tabela 39 – Central das Associações no Município de Urânia - CAMU (2011-2014)

Ano	Nome da Entidade	Número de Atendimentos
2011	Lar dos Velhinhos São Vicente de Paula de Urânia	21
	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Urânia	160
	Prefeitura Municipal de Urânia/Fundo Social de Solidariedade do Município de Urânia	2.093
	Subtotal	2.274
2013	Fundo de Assistência Social de Urânia	2.134
2014	Fundo de Assistência Social de Urânia	2.134
Total		6.542

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

Essa Associação entregou vários tipos de produtos para o PAA, no ano de 2011 foram 49 itens diferentes, chegando a 54 em 2013. No período foram entregues 269.887 toneladas. A quantidade de produtos adquiridos cresceu no transcorrer dos anos, em 2011 foram 63.277 toneladas, já no último ano de participação chegou a 117.826, representou um acréscimo de 86,20%. Um dos pontos positivos do Programa consiste na aceitação de quaisquer produtos alimentares que o agricultor possa ter na propriedade, diferente dos intermediários que, geralmente, buscam certos tipos de produtos, o que incentiva a especialização da produção. Bem distinto dessa política pública que visa à diversificação da produção, uma vez que os beneficiados são pessoas em situação de insegurança alimentar e, portanto, carecem de um rol diversificado de alimentos distribuídos entre os FLVs. As pessoas que recebem esses alimentos possuem renda baixa, logo, sofrem limitações financeiras para adquirirem certos tipos de alimentos, como, por exemplo, a uva, pois o valor no ponto de venda é alto, isso restringe o consumo semanal dessa fruta que possui enormes benefícios para saúde, principalmente para os idosos.

Quadro 14 – Variedade de produtos comercializados para o PAA Central das Associações no Município de Urânia - CAMU (2011-2014)

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quantidade de Itens
2011	Abóbora paulista, abóbora seca, acerola, alface americana, alface crespa, almeirão, banana-maçã, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, caju, cenoura, cheiro verde, coco seco, coco verde, couve, fruta do conde, goiaba, graviola, jabuticaba, jaca, jiló redondo, laranja pera rio, limão Taiti, manga <i>palmer</i> , manga <i>tommy atkins</i> , maracujá azedo, maxixe, morango, pepino caipira, pepino japonês, pimentão verde, pimenta verde americana, quiabo, rabanete, raiz de mandioca, repolho, rúcula, tangerina <i>murcott</i> , tangerina <i>ponkan</i> , tomate, uva <i>benitaka</i> , uva Brasil, uva Itália, uva Niágara rosada, uva <i>red globe</i> , uva rubi e vagem macarrão.	63.277	49
2013	Abacaxi pérola, abóbora paulista, abóbora seca, abobrinha brasileira, acerola, alface americana, alface crespa, almeirão, banana-maçã, banana- nanica, batata-doce, berinjela, beterraba, brócolis, caju, cenoura, cheiro verde, chuchu, coco seco, coco verde, couve, goiaba vermelha, graviola, jiló redondo, laranja lima, laranja pera rio, limão Taiti, mamão formosa, manga <i>palmer</i> , manga <i>tommy atkins</i> , maracujá azedo, maxixe, morango, pepino caipira, pepino japonês, pimenta cambuci, pimentão verde, pimenta verde americana, quiabo, rabanete, raiz de mandioca, repolho, rúcula, tangerina cravo, tangerina <i>ponkan</i> , tomate cereja, tomate, uva <i>benitaka</i> , uva Brasil, uva centennial, uva Itália, uva Niágara rosada, uva rubi e vagem macarrão.	88.784	54

continua...

Quadro 14 – continuação

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quantidade de Itens
2014	Abacate margarida, abacaxi pérola, abóbora paulista, abóbora seca, abobrinha brasileira, acerola, alface crespa, almeirão, banana-maçã, banana-nanica, batata-doce, berinjela, caju, cheiro verde, chuchu extra, coco seco, coco verde, couve, goiaba vermelha, graviola, jabuticaba, jiló redondo, laranja-baía, laranja lima, laranja pera rio, limão, mamão Havaí, manga <i>palmer</i> , manga <i>tommy atkins</i> , maracujá azedo, maxixe, melancia, morango comum, pepino caipira, pepino japonês, pimenta cambuci, pimentão verde, pimenta verde americana, quiabo, rabanete, raiz de mandioca, rúcula, tangerina cravo, tangerina <i>ponkan</i> , tomate cereja, tomate, uva <i>benitaka</i> , uva Brasil, uva centennial, uva Itália, uva Niágara rosada e uva rubi	117.826	52

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

5.11 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE PONTALINDA

A Associação de Produtores Rurais de Pontalinda (Aprupo) foi fundada em 11 de agosto de 1991. A Tabela 40 demonstra que, no ano de 2012, o Programa atendeu 13 AFs, sendo que a nova participação aconteceu apenas no ano 2015, a quantidade de agricultores passou de 13 para 44, cujo aumento representou 238%. Os valores executados tiveram aumentos de 540%, totalizando R\$ 352.000,00 no ano de 2015. No período, foram atendidas cerca de 400 famílias carentes e entidades cadastradas (FERREIRA; FERREIRA; TORRES, 2016).

A Associação de Produtores Rurais de Pontalinda (Aprupo) com recursos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbacias II, Acesso ao Mercado celebrado pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo em parceria com a CATI – EDR Jales, Banco Mundial, Prefeitura Municipal de Pontalinda e Associação dos Produtores Rurais de Pontalinda, sendo que a organização entrou com 30% dos recursos como contrapartida. Os valores somam um montante de R\$ 676.588,00, que contemplou a instalação de um barracão para a classificação e o beneficiamento de frutas cítricas e a compra de um caminhão.

A Aprupo tem o apoio da Casa de Agricultura para gerenciar a Patrulha Agrícola, sendo que há a prestação de serviços aos produtores por meio dos implementos, tratores e outros maquinários.

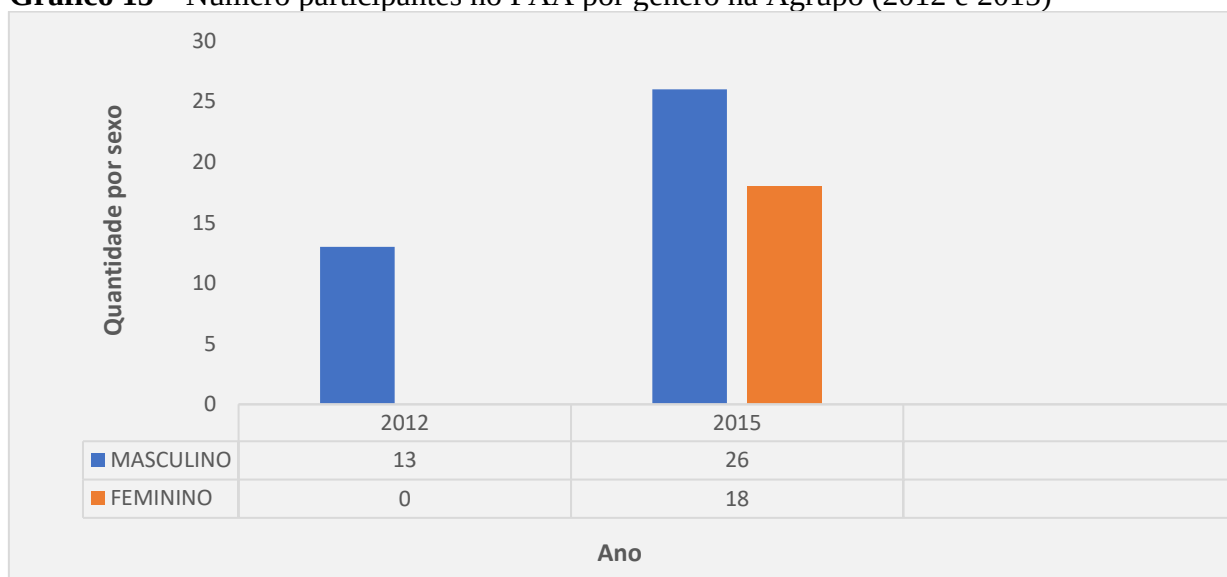
Tabela 40 – Valores do PAA, número de agricultores fornecedores na modalidade Doação Simultânea na Aprupo (2012 e 2015)

Ano	Total de Agricultores Fornecedores	Valor (R\$)	Agricultores Familiares	Assentados
2012	13	54.990,00	13	0
2015	44	352.000,00	44	0

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

Embora em seu primeiro ano de participação no PAA tenha sido apenas de homens, no ano de 2015, as mulheres passaram a participar da entrega alimentos para o Programa, sendo que representaram cerca de 40% do total dos participantes (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Número participantes no PAA por gênero na Agrupo (2012 e 2015)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

Os alimentos comprados dos agricultores familiares foram entregues à Prefeitura Municipal de Pontalinda que, por sua vez, realiza a entrega dos produtos para as famílias carentes e entidades cadastradas. Como citado anteriormente, ao todo foram atendidas 400 famílias no período em que o Programa permaneceu no município. No ano de 2012 foram apenas 311 atendimentos, mas, em 2015, passou para 3.118 atendimento, cujo aumento impactou de forma positiva para todos aqueles em situação de insegurança alimentar.

Tabela 41 – Entidades da Rede Socioassistencial atendidas no período de 2012 e 2015

Ano	Nome da Entidade	Pessoas Atendidas
2012	Prefeitura Municipal de Pontalinda	311
2015	Fundo Municipal de Assistência Social de Pontalinda	3.118
Total		3.429

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

Foram adquiridas 48 toneladas de alimentos distribuídos entre 18 itens, sendo a diversidade de produtos inferior à média das demais organizações na MRG de Jales, entre os produtos, apenas quatro tipos de frutas foram entregues. O aumento da quantidade adquirida não significou um incremento da quantidade de itens, pois foi incluído apenas um produto: a uva Niágara rosada. No município, o PAA não é uma política permanente, pois esteve presente apenas dois anos, a falta de continuidade causa muita incerteza aos agricultores, tendo em vista que nunca sabem se terão garantia de venda dos seus produtos. É fato que o PAA compreende uma ótima alternativa de inserção no mercado, mas, ao mesmo tempo, os produtores rurais trabalham num cenário de incerteza, devido à ausência de garantia de continuidade.

Quadro 15 – Variedade de produtos comercializados para PAA pela Agruppo (2012 e 2015)

Ano	Produtos	Quantidade (t)	Quantidade de Itens
2012	Abóbora paulista, acelga, alface americana, banana-maçã, banana-nanica, berinjela, couve, laranja pera, laranja lima, limão Taiti, milho verde em espiga, pepino caipira, quiabo, raiz de mandioca com casca, repolho, rúcula, tangerina e vagem manteiga.	48.100	18
2015	Abóbora paulista, acelga, alface americana, banana-maçã, banana-nanica, berinjela, couve, laranja pera, laranja lima, limão Taiti, milho verde em espiga, quiabo, raiz de mandioca com casca, repolho, rúcula, tangerina, tomate, uva Niágara rosada e vagem macarrão.	206.983	19

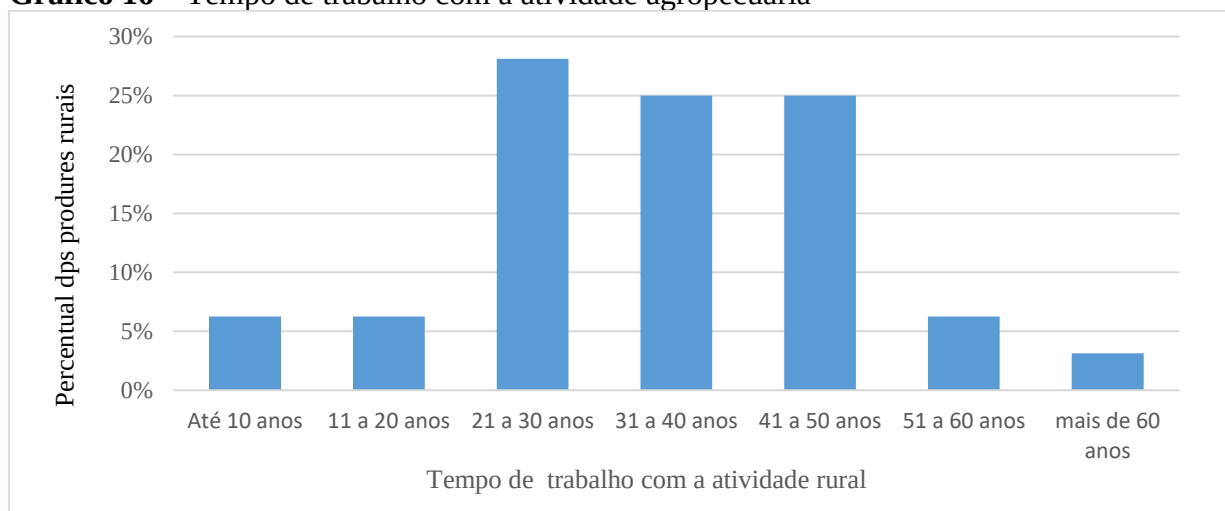
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de CONAB, 2017b.

6 OS AGRICULTORES FAMILIARES PESQUISADOS NA MRG DE JALES

6.1 PERFIL DOS AGRICULTORES

Nesse tópico é apresentado o perfil dos agricultores entrevistados considerando as seguintes variáveis: escolaridade, área total da propriedade, categoria de produtor rural, tempo de atividade na agropecuária, condição do uso da terra, origem da principal renda familiar e quantidade de pessoas na família que residem na propriedade. As informações foram obtidas entre os meses de abril de 2017 e outubro de 2018. As informações são provenientes das entrevistas gravadas e do preenchimento de formulários junto a 11 produtores rurais de assentamentos rurais e 21 produtores familiares convencionais, sendo 24 homens e 8 mulheres, a idade média dos produtores rurais pesquisados é de 49 anos e os entrevistados são os responsáveis pelos imóveis rurais e/ou lotes. As famílias dos entrevistados, em sua maior parte, possuem de 4 a 5 pessoas (69% dos pesquisados), até 3 membros na família (25%) e mais de 6 pessoas (6%).

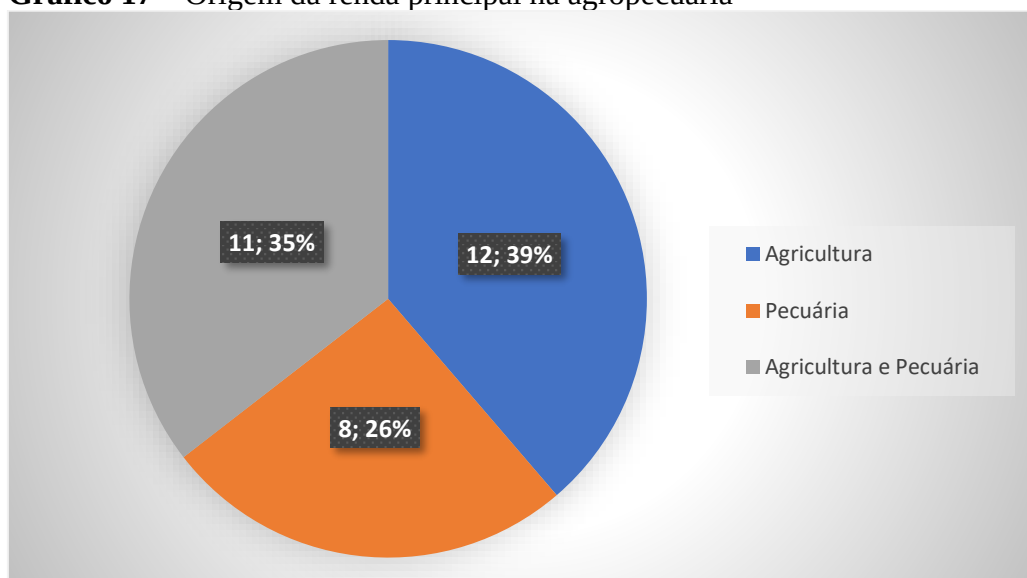
Conforme demonstrado no Gráfico 16, a maioria dos agricultores (28) possuem mais de 20 anos de tempo de trabalho na atividade agropecuária, sendo que cerca de 12% deles possuem até 20 anos e a maioria deles possuem entre 21 a 40 anos de trabalho no campo. Em um estudo realizado por Menegati e Hespanhol (2006), externaram a preocupação com o envelhecimento dos agricultores familiares e com a sucessão familiar, soma-se a isto o não incentivo dos pais para que os filhos continuem nas atividades agropecuárias realizadas no campo. Acrescenta-se a isso o fato de os pais, em alguns casos, não remunerarem os filhos pelos serviços executados na propriedade rural, isso acaba desestimulando os jovens a ficarem trabalhando com a família (TONDATO; CASSUCCI; ANDRADE, 2010). Convém destacar que o envelhecimento do agricultor sem a sucessão pode comprometer a produção e, por conseguinte, a segurança alimentar.

Gráfico 16 – Tempo de trabalho com a atividade agropecuária

Fonte: Elaborado pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

De acordo com as entrevistas 87% dos entrevistados são proprietários dos imóveis, sendo responsáveis pelo cultivo da família, enquanto o restante (13%) trabalham em sistema de parceria, condição em que o produtor paga um percentual da produção para o proprietário da terra. Os assentados foram considerados como proprietários, apesar de não terem a posse definitiva da terra, pois se consideram como donos do lote e não pagam para usufruir da terra.

Com relação à renda principal dos agricultores, as entrevistas demonstraram que os agricultores possuem renda rural e não rural; sobretudo naquelas propriedades que estão próximas das cidades, a renda não rural tem importante participação. Em se tratando de renda rural, 39% dos agricultores entrevistados disseram que a principal renda vem da agricultura, enquanto que 26% disseram que provem da pecuária; e, por fim, a renda oriunda de ambas as atividades somaram 35% dos entrevistados (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Origem da renda principal na agropecuária

Fonte: Elaborado pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é quem regulamenta produtos de origem animal, bebidas e vegetais para registro dos estabelecimentos e produtos¹⁴. De acordo com o técnico da CATI, no estado de São Paulo não é permitido a entrega de produtos de origem animal para o PAA, sendo isso motivo de questionamento por parte dos produtores, pois alegam que, em outros estados, é possível vender frango caipira, queijo e outros produtos. O fato é que esses produtos poderiam aumentar a renda dos produtores e ao mesmo tempo melhorar a qualidade da alimentação daqueles que receberiam os alimentos.

A Figura 18 apresenta uma das propriedades visitadas durante as entrevistas de campo, cujo imóvel mostra que o produtor buscou a melhoria na produção de leite. É possível ver na parte superior da imagem a divisão do pasto, pois esse agricultor adotou o sistema de lotação rotacionada. Além disso possui conservação de alimentos por meio de silagem (parte inferior da foto) e pode-se observar que se trata de uma das propriedades em que a fonte de renda principal advém da pecuária.

¹⁴ O Mapa regulamenta produtos de origem animal, bebidas e vegetais in natura para registro dos estabelecimentos e produtos. Considerando-se os produtos de origem animal, a inspeção pode ocorrer por Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal ou por serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi/POA). No caso de polpas de frutas, suco, néctar, refresco, bebida de fruta, chá, mate, água de coco, entre outras, tanto o estabelecimento quanto a bebida devem ter registro no Mapa. Para produtos minimamente processados, de origem vegetal, e também para doces de frutas, farinha, pão, bolo, biscoito e bolacha, o estabelecimento deve ter Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento. Os alvarás são emitidos pelas secretarias estaduais e municipais de saúde, por meio das vigilâncias sanitárias, responsáveis pelo registro dos estabelecimentos e respectivos produtos na Anvisa (LOPES; FORNAZIER, 2015, p. 25).

Figura 18 – Vista área da propriedade de um dos agricultores entrevistados no Assentamento Santa Rita no município de Turmalina



Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017.

A MRG de Jales desenvolve uma produção agrícola bastante diversificada, sendo que cada município possui suas particularidades produtivas. Como já salientado anteriormente, os produtores rurais participantes entregaram mais de 50 tipos de produtos para o PAA. A Figura 19 demonstra alguns produtos cultivados nas propriedades visitadas, tais como: caju, pitaya, cajamanga, tomate e pimenta doce. A maioria dos produtores pesquisados possui diversificação produtiva, sendo esta uma das características das pequenas propriedades que se concentram na produção de hortaliças, frutas e algumas delas produzem leite. A pecuária leiteira tem sido uma alternativa para os pequenos produtores rurais, tendo em vista que a venda de leite é diária, o que proporciona uma renda mensal que contribui com incremento da renda juntamente com a produção de outros produtos provenientes da propriedade.

Devido à flexibilidade do PAA, era possível entregar quaisquer produtos que produzisse, mas a organização coletiva dos produtores sempre procurou incentivar os agricultores a buscarem a diversificação da produção para atender melhor as necessidades das entidades receptoras.

[...] a nossa associação é bem diversificada, temos produtor de banana, laranja, limão, tangerina, pokan, abacate, tomate, abacaxi, berinjela, legumes, verduras. Temos três produtores que só mexe com folhas. Temos uma produtora que começou a produzir batata inglesa, foi a primeira produtora da região, foi o técnico do Itesp que trouxe a semente, ela plantou e vai colher agora dia 25. Então a gente tem bastante diversificação na associação (ENTREVISTA, AF 14, AGOSTO, 2017).

Figura 19 – Produção nas propriedades visitadas

Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

A Tabela 42 traz os resultados das entrevistas realizadas. A renda não-rural ou não agrícola está presente em 90% das famílias entrevistadas, isso representou 29 das 32 famílias entrevistadas. O trabalho urbano ocupa a primeira colocação em relação às propriedades visitadas, pois verificou-se que, em 48% possuem um ou mais membro(s) que exerce(m) trabalho urbano. Essa situação aparece principalmente nas propriedades localizadas próximas das cidades, pois o agricultor não precisa se mudar para trabalhar fora da propriedade. Muitos produtores pesquisados informaram que preferem ficar no campo a morar na cidade, visto serem as despesas na área rural bem menores do que a urbana. Um exemplo é a energia elétrica, pois na área rural o valor é diferenciado e pode ser isentado do pagamento de alguns tributos. Nessa dinâmica de ir e vir todos os dias para as cidades se permite que o membro da família continue a ajudar na lida diária do campo, principalmente durante o horário de verão. Schneider (2003), em estudo realizado, verificou que os membros das famílias pluriativas, mesmo trabalhando

fora da propriedade, auxiliam de alguma maneira a realização de atividades na propriedade rural. Nas atividades descritas em trabalho urbano estão: professor de ensino médio, funcionário público, empregada doméstica, funcionário do comércio, funcionário de instituição filantrópica, funcionário de indústria e trabalhador de Usina de Açúcar e Alcool. Essas pessoas buscaram emprego fora da propriedade rural em virtude da renda obtida na propriedade ser insuficiente para a manutenção pessoal ou da família, sendo que no total foram 14 famílias que declararam ter ao menos um membro nessa situação. Em alguns casos (10), as pessoas preferem trabalhar na cidade por ser um serviço mais leve, outros tiveram a oportunidade de estudar, como é o caso de um filho de produtor que é fisioterapeuta, cuja formação não era adequada para trabalhar na atividade agropecuária.

A aposentadoria ocupa a segunda colocação (34%), pois 11 entrevistados relataram que possuem algum membro aposentado na família. Caldas e Anjos (2007) afirmam que as aposentadorias e pensões ajudam na manutenção da atividade produtiva, uma vez que contribui para a renda da família, não dependendo apenas da renda agrícola. Além disso, a aposentadoria rural se mostrou como significativo instrumento de redução da pobreza rural e ainda ajuda a dinamizar a economia rural e urbana (VALADARES; GALIZA, 2016). No Brasil, em 2016, eram 6,7 milhões de aposentadorias ativas, sendo que a maioria (92%) das aposentadorias havia sido obtida por idade (MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2018). De acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, a população rural está envelhecendo, os jovens continuam a sair do campo, as pessoas com mais de 65 anos representam 21,4% dos moradores das áreas rurais, sendo que em 2006, eram 17,52% (IBGE, 2018).

O item aluguel mereceu menção por duas famílias, que declararam ter investido em imóvel para locação no período que “sobravam” recursos. Já a transferência de renda foi lembrada somente por duas famílias.

Para Grisa, Gazolla e Schneider (2010), a diversificação das rendas pode ser resultado da tentativa de saída da crise ou precariedade. Ellis (1998) acrescenta que a diversificação de subsistência das atividades ajuda a melhorar os seus padrões de vida, sendo ainda um importante mecanismo importante para redução da pobreza rural (ELLIS; BIGGS, 2002). Ellis (1998) ressalta que na literatura a diversificação segue duas vertentes: a primeira vê a diversificação como uma questão de sobrevivência, ela tem origem no desespero, pobreza, falta de ativos e vulnerabilidade, já a outra vertente da literatura enxerga a diversificação como uma questão de escolha e oportunidade, neste contexto temos a diversificação de sobrevivência versus diversificação para acumulação.

Tabela 42 – Origem da renda monetária não-rural da família

Atividade	Número de Famílias	Percentual (%)
Trabalho Urbano	14	43
Aposentadoria	11	34
Aluguel	3	9
Transferência de renda	1	6
Outra	-	-
TOTAL	28	84

Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

6.2 DESTINO DA PRODUÇÃO

A boa negociação da produção revela-se imprescindível à obtenção de renda. Muitos agricultores encontram dificuldade na comercialização da produção agrícola, sobretudo os produtores familiares, por dependerem muito mais dos terceiros – intermediários ou atravessadores - para que sua produção seja vendida. Neste sentido, os agricultores familiares têm grande dependência dos intermediários, que compram a produção e revendem para um atacadista ou varejista.

Numa estrutura de comercialização em que há a presença do intermediário, os agricultores perdem o poder de barganha no momento da venda, visto que os atravessadores querem maximizar os seus lucros, e o produtor rural torna-se apenas um tomador de preço, já que não decide o preço de sua produção seja comercializada. Apesar disso, a presença do intermediário mostra-se necessária, pois os 27 produtores entrevistados (Quadro 17) esclareceram que dependem deles para que sua produção. É possível que o produtor elimine esse membro do canal de comercialização, mas as funções exercidas por ele não podem ser eliminadas, pois alguém terá que assumir. O produtor rural teria que montar uma estrutura de comercialização para vender a sua produção, entretanto, em virtude desta ser pequena, o custo se torna dispendioso e inviabiliza a eliminação dos intermediários.

A venda para programas institucionais cumpre o papel da eliminação do intermediário, pois se trata de uma venda de circuito curto, já que o produtor entrega o produto diretamente para consumidor final. Amaral, Zagonel e Basso (2015) relatam que o PAA possui canais de comercialização com boa estrutura. Todos os produtores no período de 2011 a 2016 entregaram alimentos para o PAA. Entretanto, dado ao limite anual permitido por produtor, era necessária a venda do excedente para outros canais de comercialização. Essa informação foi dada por um dos entrevistados do Assentamento Santa Rita: *“o que a gente produz é muito para o PAA, temos que encontrar outras formas para vender”* (ENTREVISTA, AF2, 2017).

Já em feiras livres, apenas três entrevistados informaram que comercializam por meio desse canal de distribuição. Normalmente, são os agricultores de pequeno porte que comercializam em feiras, cuja produção pequena permite-lhes a venda direta para o consumidor final, algo que resultaria inviável para os produtores com grande volume de produção, mesmo sendo classificado como agricultor familiar. Convém salientar que a localização da produção influencia a facilidade da venda do produto, uma vez que as propriedades mais distantes das cidades ou com acesso mais precário em termos de estradas têm mais dificuldades de encontrarem compradores que adquiram os seus produtos, pois estes preferem comprar de agricultores com maior diversidade e quantidade de produtos e em locais de fácil acesso.

A venda para alguma organização coletiva de produtores rurais foi citada por cinco agricultores, sendo pouco utilizada quando se exclui a venda governamental. Por fim, a venda de porta em porta, foi indicada por apenas dois produtores que relataram usar essa estratégia de comercialização.

De acordo com um dos entrevistados, os produtores dos assentamentos antes do PAA produziam para o próprio consumo, enquanto os agricultores familiares já estavam inseridos no mercado.

Poucos produtores relataram problemas com a produção (10). Um dos entrevistados relatou *“temos problemas com água e falta um trator, a associação ganhou um trator, veio via prefeitura, esse trator nunca chegou aqui, então ficou assim, quando precisa, o trator vem, mas muitas vezes tem que adular, mas o trator é daqui”* (ENTREVISTA, AF4, AGOSTO, 2017). Com relação à comercialização, houve diferenças significativas entre os entrevistados, os agricultores de assentamento tiveram menos “reclamações” relacionadas à comercialização, pois, no período que o PAA esteve ativo, conseguiam vender uma parte ou toda a produção, embora, no caso de alguns assentados, não fosse em grande escala. Releva-se que parte dos assentados produzia apenas para o consumo e o Programa serviu de estímulo para a diversificação da produção e o aumento da quantidade produzida.

Quadro 16 – Canais de comercialização utilizados

Destino da produção	Quantidade
Venda para intermediários	27
Comercializa em feiras	3
Venda para organização de produtores	5
Venda institucional (PAA, PNAE, PPAIS)	32
Venda porta a porta	2

Fonte: Elaborado pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

Somente dois assentados relataram vender a pequena produção apenas para o governo federal (PAA e PNAE). “a comercialização é fácil só pro governo memo, já tentamos vender pra fora, mais paga pouco e já fala que pega de outras pessoas, difícil”. (ENTREVISTA, AF15, AGOSTO, 2017). Já o outro assentado, disse que produz o suficiente para atender o Programa “eu planto a quantidade suficiente para atender o projeto, nós levou dois anos lá pro presídio, entregou dois anos e depois parou, eles são muito enjoado, não compensava (ENTREVISTA, AF16, AGOSTO, 2017).

6.3 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A Tabela 43 traz os resultados da pesquisa sobre a avaliação do PAA. O Programa foi muito bem avaliado pelos agricultores entrevistados, pois 30% consideram-no excelente, 53% como muito bom e 20% classificaram como bom, nenhuma avaliação como regular ou ruim.

Tabela 43 – Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Avaliação	Nº de pessoas	Percentual
Excelente	10	30
Muito bom	16	53
Bom	6	20
Regular	0	0
Ruim	0	0
Total	30	0

Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

Os resultados da pesquisa realizada por Hespanhol (2013b) demonstraram que os agricultores avaliaram o Programa como muito bom. Em outro estudo realizado por Agapto et al. (2012), os produtores classificaram como bom ou excelente. O Programa na visão dos

agricultores mostra-se muito bem avaliado, isso se deve aos vários pontos positivos que o PAA possui.

6.3.1 Pontos Positivos e Negativos

No decorrer das entrevistas, foi indagado acerca da percepção quanto aos pontos positivos e negativos do PAA. Foram elencados os seguintes pontos positivos: preço, garantia de recebimento, simplicidade do funcionamento do Programa, preço fixo e garantia de venda da produção. Na visão dos produtores rurais entrevistados, o Programa é bastante prático, pois permite que seja entregue qualquer tipo de produto disponível na propriedade.

No total 90% dos entrevistados afirmaram, de forma geral, que os preços pagos eram bons, por ser acima dos preços praticados pelos intermediários “*vendia melhor um pouco do que dos outros*” (ENTREVISTADO, AF20, SETEMBRO, 2017). No caso de venda para os intermediários, os preços oscilam bastante, a cada venda de mercadoria o preço é recombinação; em alguns tipos de produtos, os preços têm sua formação com frequência semanal ou até a cada negociação, a depender da época. Justamente, neste quesito, o Programa se torna atrativo, pois não oscila como ocorre no mercado convencional em que há atuação dos intermediários. Entretanto, de acordo com o antigo gestor da Conab São Paulo, o PAA passou a ser um referencial nos preços praticados:

O PAA também balizou preço pelo preço médio de Ceasa, era o preço pago ao produtor, então aquele cara que passava e pagava o quanto queria a gente acabou dizendo para os caras que o produto dos agricultores vale mais do que eles estão pagando, porque sempre ganhou no processo de compra da agricultura foi o atravessador, o cara não planta nada enche um caminhão na roça com toneladas e toneladas de repolho e vende a R\$2 o quilo e paga R\$ 0,20 para o agricultor (ENTREVISTADO, N.M, 2018).

Entretanto, alguns agricultores (10%) mencionaram que no caso de certos tipos de produtos, o preço não era tão compensador, como no caso de folhas¹⁵.

O PAA é excelente, por que tem onde vender, eles pagam certinho, vender para o governo não é ruim, as vezes tem um pouco de burocracia, mas o ce tem onde vende, eu entrego ali o, se eu quiser posso leva de carriola, então é muito bom, antes não tinha um lugar para comercializa, o ce entendeu, pra você ter uma ideia, nós começamos com dez aqui dentro, chegou a 70 a associação, é por isso, até produzir produz, as vez tem um poco de dificuldade

¹⁵ Folhas: acelga, agrião, aipo, alface, almeirão, couve, espinafre, repolho, couve, rúcula (SÓ NUTRIÇÃO, 2018).

que é normal, mas o difícil é a venda, precisa ter um lugar pra você entregar, não é assim fácil (ENTREVISTA, AF4, AGOSTO, 2017).

Em face disso, os produtores disputavam por quantidade a ser entregue para o PAA, cada organização de produtores tinha seu modo de definir a quantidade para cada produtor poderia entregar para o Programa, isso era discutido entre os gestores da associação ou cooperativa.

O segundo item mais citado recaiu na garantia pagamento do produto. Grande parte dos entrevistados (62%) informou que recebeu por toda a mercadoria entregue. Entretanto, os agricultores de uma das organizações de produtores relataram que não receberam parte dos produtos entregue, *“tem gente que entregou a cota e não recebeu nenhum centavo, o produto foi entregue, o dinheiro não veio, sempre recebemos certinho, resolvemos entregar na confiança”* (ENTREVISTA, AF22, SETEMBRO, 2017). O fato relatado por esse agricultor é resultado da confiança de que a aprovação do projeto seria certa, pois todos os projetos vinham sendo aprovados, por isso os agricultores resolveram, por conta própria, entregar os produtos, na certeza que o projeto seria aprovado, mas projeto não teve aprovação.

Os produtos agrícolas têm sua produção concentrada em determinadas épocas do ano, o projeto tem um período de entrega, mas alguns produtores não seriam atendidos pelo Programa. A fim de sanar essa situação, entregaram o produto antecipadamente. Um exemplo disso, foi a banana que precisava ser colhida e, portanto, não puderam esperar pelo resultado do projeto, sendo que a preferência principal de venda era para o PAA, pois os intermediários pagavam um valor baixo pelo produto. Reis (2017) apontou que, em um estudo realizado num município da Região Nordeste, os produtores chegaram a fornecer o produto ao PAA, mas o calendário de pagamento nem sempre foi cumprido, houve atrasos e não pagamento dos produtos adquiridos da agricultura familiar. Uma das dificuldades na comercialização consiste no recebimento da mercadoria vendida, tem sido comum haver calote, conforme relato de vários produtores que não receberam pela mercadoria vendida.

“Está sendo difícil receber, o que volta de cheque sem fundo, eles pagam com cheque de terceiros também, tem que correr atrás para receber” (ENTREVISTA, AF18, 2017).

Tabela 44 – Pontos positivos do PAA

Variáveis	Quantidade	Percentual
Preço	26	81,25%
Garantia de recebimento	20	62,50%
Simplicidade do funcionamento	15	46,87%
Garantia de venda da produção	15	46,68%
Preço fixo	6	18,75%

Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

A maioria dos compradores não deixa qualquer tipo de garantia no momento da compra, normalmente os pagamentos são realizados de 30 a 40 dias, período em que os intermediários adquiram muitas mercadorias, devido ao fato das compras serem semanais ou com mais frequência, no caso de inadimplência, o produtor já terá, inclusive, entregue muitos produtos e sem comprovante de entrega. As vendas são feitas numa relação de confiança, em alguns casos, os produtores precisam escoar o produto rapidamente por ter atingido o ponto de colheita e, diante disso, diminui o critério na escolha dos intermediários para vender seus produtos. Esse fato aconteceu na região de Jales no ano de 2015, pois o comprador tinha uma boa reputação junto aos produtores, levava a mercadoria sem deixar qualquer tipo de garantia, mas o calote aconteceu. Vários agricultores familiares deixaram de receber pelo produto vendido, sendo que um único produtor deixou de receber mais de R\$ 100.000,00. Após esse evento, o intermediário deixou de comprar na região de Jales e seguiu para a cidade de Tupi Paulista, em São Paulo, onde passou a comprar a uva da associação do município. Muitos agem dessa forma, dão calote numa determinada região e vão para outra a fim de continuar adquirindo o produto para abastecer o seu mercado.

O item garantia de venda foi lembrado por 15 agricultores (46,6%), uma das grandes dificuldades na comercialização agrícola é a venda do produto. A venda não é garantida, pois os produtos hortícolas e frutas são normalmente negociados a partir da colheita, dessa forma os preços e a demanda são feitas quase que a cada compra. Os produtores veem isso como negativo, pois há muita incerteza do resultado do investimento realizado na produção. Nesse contexto, a venda com preço pré-estabelecido se torna um grande atrativo para os agricultores, além disso nesse sistema de comercialização não existe a figura do atravessador, o que torna a venda governamental via PAA muito mais atrativa.

O preço fixo foi citado por seis agricultores entrevistados. Não é comum um produto ter seu preço previamente fixo por um período longo, pois os produtos agrícolas têm seus preços formados de acordo com a oferta e demanda, com isso os intermediários praticam preços de

acordo com a lei de mercado, nessa situação o agricultor é um tomador de preço. Nesse quesito, o Programa é bastante justo, pois o agricultor sabe antecipadamente antes da entrega da cota qual será o preço pago “*o Programa é muito bom, a gente já sabe o preço antes de entregar*” (ENTREVISTADO, AF31, 2017).

De acordo com o antigo gestor do PAA, do ponto de vista governamental o Programa trouxe muitos benefícios para os agricultores, pois era necessário suprir as pessoas que estavam em situação de insegurança alimentar e ao mesmo tempo a compra era realizada daqueles que necessitavam vender, ele acrescenta ainda que a compra de alimentos da agricultura familiar permite a criação de um circuito local onde fortalece a economia, consequentemente vários indicadores melhoram.

Em se tratando dos pontos negativos, foram citados três: a insegurança da não continuidade do Programa, o limite anual da cota e a regularidade da entrega. Foram quinze produtores que disseram ter grande preocupação com a não continuidade do PAA, alguns ainda tinham esperança que a política voltasse a ser como antes “*espero que o governo olhe por nós e não deixe acabar o projeto*” (ENTREVISTADO, AF11, SETEMBRO, 2017). As entrevistas foram realizadas num período em que o Programa caminhava para o seu fim, já haviam restringido a quantidade de recursos para o PAA-MDS e, naquele momento, o Programa passou atender um público prioritário. No último ano do projeto no Assentamento Santa Rita, foram atendidas apenas oito famílias, mas já havia a expectativa do término do PAA no ano seguinte.

[...] o governo tinha que dar mais segurança para o produtor, esse negócio de troca de governo e essas coisas, a gente fica com medo, andam falando por aí que o Programa pode fechar, sei que não podemos ficar esperando isso pro resto da vida, mas o governo tem que arrumar meios (ENTREVISTA, AF4, AGOSTO, 2017).

[...] o presidente da associação já avisou que o ano que vem a gente já não tem, esse ano só tem oito família daqui que pegou, a nossa associação tem 74 família, a merenda é o povo de fora participa, que é fruta e nós não ta mandando, pro ano que vem não vai ter (ENTREVISTA, AF16, OUTUBRO, 2017).

Muitos agricultores relataram terem plantado alguns tipos de culturas para venderem para Programa, a incerteza da continuidade traz insegurança. Em uma das propriedades pesquisadas, o agricultor construiu uma pequena estufa e colocou irrigação, esse investimento foi realizado com objetivo de vender para o Programa.

“Até investi, fiz estufa, o vento arrancou, coloquei sombrite, só tirei uma safra daí, mas vamos aguardar e ver o que vai resolver, a gente precisava de uma ajuda de um deputado, um prefeito que levasse a gente lá para pedir” (ENTREVISTA, AF30, 2017).

O segundo ponto negativo citado é o limite anual permitido, alguns produtores (10) comentaram que o Programa deveria ter um limite maior, pois a venda governamental é bastante justa, uma vez que os preços pagos são bons em comparação aos demais compradores. Outro ponto negativo foi com relação à frequência de entrega, uma única entrega semanal faz com que alguns tipos de produtos passem do ponto de colheita, um exemplo é a produção de pepino, o mesmo deve ser colhido a cada dois dias.

[...] aqui quem planta verdura a entrega é só na terça-feira, aí pronto, até chegar na outra terça, já passa do ponto, ali onde você passou, você vai ver, o pimentão e a pimenta doce que maturou já não pega, tem ser verde, aí pronto, caixas e mais caixas de pimentão vermelho bonzinho tem que ser jogado fora (ENTREVISTA, AF9, 2017).

Os resultados das entrevistas demonstraram que a frequência da entrega é diferente a cada organização de produtores, pois enquanto no Assentamento Santa Rita a entrega era realizada apenas as terças-feiras, em Santa Fé do Sul, as duas associações entregavam com mais frequência, eram feitas de acordo com as necessidades das entidades. Em trabalho realizado por Vieira e Del-Grossi (2010), verificou-se que a frequência de entrega dos produtos foi definida de acordo com a capacidade de produção, pela disponibilidade do transporte e pela necessidade dos consumidores. Alguns produtos necessitam que a colheita seja feita várias vezes por semana, uma alternativa seria a venda para outros canais de comercialização, uma vez que a entrega semanal pode acarretar perda da produção. Dessa forma, é muito importante haver o planejamento da entrega dos produtos de acordo com as características da produção. Foi por esse motivo que alguns produtores faziam entregas em duas ou mais vezes da semana.

Tabela 45 – Pontos negativos do PAA

Variáveis	Quantidade	Percentual
Insegurança da não continuidade do Programa	15	50
Limite anual	10	33
Frequência da entrega	12	40

Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

6.3.2 Como Soube do PAA

Em relação ao modo como teve conhecimento do Programa, todos os produtores relataram que a informação chegou até eles por meio algum representante de órgão público. No Assentamento Santa Rita, um técnico do Itesp levou as informações sobre o Programa *“fiquei sabendo do PAA pelo técnico daqui o técnico do Itesp, ele está aqui há mais de vinte anos”* (ENTREVISTA, AF4, AGOSTO, 2017). Os assentados são gratos ao técnico do Itesp que trouxe as políticas públicas de comercialização para o assentamento, além de sempre acompanhar as atividades do assentamento. A relação entre o técnico e os agricultores era mais do que simplesmente um representante de um órgão público.

“O técnico do Itesp é um irmão nosso, ele está aqui há mais de vinte anos, ele vai sair, vai fazer falta para nós. O Itesp tem um Programa muito bom, o governo estadual dá uma força boa também, o estado nos levou muitas vezes em viagens, não tenho nada a reclamar” (ENTREVISTA, AF11, SETEMBRO, 2017).

Os demais produtores afirmaram que o Programa lhes chegou por intermédio de algum técnico municipal ou estadual, da CATI ou da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do município. Esses agentes do Estado desempenham um papel de peso na organização dos produtores e, em alguns casos, assumem a articulação entre os produtores e os demais atores sociais do município, pois todos são essenciais para a execução do PAA. Silva (2013) esclarece que o Estado tem uma tarefa relevante na transferência de informações para os agricultores. Em pesquisa realizada por Camargo, Baccarin e Silva (2013), evidenciou-se a importância de maior participação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Contudo, foi relatado que ATER paulista encontra-se sucateada, sem investimentos e o número de técnicos disponíveis para atender as famílias é insuficiente.

6.3.3 Assistência Técnica

Quanto à assistência técnica, ficou patente pelas entrevistas que os assentados e os agricultores familiares as utilizam de diferentes formas. No Assentamento Santa Rita, a assistência técnica ficou a cargo do Itesp, foram vinte e três anos com o mesmo extensionista. Esse longo tempo permitiu que fosse estabelecida uma forte relação de amizade entre este e os agricultores assentados. Já os agricultores familiares convencionais buscaram assistência técnica na Secretaria de Agricultura ou na CATI de seu município, entretanto seis produtores não receberam nenhum tipo de assistência técnica. A revenda agrícola foi a mais citada pelos

agricultores, ressalta-se que algumas dessas empresas fazem atendimento com objetivo principal de vender seus produtos. Castro (2015) destaca que é comum estabelecer uma relação de confiança entre o agricultor e o profissional da revenda de insumo.

Tabela 46 – Agricultores que declararam receber algum tipo de assistência técnica rural no período de 2011 a 2016

Órgão	Número de agricultores
Itesp	7
CATI ou Secretaria de Agricultura	7
Revenda agrícola	10
Não recebe assistência técnica	6
Total	30

Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

6.3.4 A Importância do PAA Para as Organizações e os Agricultores

Dentre as finalidades do PAA, há o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo rural (BRASIL. MAPA, 2017). Para participar da Compra com Doação Simultânea pela Conab, os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações.

Dessa forma, quando o Programa teve início na MRG de Jales, os agricultores tiveram de buscar as organizações de produtores, entretanto, algumas delas tinham pendências quanto à documentação, mas foram regularizadas. O Programa se mostrou imprescindível para as organizações coletivas, pois como demonstraram Silva e Ferreira (2016) as associações e cooperativas têm papel decisivo nas políticas públicas, por representarem o elo entre o agricultor familiar e o mercado. Um exemplo é a Associação do Assentamento Santa Rita, o PAA foi o motivo da reativação dessa organização que havia ficado parada até 2009.

As organizações coletivas dos produtores passaram a ter maior relevância após o PAA, uma vez que se tornaram necessárias para se ter acesso às políticas públicas. Neste sentido, o PAA promove o abastecimento alimentar por meio das compras públicas, além de impulsionar o fortalecimento dos circuitos locais e regionais e a comercialização, o Programa busca a valorização dos produtos orgânicos e a agroecológica, melhora os hábitos alimentares saudáveis e incentiva o associativismo.

6.3.5 Efeitos do PAA durante a sua vigência

Os resultados das entrevistas demonstraram que os agricultores passaram a aumentar a produção e os tipos de produtos após a implantação do PAA, sobretudo os assentados, quando a importância do PAA tornou-se ainda maior. Todos os assentados entrevistados declaram que o PAA permitiu o aumento da produção e da diversificação da produção “*antes eu só produzia só milho, após o PAA passei a entregar limão, mandioca e melancia*” (ENTREVISTA, AF24, AGOSTO, 2018). Antes do PAA, os produtores dos assentamentos produziam para o próprio consumo, enquanto que os agricultores familiares já estavam inseridos no mercado.

A agricultura familiar já plantava visando o mercado lá fora, na verdade, o PAA só veio a complementar. Os assentados plantavam para comer e também doava[m] para os vizinhos, [a] qualquer casa que você fosse, voltava com uma sacola cheia, porque o pessoal sempre plantava alguma coisinha, ninguém vendia em feira, ninguém saía vendendo por aí. Era uma dureza danada, quem tirava leite tinha uns troquinhos, restava trabalhar fora. Quando começou o PAA, alguns nunca quiseram entrar, uns já tinha[m] aposentaria dentro de casa, outros só mexia[m] com leite (ENTREVISTA, AF3, AGOSTO, 2017).

Para o antigo gestor da Conab no Estado de São Paulo entrevistado, o agricultor que plantava para o PAA sempre produzia mais, assim o excedente era vendido. A partir do aumento da escala de produção, havia uma redução no custo de produção. Além disso, com a renda obtida com a venda, o agricultor tinha menor propensão em deixar o campo para ir trabalhar na cidade. Os agricultores do assentamento passaram a planejar melhor a produção de alguns produtos, apesar disso, nem sempre conseguiam vender toda a produção, isso ocorria devido ao fato da entrega ser semanal. Alguns produtos precisam que a colheita seja feita mais de uma vez por semana, por isso, alguns produtores não conseguiam entregar o produto no momento da colheita, uma opção seria vender para intermediários, mas nem sempre o preço compensava ou não conseguiam vender. De acordo com os entrevistados, no Assentamento, o papel do técnico do Itesp foi fundamental na organização dos produtores, além disso, os agricultores recorriam a este em caso de dificuldades na produção, ou seja, os assentados recebiam orientações.

Convém ressaltar que entre os agricultores familiares convencionais, o planejamento da produção não foi um consenso. Alguns dos entrevistados relataram que o PAA era apenas mais um canal de comercialização, já que o limite anual era pouco, embora a produção fosse grande. Portanto, a maior parte da produção tinha como destino principal a venda para os

atravessadores. De acordo com um entrevistado: “*não plantava só para o PAA, o tomate, limão e vagem, ninguém planta só para a Conab*” (ENTREVISTA, AF19, OUTUBRO, 2017). Os agricultores menos capitalizados reportaram ser muito dependentes do PAA, por isso, o planejamento da produção tinha como objetivo vender para o Programa, os demais canais de distribuição eram considerados secundários devido ao valor pago, caso o limite anual fosse maior, os agricultores aumentariam a produção para atender o Programa.

A maioria das entrevistas com os agricultores foi realizada em 2017, ano em que o PAA estava deixando de ser oferecido na MRG de Jales. A Associação do Assentamento Santa Rita foi a última a participar, já as demais organizações de produtores da MRG de Jales não foram contempladas com projetos, todas submeteram, sendo que apenas a Associação do Assentamento Santa Rita foi contemplada na época, mas os assentados tinham consciência da probabilidade do fim do Programa. O antigo gestor da Conab lamentou o fim do PAA “*era um Programa barato, eficiente, que podia ser melhorado [...] mas que nada justifica o fato de terem paralisado ou retirado o dinheiro ou coisa parecida*”.

Quanto ao planejamento da produção, aproximadamente 60% dos entrevistados, considerando apenas os agricultores familiares convencionais, afirmaram não ter havido mudança significativa na forma do planejamento da produção, pois já plantavam para atender os compradores, o PAA representava apenas mais uma opção. Os demais agricultores familiares declararam que o Programa de alguma forma os fez repensar, alguns relataram que passaram oferecer mais produtos para o PAA, “*a gente viu que o preço de algumas hortaliças está bom, então, plantamos para vender para a Conab*” (ENTREVISTADO, AF11, SETEMBRO, 2017).

Há diferença entre os produtores familiares, alguns são capitalizados e outros menos capitalizados. Os primeiros possuem acesso ao crédito e ao mercado. A título de exemplo, um dos entrevistados declarou ter 84,7 hectares e não ser dependente do PAA. As entrevistas *in loco* permitiram ver a realidade social dos agricultores, apesar de não ser o objetivo principal da pesquisa. Essas diferenças interferem na maneira como os agricultores enxergam o Programa. Os produtores que obtiveram a terra por meio do financiamento do Banco da Terra e os agricultores assentados foram os que mais notaram os impactos do PAA. Hespanhol (2009) afirma que o PAA é uma alternativa de incremento na renda, principalmente para os agricultores menos capitalizados.

O PAA proporcionou um estímulo para produção, tendo em vista que os preços pagos e a facilidade na venda chamaram a atenção daqueles que produziam apenas para subsistência, a venda para o governo passou a ser vista como um acréscimo na renda. O fato é que para esses produtores o PAA aumentou a autoestima, os quais passaram a acreditar na valorização dos

produtos ali produzidos. Apesar do limite anual ser baixo, segundo a opinião de alguns entrevistados, a manutenção deste é importante, pois o recurso reforça a renda familiar e ajuda muito *“é uma rendinha de uns quatrocentos ou quinhentos reais por mês. Já ajuda”*. Na visão da gestora da Conab São Paulo, o PAA proporciona uma renda mínima, isso mantém o agricultor no campo, evitando que saia para buscar outras atividades. Na mesma linha de pensamento, o antigo gestor elucida que o Programa trouxe muitos benefícios aos agricultores *“segurou o produtor na propriedade, deu uma condição de vida melhor, ele passou [a] se integrar mais com o próprio município”* (ENTREVISTADO, N. M, NOVEMBRO, 2018).

Apesar do limite anual ser baixo, os agricultores menos capitalizados relataram ter realizado algum investimento na propriedade *“comprei dois tratorzinhos de bater canteiro, comprei máquina* (ENTREVISTA, AF11, SETEMBRO, 2017). Cerca de 70% dos produtores entrevistados explanou que já contava com o dinheiro da venda, cada um usava o recurso à sua maneira *“o valor de R\$ 8 mil que entrava todo o ano, era o meio que nós pagava a terra, tinha aqueles R\$ 3 mil¹⁶ para pagar todo ano”* (ENTREVISTA, AF19, OUTUBRO, 2017). Um dos agricultores do assentamento relatou ter adquirido um trator pelo Programa Pró-Trator¹⁷ *“com o valor do PAA, eu quase pagava a parcela anual do trator”* (ENTREVISTA, AF14, 2017). A maioria dos entrevistados (80%) informa que o valor do PAA era utilizado para comprar alimentos no dia a dia, insumos para a produção e a realização de pequenos investimentos.

As áreas das unidades familiares pesquisadas são, geralmente, pequenas e médias, variando de 2,4 a 84 hectares. As unidades produtivas que referiram contratar mão de obra permanente são as de maior porte, cujas atividades estão relacionadas à horticultura e fruticultura. A mão de obra familiar mostra-se insuficiente para atender as necessidades das atividades na produção, em especial na época de colheita. Apenas oito entrevistados comentaram que contrataram ou contratam mão-de-obra temporária, três citaram que possuem mão-de-obra permanente, usualmente, apenas, com duas pessoas. Já os assentados relataram que não contratam mão de obra externa, pois a produção é pouca, normalmente plantam o suficiente, visto que a própria família consegue cuidar da produção, mas no período que o serviço aumenta, algum vizinho é chamado para ajudar (Tabela 47).

¹⁶ Os agricultores adquiriram as terras por meio do financiamento do Banco da Terra.

¹⁷ Programa inédito no país onde o produtor rural paulista pode adquirir tratores agrícolas novos, com a taxa de juros totalmente subvencionada pelo Estado de São Paulo (ou seja, juros zero). O financiamento pode ser amortizado em até oito anos, com carência de até três anos e os juros serão pagos pelo Governo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2010b).

Tabela 47 – Contratação de mão de obra nas unidades de produção

Contratação de mão de obra	Unidade de produção da Agricultura Familiar	Unidade de produção de Assentado
Contrata mão de obra permanente	3	0
Contrata mão de obra temporária	8	0
Não contrata mão de obra	18	0
Ajuda dos vizinhos	0	4

Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

Quatorze unidades produtivas possuem um ou mais membros que exerce(m) atividade na área urbana, geralmente são os filhos dos agricultores. Entre os agricultores familiares não foram encontradas pessoas que tivessem deixado de trabalhar em decorrência do PAA. Enquanto entre os assentados, após a participação do PAA, duas mulheres declararam que deixaram de exercer a atividade de empregadas domésticas na cidade para ajudarem na produção do lote. Essas famílias viram que o PAA poderia criar uma ocupação com renda, embora essas mulheres tenham relatado a preferência pelo campo, a renda da propriedade era insuficiente para a manutenção da família. Entretanto, em duas unidades produtivas, os assentados comunicaram que, com o término do Programa, tiveram de buscar emprego fora do lote, na área urbana, pois a renda antes obtida com o PAA passou a fazer falta e, por isso, houve necessidade de retornarem aos antigos trabalhos.

A renda não agrícola pode ser essencial para aqueles que vivem da agricultura, visto que a família fica menos dependente da renda rural, que pode ser incerta, pois depende dos fatores climáticos e de conseguir preço suficiente para obtenção de lucro. Está cada vez mais difícil o pequeno agricultor viver apenas da renda agrícola, por esse motivo algum integrante da família tem buscado trabalho fora da propriedade, assim, garante um valor fixo mensalmente, renda que pode ajudar na fixação da família no campo.

7 ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS QUE PARTICIPARAM DO PAA

Este tópico trará os resultados das entrevistas realizadas junto aos responsáveis por cada uma das organizações de produtores rurais pesquisadas. Procurou-se identificar as pessoas que tinham relevante conhecimento do Programa, em algumas situações, as entrevistas foram feitas com o antigo gestor de cada organização coletiva, pois alguns dos atuais responsáveis não estavam envolvidos diretamente nas atividades do Programa, pois na época não estavam à frente das atividades. Foram entrevistados oito gestores das organizações de produtores, todos afirmaram ter mais de dez anos de envolvimento com a organização coletiva dos produtores rurais. Cerca de cinco entrevistados não souberam quantificar o tempo que está associado. As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro de entrevista, sendo essas obtidas nas sedes das organizações e outras na residência do responsável pela associação. As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2017 e 2018.

7.1 ANOS DE PARTICIPAÇÃO NO PAA

No início haviam poucas informações sobre o funcionamento do PAA. Contudo, em 2006, representantes da Conab fizeram a divulgação do Programa, o recurso ficou disponível para duas organizações de produtores, uma de Aspásia e outra de Santa Fé do Sul, pois estas não sabiam como montar o projeto para usufruir do recurso, por isso, somente em 2009, o recurso foi efetivamente utilizado.

No período de estudo, entre 2011 e 2016, apenas a Associação dos Produtores Rurais Assentados Santa Rita de Populina teve o projeto aprovado em todos os anos, sendo seis ao total. A Cooperativa Agrícola dos Produtores da Região de Jales teve quatro projetos aprovados, tendo sido o último no ano de 2014. De acordo com o responsável pela cooperativa, após a adoção dos critérios de seleção dos projetos, a organização não conseguiu pontuação suficiente para aprovação do projeto. Ao passo que as associações instaladas nos municípios de Aspásia, Paranapuã, Santa Fé do Sul e Santa Salete tiveram três projetos aprovados cada uma, no período de 2011 a 2016. Já as organizações instaladas nos municípios de Pontalinda e Urânia, tiveram apenas dois projetos aprovados, sendo da Central das Associações do Município de Urânia – CAMU (2013 e 2014) e da Associação dos Produtores Rurais de Pontalinda (2012 e 2015).

Quadro 17 – Organização de produtores participação no Programa de aquisição de alimentos no período de 2011 a 2016

MUNICÍPIO	ENTIDADE PROPONENTE	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Aspásia	Associação dos Produtores Rurais de Aspásia						
Jales	Cooperativa Agrícola dos Produtores da Região de Jales						
Paranapuã	Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho						
Pontalinda	Associação dos Produtores Rurais de Pontalinda						
Populina	Associação dos Produtores Rurais Assentados Santa Rita						
Santa Fé do Sul	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul						
	Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacuri						
Santa Salete	Associação Municipal dos Produtores de Santa Salete – Ampruss						
Urânia	Central das Associações do Município de Urânia - CAMU						

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2017.

7.2 MUDANÇAS NAS ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES COM O PAA

As organizações de produtores tiveram significativas mudanças após a participação no PAA, tais como: o aumento do número de associados/cooperados, o maior envolvimento dos agricultores em face das atividades da organização e o fortalecimento das organizações dos agricultores.

7.2.1 Número de Associados

A primeira mudança de peso residiu no aumento da quantidade no número de associados, todas as organizações de produtores relataram que, após a participação no Programa, o número de agricultores aumentou, uma vez que para vender para o PAA era

necessário estar vinculado a alguma associação ou cooperativa “a cooperativa cresceu em número de cooperados, na época eram aproximadamente 40 cooperados, já em 2018 são 150 cooperados, eles foram aumentando gradativamente” (ENTREVISTA, COOPERATIVA, 1, AGOSTO, 2018). O representante da cooperativa de Jales assegurou que esta sempre esteve receptiva a novos associados, além disso, a organização sempre buscou trabalhar em escala. Após alguns anos passando por dificuldades, a cooperativa passou a investir na profissionalização da gestão, o que acarretou a melhora de eficiência a começar pela prática administrativa adequada e profissional.

Em estudo realizado por Chmielewska, Souza e Lourete (2010), demonstrou-se que o número de associados também cresceu, tendo ocorrido o maior engajamento por parte dos agricultores nas atividades de sua organização. Uma das associações que teve expressivo aumento no número de associados relatou não ter mais interesse em aumentar a quantidade de associados, pois provocaria maior dificuldade na gestão, o objetivo principal consistia em robustecer a organização com número limitado de agricultores. Já as demais organizações de produtores informaram que sempre estiveram disponíveis para a ampliação da quantidade de associados, principalmente no momento em que o Programa dispunha de recursos suficientes para atender os projetos.

Houve redução do número de associados devido à redução dos recursos para o PAA, não temos interesse de aumentar o número de associados, pois já tem muita gente, o interesse da associação é substituir quem queira sair, pois o aumento de associados acaba perdendo o controle (ENTREVISTA, ASSOCIAÇÃO 1, AGOSTO, 2017).

7.2.2 O Envolvimento dos Agricultores em Face das Atividades da Organização e o Fortalecimento da Organização de Produtores

Após o PAA, os agricultores reviram a forma de envolvimento com a organização e passaram a enxergá-la como uma peça fundamental para a comercialização. O PAA na visão dos agricultores é bastante atrativo, pois a informação que tinham que os preços eram bons e havia garantia de recebimento, portanto, vários agricultores buscaram a formalização do vínculo com a associação ou cooperativa.

O PAA revelou-se importante para o fortalecimento e a união entre os seus membros. As políticas públicas de comercialização mostraram-se determinantes para que as organizações de produtores fossem reativadas ou mantidas, entretanto, convém ressaltar que no período que o PAA existiu, nenhuma associação ou cooperativa foi criada na MRG de Jales. Com o

Programa, as organizações de produtores assumiram um papel central com os associados, dedicando esforços para algo que passaram a considerar relevante. Para o gestor de uma das organizações de produtores, com o PAA, a quantidade de produtos movimentados passou ser bastante expressiva, essa movimentação ajudou na redução dos custos com a organização.

[...] sem dúvida que foi bom para cooperativa, porque a gente tinha um giro maior, um excedente de produtos girando na cooperativa. Então, pra nós foi muito bom nesse sentido, pois acaba tendo uma economia de escala em função disso. Foi bom para o produtor, pois o preço era diferenciado para ele, o preço fazia diferença (ENTREVISTA, COOPERATIVA, 1, AGOSTO, 2018).

Quatro representantes das organizações relataram que os agricultores participaram mais frequentando as reuniões para discutirem as políticas públicas disponíveis, em vista disso, houve o fortalecimento entre os agricultores em ações coletivas, durante o qual tiveram de pensar coletivamente, visto que o PAA funciona de forma interdependente, sendo necessário haver relações entre os atores partícipes no projeto. De acordo com Silva e Ferreira (2016), o PAA compreende uma política pública de fomento voltada para o fortalecimento das organizações dos produtores rurais, uma vez que tais organizações se torna um instrumento para o funcionamento das políticas públicas.

7.2.3 O Nível de Conhecimento Sobre o PAA

Com relação ao grau de conhecimento do PAA, 78% dos entrevistados relataram ter sido muito bom o conhecimento sobre o Programa e os demais assinalaram como bom. Entretanto, no início, os gestores das organizações coletivas praticamente desconheciam o PAA. A representante da CATI de Jales em entrevista esclareceu que, a princípio, havia muita desinformação a respeito do Programa, embora no ano de 2006 tenha sido liberado um recurso para o PAA, o qual ficou em uma conta bancária por três anos, não foi utilizado devido ao fato da associação não saber como utilizá-lo. A própria Conab passou a explicar acerca do funcionamento “*sempre que tínhamos dúvidas, eu ligava para São Paulo, o próprio Nivaldo que era responsável pelo Programa nos atendia, ele nos ajudou muito, com um tempo ficamos experts*” (ENTREVISTA, COOPERATIVA, 1, AGOSTO, 2018).

7.2.4 Limite Anual

Os limites anuais ao do período de vigência do PAA foram alterados. No ano de 2010, o limite financeiro anual para a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação) era de R\$ 4,5 mil, no ano de 2011, passando para R\$ 8 mil. Contudo, nem todos os agricultores atingiram o limite financeiro anual, em algumas situações os valores ficaram inferiores, tendo sido a minoria e de modo pontual. Quase todos os responsáveis pelas organizações de produtores relataram que o limite anual poderia ser maior, pois a maior parte dos agricultores caracterizados como convencionais, teriam mais produtos para serem entregues, no entanto, entre alguns produtores assentados o limite anual era suficiente. Essa diferença de percepção ocorre devido ao perfil do agricultor, pois o assentado produzia numa escala menor e a venda para o PAA era suficiente para absorvê-la, enquanto que os agricultores familiares convencionais produzem numa escala maior produtos com valor maior, como é o caso das frutas, em virtude disso a cota era atingida rapidamente.

Entretanto, um dos gestores da associação de Pontalinda afirmou que os produtores que entregam para o PAA possuem área inferior a dez hectares. Isso demonstra serem de pequeno porte e mais dependentes das políticas públicas *“a grande maioria dos produtores possuem área de produção bem pequena, assim os oito mil reais faz[em] uma diferença enorme para o agricultor [...] mas o valor é ainda muito baixo, deveria ser pelo menos vinte mil reais, igual ao PNAE”* (ENTREVISTA, REPRESENTANTE ASSOCIAÇÃO 7, AGOSTO, 2017).

O Quadro 19 mostra as organizações coletivas cujos agricultores alcançaram o limite da cota anual. A maioria delas atingiu a cota anual, as que atingiram de forma parcial eram formadas por pouquíssimos agricultores que deixaram de entregar. A título de exemplo, a Associação de Santa Salete teve a maior quantidade de produtores que não atingiu o limite anual (cota) permitido, seis agricultores que participavam do projeto aprovado no PAA não entregaram nenhuma quantidade de produtos, enquanto outros sete não atingiram a cota a anual.

Quadro 18 – Organizações coletivas da MRG de Jales em que os produtores atingiram o limite da cota anual do PAA

ENTIDADE PROPONENTE	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Associação dos Produtores Rurais de Aspásia	-	A	A	-	-	-
Cooperativa Agrícola dos Produtores da Região de Jales	-	A	P	A	-	-
Associação dos Produtores Rurais do Bairro do Tanquinho - Paranapuã	-	A	A	P	-	-
Associação dos Produtores Rurais de Pontalinda	-	A	-	-	A	-
Associação dos Produtores Rurais Assentados de Santa Rita	A	A	A	-	A	A
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Sul	-	A	-	A	-	-
Associação dos Produtores Rurais do Alto Bacuri – Santa Fé do Sul	A	A	-	A	-	-
Associação Municipal dos Produtores de Santa Salete – Ampruss	A	-	P	A	-	-
Central das Associações do Município de Urânia – CAMU	A	-	P	A	-	-

Fonte: Elaborado pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

Legenda: **A** – todos os produtores atingiram a cota. **P** – As organizações com entregas parciais.

O limite anual (cota do produtor) de oito mil reais representa uma renda bruta média mensal de R\$ 666,00, entretanto, o agricultor precisa ainda subtrair desse valor todos os seus custos, desse modo, o valor que sobra no final do mês pode ser muito inferior. Contudo, o gestor da Conab de São Paulo considera que o limite financeiro anual é suficiente “*o valor de seiscentos e sessenta e seis reais por mês tem sido uma renda alta se for comparar com os outros Programas assistenciais*” (ENTREVISTA, CONAB-SP, SETEMBRO, 2018).

7.2.5 Logística de Distribuição dos Produtos

Cada organização de produtor tinha a sua forma de operacionalização logística do PAA que levava em consideração as formas de apoio do governo municipal. A prefeitura municipal de Populina, por exemplo, disponibilizou veículos para transportarem os produtos vindos da associação até a cidade, conforme ilustrado na Figura 20. Na época da pesquisa de campo, essa organização de produtores era a única a participar do PAA, enquanto as demais da MRG de Jales não haviam tido seus projetos aprovados.

Figura 20 – Caminhão da Prefeitura de Populina para o transporte dos produtos do PAA no Assentamento Santa Rita



Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

Figura 21 – Produtos do PAA prontos para distribuir para as famílias cadastradas do município de Populina



Fonte: Elaborada pela autora com dados do trabalho de campo 2017.

Entretanto, após a redução dos recursos do PAA, a quantidade de produtos era suficiente apenas para uma coleta semanal. O caminhão da prefeitura carregava a mercadoria e dirigia-se até um local na cidade, onde deixava os produtos, em seguida, os funcionários da Prefeitura os distribuíam em sacolas retornáveis, conforme Figura 21.

Já Cooperativa Agrícola dos Produtores da Região de Jales disponibilizava um caminhão para buscar os alimentos dos agricultores. Os produtos vinham para a Cooperativa, neste local o produto era colocado em caixas, mas cabia às entidades a responsabilidade de organizar de acordo com suas necessidades.

A prefeitura enviava uma lista das entidades, por exemplo: a entidade precisa de alimentos para atender dez pessoas, considerando idade, sexo, então a gente recebia esse produto aqui na cooperativa, fazia separação por cada entidade e deixava aqui, a entidade vinha buscar (ENTREVISTADO, GESTOR DA COOPERATIVA, OUTUBRO, 2018).

A Associação dos Produtores Rurais de Aspásia atendia várias entidades de fora do município. Segundo o depoimento de um dos diretores da associação, os produtos eram colocados em caixas e as entidades iam à associação para buscar os alimentos.

Já em Santa Fé do Sul, eram os próprios agricultores que se encarregavam de levar os alimentos até as entidades, de acordo com eles, dessa forma, a logística facilitava tanto para o produtor como para as entidades, pois as entregas eram realizadas em consonância com as necessidades destas, levando também em consideração a disponibilidade de produtos dos produtores, *“a gente levava as coisas em caixas plásticas, a entidade ligava pra gente levar os produtos, levava sempre que pedia, levava a quantidade suficiente para não estragar”* (ENTREVISTADO, AF29, SETEMBRO, 2017). Os entrevistados alegaram que essa dinâmica de entrega facilitou bastante a ambas as partes. Ficou evidenciado que cada organização da MRG de Jales tinha seus modos operantes de logística de recepção e distribuição dos alimentos para o PAA. A logística era considerada um gargalo no Programa tendo em vista que nem todas as organizações e prefeituras de produtores possuíam veículos adequados para levarem os alimentos aos locais preestabelecidos.

7.2.6 Percepções Sobre o PAA

Nesse tópico são tratadas questões relacionadas aos preços pagos, às dificuldades encontradas no PAA, aos pontos positivos e negativos do Programa e às sugestões de melhorias.

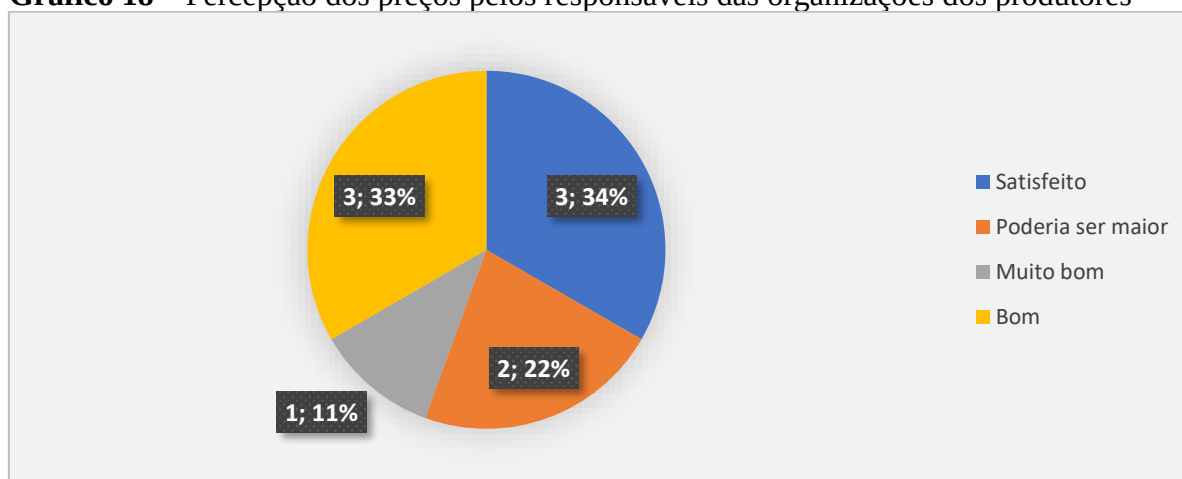
Quando abordado o assunto preço pago pelos produtos, os representantes das organizações, de forma geral, afirmavam-se satisfeitos, com exceção de alguns produtos, como folhas, em que defendiam que o preço poderia ser melhor. Um dos representantes ressaltou que os produtores passaram a utilizar os preços pagos pelo PAA como uma referência para vender para os demais intermediários. Normalmente, os produtores rurais de pequeno porte não

dispõem de muitas informações referentes aos preços pagos, os próprios compradores trazem as cotações dos produtos. Outra forma encontrada para avaliarem o preço é pelos vizinhos que entregam um produto similar. Essa situação, contudo, torna propício o oportunismo dos atravessadores, que se aproveitam da desinformação dos agricultores para maximizar seus lucros. O estudo realizado por Hespanhol (2009) demonstrou que os preços praticados pelo PAA eram superiores aos praticados localmente. O fator preço é um dos principais atrativos para os agricultores comercializarem por meio do Programa.

“[...] em virtude dos preços pagos serem maiores que os praticados localmente, vários produtores que fazem parte do Programa têm demonstrado interesse em ampliar a área cultivada com lavouras alimentícias e/ou diversificar ainda mais os cultivos realizados em pequenas áreas” (HESPANHOL, 2009, p. 13).

O Gráfico 18 mostra que, usualmente, os responsáveis pelas organizações de produtores encontram-se satisfeitos com os preços pagos pelo Programa. Apenas duas organizações levantaram a possibilidade de que os preços poderiam ser maiores, mencionaram que os preços de certos produtos eram inferiores aos pagos pelo mercado regional. Provavelmente, a diferença de preço esteja associada a algum fator climático que possa ter ocorrido na época, fazendo com que os preços subissem e ficassem superiores aos preços pagos pelo PAA. O projeto tem validade de um ano, em doze meses os preços dos produtos agrícolas podem oscilar bastante, pois sofre influência da oferta e demanda. Entretanto, a flexibilidade do Programa permite ao agricultor entregar o produto para outros canais de comercialização, caso o preço do PAA não seja atrativo, ele não fica “preso” ao Programa, como ocorre em outras políticas públicas de comercialização, a exemplo do PPAIS e PNAE.

Gráfico 18 – Percepção dos preços pelos responsáveis das organizações dos produtores



Fonte: Elaborado pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

Com relação às dificuldades encontradas no PAA, foi citado que alguns produtores viam o Programa como uma forma de escoarem os produtos que não eram bem aceitos pelos demais canais de comercialização, assim, os produtores rurais queriam entregar produtos de qualidade inferior para o Programa. No entanto, de acordo com dois gestores das organizações de produtores, isso foi superado com o tempo, os produtores se adequaram às regras do PAA, pois os produtos que estavam fora dos padrões exigidos eram devolvidos e, desse modo, essa dificuldade foi solucionada. Ainda nesse quesito, a falta de apoio do governo municipal para o transporte dos produtos, *“a gente vê que tem prefeitura que ajuda bastante o Programa, fornecendo caminhão para buscar mercadoria e inclusive funcionários”* (ENTREVISTADO, GESTOR DA ASSOCIAÇÃO 6, SETEMBRO, 2018). Zimmermann e Ferreira (2008) afirmam que nem sempre há a interação harmoniosa entre os atores sociais, a logística poderia ser suprida pelo poder público municipal para atender as necessidades dos agricultores que ainda não dispõem de recursos suficientes para levarem os alimentos até os locais de entrega, sobretudo aqueles agricultores que moram em propriedades mais distantes.

Neste sentido, citou-se ainda a ausência de planejamento da produção por parte do produtor, isso acaba interferindo nos produtos entregues para as entidades. Foi relatado que houve uma situação em que a cota de alface foi cumprida em apenas três meses, dessa maneira, nos demais meses, os beneficiários do Programa poderiam ficar sem receber alguns itens considerados importantes para a alimentação daqueles que mais precisam do Programa.

Quando se faz o projeto do PAA você coloca lá: quarenta toneladas de laranja, dez toneladas de alface, uma tonelada de coco e assim vai [...] é feita uma pesquisa antes para saber o que o produtor tem para entregar, quando o produtor não tem planejamento de produção, o que acontece? Por exemplo, as dez toneladas de alface foi atendida em três meses, o que a gente faz para não deixar de atender a família carente? (ENTREVISTADO, GESTOR DA ASSOCIAÇÃO 9, OUTUBRO, 2018).

Na visão do gestor da organização coletiva, a situação relatada era muito comum, entretanto, a sua resolução esbarrava nos trâmites burocráticos por não ser possível simplesmente trocar um produto por outro, era necessário solicitar a alteração mediante pedido à Conab.

Em se tratando dos pontos positivos e negativos do PAA, foi solicitado que os gestores das organizações de produtores enumerassem cada um (Quadro 20). Foram citados cinco pontos positivos: preço, fortalecimento da organização, ajuda as pessoas de baixa renda, entrada de

recursos para a associação e fortalecimento do associativismo; já como pontos negativos: a falta de continuidade do Programa e o limite anual insuficiente para alguns agricultores.

O PAA foi bom para a Cooperativa e para os agricultores, a gente tinha um giro maior, um excedente de produtos girando na cooperativa, pra nós foi muito bom em função disso, com isso, havia um aumento de escala de produção. Foi bom para o produtor, o preço era diferenciado para ele, com isso, os produtores ficavam na expectativa do início do projeto. Para cooperativa foi muito bom, nós sentimos bastante depois que terminou (ENTREVISTADO, GESTOR DA COOPERATIVA, OUTUBRO, 2018).

A falta de continuidade do Programa foi citada por sete dos nove gestores das organizações de produtores. Esse item foi considerado como ponto negativo, uma vez que as organizações e os produtores rurais viviam na incerteza da continuidade de um Programa que traz benefícios a vários sujeitos. Outro ponto destacado relaciona-se ao limite anual, de acordo com quatro gestores das organizações, o valor de oito mil reais era insuficiente para alguns agricultores, por esse motivo o valor deveria ser maior “o valor é muito baixo, o ideal é que fosse vinte mil reais, aí sim faria diferença para os agricultores” (ENTREVISTADO, ASSOCIAÇÃO 5, SETEMBRO, 2018).

Quadro 19 – Pontos positivos e pontos negativos do PAA para as organizações de produtores

Pontos Positivos	Nº de citações	Pontos Negativos	Nº de citações
1-Preço	5	1-Falta de continuidade do Programa	7
2-Fortalecimento da organização	3	2-Limite anual insuficiente para alguns agricultores	4
3-Ajudar as pessoas de baixa renda	2		
4-Entrada de recursos para a associação	2		
5-Fortalecimento do associativismo	4		

Fonte: Elaborado pela autora com dados do trabalho de campo 2017/2018.

O PAA propiciou renda aos agricultores participantes fortaleceu o associativismo e o cooperativismo e ainda atendeu as pessoas que estavam em situação de insegurança alimentar. A redução dos recursos impactou drasticamente em todos que dependiam do Programa, o qual, por sua vez, já estava atingindo um estágio de maturidade, os cortes representaram um retrocesso ao estágio inicial em que muitas organizações estavam antes do Programa.

Em consulta do Extrato de DAP Pessoa Jurídica das organizações de produtores da MRG de Jales que participaram do PAA, apenas duas estão regulares, as demais se encontram

em uma das situações a seguir: DAP bloqueada por não atingir o mínimo de sessenta por cento de agricultores familiares no seu quadro de associados, a última DAP cadastrada do CNPJ está expirada ou a DAP do CNPJ cancelada. Essa situação demonstra que as organizações já não estão mais em dia com as documentações, o que significa dizer que os agricultores permanecem organizados enquanto os seus interesses forem atendidos. As organizações que ainda estão ativas em sua maioria, são aquelas que participam de outra política pública em andamento ou outras atividades. Duas organizações de produtores que merecem destaque são: Aprupo - Associação de Produtores Rurais de Pontalinda e a Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales, pois possuem boa estrutura física e ambas foram beneficiadas com Projetos Microbacias e com várias políticas públicas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a participação no Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Doação Simultânea, no período de 2011 a 2016, das associações e cooperativas de produtores rurais nos municípios selecionados na MRG de Jales – São Paulo, sendo eles: Aspásia, Jales, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Santa Fé do Sul, Santa Salete e Urânia.

No momento da realização da pesquisa de campo, ano de 2017, apenas um projeto ainda estava em execução, mas em fase final. Devido ao Programa na época estar em fase de encerramento, não foi possível vivenciar a execução do PAA nos municípios estudados e, por isso, as informações obtidas sobre essa política pública se basearam em informações vivenciadas no passado pelos agricultores e pelas organizações, aspecto que representa um limite do presente estudo. Foi no ano de 2016 que o último projeto foi aprovado, tendo sido a sua execução estendida até o ano seguinte (2017), tendo sido possível acompanhar a execução em andamento somente na Associação dos Produtores Rurais Assentados Santa Rita de Populina, já as demais organizações não tinham projetos em andamento, pois os recursos repassados ao PAA eram escassos. O Programa deixou de atender os agricultores da MRG de Jales num momento em que o país enfrentava, como sabido, uma crise política que afetou principalmente quem está na condição de vulnerabilidade social.

Ao nível do Brasil, o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea, no período de 2011 a 2016, foi a que maior teve execução financeira, foram 1,9 bilhão de reais, ao passo que no ano de 2012, o volume atingiu seu maior patamar, cerca de R\$ 386,09 milhões, tendo o Estado de São Paulo recebido a maior parcela desses recursos em relação aos demais estados da federação. Vale destacar que o bom desempenho do PAA no referido estado se deve à articulação do gestor do Programa na época, segundo relato de alguns dos entrevistados. No país foram atendidos 277.370 agricultores entre todas as categorias, somente no MDS foram 189.193 agricultores. Entretanto, com os cortes, o número de produtores atendidos caiu drasticamente, de 65.322 em 2011 para 28.094 em 2016, consequentemente, o número de atendimentos também diminuiu de 16,6 milhões para 9,3 milhões, com redução, portanto, de 44% no número de atendimentos.

De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), a MRG de Jales possui 6.442 estabelecimentos de agricultura familiar (Lei 11.326), sendo 1.506 estão vinculados a uma associação e 279 a alguma cooperativa. No período de 2011 a 2016, foram atendidos 498 agricultores familiares, representando apenas 7% do número de estabelecimentos familiares,

certamente há vários casos em que o agricultor possui mais de um estabelecimento, mesmo assim, a abrangência do Programa na MRG de Jales mostrou-se bastante incipiente. Apesar de sua abrangência no número de atendimentos ter sido pouco, o fato é que foi importante para aqueles que foram atendidos por essa política pública. Os trabalhos de Grisa et al. (2010; 2011), Hespanhol (2008, 2009, 2013a), Saron e Hespanhol (2012) demonstraram que o Programa onde foi estudado também não foi abrangente, embora tenha apresentado resultados significativos. Em que pese o Programa do ponto de vista quantitativo não ter sido relevante, se for considerado o âmbito qualitativo, o PAA revelou-se bastante satisfatório.

Foram realizadas entrevistas junto aos agricultores familiares, assentados, representantes das organizações de produtores rurais e gestores públicos. Inclusive no período em que os recursos disponíveis para essa política pública ainda eram fartos, apenas oito dos vinte e três municípios tiveram organizações de produtores que participaram com algum projeto no período estudado, sendo o município de Populina o único com projeto aprovado todos os anos. Contudo, após alguns anos de implantação do Programa na região, este ficou concentrado apenas em alguns municípios como já salientado. A princípio, as organizações de produtores tinham baixo conhecimento sobre a operacionalização do PAA, mas, com o transcorrer do tempo, passaram a aumentar o volume de comercialização. O PAA trouxe benefícios a todos que de alguma forma haviam sido contemplados por essa política pública, conforme pode ser observado: Organizações de produtores e os Produtores rurais.

Organizações de produtores: na MRG de Jales já existiam várias organizações de produtores rurais, entretanto, muitas encontravam-se inativas ou com baixa participação dos associados. Com o advento do PAA, algumas associações de produtores rurais fizeram a regularização para participarem do Programa, todas relataram o aumento no número de associados ou cooperados devido à existência dessa política pública, desse modo, os agricultores passaram a entender a importância da organização como essencial para o escoamento de produção. Destaca-se também o fortalecimento da organização, pois passou a ter papel central para a execução do Programa, por conseguinte, mais recursos entraram para a manutenção da organização de produtores. Vale ressaltar que o fortalecimento do associativismo e cooperativismo traz muitos benefícios para os seus associados e cooperados tendo em vista que os agricultores podem utilizar essas organizações para participarem de outras políticas públicas e ainda usufruírem da infraestrutura disponível.

A partir das informações obtidas, foi possível inferir que cada organização coletiva de produtor tem suas particularidades, sendo elas: tipos de produtos produzidos e entregues pelos associados ou cooperados, perfil dos agricultores associados e cooperados, perfil das entidades

atendidas, localização das entidades atendidas, infraestrutura física da organização e apoio público. Essas diferenças entre as organizações coletivas fazem com que tenham modos operantes de acordo com suas características. Há diferenças nos tipos de produtos produzidos entre os municípios da MRG de Jales e, por isso, existe organização que possui menor diversidade de produtos do que outras, um exemplo é a organização de Paranapuã que, no ano 2014, seus agricultores entregaram apenas 14 itens diferentes, enquanto a organização de Populina, pertencente a um assentamento, diversificou mais e foram entregues 55 itens diferentes. Algumas organizações de produtores começaram a atender também a outros municípios, pois não tinham mais espaço para atenderem as entidades nos próprios municípios, uma vez que a quantidade de produtos adquiridos dos agricultores era superior à demanda do município.

Na visão dos gestores ou responsáveis das associações e cooperativa, o Programa foi de grande valia enquanto existiu, sobretudo, para aquelas organizações de produtores que estavam praticamente inativas, portanto, o PAA representou um divisor de águas, tendo trazido apenas benefícios para elas. Veloso (2017, p. 388) afirma em seu estudo que as “associações que surgiram para participar do PAA e, por essa experiência, conseguiram criar um arcabouço mínimo de infraestrutura, recursos humanos e organização dos agricultores, com escala e frequênciana produção”. Entretanto, na MRG de Jales, com o término do Programa, algumas das organizações perderam a sua importância para os agricultores e, assim, vários agricultores deixaram de ser associados, segundo um dos entrevistados, a manutenção de uma associação é custosa e, sem o apoio dos associados, esta deixa de existir.

Os responsáveis pelas organizações de produtores informaram que as entidades sentiram bastante o término do PAA, pois já contavam com os alimentos que eram doados todas as semanas. As entidades foram avisadas com antecedência que a doação de alimentos não teria continuidade, algumas simplesmente deixaram de atender as famílias carentes e outras tiveram de buscar outras formas de doação, como é o caso da APAE e Lar dos Velhinhos de Jales.

Produtores rurais: o Programa se mostrou um instrumento determinante para o estímulo da agricultura familiar e a sua reprodução social, além de ter elevado a autoestima dos agricultores, uma vez que passaram a acreditar na produção, pois havia boas perspectivas de que o produto teria mercado certo e preço mais justo. Grisa et al. (2010) esclareceram que, em vários estudos realizados, o PAA melhorou o autoestima dos agricultores e de suas famílias. Para os agricultores familiares mais capitalizados, o PAA também se revelava oportuno por ser mais um canal de distribuição, no entanto, para os agricultores pobres, o Programa correspondia a um canal de comercialização indispensável. Convém salientar que a comercialização

compreende uma das etapas mais difíceis para o pequeno agricultor, sobretudo aqueles que possuem pouca produção e com baixa inserção no mercado. Em alguns casos, foi relatado que os mercados convencionais, às vezes, excluem os produtores de menor porte, seja via pagamento de baixos preços ou falta de interesse em obter a produção. Já o mercado institucional, particularmente o Programa de Aquisição de Alimentos, na Modalidade Doação Simultânea, mostrou-se um instrumento extremamente válido ao ajudar os pequenos agricultores promovendo a inclusão social.

O PAA de fato cumpriu o seu papel no atendimento das demandas daqueles agricultores que mais precisavam de renda, o Programa, de certa forma, proporcionava uma renda mínima anual, apesar de pouco na visão de alguns. Contudo, não basta apenas o agricultor ter uma renda mínima, é necessário que esta seja suficiente para a sustentabilidade da sucessão familiar, afinal o jovem não quer trabalhar apenas para “comer”, mas também para ter acesso ao que um jovem assalariado da cidade tem. Em algumas situações, o trabalho no campo pode ser desestimulante e, sem a possibilidade de obtenção de renda, a situação se agrava. Boussard (1992) afirma que os pequenos agricultores agem considerando os rendimentos econômicos quando deixam a agricultura para buscarem um emprego urbano ou um trabalho rural não agrícola. Em várias propriedades visitadas durante a pesquisa, foi possível constatar que os filhos dos agricultores não estão trabalhando com os pais em virtude de vários motivos, como citado anteriormente.

Devido à facilidade e à flexibilidade do Programa, o agricultor conseguia vender vários de seus produtos, inclusive, em alguns casos, os produtores rurais passaram a diversificar a produção com objetivo de atenderem ao Programa. O PAA foi bastante positivo enquanto durou, antes visava os mais pobres. No entanto, em 2016, com o novo governo houve a adesão ao projeto neoliberal que atende o interesse do mercado e, por extensão, aumenta a exclusão social e a desigualdade. Em virtude do baixo interesse do novo governo na manutenção dessa política pública, deixou de atender os municípios da MRG de Jales a partir de 2017. Os reflexos negativos são sentidos até os dias atuais, vários relatos demonstram que o PAA fez com que alguns agricultores retornassem ao estágio inicial; muitos deixaram de trabalhar na propriedade rural para buscarem uma fonte de renda fora da propriedade, houve redução da produção e da diversidade de produtos. Muitos agricultores durante as entrevistas clamaram pela volta do Programa, a venda para o governo foi essencial, era muito importante para a sua reprodução social, cumpria o seu papel, ou seja, gerar para a agricultura familiar uma renda mínima.

Ficou evidente que entre os agricultores familiares e assentados existem diferenças. A Lei nº 11.326 define quem é considerado agricultor familiar, entretanto, essa lei ainda é bastante

abrangente, uma das formas para classifica-la é pelo tamanho da área do estabelecimento agropecuário. Na MRG de Jales é considerado agricultor familiar aquele que possui área de até 112 hectares (quatro módulos), enquanto que têm a mesma classificação os assentados com área de 3 ha. O fato é que os assentados são mais dependentes dessa política pública, conforme constatado durante as entrevistas realizadas nesta pesquisa. Talvez fosse necessária a definição de uma categorização para os pequenos agricultores, pois, assim, seriam atendidos pontualmente pelas políticas públicas.

Neste sentido, um relatório sobre a agricultura na África trouxe uma classificação para os pequenos agricultores em cinco categorias: subsistência, pré-comercial, comercializante especializada, comercial em transição e diversificada (HAZELL et al., 2007). Em outras regiões do mundo (Ásia e Pacífico) são consideradas pequenas propriedades rurais aquela que possui menos de 2 hectares de terra cultivada (THAPA, 2009). De acordo com o antigo gestor da Conab entrevistado, havia a priorização de destinação dos recursos para os agricultores mais vulneráveis, mas devido à existência farta de recursos, isso não foi levado em consideração no momento da aprovação do projeto, entretanto, após a redução dos recursos, os projetos passaram a ter critérios mais rígidos para serem aprovados.

Como já relatado, cada categoria de produtor rural tem sua forma de ver a importância do PAA. Os assentados demonstraram ser mais dependentes dessa política pública, uma vez que alguns deles sequer comercializavam para o mercado convencional, a venda governamental veio fomentar e estimular a produção e a manutenção dos agricultores no campo. A dependência do PAA também foi apontada em estudo realizado por Gonzaga (2015). O PAA também atendeu o agricultor familiar convencional mais capitalizado, esses já estão mais articulados com o mercado, cuja produção é vendida para os atravessadores que comprem em grandes quantidades. Esses agricultores informaram que o PAA era mais um canal de comercialização, o término do Programa foi menos sentido por eles. Já para os assentados com baixa produção, o PAA veio ao encontro das necessidades dessa categoria social, sendo que a venda convencional é bem complexa para eles, uma vez que a produção é pequena e, em alguns casos, estão mais distantes e os atravessadores têm menor interesse de irem comprar produtos. A melhoria na renda dos agricultores era o objetivo do Programa, tendo sido atendido, pois todos os entrevistados afirmaram que a renda familiar aumentou depois da participação no mesmo. Esse incremento estimulou alguns produtores a fazerem pequenos investimentos na propriedade, apesar da renda ser pouca, quando somada a outras fontes de renda (aposentadoria rural, trabalho fora da propriedade etc.), tornou-se importante e indispensável.

O poder público local desempenha um papel de peso para o PAA, como relatado pelo antigo gestor da Conab. Neste sentido, alguns municípios não tiveram interesse em participar do Programa, o que inviabilizou a sua realização, pois esta envolve uma rede de participantes em que há a necessidade do envolvimento de alguma forma de todos. O trabalho de Veloso (2017) discorre sobre o funcionamento do PAA em rede, enquanto que, para Grisa (2009), essa rede é composta pelas unidades familiares de produção e estas com as suas associações e cooperativas, instituições públicas, instituições sociais, famílias beneficiárias. Ficou evidenciado que em cada município o poder público local participa de forma distinta, apoiando mais ou menos o PAA.

Foram inúmeros os benefícios trazidos pelo PAA na MRG de Jales, pois foram atendidas dezenas de agricultores e suas organizações e várias entidades, acrescenta-se que o dinheiro recebido pelos agricultores fica no comércio local, na MRG de Jales. No período de 2011 a 2016, foi repassado como pagamento para os agricultores por volta R\$ 5,6 milhões. A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Rita (Aprasr) de Populina teve a maior participação, com cerca de 1,6 milhão de reais (29%), valor extremamente relevante tanto para os agricultores como para o comércio local. O PAA tem como finalidade o robustecimento da agricultura familiar e fornecimento de alimentos para aqueles que estão em situação de insegurança alimentar, mas indiretamente o Programa fomentou o comércio local. Contudo, cabe lembrar que essa análise não era objetivo da pesquisa, mas é possível concluir que mais dinheiro passou a circular no comércio regional e acarretou, sem dúvida, impactos positivos.

O PAA com valor de R\$ 8.000,00 ao ano proporcionava uma renda mínima aos agricultores, entretanto, essa renda isoladamente não é suficiente para o agricultor viver modestamente, pois desse valor o agricultor precisa cobrir os seus custos de produção, resultando em renda líquida bem inferior.

As políticas públicas devem ser formuladas de forma a atender às demandas dos grupos mais vulneráveis, a exemplo da política pública de comercialização, precisa criar oportunidade para aqueles que desejam ampliar o limite estabelecido. O governo ainda compra muitos alimentos de empresas, o ideal é que essa compra seja ampliada para os agricultores familiares, além de propiciar o fomento de infraestruturas coletivas, de agroindústrias familiares, para que os agricultores agreguem valor aos seus produtos. Os órgãos públicos adquirem milhares de toneladas de produtos para serem consumidos em escolas, presídios, universidades e outros órgãos, mas a compra da agricultura familiar ainda se mostra tímida e, muitas vezes, concentrada em determinadas regiões, um exemplo é a MRG de Jales, em que a distância inviabiliza a entrega para os presídios. É preciso que o governo não só pense na renda

mínima para o agricultor, bem como uma renda que seja suficiente para o agricultor ter uma vida digna e se sentir valorizado pelo que faz. De acordo com Garner e Campos (2014), os pequenos agricultores com pouco recursos no contexto territorial regional são menos propícios ao crescimento econômico e à reprodução social. Portanto, é extremamente importante políticas públicas com abordagem territorial para o estímulo do desenvolvimento rural levando em consideração as particularidades existentes entre os agricultores. Diante do exposto e da relevância do tema desta pesquisa, sugere-se a realização de futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- AGAPTO, J. P. *et al.* Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos PAA em Campina do Monte Alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21, mar./abr. 2012. Disponível em: <http://www.iaea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2012/tec2-03-04-2012.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.
- AGUIAR, J. V.; PIRES, F. O. C.; CÁSSIA, A. R. **Concentração fundiária no estado do Ceará: 1970-1995**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2005. Disponível em: <http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2007.
- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 80-88, 2011.
- AMARAL, V. R.; ZAGONEL, T. R.; BASSO, D. Mercados institucionais públicos de alimentos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.
- ANDERY, M. A. *et al.* **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: EDUC, 2004.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BAIARDI, A. Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, supl. esp., p. 143-156, out./dez. 2014.
- BAKER, S. E.; EDWARDS, R. **How many qualitative interviews is enough?**: expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research. Disponível em: http://eprints.ncrm.ac.uk/2273/4/how_many_interviews.pdf. Acesso em: 12 jul. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 235-254.
- BORDULIS, D. C.; BASSO, C. V.; KREMPACKI, E. M. Perspectivas sobre os jovens rurais: Marcelino Ramos/RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais eletrônicos [...]**. São Luís, 2016. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1469085122_ARQUIVO_PerspectivasdejovensruraisdeMarcelinoRamos.pdf. Acesso em: 15 ago. 2018.

BOUSSARD, J. M. **Introduction a l'économie rurale**. Paris: Cujas, 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 8.865, de 29 de setembro de 2016**. Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Brasília, DF: Presidência da República, 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8865.htm#art6. Acesso em: 14 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. **SAF-PAA: modalidades do PAA**. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/QUADRO_Modalidades_do_PAA.xls. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. **PAA Data**. 2011-2016. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **PAA: limite de compra de alimentos de agricultores familiares é ampliado**. 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/agosto/paa-limite-de-compra-de-alimentos-de-agricultores-familiares-e-ampliado>. Acesso em: 21 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Compras da agricultura familiar. **Perguntas frequentes**. 2016. Disponível em: <http://mds.gov.br/compra-da-agricultura-familiar/perguntas-frequentes>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Grupo gestor**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/grupo-gestor>. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Incentivo à produção e ao consumo de leite PAA Leite**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos/paa-leite>. Acesso em: 18 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Manual operativo: modalidade compra com doação simultânea, operação por meio de tremo de adesão**. Brasília, DF: MDS, 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/manualPAA.pdf. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Resolução nº 72, de 09 de outubro de 2015**. Dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Brasília, DF: MDS, 2015.

Disponível em:

https://www.conab.gov.br/images/arquivos/fiscalizacao/Resolucao_722015_GGPAA.pdf.

Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e nutricional. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, n. 158, seção 1, 17 ago. 2011. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/resolucoes/2011/PAA%20Resolucao%2044%20-%20Fomenta%20o%20acesso%20de%20mulheres%20ao%20Programa.pdf.

Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Modalidade compra institucional do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar**: orientações e marco legal. Brasília, DF: MDS, 2018. Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SESAN_Orientac%CC%A7o%CC%83es_Marco_Legal_PAA.pdf. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Brazilian family farmers are the world's 8th largest food producer**. 2018. Disponível em:

<http://www.brazilgovnews.gov.br/news/2018/06/brazilian-family-farmers-are-the-worlds-8th-largest-food-producer>. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 15 nov. 2017.

CALDAS, N. V.; ANJOS, F. S. Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 24, n. 1/3, p. 131-158, jan./dez. 2007. Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/86620/1/Agricultura-familiar-e-previdencia.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

CAMARGO, L.; MUSSOI, E. M.; CAZELLA, A. A. Banco da terra e crédito fundiário: entre o passado e o futuro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos** [...]. Ribeirão Preto: Sober, 2005. Disponível em:

<http://www.sober.org.br/palestra/2/555.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, v. 8, n. 2, 2013.

CAMPOS, R. D. **A princesa do sertão na modernidade republicana: urbanidade e educação na Rio Preto dos anos 20**. São Paulo: Annablume, 2004.

CARVALHO, J. G. C. O processo de industrialização da agricultura e a questão agrária no Brasil. **Revista do Agronegócio: Reagro, Jales**, v. 2, n. 1, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www.fatecjales.edu.br/reagro/images/artigos/1a_edicao/volume2/sociedade-gestao/o-processo-de-industrializacao-da-agricultura-e-a-questao-agraria-no-brasil.pdf. Acesso em: 5 jan. 2013.

CASTILHO, F. T. **Organização dos produtores para a comercialização da laranja: o caso do pool de produtores de Matão-SP**. 2006. 124 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3812/DissFTC.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 set. 2018.

CASTILHO, R. Agronegócio e logística em áreas de cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v. 3, p. 33-43, 2007. Disponível em: http://www.revista_anpege.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=18. Acesso em: 20 ago. 2017.

CASTRO, C. M. Brazil's Cooperation with Sub-Saharan Africa in the Rural Sector. **Latin American Perspectives**, v. 41, n. 5, p. 75-93, ago./set. 2014. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0094582X14544108>. Acesso em: 24 nov. 2017.

CASTRO, C. N. A agricultura no nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 1786, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1011/1/TD_1786.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim regional, urbano e ambiental**, n. 12, jul./dez. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6492/1/BRU_n12_Desafios.pdf. Acesso em: 21 jul. 2018.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/06O365.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. **Texto para discussão**, Brasília-DF, n. 1510, set. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1510.pdf. Acesso em: 28 set. 2018.

CLEMENTE, E. C. Análise da proposta do desenvolvimento territorial na realidade brasileira. **Geoambiente on-line**, Jataí, n. 21, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/geoambiente/article/viewFile/27911/15765>. Acesso em: 18 out. 2018.

CLEMENTE, E. C.; HESPANHOL, A. N. Caracterização do complexo carne-frigoríficos na Região de Jales-SP. **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 3, p. 1-18, 2001. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/revistas/geografiaematos/2001.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

COLNAGO, E. T. P.; HESPAHOL, R. A. M. O associativismo como estratégia de reprodução social e econômica: análise comparativa entre a associação dos produtores rurais do bairro Palmitalzinho em Regente Feijó-SP e a Associação dos Produtores Rurais de Dracena-SP. **GeoAtos: revista geografia em atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 15, 2015. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/2677>. Acesso em: 15 ago. 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Critérios para pontuação de projetos**. 2017a. Disponível em: https://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_06_14_14_58_36_criterios_para_pontuacao_dos_projetos.pdf. Acesso em: 5 fev. 2018.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Resolução nº 78, de 8 de setembro de 2017**. Estabelece as condições para a aquisição de produtos processados, beneficiados ou industrializados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, DF: Conab, 2017b. Disponível em: https://www.conab.gov.br/component/k2/item/download/1493_06dfaa4ec6918249411a1c01e5c6d9fb. Acesso em: 15 nov. 2017.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Transparência Pública do PAA**: Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>. Acesso em: 10 jul. 2017c.

CORDEIRO, K. W. **O ambiente institucional e desenvolvimento rural na região produtora de uva de mesa de Jales-São Paulo**. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp141916.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

DANIEL, H.; TARSITANO, M. A. A.; ZANON N. B. Diagnóstico da cultura da cana-de-açúcar na regional de Jales. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 48., 2010, Campo Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campo Grande: Sober, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/1130.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Icone: Unicamp, 1985.

DELGADO, G. C. **Relatório de avaliação do PAA**: III síntese. Brasília, 2013.

DEMÉTRIO, N. B. **População e dinâmica econômica na região de governo de Jales: o outro rural do oeste paulista**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/279343/1/Demetrio_NataliaBelmonte_M.pdf. Acesso em: 14 ago. 2018.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAS, T. F. *et al.* O programa de aquisição de alimentos agricultura familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi-RN. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 100-129, 2013.

DOCUMENTO dos viticultores deve sensibilizar governo. **Jornal de Jales**, n. 1.808, p 1-12, 8 ago. 1999. Disponível em: http://www.feis.unesp.br/irrigacao/crise_uva.htm. Acesso em: 18 maio 2016.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **Journal of Development Studies**, v. 35, n. 1, p. 1-38, 1998.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 437-448, dez. 2002.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Código florestal**: adequação ambiental da paisagem rural: módulos fiscais. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 28 jun. 2018.

FACIONI, D. **Análise da sucessão em assentamento rural no estado de Mato Grosso do Sul**. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

FAGOTTI, L. N. Associativismo e a agricultura familiar: reflexões sobre uma associação de produtores rurais no interior paulista. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 9, n. 1, p. 1-29, 2017a.

FAGOTTI, L. N. **O fazer-se associativo**: associativismo e agricultura familiar no interior paulista. 2017. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017b.

FERNANDES, B. C. **Desenvolvimento histórico da citricultura**. 2010. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/118999/fernandes_bc_tcc_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 nov. 2018.

FERRÃO, J. A emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território na União Europeia: reimaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial? **GeoInova**: revista do departamento de geografia e planejamento regional, v. 7, p. 11-37, 2003.

FERREIRA, A. N.; FERREIRA, M. V. F.; TORRES, L. F. Extensão rural e políticas públicas: desenvolvimento rural com a implantação de programas e projetos no município de Pontalinda/SP. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO, 8., 2016, Jales. **Anais eletrônicos** [...]. Jales: Fatec Jales, 2016. Disponível em: <http://www.fatecjales.edu.br/sintagro/images/anais/tematica4/extensao-rural-e-politicas-publicas-desenvolvimento-rural-com-a-implantacao-de-programas-e-projetos-no-municipio-de-pontalinda-sp.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FIGUEIREDO NETO, L. F. *et al.* As instituições no APL de uva de mesa da região de Jales-SP sob a ótica da velha economia institucional. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 29., 2009, Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: Enegep, 2009. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_tn_sto_108_720_14152.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

FIGUEIREDO, R. M. Sociedades cooperativas. *In: BERALDO, L. F. (org.). **Direito societário na atualidade**: aspectos polêmicos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p. 427-454.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. Importance of cooperatives. *In: _____*. **Management strategies towards a viable seaweed cooperative enterprise in Sorsogon, Philippines**. Philippines: FAO, 1994. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/field/003/AC070E/AC070E02.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

FRANÇA, M. C.; MEDEIROS, C. N. Estudo comparativo da estrutura fundiária do Rio Grande do Norte Período 1985-1995. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP*, 13., 2002, Caxambú. **Anais [...]**. Caxambú: APEB, 2002.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa Survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos municípios paulistas**. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/perfil>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FUNDAÇÃO SEADE. **Total do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.perfil.seade.gov.br/#>. Acesso em: 08 nov. 2018.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GARNER, E.; CAMPOS, A. P. O. Identifying the family farm: an informal discussion of the concepts and definitions. **ESA Working Paper**, Roma, n. 14-10, p. 1-30, dez. 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4306e.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILL, P. *et al.* Methods of data collection in qualitative research: interviews and focus groups. **British Dental Journal**, v. 204, p. 291-295, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/5495328_Methods_of_data_collection_in_qualitative_research_Interviews_and_focus_groups. Acesso em: 10 jul. 2017.

GNAP, J. **Questões de cidadania e meio ambiente nas comunidades de bairro do município de Pinhais-PR**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31693/R%20-%20D%20-%20JULIO%20GNAP.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 maio 2016.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 78-108.

GONZAGA, D. A. **Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos PAA para os agricultores familiares de Pereira Barreto-SP**. 156 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2015.

GOVERNADOR Alckmin entrega caminhões, adquiridos pelo microbacias II: acesso ao mercado, para organizações de Pontalinda. 2015. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/midia-noticias-detahes?id=778>. Acesso em: 21 abr. 2017.

GRANDO, M. Z.; FERREIRA, G. S. O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com o Rio Grande do Sul. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-148, 2013.

GRISA, C. As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos: uma análise a partir do enraizamento estrutural e político. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sober, 2009.

GRISA, C. *et al.* Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GRISA, C. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos PAA em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, n. 13, 2010.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção invisível na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Agroalim.**, Mérida, v. 16, n. 31, jul. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542010000200005. Acesso em: 25 nov. 2017.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007. Acesso em: 11 ago. 2016.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: 1996 e 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.

GUANZIROLI, C. E.; SABBATO, A. D.; VIDAL, M. F. Evolução da agricultura familiar nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, supl. esp., p. 93-105, out./dez. 2014.

GUEDES, S. N. R.; FLEURY, R. R. Industrialização agrícola, concentração fundiária e reforma agrária: a agricultura brasileira pós-modernização conservadora. **Revista do Agronegócio**: Reagro, Jales, v. 5, n. 1, p. 34-48, jan./jun. 2016. Disponível em: http://www.fatecjales.edu.br/reagro/images/artigos/1a_edicao/volume5/industrializacao-agricola-concentracao-fundiaria-e-reforma-agraria-a-agricultura-brasileira.pdf. Acesso em: 27 mar. 2017.

HAZELL, P. *et al.* The future of small farms for poverty reduction and growth. **2020 Discussion Paper**, Washington D.C., n. 42, maio 2007. Disponível em: <http://ebrary.ifpri.org/utils/getfile/collection/p15738coll2/id/125263/filename/125264.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

HENTZ, C.; ARISTIDES, M. J. S.; HESPANHOL, R. A. M. Estado, políticas públicas e desenvolvimento da agricultura no país. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. esp., p. 38-60, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrr.br/sociedadeeterritorio/article/download/7436/5760>. Acesso em: 10 ago. 2017.

HENTZ, C.; NEVES NETO, C. C. Estado, políticas públicas e a agricultura no Brasil: um espaço em permanente construção. **Revista Caminhos de Geografia**, v. 17, n. 59, p. 123-147, 2016.

HESPANHOL, A. N. O programa microbacias hidrográficas e a questão do desenvolvimento de territórios rurais no Estado de São Paulo-Brasil. In: JORNADAS INTERNACIONAIS DE ESTUDIOS AGRARIOS E AGROINDUSTRIALES, 4., 2005, Buenos Aires. **Anais eletrônicos** [...]. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/Anteriores%20a%202006/MICROBACIA%20E%20DESENVOLVIMENTO%20DE%20TERRITORIOS%20RURALS.PDF>. Acesso em: 18 set. 2018.

HESPANHOL, R. A. M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Campo: território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, p. 123-147, 2010.

HESPANHOL, R. A. M. Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos PAA. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 10., 2008, Barcelona. **Anais eletrônicos** [...]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/221.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

HESPANHOL, R. A. M. O Programa de Aquisição de Alimentos PAA na MRG de Dracena-SP. **Geo UERJ**, ano 11, v. 3, n. 20, p. 64-87, jul./dez. 2009.

HESPANHOL, R. A. M. Políticas de segurança alimentar no Brasil: arranjos institucionais locais e associativismo rural. **Revista interdisciplinaria de estudos agrários**, n. 39, p. 79-109, jul./dez. 2013a. Disponível em: http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/riea/riea_v39_n1_03.pdf. Acesso em: 15 nov. 2017.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Revista Sociedade e natureza**, v. 25, n. 3, 2013b.

HESPANHOL, R. A. M. PRONAF infra-estrutura e serviços municipais e associações de produtores em municípios selecionados da região de Presidente Prudente, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 5, p. 15-24, maio 2006.

HESPANHOL, R. A. M.; COSTA, V. M. H. M. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP. In: GERARDI, L. H.; MENDES, I. A. **Do natural, do social e de suas interações**: visões geográficas. Rio Claro: AGETEO, 2002. p. 157-172.

HODGE, I.; MIDMORE, P. Models of rural development and approaches to analysis evaluation and decision-making. **Économie rurale**, v. 307, n. 5, p. 23-38, set./out. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/economierurale/406>. Acesso em: 28 set. 2018.

HOLLOWAY, G. *et al.* Agroindustrialization through institutional innovation: transaction costs, cooperatives and milk-market development in the east-African highlands. **Agricultural Economics**, v. 23, n. 3, p. 279-288, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006**: agricultura familiar primeiros resultados: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 05 jan. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 05 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Índice de organização do território, malhas territoriais, malhas municipais, município, 2015, Brasil/BR**. 2015. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/Brasil/BR/. Acesso em: 10 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção agrícola municipal**. 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 10 nov. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção agrícola municipal**: tabela 5457: área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanentes. 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>. Acesso em: 15 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Santana do Mundaú**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/santana-do-mundau/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 10 jun. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Radar IDHM**. 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_Analise.pdf. Acesso em: 18 set. 2018.

INTERNATIONAL COOPERATIVE ALLIANCE – COOP. **La historia del movimiento cooperativista**. Disponível em: <https://www.ica.coop/es/node/999>. Acesso em: 18 out. 2018.

JALES. Câmara Municipal de Jales. **Vereadores homenageiam Cooperativa Agrícola com moção**. 2018. Disponível em: <http://www.camaradejales.sp.gov.br/noticia/1600/Vereadores-homenageiam-Cooperativa-Agricola-com-mocao>. Acesso em: 15 ago. 2018.

JOSEPH, L. C. R.; SILVA, P. L. Concentração da posse de terras e sua influência no desenvolvimento (in) sustentável do estado de Mato Grosso no período de 1985-1995/96. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 46., 2008, Rio Branco. **Anais eletrônicos** [...]. Rio Branco: Sober, 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/51>. Acesso em: 28 set. 2018.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

KOTHARI, C. R. **Research methodology: methods and techniques**. 2. ed. New Delhi: New Age International, 2004. Disponível em: <http://www2.hcmuaf.edu.vn/data/quoctuan/Research%20Methodology%20-%20Methods%20and%20Techniques%202004.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

KRUSE, S. D. **Developing a comprehensive literature review: an inquiry into method**. Disponível em: <http://learningandteaching.org/Research/Materials/litreview.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, A. Z. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de Gini. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 21, n. 43, p. 10-28, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/5559/4371>. Acesso em: 14 set. 2018.

LEITE, J. V. S. V. **Políticas públicas federais na comercialização dos produtos da agricultura familiar da região Bragantina de São Paulo**. 2012. 37 f. Monografia (MBA em Gestão do Agronegócio) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44396/R%20-%20E%20-%20JULIANA%20VIEIRA%20SALLES%20VARALLO%20LEITE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 abr. 2018.

LIMA, N. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos PAA e seu impacto no processo de desenvolvimento socio-produtivo de famílias assentadas: estudo de caso no assentamento 17 de abril – Restinga/SP**. 2011. 67 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

LOCATEL, C. D. Fronteira: natureza e cultura. **Revista Formação**, v. 2, n. 13, p. 163-172, 2002. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/632/648>. Acesso em: 05 jan. 2013.

LOCATEL, C. D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade:** mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis-SP. 2004. 423 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

LOPES, M. R.; FORNAZIER, A. **Modalidades de compras públicas de alimentos da agricultura familiar no Brasil.** Brasília, DF: PMA/ONU, 2015 (Série Políticas Sociais e de Alimentação).

MALACRIDA, P. M. M. A luta por um pedacinho de chão: trajetórias de vida. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente. **Anais eletrônicos [...]**. Presidente Prudente: Unesp, 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Perpetua%20Maria%20Marques%20de%20Matos%20Malacrida.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

MANTOVANI, J. H. B. **Desenvolvimento ou condicionamento do meio rural?:** o nordeste brasileiro e a globalização dos sistemas agroalimentares. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 27., 2015, San Jose-Costa Rica. **Anais eletrônicos [...]**. San Jose-Costa Rica, 2015. Disponível em: <http://sociologia-alas.org/acta/2015/GT-05/Desenvolvimento%20ou%20condicionamento%20do%20meio%20rural%20o%20nordeste%20brasileiro%20e%20a%20globaliza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20sistemas%20agroalimentares.doc>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Previdência rural no Brasil. **Texto para discussão**, Brasília, n. 2404, ago. 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8690/1/td_2404.pdf. Acesso em: 12 jul.. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F. L.; ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos PAA no Estado de São Paulo. **Ruris**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 63-89, mar. 2014.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MASON, M. Sample size and saturation in Phd studies using qualitative interviews. **Forum qualitative social research**, Berlin, v. 11, n. 3, p. 1-19, set. 2010.

MATTEI, L. Análise da produção acadêmica sobre o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, PRONAF, entre 1996 e 2006. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 56-97, 2010.

MAYO, E. **A short history of co-operation and mutuality.** Manchester: Co-operatives UK, 2017. Disponível em: https://www.uk.coop/sites/default/files/uploads/attachments/a-short-history-of-cooperation-and-mutuality_ed-mayo-web_english.pdf. Acesso em: 12 out. 2018.

MAZZAROL, T. **Co-operative enterprise:** a discussion paper and literature review. Crawley: UWA Business School, 2009. Disponível em: <https://cemi.com.au/sites/all/publications/0901-COOPS-WA-LIT-REVIEW.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

MCFADZEAN, J. **The co-operators: a history of the fenwick weavers**. 2nd. ed. Kilmarnock: East Ayrshire North Communities Federation, 2008.

MELO, B. M. **História e memória na contramão da expansão canavieira**: um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista. 2012. 463 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MELO, B. M.; SILVA, M. A. M. Entre memória e história: ocupação do noroeste paulista, entre a utopia camponesa e a acumulação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15., Curitiba, 2011. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba, 2011. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2534&Itemid=171. Acesso em: 05 jan. 2013.

MENDES, J. N.; SOUSA, I. B. B.; MATTOS JUNIOR, J. S. Uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos PAA no assentamento Galvão Cantanhede no município de Cantanhede. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt05_1504016776_arquivo_artigosingajessica_nevesmendes.pdf. Acesso em: 18 out. 2018.

MENEGATI, R. A.; HESPANHOL, R. A. M. A questão sucessória e o envelhecimento dos produtores familiares no município de Indiana. *In*: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 2., 2006, Uberlândia. **Anais eletrônicos** [...]. Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14044619-Perspectivas-da-agricultura-familiar-a-questao-sucessoria-e-o-envelhecimento-dos-produtores-familiares-no-municipio-de-indiana-sp.html>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N.; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros?: 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, v. 18, n. 3, set./dez. 2017.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1984.

MUMIC, B.; AGUIAR, A. P.; LIVRAMENTO, D. E. A importância do associativismo na organização de produtores rurais. **Revista de iniciação científica da Libertas**, v. 5, n. 1, dez. 2015. Disponível em: <http://www.libertas.edu.br/revistas/index.php/riclibertas/article/view/61/77>. Acesso em: 15 ago. 2018.

NARDOQUE, S. Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales/SP. 2002. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

NARDOQUE, S. **Implantação e manutenção do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do território rural do Bolsão/MS**. 2016. Projeto de Pesquisa da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

NARDOQUE, S. **Renda da terra e produção do espaço urbano em Jales-SP**. 445 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

NASCENTE, A. S.; ROSA NETO, C. O agronegócio da fruticultura na Amazônia: um estudo exploratório. **Documentos**, Porto Velho, n. 96, out. 2005. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/24778/1/doc96-fruticultura.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

NAVES, R. L. Estação experimental de viticultura tropical. **Reagro**: revista eletrônica de agronegócio, Jales, v. 2, n. 1, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www.fatecjales.edu.br/reagro/images/artigos/1a_edicao/volume2/entrevista/estacao-experimental-de-viticultura-tropical.pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

NEVES NETO, C. C.; CLEMENTE, E. C. Análise da atuação do Programa Estadual de Microbacias em São Paulo em suas duas fases I e II. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 27, p. 147-169, 2014.

NEVES NETO, C. C.; HESPAHOL, A. N. A atuação do estado brasileiro no processo de modernização agrícola e a incorporação do conceito de microbacias hidrográficas nas políticas públicas. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 31, n. 1, p. 94-109, 2009.

NEVES NETO, C. C.; Políticas públicas e desenvolvimento rural: o Programa de Microbacias I e II no estado de São Paulo. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

NEVES, M. F. **Sistema agroindustrial citrícola**: um exemplo de quase-integração no agribusiness brasileiro. 1995. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, A. R.; HESPAHOL, A. N. Associativismo e desenvolvimento rural no Brasil: olhares sobre a região do Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, p. 1-17, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2360/2256>. Acesso em: 18 out. 2018.

OLIVEIRA, E. G. **O lazer e a melhoria da qualidade de vida dos jovens rurais de São João Evangelista-MG**. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, 2006. Disponível em: http://bibliotecadigital.unec.edu.br/bdtdunec/tde_arquivos/22/TDE-2007-08-29T125229Z-38/Publico/EDMAR%20GERALDO%20DE%20OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 11 jun. 2017.

OLIVEIRA, J. A.; BACCARIN, J. G. Organização espacial e execução do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar entre 2003-2012. **Revista Equador**, v. 5, p. 120-138, 2016.

OLIVEIRA, R. E.; PAES, S. R. O Programa de Aquisição de Alimentos/PAA: um estudo de caso na comunidade de Planalto Rural no norte de Minas Gerais. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 8.; *SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 9., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: SINGA, 2017.

ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

PACHECO, P. **Citrosuco e Citrovita se unem e criam líder mundial em suco de laranja**. 2010. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,citrosuco-e-citrovita-se-unem-e-criam-lider-mundial-em-suco-de-laranja-imp-,552024>. Acesso em: 17 nov. 2018.

PAULA, M.; KAMIMURA, Q.; SILVA, J. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102681/1/Mercados-institucionais-na-agricultura.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2018.

PEDRO, V. C. S.; HESPANHOL, A. N. O Programa de Microbacias I e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II no estado de São Paulo. *In: WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM BACIAS HIDROGRÁFICAS*, 4., 2013, Presidente Prudente. **Anais [...]**. Presidente Prudente: FCT - UNESP, 2013. v. 1. p. 546-559.

PEREIRA, V. F.; GALVÃO, C. A.; PIMENTA, L. F. M. **Globalização e perda de espaço na agricultura familiar**: redes solidárias de comercialização e compra de produtos dos agricultores familiares da região nordeste do Brasil no entorno do Distrito Federal: o caso da feira livre de Pedregal. 2007. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Geografiasocioeconomica/Geografi aeconomica/13.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A importância da fruticultura para agricultores familiares do EDR de Jales-SP. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 30, p. 124-130, 2008.

PETINARI, R. A.; TERESO, M. J. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Organização rural familiar na região noroeste do estado de São Paulo: fato ou ficção. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER*, 42., 2004, Cuiabá. **Anais eletrônicos [...]**. Cuiabá: Sober, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/10P470.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

PETINARI, R. A. Agricultura familiar em microbacias do noroeste do Estado de São Paulo: estratégias de reprodução e organização. 2007. 226 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 288 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014.

PRADO, R. M. **A formação dos complexos agroindustriais: a BRF e o crescimento de Rio Verde em Goiás.** 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d11d/26083c4de91e4ebe1848f24acacf667bc305.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.faatensino.com.br/wp-content/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

PUPIM, R. G. **Cidade e território do oeste paulista: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-configuração do urbano.** 2008. 236 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

RASCHIATORE, R. A.; MOREIRA, D. A. Inovações na implementação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas do estado de São Paulo. **Gestão e produção**, v. 13, n. 3, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/gp/v13n3/12.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

REIS, A. J. C. R. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: análise da execução do Programa de Aquisição de Alimentos PAA na comunidade Itapari/Panaquatira do município de São José de Ribamar/MA no período de 2011 a 2015.** 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

REIS, M. B.; WIZNIEWSKY, C. R. F. A territorialização do cooperativismo no âmbito legal. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 36, n. 1, p. 131-141, 2018.

REIS, N. **Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D'Oeste.** 1990. 257 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

RIBEIRO, W. M. Aquisição de sementes e mudas: uma análise da nova modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos. 2014. 27 f. Trabalho de Graduação (Bacharel em Gestão do Agronegócio) – Universidade de Brasília, Planaltina, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9235/1/2014_WelingtonMartinsRibeiro.pdf. Acesso em: 15 nov. 2017.

ROCHA, P. M. R. *et al.* A importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do município de Jesuítas-PR. **Revista de extensão e estudos rurais**, Viçosa, MG, v. 7, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/ojs/rever/article/download/3353/1614>. Acesso em: 21 ago. 2017.

RODRIGUES, F. **Por onde vão as Brisas Suaves do Sertão Paulista: população e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível: Votuporanga, um estudo de caso.** 2005. 229 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281918/1/Rodrigues_Fabiola_M.pdf. Acesso em: 05 jan. 2013.

ROJAS-CALDELAS, R. *et al.* Approaches to analyzing the rural-urban interface: comprehensive development views from town and countryside. **The Sustainable City**, v. 129, p. 359-370, 2010. Disponível em: <https://www.witpress.com/Secure/elibrary/papers/SC10/SC10031FU1.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.

RUI, S. L. Associação de mulheres agricultoras do estado de São Paulo-SP: uma análise sobre a participação das agricultoras rurais Programa Aquisição de Alimentos PAA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499372988_ARQUIVO_fazendo_genero_2017_simone_final.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

SANGALLI, A. R. *et al.* Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, Dourados-MS, Brasil. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SANTOS, A. C. L. **Cooperativismo**: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso. 1998. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

SANTOS, A. C.; LIMA, J. B. **Gestão moderna cooperativa**. Viçosa, MG: CPT, 2001. (Série administração rural manual, n. 223).

SANTOS, D. S. C. *et al.* A ocupação do solo e a produção de alimentos da agricultura familiar na região norte do Brasil. **Espacios**, Caracas – Venezuela, v. 38, n. 18, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n18/a17v38n18p20.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

SANTOS, L. A compra institucional da agricultura familiar: uma avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos PAA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SIPPEDES, 2., 2016, Franca. **Anais Eletrônicos** [...]. Franca, 2016. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/artigo-santos-laura---sippedes.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

SANTOS, L. L.; NEVES, C. B.; LEÃO, C. Uma década de políticas de reforma agrária no Brasil: índice de gini e estrutura fundiária: 1985 a 1995. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: SOBER, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, S. **A trajetória do assentamento Reunidas**: o que mudou? 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>. Acesso em: 11 jun. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Governo lança 2ª fase do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. 2010a. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/governo-lanca-2-fase-do-programa-estadual-de-microbacias-hidrograficas/>. Acesso em: 23 out. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Programa pró-trator**. 2010b. Disponível em: <https://agricultura.sp.gov.br/noticias/programa-pro-trator/>. Acesso em: 18 maio 2018.

SARON, F. A. **Caracterização e dinâmica da produção familiar no município de Urânia-SP: perspectivas de permanência e reprodução social**. 2010. 157 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

SARON, F. A. **Os efeitos dos programas de desenvolvimento rural para o apoio à agricultura familiar no Noroeste Paulista: limites, desafios e perspectivas**. 2014. 292 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

SARON, F. A.; HESPANHOL, A. N. O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re)construção das políticas de apoio à agricultura familiar. **Geo UERJ**, v. 2, p. 656-683, 2012.

SCHERER-WARREN, I.; CHAVES, I. (org.). **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004.

SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, v. 14, n. 2, p. 78-88, abr./jun. 2005.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 21-49.

SERRA, E. Cooperativismo empresarial e suas ambiguidades: o distanciamento entre teoria e a prática do sistema. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente. **Anais eletrônicos** [...]. Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Elpidio%20Serra.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Associação**. Brasília: Sebrae, 2009. (Série Empreendimentos coletivos). Disponível em: <http://www.ibere.org.br/anexos/325/2816/associacao-pdf>. Acesso em: 18 out. 2018.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos PAA. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011.

SILVA, C. A. G.; FERREIRA, L. R. Produtividade total dos fatores no crescimento da agropecuária brasileira. **Revista de Política Agrícola**, v. 25, n. 3, p. 4-15, 2016.

SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado, Brasília**, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

SILVA, S. P. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, p. 148-168, jan./jun. 2012.

SILVA, V. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – para o fortalecimento da agricultura familiar**: o caso da cooperativa da agricultura familiar integrada – COOPAFI – de Capanema, PR. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/631/1/PB_PPGDR_M_Silva%2C%20Vilmar%20da_2013.pdf. Acesso em: 21 ago. 2017.

SÓ NUTRIÇÃO. **Hortaliças**. Disponível em: <https://www.sonutricao.com.br/conteudo/guia/hortalicas.php>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SOUSA FILHO, H. M.; BONFIM, R. M. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013. p. 71-100.

SOUZA, P. C. **Políticas públicas e desenvolvimento rural na região de Presidente Prudente**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF e Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas PEMH. 2012. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105008/souza_pc_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 ago. 2017.

SOUZA, P. C.; HESPANHOL, A. N. O papel exercido pelo Pronaf em municípios de pequeno porte no Oeste Paulista. **GEO UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 28, p. 381-409, 2016.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas SP. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 52, supl. 1, 2014.

SPOSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu**: a lógica da (re)produção monopolista da cidade. 1991. 394 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

STOFFEL, J. Agricultura familiar nos estados da região sul do Brasil: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. *In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA*, 6., 2012, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa15/Agricultura_Familiar_nos_Estados_da_Regiao_Sul_do_Brasil-Characterizacao_a_partir_do_Censo_Agropecuario_de_2006.pdf. Acesso em: 28 set. 2018.

SWAIN, T. N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. *In: AUBERTIN, C. Fronteiras*. Brasília: UNB, 1988.

TEIXEIRA, J. C.; HESPAHOL, A. N. A região centro-oeste no contexto das mudanças agrícolas ocorridas no pós-1960. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, p. 52-66, 2006.

TEIXEIRA, W. A. **O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião norte central paranaense**. 2002. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, 2002. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101448/teixeira_wa_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 04 nov. 2018.

TERRA, M. M.; PIRES, E. J. P.; NOGUEIRA, N. A. M. Tecnologia para produção de uva Itália na região nordeste do estado de São Paulo. **Documento Técnico**, Campinas, n. 98, 1998.

THAPA, R. B. **Land assessment framework for peri-urban agriculture**. Germany: Lambert Academic, 2009.

TONDATO, C. **Caracterização dos canais de marketing da uva de mesa na região noroeste do estado de São Paulo**. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2006.

TONDATO, C.; CASSUCCI, A. R.; ANDRADE, J. D. A pluriatividade na agricultura familiar do município de Jales-SP: o estudo de caso de duas comunidades rurais. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER*, 48., 2010, Campo Grande. **Anais eletrônicos** [...]. Campo Grande: Sober, 2010. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/399.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

TONDATO, C.; VILA, L. R. Margens de comercialização da laranja na região de Jales-SP no período de 2005 a 2014. *In: SIMPÓSIO DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO – SINTAGRO*, 8., 2016, Jales. **Anais** [...]. Jales: Fatec Jales, 2016.

UGEDA JUNIOR, J. C.; AMORIM, M. C. C. T. Clima urbano em Jales/SP: análise do campo térmico e higrométrico para os meses de janeiro e julho de 2010. **Revista Brasileira de Climatologia**, Curitiba, v. 8, p. 82-104, 2011.

VALADARES, A. A. SOUZA, M. G. P. A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar PAA: uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. **Nota técnica**, Brasília, n. 21, dez. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5990/1/Nota_n21_Trajectoria_recente.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.

VALADARES, A. A.; GALIZA, M. Previdência rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. **Nota Técnica**, n. 25, maio 2016.

VALNIER, A.; RICCI, F. Programa de Aquisição de Alimentos PAA: uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. **Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 198-228, 2013.

VASCONCELOS, L. A. T. **Desenvolvimento econômico e urbanização nas regiões administrativas de São José do Rio Preto e de Araçatuba**. 1992. 226 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VELOSO, F. A importância do Programa de Aquisição de Alimentos para as famílias e entidades beneficiárias na região da nova alta paulista. **Revista da Geografia do Trabalho**, v. 8, n. 2, p. 147- 176, 2017.

VELOSO, F.; HESPAHOL, R. A. M. Mudanças e permanências no intervencionismo estatal para o setor agropecuário brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos** [...]. Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1047_1.pdf. Acesso em: 05 jan. 2013.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VICENTE, I. **Pesquisa sobre êxodo rural em Salto do Itararé-PR**. 2011. 17 f. Monografia (Especialização em Educação do Campo) – Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2011. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38695/R%20-%20E%20-%20ILTEMAR%20VICENTE.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 ago. 2018.

VIEGAS, G. L. (org.). Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: resultados das ações da Conab em 2017. **Compêndio de estudos Conab**, Brasília, v. 13, 2018. Disponível em: https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab/item/download/15975_fb44d96349574b9b05d8c662eb7561a7. Acesso em: 12 dez. 2018.

VIEIRA, A. C. **Integração vertical, concentração e exclusão na citricultura paulista**. 2003, 171 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

VIEIRA, D. F. A.; DEL-GROSSI, M. E. Influência do programa de aquisição de alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 2, 2010.

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 11, n. 2, p. 159/217, abr./jun. 1949. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n2.pdf. Acesso em: 28 set. 2018.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 21-55.

WAZLAWICK, R. **Metodologia de pesquisa para ciência da computação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WORLD WITHOUT POVERTY – WWP. **As seis modalidades do PAA**. 2017. Disponível em: https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/PAA_as_seis_modalidades_do_PAA_PT.pdf. Acesso em: 19 nov. 2017.

WORLD WITHOUT POVERTY – WWP. **Histórico do PAA brasileiro**. 2016. Disponível em: https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAA_historico_PT.pdf. Acesso em: 19 nov. 2017.

YIN, R. **Qualitative research from start to finish**. New York: The Guilford, 2011. Disponível em: <https://teddykw2.files.wordpress.com/2012/05/qualitative-research-from-start-to-finish.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

ZIMMERMANN, S. A.; FERREIRA, A. P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. *In*: SCOTTO, G. **Aunhay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales**. Rio de Janeiro: Actionaid, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA

Roteiro de entrevista: Os efeitos multiescalares do programa de aquisição de alimentos – PAA no EDR de Jales – SP.
Produtores familiares beneficiários do PAA na modalidade: doação simultânea.

Data:	Cidade:
Horário de Início:	Horário de término:

Nome da Entidade: _____

Dados pessoais do responsável pelas respostas:

Nome: _____

Cargo/função: _____

1. Há quanto tempo tem ligação com a associação/cooperativa?

2. Tempo de existência (em anos): _____

3. Quantos projetos de doação simultânea já elaborou (desde 2010): _____

() 2010	() 2011	() 2012	() 2013	() 2014
() 2015	() 2016			

4. No caso de não ter participado todos os anos, quais foram os motivos da ausência?

5. Quantos associados/cooperados possui? _____

6. A Instituição tem interesse em aumentar o número de produtores que comercializam para o PAA? Por que?

7. Como sua instituição tomou conhecimento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA?

8. Como é a relação com as instituições no âmbito local (Conselhos, órgãos municipais de agricultura, saúde, educação, assistência social, entre outros)?

9. Qual o grau de conhecimento que sua Instituição possui sobre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA?

() muito bom

() bom

() razoável

() muito pouco

10. Participa de outros programas de comercialização (PNAE, PPAIS)? Desde quando?
11. Quais os produtos doados (ou comercializados com o PAA)?
12. Quantas Instituições foram beneficiadas com as doações (2010 a 2016).
13. São atendidas Instituições de outros municípios?
14. Quantos funcionários da associação estão envolvidas com o PAA?
15. Nos projetos do PAA: () estão apenas os produtores associados/cooperados () temos produtores fora do quadro () ambas situações. Todos são do municípios? Ou há também produtores de outros municípios participando? Quais municípios?
16. Quem elabora os projetos ?
17. Houve planejamento da produção por parte dos produtores após a comercialização para o PAA?
18. Houve o fortalecimento da associação/cooperativa após a participação no PAA? De que forma?
19. O número de associados/cooperados aumentou após a participação do PAA?
20. Como é o processo de escolha das famílias para participar do PAA?
21. Como funciona a logística de distribuição dos produtos?
22. Quais os benefícios desse Programa para a sua Instituição?
23. Quais os efeitos do PAA na vida dos associados/cooperados?
24. O valor anual disponível por produtor é suficiente? Todos atingiram a cota?
25. Qual a sua percepção sobre os preços pagos pelo governo?
26. Quais as principais dificuldades encontradas no PAA?
27. O que precisa ser melhorado no PAA?
28. Quais os pontos positivos e negativos do PAA?
29. Com a redução no número de projetos aprovados no PAA, como os produtores estão comercializando sua produção? Em quais canais? Houve redução da produção? Houve redução do número de associados?

APÊNDICE B – RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PAA CONAB – SP

Roteiro de entrevista: Os efeitos do programa de aquisição de alimentos – PAA no EDR de Jales – SP.
Produtores familiares beneficiários do PAA na modalidade: doação simultânea.

Data:	Cidade:
Horário de Início:	Horário de término:

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Escolaridade: _____
4. Tempo no cargo: _____

3. Na sua avaliação, quais os impactos do PAA para:
 - a) Agricultores familiares;
 - b) Famílias que recebem os alimentos;
 - c) Desenvolvimento rural; e
 - d) Para o associativismo/cooperativismo
4. O PAA tem atendido os objetivos propostos?
5. Quais os gargalos/dificuldades existentes no PAA?
6. Quais os desafios para o PAA?
7. Qual é a explicação da diminuição dos recursos para o PAA nos últimos anos? Quais são os impactos dessa redução dos recursos para o programa??
8. Quais as perspectivas de continuação do PAA?
9. O limite anual de participação é suficiente para o agricultor?
10. Como é planejada a implementação do PAA?
11. Qual é a relação da CONAB com as prefeituras?
12. Como são definidos os preços praticados no PAA?
13. Como são realizadas as fiscalizações no âmbito do PAA?
14. Existem demandas provenientes dos atores (produtores, gestores do programa, entidades) envolvidos no PAA?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES FAMILIARES

Roteiro de entrevista: Os efeitos multiescalares do programa de aquisição de alimentos – PAA no EDR de Jales – SP.
Produtores familiares beneficiários do PAA na modalidade: doação simultânea.

Data:	Cidade:
Horário de Início:	Horário de término:

1. Nome: _____
2. Idade: _____
3. Escolaridade: _____
4. Estado Civil: _____
5. Área total da propriedade: _____
6. Produtor: () assentado () familiar
7. Há quanto tempo trabalha com atividade rural?
8. Quantos membros possui a sua família?
9. Condição do uso da terra:
 - () Proprietário
 - () Parceiro
 - () Meeiro
 - () Arrendatário
 - () Comodatário
10. Origem principal da renda familiar:
 - Rural**
 - () Agricultura: _____
 - () Pecuária: _____
 - () Outra: _____
 - Não-Rural**
 - () trabalho urbano
 - () aposentadoria
 - () servidor público
 - () aluguel
 - () Transferência de renda: _____
 - () Outra: _____

11. Qual é o destino da produção:
 - ☐ venda para intermediários
 - ☐ comercializa em feiras
 - ☐ venda porta a porta
 - ☐ Venda Institucional (PAA, PNAE, PAIS etc.)
 - ☐ Outros
12. Quais são as principais dificuldades encontradas (produção/comercialização)?
13. Quais produtos que comercializou ou comercializa para o PAA?
14. Desde quando participa do PAA?
15. Participou todos os anos? Atualmente participa? Se não, qual o motivo?
16. Como ficou sabendo do PAA?
17. Algum vizinho ou parente participa do PAA?
18. Participa de outros programas de comercialização (PNAE, PPAIS)?
19. Como o Sr(a) avalia o PAA?
 - ☐ Excelente
 - ☐ Muito bom
 - ☐ Bom
 - ☐ Regular
 - ☐ Ruim
20. Quais os pontos positivos do PAA?
21. Quais os pontos negativos do PAA?
22. Tem conhecimento para onde vai os produtos vendido para o PAA?
23. O PAA tem ajudado a melhorar a renda da família?
24. Qual é a sua percepção dos preços pagos pelo PAA?
25. Passou a utilizar mão-de-obra externa?
26. Com a venda para o PAA, você tem investido na propriedade? De que forma?
27. Deixou de trabalhar fora da propriedade depois que passou a comercializar para o programa?
28. O PAA estimulou o aumento da produção e diversificação da produção? Passou a cultivar algum produto diferente? Qual (is)?
29. Comercializa com outros compradores além do PAA? Quais?
30. O limite anual do PAA é suficiente?
31. Faz planejamento da produção para comercializar por meio do PAA?
32. Acha importante a manutenção do PAA?

33. O que precisa melhorar no PAA?
34. Há trocas de experiências entre outros produtores rurais que participam do programa?
35. Recebe alguma assistência técnica? Se sim, qual?
36. Em sua opinião, o PAA estimula a cooperação entre os agricultores?
37. Qual é a importância da Associação/ Cooperativa para o desenvolvimento de suas atividades rurais?
38. Você acredita que o PAA pode incentivar a manutenção do produtor rural no campo?